

CADERNOS PROLAM / USP



BRAZILIAN JOURNAL OF  
LATIN AMERICAN STUDIES

VOL. 17, N. 33, SÃO PAULO, BRAZIL  
OCTOBER 2019



USP

ISSN: 1676-6288

Carta às leitoras e aos leitores,

Apresentamos a 33<sup>a</sup>. edição do *Brazilian Journal of Latin American Studies – Cadernos PROLAM*, revista científica especializada na divulgação de pesquisas e análises críticas da realidade latino-americana.

Nesta oportunidade, abrimos a edição com o artigo *50 anos sem Che: Hasta siempre, comandante! A visão de América Latina e o conceito de revolução de Guevara– problemas e apontamentos* de Gustavo Menon. No trabalho de análise crítica, que se apresenta também como justa homenagem a um dos comandantes da Revolução Cubana ao completar-se meio século de sua morte, o pesquisador resgata não apenas a trajetória das ideias, táticas de luta armada e do projeto revolucionário de Che Guevara. Menon, pesquisador do Programa de Pós-graduação Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo, também pontua as particularidades dos postulados do argentino-cubano em relação a outras correntes entusiastas do socialismo. Deste modo, ganham destaque a originalidade do pensamento e da luta deste latino-americano e os limites de sua atuação nas condições materiais da América Latina na década de 1960.

No segundo texto desta revista, introduzimos a interpretação do pensamento de outro latino-americano marxista. Trata-se do trabalho *O debate literário e intelectual latino-americano na produção de José Carlos Mariátegui*, de Bernardo Soares Pereira, especialista em História do Instituto Federal São Paulo. A partir de uma aproximação no campo das Humanidades, Pereira destaca um dos temas centrais do pensamento de Mariátegui: a questão nacional. A novidade do trabalho reside no campo pouco explorado para as análises sobre Mariátegui: a literatura e a estética relacionadas a um projeto político.

Também na seara da literatura, Gabriel dos Santos Lima, da Universidade Federal de São Carlos, apresenta um estudo comparativo da obra do norte-americano William Faulkner na obra *The Sound and the Fury* (1929) e do colombiano Gabriel García Márquez, em *Cien Años de Soledad* (1967). Sob o título *Entre Compsons e Buendías: forma modernista e realismo mágico nas obras de William Faulkner e Gabriel García Márquez*, o professor do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos aproxima as narrativas de dois autores distantes, cujas obras são cotejadas a partir das representações ficcionais de suas regiões de origem e dos destinos de duas famílias, os Compsons e os Buendías, no cenário convulsionado das transformações econômicas das suas sociedades.

Ainda no campo das artes, Melba Sonderegger e Giane Lessa distinguem *El papel del Movimiento Jaranero en la salvaguarda del fandango jarocho (México)*. As pesquisadoras da Universidade Federal da Integração Latino-Americana apontam a relevância das articulações do *Movimiento Jaranero* e da ação estatal para garantir a sobrevivência do *fandango jarocho*, “um evento festivo comunitário com música e dança, produto da miscigenação, cuja tradição está enraizada desde os tempos coloniais”. Põem em xeque, também, a propensão dominante de *folclorizar* este

evento cultural, por um lado, e salientam o caráter contracultural da manifestação tradicional, por outro. Finalmente, atribuem o devido protagonismo à resistência do *Movimiento* que, desde a década de 1980, pesquisa, difunde e luta para reconstruir o espaço comunitário e social em torno do *fandango*.

O embate entre dois projetos, o estatal e o dos movimentos sociais, agora no campo da educação em cenário ditatorial no Brasil e no Chile, é o foco do trabalho de Cecília Brancher de Oliveira, em *Reforma e resistência: Impactos estruturais das ditaduras civil-militares brasileira (1964 – 1985) e chilena (1973 – 1990) nas Universidades públicas*. A autora reflete sobre as lutas dos movimentos estudantis pela reforma universitária na década de 1960, bruscamente interrompidas por golpes militares no Brasil (1964) e no Chile (1973). Sem mitigar as diferenças entre ambos os processos, a pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina faz uma análise comparativa das lutas dos estudantes dos dois países pela universalização e ampliação do ensino superior público, e confronta as ditaduras seguidas de repressão contra os estudantes mobilizados. Finalmente faz um balanço da modernização conservadora da educação superior, voltada para a formação de profissionais para o mercado.

Os artigos que se seguem apresentam análises no campo das Ciências Sociais aplicadas, articulando as relações internacionais, a economia e a política externa regional. Assim, o artigo *El rompecabezas de la integración suramericana: intereses corporativos, política exterior y estrategia en el COSIPLAN- UNASUR*, de Amanda Barrenengoa da Universidad Nacional de La Plata, apresenta as complexas teias de atores sociais, governamentais e corporativos que operam como grupos de interesse com objetivos e estratégias particulares sobre as políticas externas dos países da região. A socióloga aponta o caso brasileiro, durante o governo Lula, e analisa o projeto de regionalismo pós-liberal. A seguir, propõe a análise da formação COSIPLAN e da UNASUL, e o desafio da integração física e infraestrutural da região.

Na trilha da integração regional, Juliane Caravieri Martins avalia as *Perspectivas da Integração Regional Laboral no Mercosul ante os reveses na proteção ao trabalho digno*. Sua proposta é ultrapassar o âmbito comercial e pensar a integração a partir das assimetrias sociais. Especialista em ciências jurídicas, a autora analisa as relações trabalhistas baseadas no desmonte dos direitos sociais, que ora acompanha o retorno da direita conservadora, e que interrompe a agenda social latino-americana até então progressista. Em abordagem comparativa, a pesquisadora da Universidade Federal de Uberlândia trata das normativas do bloco regional com destaque para os casos do Brasil, da Argentina e da Venezuela.

As análises no campo das relações internacionais terminam com o artigo de Heloisa M. Gimenez, Marcelino T. Lisboa, Micael A. Silva e Mamadou A. Diallo, vinculados ao Grupo de Pesquisa Tríplice Fronteira da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. A partir de uma investigação sobre a *Tríplice Fronteira como região*, define-se inicialmente os contextos teórico e

histórico para, em seguida, apontar-se a inserção da *TF* na agenda internacional regional. Finalmente, se debate o papel dos Estados – Argentina, Brasil e Paraguai – na definição de políticas de segurança, criminalidade internacional e terrorismo.

O bloco destinado até aqui a artigos científicos finaliza com uma contribuição na área dos estudos sobre administração. O trabalho *Responsabilidad Social Corporativa en las Pérdidas y Desperdicios de Alimentos en México*, do pesquisador do Instituto Politécnico Nacional (México), Genaro Aguilar Gutiérrez, propõe um modelo de avaliação do grau de comprometimento das empresas mexicanas para reduzir o seu desperdício. A importância da proposta consiste não apenas na revelação da insuficiência das ações empresariais para diminuir perdas e desperdícios de alimentos, mas também na possibilidade de adaptar o modelo para experiências de outras realidades da região e do mundo.

A 33ª. edição do *Brazilian Journal of Latin American Studies* se completa com um espaço reservado para Resenhas. Sob o título *De laboratório do neoliberalismo à resistência anticapitalista: a proposta do socialismo na América Latina no século XXI*, a resenha apresentada por Gabriel D. de Vuono, da Universidade de São Paulo, e de Suzana Loureiro Silveira, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, resgata o pensamento social latino-americano da intelectual marxista do Chile, Marta Harnecker, na obra *Um mundo a construir: novos caminhos*.

Carta a lectoras y lectores,

Presentamos la 33ª. edición de la Revista *Brazilian Journal of Latin American Studies* – *Cadernos PROLAM*, una revista científica especializada en la difusión de investigaciones y análisis críticos de la realidad latinoamericana.

En esta oportunidad, abrimos la edición con el artículo *50 anos sem Che: Hasta siempre, comandante! A visão de América Latina e o conceito de revolução de Guevara– problemas e apontamentos* de Gustavo Menon. En el trabajo de análisis crítico, que también se presenta como un homenaje justo a uno de los comandantes de la Revolución Cubana al cumplir medio siglo de su muerte, el investigador rescata no solo la trayectoria de las ideas del Che, sus tácticas de lucha armada y su proyecto revolucionario. Menon, investigador del Programa de Pós-graduação Integração da América Latina de la Universidade de São Paulo, también señala los particulares postulados del argentino-cubano en relación con otras corrientes entusiastas del socialismo. Así, la originalidad del pensamiento y la lucha de este latinoamericanista ganan destaque junto a los límites de su actuación en aquellas condiciones materiales de América Latina en la década de 1960.

En el segundo texto de esta revista, presentamos la interpretación del pensamiento de otro marxista latinoamericanista. Se trata del trabajo *O debate literário e intelectual latino-americano na produção de José Carlos Mariátegui*, de Bernardo Soares Pereira, especialista en Historia del Instituto Federal de São Paulo. Desde un enfoque en el campo de las Humanidades, Pereira destaca uno de los temas centrales del pensamiento de Mariátegui: la cuestión nacional. La novedad del trabajo radica en el campo poco explorado para el análisis de Mariátegui: la literatura y la estética relacionadas con un proyecto político.

También en el campo de la literatura, Gabriel dos Santos Lima, de la Universidade Federal de São Carlos, presenta un estudio comparativo de la obra del estadounidense William Faulkner en *The Sound and the Fury* (1929) y del colombiano Gabriel García Márquez en *Cien Años de Soledad* (1967). Bajo el título *Entre Compsons e Buendías: forma modernista e realismo mágico nas obras de William Faulkner e Gabriel García Márquez*, el profesor del Departamento de Letras de la Universidade Federal de São Carlos reúne las narrativas de dos autores distantes, cuyas obras son cotejadas a partir de las representaciones ficticias de sus regiones de origen y de los destinos de dos familias, los Compsons y los Buendías, en el escenario en convulsión de las transformaciones económicas de sus sociedades.

Aún en el campo de las artes, Melba Sonderegger y Giane Lessa resaltan *El papel del Movimiento Jaranero en la salvaguarda del fandango jarocho (México)*. Investigadoras de la

Universidade Federal da Integração Latino-americana, las autoras señalan la relevancia de las articulaciones del *Movimiento Jaranero* y la acción estatal para garantizar la supervivencia del fandango jarocho, "*evento festivo comunitario con música y baile, producto del mestizaje, cuya tradición hunde sus raíces desde la época colonial*". También cuestionan la propensión dominante de folclorización de este evento cultural, por un lado, y enfatizan el carácter contracultural de tal manifestación tradicional, por el otro. Finalmente, atribuyen el debido protagonismo a la resistencia del *Movimiento* que, desde la década de 1980, investiga, difunde y lucha por reconstruir la comunidad y el espacio social alrededor del fandango.

El choque entre dos proyectos, el estatal y el de los movimientos sociales, ahora en el campo de la educación en el entorno dictatorial del Brasil y de Chile, es el foco del trabajo de Cecília Brancher de Oliveira sobre *Reforma e resistência: Impactos estruturais das ditaduras civil-militares brasileira (1964 – 1985) e chilena (1973 – 1990) nas Universidades públicas*. La autora reflexiona sobre las luchas de los movimientos estudiantiles por la reforma universitaria en la década de 1960, luchas interrumpidas abruptamente por golpes militares en Brasil (1964) y Chile (1973). Sin mitigar las diferencias entre ambos procesos, la investigadora de la Universidade Federal de Santa Catarina realiza un análisis comparativo en ambos países de las luchas de los estudiantes por la universalización y expansión de la educación superior pública, y confronta sus dictaduras seguidas de represión contra los estudiantes movilizados. Finalmente, hace un balance de la modernización conservadora de la educación superior, orientada para la formación de profesionales para el mercado.

Los siguientes artículos presentan análisis en el campo de las Ciencias Sociales aplicadas, articulando relaciones internacionales, economía y política exterior regional. Así, el artículo de Amanda Barrenengoa *El rompecabezas de la integración suramericana: intereses corporativos, política exterior y estrategia en el COSIPLAN- UNASUR* presenta las complejas redes de actores sociales, gubernamentales y corporativos que operan como grupos de interés con objetivos y estrategias particulares sobre las políticas exteriores de los países de la región. La socióloga de la Universidad Nacional de La Plata llama la atención para el caso brasileño durante la administración de Lula y analiza el proyecto de regionalismo postliberal. A continuación, propone el análisis de la formación del COSIPLAN y del UNASUR, y el desafío de la integración física e de infraestructura de la región.

En el camino de la integración regional, Juliane Caravieri Martins evalúa las *Perspectivas da Integração Regional Laboral no Mercosul ante os reveses na proteção ao trabalho digno*. Su propuesta es ir más allá de las relaciones comerciales y pensar en la integración desde las asimetrías sociales. Especialista en ciencias jurídicas, la autora analiza las relaciones laborales basadas en el desmantelamiento de los derechos sociales, algo que hoy caracteriza el retorno de la derecha

conservadora que interrumpe la agenda social latinoamericana hasta ahora progresista. En un enfoque comparativo, la investigadora de la Universidade Federal de Uberlândia se preocupa con las medidas normativas en el bloque regional, destacando los casos de Brasil, Argentina y Venezuela.

Los análisis en el campo de las relaciones internacionales se finalizan con el artículo de Heloisa M. Giménez, Marcelino T. Lisboa, Micael A. Silva y Mamadou A. Diallo, del *Grupo de Pesquisa Tríplíce Fronteira* de la Universidade Federal da Integração Latino-Americana. A partir de una investigación bajo el título ***Tríplice Fronteira como região***, inicialmente definen los contextos teóricos e históricos, y luego la inserción de la Triple Frontera en la agenda internacional regional. Finalmente, se discute el papel de los Estados - Argentina, Brasil y Paraguay - en la definición de políticas de seguridad, crímenes internacionales y terrorismo.

En esta etapa, el bloque destinado a artículos científicos termina con una contribución, en el área de estudios sobre gestión administrativa. El trabajo ***Responsabilidade Social Corporativa en las Pérdidas y Desperdicios de Alimentos en México***, del investigador del Instituto Politécnico Nacional (México), Genaro Aguilar Gutiérrez, propone un modelo de evaluación del nivel de compromiso de las empresas mexicanas para reducir sus residuos. La importancia de la propuesta consiste no sólo en revelar la insuficiencia de las acciones comerciales para disminuir las pérdidas y el desperdicio de alimentos, sino también en la posibilidad de adaptar el modelo a las experiencias de otras realidades en América Latina y el mundo.

La 33ª. edición de la Revista Brasileña de Estudios Latinoamericanos se completa con un espacio reservado para Reseñas. Bajo el título ***De laboratório do neoliberalismo à resistência anticapitalista: a proposta do socialismo na América Latina no século XXI***, la reseña presentada por Gabriel D. de Vuono, de la Universidad de São Paulo, y Suzana Loureiro Silveira, de la Pontificia Universidade Católica de Campinas, rescata el pensamiento social latinoamericano de una intelectual marxista de Chile, Marta Harnecker, en el libro *Um mundo a construir: novos caminhos*.

Letter to readers,

We present the 33rd. edition of the *Brazilian Journal of Latin American Studies - Cadernos PROLAM*, a scientific journal specialized in the dissemination of research and critical analysis on the Latin American reality.

In this opportunity, we open the edition with the article *50 anos sem Che: Hasta siempre, comandante! A visão de América Latina e o conceito de revolução de Guevara– problemas e apontamentos* by Gustavo Menon. In this work of critical analysis, which also presents itself as a fair tribute to one of the commanders of the Cuban Revolution upon the completion of half a century of his death, the researcher rescues not only the trajectory of Che's ideas, tactics of armed struggle and revolutionary project. Guevara Menon, from the Programa de Pós-graduação Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo, also points out the particularities of the postulates of the Argentine-Cuban revolutionary in relation to other enthusiastic currents of socialism. Thus, the originality of the thought and struggle of this Latin Americanist as well as the limits of his intervention in the material conditions of Latin America in the 1960s are highlighted.

In the second article of this journal, we introduce an interpretation of the thought of another Marxist Latin Americanist. It is the work *O debate literário e intelectual latino-americano na produção de José Carlos Mariátegui*, by Bernardo Soares Pereira, specialist in History at the Instituto Federal de São Paulo. With more emphasis on literary aspects of the human sciences, Pereira highlights one of the central themes of Mariátegui's thought: the national question. The novelty of the work lies in the little explored field for the analysis on Mariátegui: the literature and aesthetics related to a political project.

Also in the field of literature, Gabriel dos Santos Lima, from the Universidade Federal de São Carlos, presents a comparative study of the work of the American author William Faulkner in *The Sound and the Fury* (1929) and the Colombian author Gabriel García Márquez, in *Cien Años de Soledad* (1967). Under the title *Entre Compsons e Buendías: forma modernista e realismo mágico nas obras de William Faulkner e Gabriel García Márquez*, the professor of the Department of Letters at the Universidade Federal de São Carlos links the narratives of two distant authors, whose works are collated based on fictional representations of their regions of origin and the destinies of two families, the Compsons and the Buendías, in the convulsed scenario of the economic transformations of their societies.

Still in the field of the arts, Melba Sonderegger and Giane Lessa distinguish *El papel del Movimiento Jaranero en la salvaguarda del fandango jarocho (México)*. Researchers at the Universidade Federal da Integração Latino-Americana point to the relevance of *Movimiento Jaranero's* articulations and state action to ensure the survival of the *fandango jarocho* - “a community festive event with music and dance, the product of miscegenation, whose tradition has been rooted



since the colonial times ”. They also call into question the dominant propensity to folklorize this cultural event, on the one hand, and emphasize the countercultural character of traditional manifestation, on the other. Finally, they attribute due protagonism to the resistance of the *Movimiento* that, since the 1980s, researches, diffuses and struggles to rebuild the community and social space around the *fandango*.

The clash between two projects, the state and the social movements, now in the field of education in a dictatorial scenario in Brazil and Chile, is the focus of Cecilia Brancher de Oliveira's work on *Reforma e resistência: Impactos estruturais das ditaduras civil-militares brasileira (1964 – 1985) e chilena (1973 – 1990) nas Universidades públicas*. The author reflects on the struggles of student movements for university reform in the 1960s, abruptly interrupted by military coups in Brazil (1964) and Chile (1973). Without mitigating the differences between both processes, the researcher at the Universidade Federal de Santa Catarina makes a comparative analysis of the struggles of students from both countries for the universalization and expansion of public higher education, and confronts its respective dictatorships, which were accompanied by repression against mobilized students. Finally, she evaluates the conservative modernization of higher education, aimed at training professionals for the market.

The following articles present analyzes in the field of applied social sciences, articulating international relations, economic relations and regional foreign policy. Thus, the article of Amanda Barrenengoa (Universidad Nacional de La Plata), *El rompecabezas de la integración suramericana: intereses corporativos, política exterior y estrategia en el COSIPLAN- UNASUR*, presents the complex webs of social, governmental, and corporate actors that operate as interest groups with particular objectives and strategies on the foreign policies of the countries of the region. The sociologist points out the Brazilian case during the Lula administration and analyzes the post-liberal regionalism project. Next, she proposes the analysis of COSIPLAN and UNASUR formation, and the challenge of physical and infrastructural integration of the region.

In the path of regional integration, Juliane Caravieri Martins assesses the *Perspectivas da Integração Regional Laboral no Mercosul ante os reveses na proteção ao trabalho digno*. Its proposal is to go beyond the commercial scope and think about integration based on social asymmetries. A specialist in legal sciences, the author analyzes labor relations based on the dismantling of social rights, which now accompanies the return of the conservative right, and which interrupts the hitherto progressive Latin American social agenda. In a comparative approach, the researcher at the Universidade Federal de Uberlândia deals with the regional bloc's rules, highlighting the cases of Brazil, Argentina and Venezuela.

The analyzes in the field of international relations end with an article by Heloisa M. Gimenez, Marcelino T. Lisboa, Micael A. Silva and Mamadou A. Diallo, linked to the Triple Frontier Research

Group of the Universidade Federal da Integração Latino-Americana. From an investigation of the *Tríplice Fronteira como região*, the analytical theoretical and historical contexts are initially defined and then the insertion of Triple Frontier into the regional international agenda is highlighted. Finally, the role of the states - Argentina, Brazil and Paraguay - in the definition of security policies, international crime and terrorism is discussed.

The block destined so far for scientific articles ends with a contribution in the area of management studies: *Responsabilidade Social Corporativa en las Pérdidas y Desperdicios de Alimentos en México*, from the researcher of the Instituto Nacional do México, Genaro Aguilar Gutiérrez, who proposes a model assessing the degree of commitment of Mexican companies to reduce their waste. The importance of the proposal lies not only in revealing the inadequacy of business actions to reduce food losses and waste, but also in the possibility of adapting the model to experiences from other realities in the region and the world.

The 33rd edition of the Brazilian Journal of Latin American Studies is completed with a reserved space for Reviews. Under the title *De laboratório do neoliberalismo à resistência anticapitalista: a proposta do socialismo na América Latina no século XXI*, the review presented by Gabriel D. de Vuono, from the University of São Paulo, and Suzana Loureiro Silveira, from PUC-Campinas, rescues the Latin American social thought of the Marxist intellectual Marta Harnecker in the book *Um mundo a construir: novos caminhos*.

Editores dos Brazilian Journal of Latin American Studies - Cadernos PROLAM

Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali

Profa. Dra. Vivian Urquidi

Editor Adjunto

Prof. Dr. Sedi Hirano

Editores Assistentes

Ms. Bruno Massola Moda

Ms. Gabriel Galdino

Estagiário

Renan Dias da Silva

Coordenadores do Programa de Pós-graduação Integração da América Latina (PROLAM/USP)

Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Profa. Dra. Lisbeth Ruth Rebollo Gonçalves

Recebido em: 09/10/2019

Aprovado em: 09/10/2019

Publicado em: : 09/10/2019

**50 ANOS SEM CHE: *HASTA SIEMPRE, COMANDANTE!* A VISÃO DE  
AMÉRICA LATINA E O CONCEITO DE REVOLUÇÃO DE GUEVARA–  
PROBLEMAS E APONTAMENTOS**

*50 YEARS WITHOUT CHE: HASTA SIEMPRE, COMANDANTE! THE VISION OF  
LATIN AMERICA AND THE CONCEPT OF REVOLUTION OF GUEVARA -  
PROBLEMS AND NOTES*

Gustavo Menon<sup>1</sup>  
Universidade de São Paulo, Brasil

**Resumo:** após 50 anos de sua morte, o pensamento de Che Guevara continua sendo objeto de discussões, reformulações e críticas. O seguinte estudo pretende debater a visão de América Latina e o conceito de revolução presente na obra de Ernesto Che Guevara. Para isso, à luz de seus textos sobre a guerrilha e a análise da Revolução cubana de 1959, o artigo estabelece as dimensões ideológicas do guevarismo e seu projeto para se pensar a revolução na América Latina. Com o objetivo de apontar as particularidades do pensamento de Che diante das demais correntes socialistas de seu tempo, em termos das táticas e estratégias revolucionárias, o presente estudo sinaliza para os avanços conceituais de suas contribuições. Ao mesmo tempo, sem perder de vista os equívocos e limites de suas formulações, o artigo, em seu término, almeja explanar uma crítica marxista em relação aos erros do *foquismo* e a percepção de Che Guevara sobre as condições materiais dos países latino-americanos durante os anos 1960.

**Palavras-Chave:** Che Guevara; Foquismo; Guerrilha; Revolução; América Latina.

**Abstract** After 50 years of his death, the ideas of Che Guevara continue to be object of discussions, reformulations and criticisms. The following study intends to discuss the vision of Latin America and the concept of revolution in the work of Ernesto Che Guevara. For this, in the light of his texts on the guerrilla war and the analysis of the Cuban Revolution of 1959, the article establishes the ideological dimensions of Guevarismo and its project to think the revolution in Latin America. In order to point out the peculiarities of Che's thought in the face of the other socialist currents of his time, in terms of revolutionary tactics and strategies, the present study points to the conceptual advances of his contributions. At the same time, without losing sight of the misunderstandings and limits of its formulations, the article aims to explain a Marxist critique of the errors of Foquism and the perception of Che Guevara on the material conditions of Latin American countries the 1960s.

**Keywords:** Che Guevara; Foquismo; Guerrilla; Revolution; Latin America.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Integração da América Latina no PROLAM/USP. Mestre no Programa de Estudos de Pós-Graduados em Ciências Sociais na PUC-SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais - NEILS/PUC-SP e no Centro Ibero-Americano da Universidade de São Paulo - CIBA/USP. Docente no SENAC-SP, no Instituto Sumaré de Educação Superior e na Faculdade de Guarulhos. *E-mail:* [gustavo.menon@usp.br](mailto:gustavo.menon@usp.br)

## 1 CHE, O LIBERTADOR DO SÉCULO XX?

Ernesto Guevara de la Serna, mais conhecido como “Che”, nasceu na cidade de Rosário, na Argentina, em 1928. O mais velho de cinco filhos e estudante de medicina durante sua juventude, teve a adolescência marcada por um sonho de muitos latino americanos: atravessar o continente, como fizeram os libertadores da América ao longo do século XIX<sup>2</sup>.

Ao invés do cavalo de San Martín, o imaturo asmático argentino escolheu uma velha motocicleta Norton 500cc, fabricada em 1939 e carinhosamente apelidada de “*La Poderosa*”, para percorrer a tão sonhada travessia continental. Junto a seu companheiro, Alberto Granado (1922-2011), o plano dos dois latino-americanistas era chegar até as terras de nascimento do grande libertador, Simón Bolívar, na cidade de Caracas, Venezuela. Passando por diversos rincões na Argentina, Chile, Peru, Colômbia e, por fim, Venezuela, a viagem de 1952 dos dois amigos argentinos se imortalizaria para a história como uma das passagens mais emblemáticas de um dos mais controversos personagens da América Latina do século XX.

Durante a viagem, Che, ainda então estudante de medicina, toma contato com todas as mazelas das “veias abertas da América Latina” e a obra marxista de José Carlos Mariátegui (1894-1930). O antigo jogador de rúgbi e xadrez viajou então por 4.500 km para conhecer não só o seu país, mas também todas as entranhas América do Sul. Ao regressar à Argentina, formou-se em medicina e partiu em nova empreitada em julho de 1953, desta vez para a América Central e México.

Na Guatemala, ao observar o governo Jacobo Arbenz, presenciou *in loco* as atividades da CIA para destituição de um governo democrático de cunho popular que apontava para projetos de reforma agrária. Neste período, o viajante latino-americano começa a consolidar suas teses anti-imperialistas<sup>3</sup>. Com a queda do governo guatemalteco, Che parte em destino ao México, onde vem a conhecer Fidel Castro em

---

<sup>2</sup> Vale destacar a influência de San Martín e o seu famoso “*Cruce de los Andes*” para a libertação do Chile em 1818. Tal campanha, sem dúvidas, foi determinante para entusiasmar o trajeto da viagem de Che que, durante sua epopeia pelo continente, passaria pelo Chile seguindo rumo a Caracas, na Venezuela, como sua etapa final.

<sup>3</sup> Para o conceito de imperialismo neste trabalho, estarei me referindo ao conceito explanado por LENIN, V. L. (1966). “O Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo”. In: Obras Escogidas. Moscou: Editorial Progreso.

1955 - exilado em virtude ao assalto ao quartel de Moncada na ilha de Cuba em 26 de julho de 1953.

O contato entre Che e Fidel se materializaria como uma das mais belas amizades revolucionárias do século XX. Impressionado com a capacidade de liderança e visão estratégica, Fidel rapidamente chama o viajante argentino para compor as fileiras do movimento 26 de julho (MR-26-07) que, após a travessia do México a Cuba, pretendia organizar um levante armado para destituir o governo ditatorial de Fulgencio Batista em Cuba.

A viagem no barco *Granma*, com mais 81 companheiros, seria não só mais um episódio marcante da vida de Che, mas também um ponto determinante na trajetória da Revolução Cubana. Após um desembarque atrasado na ilha de Cuba, Che, Fidel e mais uma dezena de rebeldes acabam se refugiando na *Sierra Maestra*. Durante todo o ano de 1958, Che demonstrou uma capacidade incrível para diversas atividades no interior da guerrilha: ajudou a fundar a Rádio Rebelde, recrutava camponeses para o exército guerrilheiro e, acima de tudo, prestava cuidados médicos aos feridos durante os combates. Somado a isso, o jovem comandante também iria liderar as famosas colunas para o avanço do exército rebelde em direção às cidades mais povoadas na ilha de Cuba (VICAT, 2007; MARTÍNEZ HEREDIA, 2007).

Com extrema habilidade durante suas funções e contando com uma destreza ímpar, Che se tornaria assim um dos principais nomes da Revolução Cubana ao lado de Fidel e Raul Castro, bem como Camilo Cienfuegos e as mulheres Vilma Espín e Haydée Santamaría. O apoio dos camponeses durante o período da guerrilha nas montanhas moldará seu pensamento tático e estratégico para se pensar os caminhos e os desafios da Revolução em toda a América Latina. Para ele, a guerrilha só teria condições de triunfar caso a participação dos setores camponeses fosse fiel à bandeira revolucionária. Nas palavras do próprio Che (2009, p. 11) “ os camponeses nos ensinaram sua sabedoria e nós lhe ensinamos nosso sentido de rebeldia (...) hoje, os camponeses e as forças rebeldes de Cuba caminham unidos como um só homem<sup>4</sup>”.

De acordo com Fernando Martínez Heredia, doutor em Direito pela Universidade de Havana, mesmo assumindo funções burocráticas no governo revolucionário cubano

---

<sup>4</sup> Che Guevara, Ernesto. Ao primeiro Congresso Latino-americano da Juventude, ago de 1960. In: textos políticos. São Paulo: Global Editora, 2009.

após o êxito da revolução em 1959, o foquismo guerrilheiro de Che Guevara seria a tônica para se pensar a revolução nos demais países latino-americanos e também em certos países do terceiro mundo, uma vez que o próprio Che iria atuar em lutas pela independência e descolonização de países africanos (CASTAÑEDA, 2006).

Che Guevara foi um dos principais líderes da Revolução Cubana. Dirigente militar, presidente do Banco Nacional, ministro da indústria, membro da cúpula da direção política, representante de Cuba no exterior, organizador do internacionalismo-militante, orador profundo e indivíduo carismático, brilhou em todos os terrenos da atividade revolucionária. Sempre unido a Fidel, impulsionou as posições e ideias mais avançadas dentro do processo. Foi o principal teórico da Revolução; seu pensamento é um dos pontos de referência do marxismo do século XX, e textos como *O socialismo e o homem em Cuba* evidenciam a existência de uma teoria e de um projeto libertador latino-americano (MARTÍNEZ HEREDIA, 2007, p. 275.)

Neste contexto, cabe analisar as próprias obras de Che sobre o que seria a revolução latino-americana após o triunfo cubano.

## **2 O LATINO AMERICANISTA E TERCEIRO MUNDISTA, ERNESTO CHE GUEVARA**

Após abandonar seus cargos de governo em Cuba a partir de 1965, a vida de Che seria dedicada ao projeto revolucionário não só na América Latina, mas também em outras regiões permeadas pela violência, pelo atraso, pela fome, por doenças parasitárias e que, principalmente, sofriam o forte peso das potências imperialistas. Ao sair de Cuba, abdicando de todos seus privilégios de representante de governo, cubanos operários, artistas e camponeses se despedem de um dos maiores ideólogos do processo revolucionário. Carlos Puebla, artista inspirador da Nova Trova Cubana, movimento musical que defenderá as conquistas da revolução de 1959, escreverá a famosa letra “*Hasta siempre, comandante!*” numa clara mensagem de despedida ao herói revolucionário argentino, cubano e também latino-americano.

Congo, Tanzânia e, por fim, Bolívia foram os destinos finais do rebelde Che. Em 1967, deixando sua *Mensagem aos povos da Tricontinental*, Che alertava novamente aos

perigos do imperialismo<sup>5</sup> e a necessidade de se fazer a revolução nos demais países da América Latina. Junto com revolucionários de diversos países, Che tentava disseminar a tese e o projeto revolucionário pela região, marcada, neste momento, por três grandes ditaduras militares (Bolívia e Brasil, 1964 e Paraguai a partir de 1954).

Mesmo em condições políticas tão desfavoráveis, o bravo Ernesto continuava apostando suas fichas em um movimento revolucionário. Eis as palavras de Che sobre como organizar uma revolução em toda América do Sul:

A classe camponesa da América constituirá o grande exército liberador do futuro, como já aconteceu em Cuba. Esse exército criado no campo, no qual amadurecendo as condições subjetivas para a tomada do poder; que do exterior vai conquistando as cidades unindo-se à classe operária e aumentando o caudal ideológico com esses novos contatos, pode e deve derrotar o exército opressor, inicialmente em escaramuças, combates e ataques de surpresa, e finalmente, em grandes batalhas, quando tiver crescido até deixar a pequena situação de guerrilha para se tornar num grande exército popular de libertação (CHE GUEVARA, 1961, p.25).

Conforme pontuado, a crença de Che Guevara se daria, majoritariamente, na promoção de uma revolução que tivesse como base a luta armada, essa, por sua vez, podendo ser dirigida por uma vanguarda revolucionária e com o amplo apoio do campesinato. Em sua obra, “A Guerra de Guerrilhas”, escrita no início dos anos 1960, Guevara (1982) sinaliza para 3 grandes pilares (ou teses) sobre a experiência da guerrilha e as possibilidades dessa tática para a revolução latino-americana. São eles:

- 1) As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército.
- 2) Nem sempre há que se esperar que se dêem todas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode criá-las.
- 3) Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo (GUEVARA, 1982, p. 13).

Como pode-se observar, as teses *guevaristas*, à luz da época, apresentavam certas rupturas e críticas em relação ao modelo adotado pela III Internacional e o stalinismo propriamente dito. No que tange a primeira tese, Che deixa claro que é vitória é possível mesmo em condições adversas, conforme experimentado em *Sierra Maestra*. Já o segundo pilar, estabelecendo uma visão crítica diante da inoperância política dos partidos

---

<sup>5</sup>Para a visão anti-imperialista de Che, ver seu discurso em 8 de agosto de 1961 na OEA, bem como seu pronunciamento na 19ª Assembleia Geral da ONU, em 1964.

comunistas na América Latina em termos da luta revolucionária, Che rompe com o dogmatismo e evolucionismo stalinista<sup>6</sup>, alegando que as condições objetivas para o processo revolucionário deveriam ser criadas em consonância com a luta armada. Neste sentido, fatores como a consciência da classe, mobilização política e conhecimento teórico emergiriam de forma natural e concomitante a atuação dos guerrilheiros. Quanta a terceira tese, objeto de discussão e polêmica até os dias de hoje, a América Latina apresenta-se como uma região subdesenvolvida “e diante dessas condições o campo seria o seria o terreno no qual a luta revolucionária se desenvolveria e, portanto, o camponês seria o agente revolucionário” (PRADO, 2008).

Como pode-se observar, Che não enxergava com bons olhos o etapismo e a burocracia soviética da época, uma vez que, para ele, na realidade, ao querer desenvolver as forças nacionais para tirar a América Latina do atraso e do subdesenvolvimento contra o imperialismo norte-americano, dessa forma, paradoxalmente, os partidos com horizontes stalinistas atuavam como força contrarrevolucionária impedindo a necessidade da revolução na América latina como uma questão imediata. Nessa esteira, Che denuncia a formulação de uma aliança entre comunistas com uma suposta “burguesia nacional” de caráter progressista na América Latina. Che, na verdade, destaca que, mesmo com inúmeras contradições diante do imperialismo estadunidense, as burguesias internas da América Latina não possuem uma vocação revolucionária, associando-se, em última instância, com movimentos contrarrevolucionários. De modo inverso ao que acreditava muitos PCs latino-americanos, a aliança tática entre setores progressistas e uma fantasiada burguesia nacional não caminhará, necessariamente, para uma revolução social. Ao contrário, tais burguesias internas não carregariam um elemento nacional, configurando-se, evidentemente, como forças reacionárias aliadas ao capital estrangeiro e os grandes latifundiários, que buscava a todo custo frear qualquer tentativa de revolucionária, enquanto classes dominantes na América Latina (PRADO, 2008). Péricas (2002, p. 103) destaque também que “por seu caráter internacionalista, antiburocrático e libertário, Guevara foi muitas vezes acusado de trotskista, termo que não aceitava” uma vez que considerava o movimento trotskista sectário e errante. De qualquer maneira, tanto Guevara como Trotski eram a favor de um bloco internacional contra o modo de produção

---

<sup>6</sup> Para ver as rupturas do pensamento de Che Guevara diante do stalinismo ver PRADO, Carlos Batista (2008). A guerra de guerrilhas de Che Guevara: entre rupturas e continuidades com o stalinismo. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. III Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina: grafica UEL, v. 3. p. 190-190.



capitalista, negando a tese do socialismo em só país<sup>7</sup>. Dentro desse debate, para ambos, coexistência pacífica, portanto, seria ilusória e absurda, cuja tarefa central dos revolucionários seria espalhar a revolução permanente para os demais países do globo. Por outro lado, o argentino, ao contrário de Trotsky, “não confiava plenamente nos sindicatos e desconfiava de sua eficácia na luta revolucionária, colocando mais ênfase no papel da guerrilha e do campesino todo que propriamente nas lutas proletárias nas cidades, nunca, é claro, as descartando” (Pericás, 2002, p. 104). Besancenot & Lowy (2009), sinalizam que o pensamento de Che Guevara aponta para o um socialismo heterogêneo, não engessado na burocracia soviética e, acima de tudo, não dogmático no que diz respeito às teses concebidas pelo stalinismo ou pela III Internacional. Mais do que isso, Besancenot & Lowy (2009) ressaltam que a revolução de Che Guevara na América Latina, assim como já ressaltado por José Carlos Mariátegui (2005), será uma obra inédita, não se configurando como decalque ou cópia de outros países. Segundo os autores, Che além de defender a ideia de um homem novo para a América Latina, também seria autor de um socialismo original, oposto à caricatura burocrática “realmente existente” do stalinismo e apegado em valores internacionalistas diante das lutas que floresciam no terceiro mundo. Por isso, sua projeção em compartilhar, principalmente, movimentos de libertação nacional de caráter socialista tanto na América Latina<sup>8</sup>, bem como no continente africano.

No entanto, vale ressaltar que as condições objetivas dos países latino-americanos apresentavam diversas peculiaridades, mesmo permeados pelo subdesenvolvimento e a fome. Neste contexto, cabe, por fim, levantar algumas contradições de natureza teórica acerca da tática e estratégia promovida por Che para se pensar o advento da Revolução latino-americana.

---

<sup>7</sup> Em relação ao conceito de revolução permanente e internacionalista em confronto com Stálin, ver TROTSKY, Leon. A revolução permanente. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

<sup>8</sup> Para um balanço sobre o marxismo na América Latina, consultar LÖWY, Michael. O Marxismo na América Latina. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

### 3 FOQUISMO, O NÓ GÓRDIO NO PENSAMENTO DE CHE GUEVARA

Outro personagem a exaltar a figura humana de Ernesto Che Guevara foi seu parceiro de guerrilha e líder da Revolução cubana, Fidel Castro. Em um discurso dias após a morte de seu amigo, em 1967, Fidel deixou uma mensagem ao povo cubano ressaltando o papel heroico de Che ao longo do período revolucionário cubano. Para ele, *“ningún hombre como él en estos tiempos ha llevado a su nivel más alto el espíritu internacionalista proletario!”* (CASTRO, 1967, p. 02).

Che era una de esas personas a quien todos le tomaban afecto inmediatamente, por su sencillez, por su carácter, por su naturalidad, por su compañerismo, por su personalidad, por su originalidad, aun cuando todavía no se le conocían las demás singulares virtudes que lo caracterizaron (CASTRO, 1967, p. 01).

Contudo, vale salientar que a conjuntura política parecia não favorável na realidade política boliviana, onde Che foi executando em 09 de outubro de 1967 em meio a guerrilha daquele país. Além de não contar com o amplo apoio do campesinato boliviano que, em grande medida, possuía uma natureza distinta do camponês cubano, a situação econômica e política na Bolívia também era díspar em relação à ditadura de Fulgencio Batista. Após passar por um momento de elevação social durante a década de 1950, com a nacionalização de setores estratégicos como as minas de estanho e jazidas de petróleo<sup>9</sup>, com forte participação popular frente a esse processo, a Bolívia vivenciava, desde 1964, um regime ditatorial de forte repressão social aos opositores colocando fim às experiências revolucionárias de 1952. Como é sabido, esse ciclo de autoritarismo se disseminará pela região do Cone-Sul assombrando a Argentina, Chile e Uruguai nos anos seguintes.

Assim como o Brasil durante o governo Dutra, a ditadura boliviana instaurada em 1964 pelo General René Barrientos Ortuño promoveu um alinhamento político automático aos interesses da CIA e da política estadunidense. Com um amplo programa de reabertura da indústria das minas de estanho ao investimento privado estrangeiro, a

---

<sup>9</sup> Para esse período ver a dissertação de mestrado de OLIVEIRA ANDRADE, Everaldo de. O partido obrero revolucionário e a revolução boliviana de 1952. Universidade de São Paulo, 1997.

conjuntura boliviana também era permeada por essa forte aliança com os domínios vindos de Washington (OLIVEIRA ANDRADE, 2007).

Outro ponto de destaque diz respeito à teoria revolucionária guevarista. Apostando praticamente todas as fichas na ação do campesinato para a promoção de um movimento insurgente, o chamado foquismo de Che Guevara é contestado por amplos setores das correntes marxistas - em especial, as tendências trotskistas.

Jorge Abelardo Ramos (2014), historiador argentino, possui uma contundente crítica à visão foquista de Che Guevara sobre o entendimento de um processo revolucionário. Para Ramos, ao negar a correlação de forças externas e internas em um processo político e, acima de tudo, subjugar o papel do operariado, Che negaria, em última instância, a própria leitura marxista. Segundo o autor, toda e qualquer teoria revolucionária, à luz do marxismo, deveria levar em consideração uma política de alianças de classes entre o operariado e o campesinato latino-americano.

Toda revolução triunfante gera a sua lenda, além da vontade dos próprios triunfadores e, às vezes, por sua própria vontade. Durante muitos anos e, em particular, pela ação de Ernesto Che Guevara, se difundiu na América Latina a ideia errônea de que, graças à ação da guerrilha, os revolucionários cubanos derrotaram o exército e conquistaram o poder. Esta tese não só é falsa, como também contribuiu para o derramamento de sangue na América Latina e para todo gênero de aventuras sem destino. (...) A revolução cubana não triunfou pela decisão revolucionária de Fidel Castro, mas, antes de tudo, pela decomposição geral da sociedade semicolonial cubana, pela natureza policial das formas armadas de Batista e pelo apoio da imprensa norte-americana. Sem esse conjunto de circunstâncias sociais, econômicas, políticas, geográficas e históricas de 1953-1958, a guerrilha, por si só, não teria triunfado jamais (ABELARDO RAMOS, 2014, p. 502-503).

Marx (2011), em sua obra o 18 Brumário de Luís Bonaparte de 1852, já sinalizava aos perigos de uma não-aliança entre os trabalhadores campo e da cidade, uma vez que isso abriria, categoricamente, espaço para a união do próprio campesinato com frações de classes burguesas. No próprio manifesto comunista, de 1848, Marx & Engels, deixam claro o protagonismo e direção por parte da classe trabalhadora como sujeito revolucionário:

De todas as classes que hoje se opõem a burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais classes vão se arruinando e por fim desaparecem com a grande indústria; o proletariado é o seu produto mais autêntico. (MARX & ENGELS, 2002, p. 18).

De modo antagônico as teses de Engels & Marx, a tática de guerrilha de Che, deveria ser dirigida pelo campesinato e seu local de atuação, em grande medida, seriam os campos da América Latina. Conforme observado, Che subestima o papel das frações de classes urbanas uma vez que o campesinato seria o grande mentor dirigente das revoluções latino-americanas em virtude da região ser caracterizada pelo atraso e, principalmente, pelo subdesenvolvimento. Mesmo reconhecendo as particularidades e níveis desiguais em termos demográficos e de industrialização dos diversos países americanos ao longo de sua obra, Che aposta, fielmente, suas fichas em projeto revolucionário dirigido pelas classes camponesas na América Latina, independentemente do grau de desenvolvimento do país. Hobsbawm (1995) também comenta os equívocos da luta armada na América Latina:

Por toda a América Latina, entusiasmados grupos de jovens lançaram-se em lutas de guerrilha uniformemente condenadas de antemão sob a bandeira de Fidel, Trotski, ou Mão Tsé-Tung. Com exceção da América Central e da Colômbia, onde havia uma velha base de apoio camponês a tropas irregulares, a maioria dessas iniciativas desmoronou quase imediatamente, deixando atrás de si os cadáveres dos famosos – o próprio Che na Bolívia; o igualmente bonito e carismático padre rebelde Camilo Torres na Colômbia – e dos desconhecidos. Foi uma estratégia espetacularmente mal concebida [...] Contudo, mesmo quando os camponeses tomavam a estrada da guerrilha, esta raramente era um movimento camponês – as Farc da Colômbia são uma rara exceção. Eram feitas esmagadoramente na área rural do Terceiro Mundo por jovens intelectuais, vindos inicialmente das classes médias estabelecidas de seus países, mais tarde reforçadas pela nova geração de filhos e (mais raramente) filhas estudantes da crescente pequena-burguesia rural (HOBSBAWM, 1995, p. 428).

Sob esse cenário, vale dizer que, para muitos autores, o fator determinante da revolução cubana não foi a ação propriamente dita do campesinato cubano, conforme teorizado por Che, mas sim um conjunto de fatores políticos, sociais e econômicos que desmantelaram o regime neocolonial na ilha. Entre os fatores cruciais, Florestan Fernandes (2012) e Mao Jr (2007) apontam para a questão nacional em cubana e como o nacionalismo cubano, extremamente particular, foi peça chave para o advento da revolução. Moniz Bandeira compartilhara da mesma visão pontuando o nacionalismo cubano como elemento central da revolução 1959:

A Revolução Cubana foi autóctone, teve um caráter nacional e democrático, e, muito embora alguns de seus líderes, como Ernesto Che Guevara e o próprio Fidel Castro, acolhessem, em pequena medida, ideias marxistas, não era inevitável que ela se desenvolvesse a ponto de identificar-se com a doutrina comunista e sua forma de governo (BANDEIRA, 2009, p. 34).

De qualquer maneira, por fim, vale dizer que a figura de Che, mesmo diante de tais erros táticos, se colocaria em definitivo na história da América Latina. O revolucionário argentino-cubano do século XX se imortalizaria, assim, como um dos maiores latino-americanistas dos últimos tempos. Num ano onde completa-se 50 anos de sua trágica morte na guerrilha boliviana, fica a mensagem do poeta Júlio Cortázar e, sobretudo, de todas as classes oprimidas do continente: “*hasta, siempre, comandante!*”...

" Eu tive um irmão.  
Não nos vimos nunca  
mas não importava.  
Eu tive um irmão  
que andava pelas montanhas  
enquanto eu dormia.  
O amei ao meu modo,  
lhe tomei a voz  
livre como a água,  
caminhei as vezes  
perto da sua sombra.  
Não nos vimos nunca  
mas não importava,  
meu irmão desperto  
enquanto eu dormia.  
Meu irmão mostrando-me  
por detrás da noite  
a sua estrela eleita.”

Julio Cortázar (1914-1984) "Eu tive um irmão". - Outubro de 1967

#### 4 REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel** – a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BESANCENOT, Olivier & LÖWY, Michael. **Che Guevara**: Uma chama que continua ardendo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARLOS PUEBLA, Canção: “**Hasta Siempre, comandante!**”Cuba: 1965.

CASTAÑEDA, Jorge. **Che Guevara**: a vida em vermelho. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

CASTRO, Fidel. *Discurso Pronunciado Por El Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario Del Comité Central Del Partido Comunista De Cuba Y Primer Ministro Del Gobierno Revolucionario, En La Velada Solemne En Memoria Del Comandante Ernesto Che Guevara, En La Plaza De La Revolucion*, El 18 De Octubre De 1967. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1967/esp/f181067e.html>. Acesso: 23 de abril de 17.

CHE GUEVARA, Ernesto. **Ao primeiro Congresso Latino-americano da Juventude**, ago de 1960. In: textos políticos. São Paulo: Global Editora, 2009.

CHE GUEVARA, Ernesto. **Cuba**: exceção histórica ou vanguarda na luta anticolonialista? In: Textos Políticos, São Paulo: Ed. Global, 2009.

CHE GUEVARA, Ernesto. *Discurso en la reunión del Consejo Interamericano Económico y Social (CIES) celebrada en Punta del Este*, 8 de agosto de 1961.

CHE GUEVARA, Ernesto. **Discurso na 19ª Assembleia Geral da ONU em 1964**. Disponível em: <<https://www.novacultura.info/single-post/2016/04/25/Discurso-de-Che-na-19%C2%AA-Assembl%C3%A9ia-Geral-da-ONU-em-1964>> Acesso: 20 de abril de 2017.

CHE GUEVARA, Ernesto. **Mensagem a Tricontinental**, maio de 1967. In: textos políticos. São Paulo: Global Editora, 2009.

CHE GUEVARA, Ernesto. **O socialismo e o homem em Cuba**, março de 1965. In: textos políticos. São Paulo: Global Editora, 2009.

CHE GUEVARA, Ernesto. **A guerra de guerrilhas**. São Paulo: Edições Populares, 1982.

CORTÁZAR, Julio. Poema: "**Eu tive um irmão**". Outubro de 1967.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao Socialismo**: a Revolução Cubana. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, L&PM, 2015.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São. Paulo : Companhia das Letras, 1995.

LENIN, V. L. **O Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. In: Obras Escolhidas. Moscou: Editorial Progresso, 1966.

LÖWY, Michael. **O Marxismo na América Latina**. São Paulo: Fundação PerseuAbramo, 1999.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos**. (seleção de Michael Löwy). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. Che. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana. (Coords.). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MAO JUNIOR, José Rodrigues. **A Revolução Cubana e a questão nacional (1868-1963)**. São Paulo: Editora do autor, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: MartinClaret, 2002.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Ed. Boitempo, 2011.

OLIVEIRA ANDRADE, Everaldo de. **A Revolução Boliviana**. São Paulo, Ed. UNESP, 2007.

OLIVEIRA ANDRADE, Everaldo de. O partido obreiro revolucionário e a revolução boliviana de 1952. **Dissertação de Mestrado**: Universidade de São Paulo – USP, 1997.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Che Guevara e o trotskismo na América Latina. **Revista Outubro**, nº 06, São Paulo, p. 91-104, 2002.

PRADO, Carlos Batista. **A guerra de guerrilhas de Che Guevara: entre rupturas e continuidades com o stalinismo**. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. III Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina: grafica UEL, 2008. v.3. p. 190-190, 2008.

RAMOS, Jorge Aberlado. **A história da nação latino-americana**. Florianópolis: Insular, 2014.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

Recebido em: 20/02/2018

Aprovado em: 13/06/2019

Publicado em: 09/10/2019



## O DEBATE LITERÁRIO E INTELLECTUAL LATINO-AMERICANO NA PRODUÇÃO DE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

*THE LATIN AMERICAN LITERARY AND INTELLECTUAL DEBATE IN THE  
PRODUCTION OF JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI*

Bernardo Soares Pereira <sup>1</sup>  
Instituto Federal de São Paulo, Brasil

**Resumo:** o presente artigo tem como objetivo analisar parte da obra de José Carlos Mariátegui, em especial sua reflexão acerca da questão nacional, através das contendas literárias e intelectuais em que autor esteve envolvido. Nesse sentido, serão valorizados não somente seus textos, como também o diálogo existente entre seus contemporâneos e, além disso, o debate existente na intelectualidade latino-americana que o precedeu, inserindo a obra do autor dentro de um contexto mais amplo do pensamento social latino-americano, a fim de ressaltar tanto o caldo político e cultural no qual esteve submerso quanto identificar o impacto de sua contribuição naquela época.

**Palavras-chave:** Mariátegui; Intelectualidade Peruana; Questão Nacional; Pensamento Latino-Americano.

**Abstract:** This article aims to analyze part of the work of José Carlos Mariátegui, especially his reflection on the national question, through the literary and intellectual debates in which the author was involved. In this sense, not only will his texts be valued, but also the existing dialogue between his contemporaries and, in addition, the debate existing in the Latin American intelligentsia that preceded him, inserting the author's work within a broader context of Latin America social thought in order to emphasize both the political and cultural background in which he was submerged and to identify the impact of his contribution at that time.

**Keywords:** Mariátegui; Peruvian Intellectuality; National Question; Latin American Thinking.

### 1 INTRODUÇÃO

Nota-se, nos últimos anos, um aumento no interesse sobre a vida e obra de José Carlos Mariátegui no Brasil, que pode ser percebido tanto em recentes traduções de obras do autor quanto no surgimento de um razoável número de pesquisas a seu respeito. Embora ainda envolto nos mistérios que rodeiam aqueles que são conhecidos mais pelo nome do que pela obra, já não é raro encontrar referências ao peruano, seja na academia, seja em movimentos sociais. Nesse artigo, tentando contribuir para a divulgação do autor no país, buscaremos trazer

---

<sup>1</sup> Professor EBTB de História do Instituto Federal de São Paulo e Mestre em História na Universidade Federal Fluminense.

à tona o que acreditamos ser um dos aspectos centrais de seu pensamento: o debate em torno da questão nacional, priorizando as contendas intelectuais e literárias nas quais surgiu tal discussão.

Para tanto, tomaremos a liberdade de seguir um caminho não tão corrente, destacando o caldo político-cultural latino-americano do qual Mariátegui partiu, conectando seus estudos e suas disputas políticas às discussões que anos antes já haviam sido lançadas por outros, dando, nesse caminho, atenção especial para a forma através da qual encarava o tema a partir de suas análises literárias.

Se acaso se aceita a caracterização de original, usualmente feita às conclusões as quais chega o marxista peruano, convém destacar que os questionamentos dos quais partia já haviam sido semeados por uma geração precedente. Nesse sentido, é sugestiva uma passagem de *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, sua *magnum opus*, na qual, ao comentar a literatura indianista daquele momento e explicar o porquê de ela ainda não haver produzido sua obra-prima, o autor afirmaria que:

Obra-prima não floresce a não ser em um terreno já muito adubado por uma multidão anônima e obscura de obras medíocres. O artista genial não é geralmente um princípio, e sim uma conclusão. Aparece, normalmente, como o resultado de uma vasta experiência (MARIÁTEGUI, 2010, p. 312).

Seguindo essa perspectiva já apontada pelo peruano em seus estudos, encarregar-nos-emos justamente de articular a obra-prima do artista genial com a vasta experiência que o antecedeu e da qual resulta. Levando-se em consideração esse debate, poderemos ter clareza da origem das questões das quais partiu, mensurando seu pioneirismo na forma encontrada de superar as respostas até então apresentadas para os problemas já colocados.

## **2 A HORA LATINO-AMERICANA**

Durante as duas últimas décadas do século XIX e os primeiros lustros do século XX, surgiam na América Latina os primeiros traços de um pensamento social que, ainda que de maneira heterogênea, começava a apontar para importantes questões, como a necessidade de romper com a influência estrangeira entre a intelectualidade, a discussão acerca da dominação imperialista, a necessidade do estudo das particularidades nacionais e de uma cooperação entre as diversas nações que compunham a América Latina.

O cenário histórico em que surgem é marcado por um período de frustração política. Tendo já clara a impossibilidade de concretização de um projeto nacional para os países latino-americanos calcados nos ideais de soberania e independência tais como sustentados pelas correntes mais radicais do pensamento independentista de princípios do XIX, o continente findava o século passando do domínio inglês para o norte-americano, tendo a vitória dos EUA na guerra Hispano-Americana, em 1898, como um momento chave desse período.

Possivelmente, uma das obras que mais expressam esse período e a que mais ressonou no ambiente latino naquele momento foi o clássico *Ariel*, escrito em 1900 pelo uruguaio José E. Rodó (1872-1917). O título do livro já traz uma clara alusão a um dos personagens de uma das últimas obras de Shakespeare. A obra escolhida por Rodó para dar nome ao seu livro não poderia ser mais sugestiva para retratar a América Latina. *A Tempestade* se passa em uma ilha cuja localização não nos é dada de maneira exata. Nela, atraca Próspero, homem sábio, de grande devoção aos livros, que com sua filha ali se estabelece, tendo como uma de suas primeiras iniciativas escravizar Caliban, natural da ilha e, até então, seu dono. Caliban, contrastando com Ariel, é apresentado ao leitor como o torpe selvagem, deformado, desprovido de qualquer qualidade digna da apreciação de Próspero. Enquanto Ariel aparece pela primeira vez na história chamando Próspero de “meu poderoso senhor”, Caliban entra em cena para praguejar contra ele e acusá-lo de roubar sua ilha em uma das passagens que seria a mais famosa dessa obra, onde o colonizado se coloca na condição de aprender a língua do colonizador apenas para fazer-se entender em suas ofensas (SHAKESPEARE, 1965 [1610 – 1611]).

Porém, ainda que traga Ariel por título, a obra do escritor uruguaio é uma espécie de resposta a uma outra obra, esta já de conteúdo claramente filosófico, escrita por Ernest Renan em 1878, intitulada *Caliban, suite de la tempête [Caliban, depois da tempestade]*. Aqui, Caliban consegue destronar Próspero e chegar ao poder, ainda que a corrupção e a inaptidão o impeçam de permanecer no posto. Já o primeiro, negando-se a concordar com o triunfo de Caliban, mantém a contraposição entre as figuras de Ariel e Caliban: de um lado o império da razão, a espiritualidade; do outro, a sensualidade, a torpeza. A obra de Rodó é um grito contra o utilitarismo, a educação subordinada a um fim exclusivamente utilitário. A esta, o escritor opõe o que chama de concepção racional, fundada no livre e harmonioso desenvolvimento da natureza humana, como identificada na Grécia clássica.

Para Rodó, a expressão máxima do utilitarismo estaria representada pelos Estados Unidos. Segundo ele, em termos civilizatórios, essa concepção significaria uma diminuição moral, que já afetava diversos países na América Latina. O autor critica abertamente aquilo que

chama de “nordomanía”, ou imitação do americanismo. Impossível deixar de perceber nessa obra uma concepção aristocrática, em que, frente à expansão do utilitarismo norte-americano, seu ideário de latinização (que em nenhum momento do livro deixa claramente explicitado), incorre, em diversos momentos, em uma defesa da educação e da formação de uma aristocracia letrada como um freio à barbárie das multidões (RODÓ, s/d).

Esse mesmo sentido que circundava a obra de Rodó aparece em outros clássicos do pensamento latino-americano no período, não se limitando somente a uma determinada área do conhecimento, mas chegando a campos como a literatura, por exemplo. O nicaraguense Rubén Darío (1867-1916), um dos maiores representantes do modernismo latino-americano, também dedicou alguns versos à denúncia da interferência norte-americana na América Latina. Pouco tempo após a derrota espanhola na Guerra Hispano-Americana, Darío, na mesma perspectiva de Rodó, denunciava *El triunfo de Calibán*, a quem chamava de “inimigos”, “bárbaros”, “aborrecedores do sangue latino”.

No, no puedo, no quiero estar de parte de esos búfalos de dientes de plata. Son enemigos míos, son los aborrecedores de la sangre latina, son los Bárbaros. Así se estremece hoy todo noble corazón, así protesta todo digno hombre que algo conserve de la leche de la Loba. (...) No, no puedo estar de parte de ellos, no puedo estar por el triunfo de Calibán (DARIO, 2003).

O ideal de Caliban, para Darío, estava expresso nas fábricas, nos bancos, na bolsa de valores, no dólar, elementos estes que via triunfar e alastrar-se por toda a América Latina no início do século XX. Perante a gula do Norte, o autor conclamava a defesa incitando à União Latina, que englobaria não somente as nações latino-americanas, mas também os países europeus de língua latina. Darío ainda voltaria ao tema em seus poemas, como, por exemplo, ao escrever *A Roosevelt*, então presidente dos EUA. Nesse famoso poema, essa discussão ganha destaque tanto pela maneira como apresenta a América Latina, quanto pela esperança de uma resistência perante as ofensivas do Norte. Como fica claro nos versos selecionados abaixo.

Eres los Estados Unidos,  
eres el futuro invasor  
de la América ingenua que tiene sangre indígena,  
que aún reza a Jesucristo y aún habla en español.  
(...)  
Mas la América nuestra, que tenía poetas  
desde los viejos tiempos de Netzahualcoyotl,  
que ha guardado las huellas de los pies del gran Baco,  
que el alfabeto pánico aprendió;  
(...)

Se necesitaría, Roosevelt, ser por Dios mismo,  
el Riflero terrible y el fuerte Cazador,  
para poder tenernos en vuestras férreas garras.  
Y, pues contáis con todo, falta una cosa: ¡Dios!  
(DARIO, 1981).

A Guerra Hispano-Americana marcou diversos autores da época. Em muitos casos, o temor da vitória norte-americana acabaria por gerar uma aproximação entre intelectuais latino-americanos e espanhóis, o que já se ensaiava na tentativa de alguns autores de se reunirem em torno daquilo que denominariam pensamento hispano-americano. Analisando a relação entre a intelectualidade da Espanha e da América Hispânica pós 1898, Capelato (2003) afirmava que o evento serviu ao mesmo tempo para uma aproximação entre eles, assim como para o fortalecimento, em alguns casos, de um discurso de exaltação nacionalista de cunho conservador e antidemocrático, ambos abrigados sob a ideia de *hispanidad*<sup>2</sup>. Nesse caso, o clima cultural seria marcado pela defesa de uma suposta latinidade, que unificaria os países de tradição latina frente à imagem negativa que se começava a desenhar dos EUA, ainda que isso remetesse a um sentimento nostálgico e aristocrático. Contudo, essa geração de intelectuais era composta por autores extremamente heterogêneos, tendo muitos deles apresentando novos elementos às proposições de Darío e Rodó.

Entre esses autores, aquele que possivelmente podemos indicar não somente como seu precursor, mas também como aquele que conseguiu expressar com maior nitidez esse pensamento crítico em sua vertente anti-imperialista foi o cubano José Martí (1853-1895). Em seu discurso no Congresso Internacional de Washington, ainda em 1889, Martí, que nessa altura era uma das principais figuras no movimento de independência cubana, já apontava para o novo perigo que via surgir.

Da tirania da Espanha soube salvar-se a América espanhola; e agora, depois de ver com criterioso olhar os antecedentes, causas e fatores do convite, urge dizer, porque é a verdade, que chegou para a América espanhola a hora de declarar sua segunda independência (MARTÍ, 1991, p. 170).

---

<sup>2</sup> Sobre o conceito de “hispanidad”, ver GOUVEIA (2015) onde a autora analisa tanto sua relação com a derrota espanhola de 1898 quanto os distintos significados a ele atribuídos naquele período, nem sempre vinculados a noções conservadoras a antidemocráticas. Dentre os autores dessa geração, destaca-se a figura de Miguel de Unamuno, também comentado por Mariátegui.

A segunda independência defendida pelo autor passaria, como na solução apontada por Rodó, nem pela exaltação da cultura clássica, nem por uma visão societária aristocrática. No que concerne a esse ponto, Martí tampouco media palavras.

A universidade europeia deve dar lugar à universidade americana. A história da América, dos incas para cá, deve ser ensinada minuciosamente, mesmo que não se ensine a dos arcontes da Grécia. A nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. Nos é mais necessária. Os políticos nacionais substituirão os políticos exóticos. Enxerte-se em nossas repúblicas o mundo; mas o tronco terá que ser o de nossas repúblicas. E cale-se o pedante vencido; pois não há pátria na qual o homem possa ter mais orgulho do que em nossas doloridas repúblicas americanas (MARTÍ, 1991, p. 196).

Nesse mesmo texto de 1891, Martí já alertava que o desprezo dos EUA em relação à América Latina constituía o maior perigo no momento. É essa mesma preocupação que expõe quatro anos depois, em uma de suas últimas correspondências, poucos dias antes de morrer, onde deixa claro que seu “duplo objetivo” era conquistar a independência de Cuba e impedir que os EUA alastrassem seu domínio sobre a América Latina.

De Martí até Mariátegui, o pensamento crítico latino-americano vai ganhando corpo no decorrer das primeiras décadas do século XX, passando por Cuba, Nicarágua, Uruguai, até atravessar a bacia do Prata e encontrar ali um de seus principais representantes. Ainda sob o efeito da intervenção norte-americana em Cuba, em 1901, o argentino Manuel Ugarte (1875-1951) escrevia *El peligro yanqui*, já usando aqui também o termo imperialismo para se referir ao novo tipo de invasão americana, marcada não somente pela intervenção militar direta, mas também pela “paulatina invasão comercial e moral”.(UGARTE, S/d, p. 65). Frente a esse perigo, o autor conclamava as nações latino-americanas a sua unidade, assim como, frente ao assédio dos EUA, pregava a defesa do uso do capital proveniente da Europa, uma vez que, em sua concepção, isso não representaria nenhum antagonismo aos interesses latino-americanos. Ainda assim, Ugarte é um dos primeiros autores a conectar a necessidade de estreita vinculação da luta anti-imperialista ao socialismo, ainda que sua concepção de socialismo fosse bastante incipiente, tendo como referência algumas das principais figuras da social-democracia francesa de finais do século XIX.

Ugarte, tal qual Rodó e Darío, era igualmente influenciado pelo clima gerado após a Guerra Hispano-Americana. Esse grupo de autores, assim como a de outros que surgiam nesse período, costuma-se denominar como *generación del 900*, que seria definida por Ugarte da seguinte maneira:

Componíamos una orquesta exótica, dentro de la cual cada uno tocaba un instrumento, importante, secundario o accesorio. Unos cultivaban este género. Otros, aquél. Tan diversas eran las aptitudes como derroteros. Pero obedecíamos a un ritmo, a una inspiración general. Representábamos un movimiento. Pensábamos en generación (UGARTE, s/d, p. 295).

### 3 MARIÁTEGUI E A INTELLECTUALIDADE PERUANA

Essa exótica orquestra encontrou no Peru, país de Mariátegui, quem a compusesse tocando em tons variados. Essa geração, também chamada de *arielista*, em uma clara referência ao livro de Rodó, encontrou no círculo intelectual da Universidade de San Marcos um fértil ambiente para se desenvolver. Entretanto, ao contrário dos outros autores supracitados, que sofreram influências de Rodó no que diz respeito à crítica aos EUA, estes autores peruanos teriam sua formação marcada pelos aspectos aristocráticos e idealistas de *Ariel*, caracterizando-se, assim, no Peru, o arielismo como uma geração conservadora.

Ao mesmo tempo em que chegavam tais influências na intelectualidade peruana, conjuntamente o país também era marcado por um forte sentimento de frustração nacional com a derrota do Peru na Guerra do Pacífico, que significou a perda de consideráveis territórios economicamente estratégicos, além de uma clara demonstração da inferioridade e do atraso do desenvolvimento peruano em relação aos seus próprios países vizinhos.

A prostração gerada após a derrota marcaria todos esses autores no sentido de um sentimento comum de construir uma verdadeira nação, ainda que as proposições políticas para tanto não fossem idênticas. Ao lado do sentimento de derrota e da necessidade dessa intelectualidade de expressar suas angústias, a sociedade peruana daquele momento passava por importantes transformações que permitiram a maior circulação de ideias. Destaca-se a aproximação feita pelo presidente Augusto B. Leguía em relação aos intelectuais nos primeiros anos de seu governo, que contribuiu para a multiplicação do número de publicações no país. Entre os anos de 1918 e 1928, o número de revistas e jornais publicados no país saltou de 167 para 473, sendo a maior parte dessas publicações de caráter político ou literário, entre as quais sobressai *Amauta*, Revista editada por de Mariátegui<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup>Para uma análise mais detalhada das revistas peruanas desse período ver Alvarado (2010).

Certamente, foi essa forma de recepção idealista e aristocrática de Ariel no Peru que levou Mariátegui a rechaçar a obra de Rodó. O autor peruano, que já se declarara marxista convicto e confesso, havia iniciado o trabalho de construção de um partido revolucionário e pregava abertamente o caráter socialista da revista que fundara dois anos antes, negava-se a contrapor aos EUA “imperialista e plutocrático” uma união dos países latino-americanos baseada em valores etéreos como a noção de latinidade.

Es ridículo hablar todavía del contraste entre una América sajona materialista y una América latina idealista, entre una Roma Rubia y una Grecia pálida. Todos estos son tópicos irremisiblemente desacreditados. El mito de Rodó no obra ya - no ha obrado nunca - útil y fecundamente sobre las almas. Descartemos, inexorablemente, todas estas caricaturas y simulacros de ideologías y hagamos las cuentas, seria y francamente, con la realidad (MARIÁTEGUI, 1974, p. 248).

Esse sentimento de fazer um acerto de contas com a geração antecessora foi uma das marcas da intelectualidade peruana dos anos 1920. Em que pesem as diferenças entre esses autores, o rechaço à intelectualidade tradicional peruana foi um elemento forjador de unidade entre eles, chegando esse acerto de contas, em alguns momentos, a estimular uma negação de tudo que veio antes, como foi o caso de Haya de la Torre quando afirmou que sua geração não teve professores. Ainda assim, essa nova geração possuía alguns elementos em comum para além dessa questão.

Burga e Galindo, por exemplo, ressaltam o fato de quase todos eles serem originários de províncias peruanas - Basadre (Tacna); Vallejo (La Libertad); Valdelomar (Ica), Haya de la Torre (La Libertad), Mariátegui (Moquegua) - um elemento fundamental em um país onde toda a vida política e intelectual até então era centralizada em Lima (BURGA; GALINDO, 1991, p. 254). Germaná, por sua vez, destaca três elementos que, independentemente da posição que poderia possuir cada autor, constituíam elemento comum a todos eles: 1) a preocupação em conhecer a realidade peruana; 2) o internacionalismo, associando a realidade peruana às transformações em curso em todo o mundo; 3) e, unificando os dois anteriores, a vontade de criar um “Peru novo dentro de um mundo novo” (GERMANÁ, 1998, p.119). Ademais, se a geração anterior produzia dentro dos muros universitários, esses novos intelectuais, aliados desse espaço, escreviam nas novas revistas<sup>4</sup> e jornais que surgiam naquele período, de modo que o antiacademicismo foi mais uma das marcas dessa nova geração, chegando o próprio

---

<sup>4</sup> Os autores dessa nova geração mencionados foram colaboradores assíduos de *Amauta*, revista organizada por Mariátegui. Ao fazermos referência aos artigos publicados em *Amauta* e seus colaboradores, será com base no estudo de Alberto Tauro (1994).



Mariátegui a reconhecer sua produção não somente como extra-universitária, mas também como anti-universitária.

Já entre os expoentes da geração arielista podemos elencar os nomes de Francisco García Calderón, José de Riva-Agüero e Victor Andrés Belaúnde, que não por acaso fazem parte dos autores diretamente tratados por Mariátegui em suas obras. Liderando essa geração em sua vertente liberal, Francisco García Calderón publica na França, em 1907, um livro que é considerado por muitos estudiosos da história das ideias políticas do Peru como uma das primeiras tentativas de estabelecer uma análise sistemática sobre a sociedade peruana. Em *Le Pérou Contemporaine*, lido não somente pela intelectualidade peruana – que só teve acesso a uma versão integral em espanhol na década de 1980 -, mas também por autores de grande reconhecimento no cenário europeu, Calderón creditava a derrota e a inferioridade peruana na Guerra do Pacífico à falta de uma classe dirigente ilustrada, que entendesse a necessidade de reformar o país e de modernizá-lo para o progresso.

Um atento historiador peruano como Alberto Flores Galindo reconheceria essa obra como a primeira tentativa moderna de oferecer uma visão que se pretendia global do Peru (GALINDO, 1996, p. 35). Mariátegui o reconhece como o autor mais realista de sua geração, como aquele que trabalhou no sentido de buscar as raízes históricas da formação da sociedade peruana e de apontar alternativas para seu desenvolvimento. Entretanto, afirma que sua vinculação política ao civilismo<sup>5</sup> o impedia de realizar uma análise verdadeiramente profunda da realidade do Peru, acusando-o de se limitar a defender o governo de uma oligarquia ilustrada e prática, constatando a existência de forças de progresso no país (MARIÁTEGUI, 2008, p. 72).

#### 4 CRÍTICA LITERÁRIA E QUESTÃO NACIONAL

Desses três autores, aquele de quem Mariátegui mais escreveu a respeito foi Riva-Agüero, considerado por ele como o maior representante de uma tendência literária que ficaria conhecida no Peru como futurista. O marxista latino-americano, ao analisar o futurismo peruano e inseri-lo em seu contexto social, caracterizava-o como a milícia intelectual do civilismo,

---

<sup>5</sup> Por civilismo entende-se o período compreendido entre os anos de 1895 e 1919, no qual o país foi governado por presidentes oriundos do Partido Civil, marcando a quebra do controle presidencial pelo Partido Constitucionalista. Esse período também ficaria conhecido como o período da “República Aristocrática”.

elemento fundamental para que, em um momento de descontentamento social após a derrota de uma guerra, pudesse consolidar sua dominação através do domínio intelectual.

Antes de Riva-Agüero escrever *La Historia en el Peru* (1910), sua obra de caráter mais claramente histórico, já havia produzido uma obra intitulada *Caráter de la Literatura del Perú independiente*, e era nesse campo da discussão literária que o Amauta centrava suas críticas ao autor. Mariátegui encarava o futurismo encarnado por Riva-Agüero, ao contrário do que o nome sugere, como uma reação ao romantismo. Enquanto este último condenava radicalmente o presente em nome do passado ou do futuro, o futurismo de Riva-Agüero defendia o presente, ainda que para isso evocasse o passado para justificá-lo. Sendo mais incisivo, afirma que “caracterizam-se, espiritual e ideologicamente, por um conservadorismo positivista, por um tradicionalismo oportunista” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 293).

Ao voltar-se para o passado, Riva-Agüero encontrava no vice-reinado aquilo de que precisava para construir sua ideia de nação, que seria uma das principais marcas do futurismo e um dos pontos de aproximação desses autores com a Espanha. A estrutura social colonial era perfeitamente compatível com o conservadorismo de Riva-Agüero. Mariátegui, ao criticá-lo, dizia que sua obra não era unicamente uma peça literária, mas, sobretudo, uma reivindicação política, uma defesa de certo posicionamento de classe, ainda que ele a negasse. Riva-Agüero pertencia a um momento de transição política e econômica no Peru, em que o país, há poucos anos independente, via ocorrer entre a elite aquilo que Mariátegui em outra obra chamaria de “metamorfose ridícula da antiga aristocracia latifundiária em burguesia liberal”, sendo ele o responsável por realizar esse trânsito no campo literário.

À não confessa parcialidade civilista de Riva-Agüero, Mariátegui contrapunha sua explícita parcialidade socialista, não dissociando sua concepção estética de suas crenças políticas, morais e religiosas. As duras críticas a Riva-Agüero se referiam tanto dele caracterizar-se como a maior representação da literatura oficial peruana no momento, quanto pelo fato de sintetizar justamente o que o marxista enxergava como o maior problema da literatura peruana até então: sua falta de raízes.

Ainda que tanto os futuristas quanto as outras tendências literárias no país buscassem refúgio e inspiração no passado, todas elas falhariam por não serem capazes de encontrar as verdadeiras raízes. A verdadeira seiva peruana da qual a literatura deveria nutrir-se não era a colônia ou a conquista, mas sim a cultura indígena. Nesse sentido, a postura dos autores não poderia ser mais antagônica:

O sistema que, para americanizar a literatura, remonta até os tempos anteriores à conquista, e trata de fazer viver poeticamente as civilizações quéchua e asteca, as ideias e os sentimentos dos aborígenes, me parece o mais estreito e infecundo. Não deve ser chamado de americanismo e sim de exotismo (RIVA-AGUERO *apud* MARIÁTEGUI, 2010, p. 232).

O trabalho de crítico literário foi uma atividade que acompanhou o marxista peruano por toda a sua vida, sendo antes mesmo de sua viagem à Europa já conhecido nos círculos literários de Lima. A afeição pela literatura nota-se no fato de o ensaio destinado ao estudo da literatura peruana ser o maior entre todos que compõem os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. A associação por ele feita entre política e literatura em Riva-Agüero mostra a maneira intrínseca adotada pelo autor de associar esses dois fenômenos. Sobre a relação de suas concepções estética e política, Mariátegui afirmava que:

Mas isso não quer dizer que considero o fenômeno literário ou artístico de pontos de vistas extraestéticos, mas sim que minha concepção estética é unânime, na intimidade da minha consciência, com minhas concepções morais, políticas e religiosas e que, sem deixar de ser concepção estritamente estética, não pode operar independente ou diversamente (MARIÁTEGUI, 2010, p. 223).

Nessa seção de sua obra-mestra, muito mais do que a análise literária das tendências peruanas, o que sobressai é um balanço sobre seus momentos políticos mais marcantes e seus expoentes intelectuais. O próprio título do ensaio dedicado à literatura, *El proceso de la literatura*, trazia a palavra “processo” não no sentido de ressaltar a formação da literatura peruana, mas em sua acepção jurídica: um ajuizamento. Mariátegui não estava somente a par de toda a produção literária peruana, o período de vivência na Itália (1919 – 1923) também lhe possibilitou ter acesso ao que de mais avançado havia em termos de crítica literária. Ao analisar a literatura de seu país, tomava os devidos cuidados de não repetir uma tipificação existente nos estudos literários que a separava entre classicismo, romantismo e modernismo, ou entre antigo, medieval e moderno. Nesse mesmo sentido, também criticava uma vertente marxista que insistia em dividir a literatura entre feudal, burguesa e proletária, assinalando o fato de tal divisão não se adequar à realidade peruana, mostrando, assim, que também não estava disposto a incorporar fórmulas reducionistas existentes na tradição marxista em seus estudos, característica que não se reduz somente à sua crítica literária, mas que abrange toda sua produção intelectual e política.

Com base em críticos como Francesco De Sanctis, que analisava a literatura em sua articulação com o período da unificação nacional italiana, influência essa que também consta

nas análises literárias de Antonio Gramsci, Mariátegui distinguia a literatura em três períodos: colonial, cosmopolita e nacional. O caráter colonial da literatura peruana não era marcado apenas pela dominação imposta pela Espanha e na relação de dependência daí criada, pois, restringindo-se somente a esses aspectos, era de supor que ela cessaria ao chegar à Independência formal. Para o autor, tal caráter estaria arraigado na visão de mundo da intelectualidade peruana. O sentimento aristocrático, a nostalgia do período colonial e o traço claramente conservador marcariam esse momento da literatura peruana, que ainda se estenderia até o período da vida de Mariátegui.

Sendo assim, ainda que escrita na Colônia, a literatura daquela época não era peruana, mas espanhola, uma vez que conservava seus principais traços. A debilidade da literatura peruana não vinha da incompetência de seus expoentes, mas sim do substrato social da qual emergia. Ao analisar o surgimento das literaturas nacionais na Europa, Mariátegui o relacionava à formação dos Estados modernos. O Peru seria um exemplo clássico de nação inconclusa; uma vez que em seu processo de formação não incorporou os elementos verdadeiramente nacionais, os indígenas, sua literatura não poderia fugir a contingência histórica à qual estava submetida. De maneira rotunda, afirmava:

A literatura de um povo se alimenta e se apoia em seu substrato econômico e político. Em um país dominado pelos descendentes dos *encomenderos* e ouvidores do vice-reinado, nada era mais natural, por conseguinte, que a serenata sob seus balcões. A autoridade da casta feudal repousava em parte sobre o prestígio do vice-reinado. Os literatos medíocres de uma república que se sentia herdeira da conquista não podiam fazer outra coisa senão trabalhar pelo lustre e pelo brilho dos brasões vice-reais. Apenas os temperamentos superiores – percussores sempre, em todos os povos e todos os climas, das coisas do futuro – eram capazes de se subtrair dessa fatalidade histórica, demasiado imperiosa para os clientes da classe latifundiária (Idem, *Ibidem*, p. 231).

Assim, Mariátegui, ao tratar da possibilidade da independência - movimento que caracterizou como uma revolução - trazer uma literatura de outro tipo, assevera que ela não poderia expressar uma mentalidade diferente caso não estivesse calcada no surgimento de uma classe dirigente que rompesse com os laços coloniais, o que, segundo o autor, foi o caso de seu país natal, em que a emancipação política em relação a Espanha não significou a aparição de uma burguesia dirigente mais ou menos sólida (Idem, *ibidem*, p. 237).

Com tal leitura, Mariátegui aproxima-se muito de Martí, quando este afirmava que só seria imortal nas Américas o escritor que refletisse acerca das condições múltiplas e confusas da época, assim como não existiriam letras, que são a expressão, enquanto não houvesse essência para nelas se exprimir, nem literatura hispano-americana enquanto não existisse

Hispano-América (MARTÍ, 1991, p. 65). Nesse sentido, para Mariátegui também não poderia haver literatura peruana.

De certa forma, o peruano também estava muito perto de Gramsci quando este dizia que na Itália, ao contrário da França, por exemplo, ainda não havia se concretizado a unidade entre nação e povo, entre o nacional e o popular. Tal circunstância, na literatura, estava expressa no fato de o público italiano não ler a própria literatura italiana, ainda que fosse leitor da literatura francesa. O questionamento do porquê de o público italiano não ler a literatura produzida em seu próprio país permeia grande parte da reflexão de Gramsci acerca desse tema, e, pela resposta encontrada ao problema, pode-se dizer que é um ponto de reflexão comum a grande parte dos *Cadernos do Cárcere*. Para Gramsci, tal fato se devia, sobretudo, a uma intelectualidade afastada do povo, alheia aos sentimentos da massa, que gerava uma literatura que, pelo fato de não ser popular, também não alcançava ser nacional. Essa questão estaria, do mesmo modo, diretamente associada à maneira como foi operado o processo de formação do Estado italiano, pelo alto, através da revolução passiva, com o afastamento das massas camponesas.

O que significa o fato de que o povo italiano lê preferencialmente os escritores estrangeiros? Significa que ele sofre a hegemonia intelectual e moral dos intelectuais estrangeiros, que se sente mais ligado aos intelectuais estrangeiros do que aos 'patricios', isto é, que não existe no país um bloco nacional intelectual e moral, nem hierárquico nem (muito menos) igualitário. Os intelectuais não saem do povo, ainda que acidentalmente algum deles seja de origem popular; não se sentem ligados ao povo (à parte a retórica), não o conhecem e não sentem suas necessidades, suas aspirações e seus sentimentos difusos (GRAMSCI, 2002, p. 42).

Mariátegui afirmava claramente que para forjar uma literatura genuinamente nacional o primeiro passo seria aquele que expressasse os sentimentos e anseios da grande massa da população peruana, segmento social que à época correspondia a 4/5 dos peruanos: os indígenas.

## 5 LITERATURA E POLÍTICA

Era com essa perspectiva de abarcar o fenômeno literário a partir de suas relações políticas através das particularidades da formação nacional peruana que, dos onze autores abordados individualmente no capítulo destinado ao estudo da literatura em *Sete Ensaio...*, há dois pelos quais Mariátegui demonstra uma identificação visível: González Prada e César Vallejo.

Mariátegui considerava González Prada uma das figuras mais destacadas do Peru independente, como o precursor da transição do período colonial para o período cosmopolita. Em sua principal obra, inicia a seção destinada a discutir a obra de González Prada rebatendo uma acusação levantada por Ventura García Calderón (irmão de Francisco García Calderón), e que ganhava alguma aceitação pela intelectualidade peruana no momento, de que Prada seria o menos peruano entre todos os literatos do país.

Mariátegui alertava para o fato de que Prada escrevia no momento em que a “peruanidade” ainda estava em formação. Contudo, o simples fato de desafinar o coro vindo da San Marcos e afastar-se da tradição colonial da literatura permitia que sua literatura anunciasse uma outra genuinamente peruana. Foi em González Prada que a literatura peruana passou a receber influência de diversas outras, interrompendo o ciclo de exclusividade espanhola. O autor cita uma passagem de *Páginas Libres*, em que Prada expressa essa necessidade de maneira clara:

Abandonemos as andadeiras da infância e busquemos em outras literaturas novos elementos e novos impulsos. Preferimos o espírito livre e democrático do século ao espírito das nações ultramontanas e monárquicas. Voltemos os olhos aos autores castelhanos, estudemos suas obras-mestras, enriqueçamos sua linguagem harmoniosa, mas lembremo-nos constantemente de que a dependência intelectual da Espanha significaria uma definida prolongação da infância para nós (GONZÁLEZ PRADA *apud* MARIÁTEGUI, 2010, p.244).

Para o marxista peruano, Prada distinguia-se dos demais autores de sua época, tais como Francisco García Calderón e Riva-Agüero. Enquanto os últimos aderiam fervorosamente ao pensamento conservador, portando-se como verdadeiros ideólogos da elite civilista, Prada afiliava-se a um pensamento revolucionário, demonstrando um anseio de justiça. Prada criticava a intelectualidade peruana por seu comportamento excessivamente acadêmico, por se abster das grandes questões sociais em nome de uma pretensa imparcialidade.

El librepensador que llamándose a la neutralidad política, ve con indiferencia las iniquidades y los derroches de un gobierno tiránico, nos parece tan censurable como el estadista que, alegando la neutralidad religiosa, presencia con olímpica serenidad el predominio del clero y la difusión de las ideas ultramontanas. El librepensamiento no debe renunciar a la política por una razón: los políticos no se olvidan de los librepensadores. Todo político de mala ley presiente un adversario en todo pensador de tendencia irreligiosa, presentimiento muy racional, pues quien hoy se subleva contra las autoridades que presumen bajar del cielo, mañana suele revelarse contra los déspotas que surgen de la Tierra.” (GONZÁLEZ PRADA: 1964, p. 44).

Ainda que Prada incitasse correntemente à ação, Mariátegui afirmava que ele não era um homem de ação, mas sim de verbo, pois lhe faltavam características fundamentais de um realizador e organizador. Era nesse sentido que alegava que os estudos de Prada ainda careciam de maior profundidade nas análises econômicas e políticas, cabendo às gerações seguintes completar essa tarefa. Portanto, não seria mera coincidência ele próprio começar os *Sete Ensaíos...* com uma análise econômica do Peru. Estava ele, de certa forma, continuando a obra de González Prada.

Ainda que Mariátegui possuísse alguns pontos de divergência em relação a Prada, em especial na questão do forte anticlericalismo do último, sinalizava a necessidade de buscar seu verdadeiro valor não em seu anticlericalismo, mas em sua “crença de justiça”. Ao fazer alusão a esse senso de justiça, o autor seguramente pensava, sobretudo, na relação estabelecida entre Prada e os indígenas. Se condenava Riva-Agüero por repudiar as tentativas de encontrar no passado incaico as raízes peruanas, valorizava Prada por justamente fazer o inverso. Em um momento em que predominavam as análises nas quais o índio era julgado como raça inferior, Prada divergia diretamente dessas tendências, evidenciando, inclusive, conhecimento da então sociologia em voga, dialogando diretamente com Gustave Le Bon e defendendo a ineficácia da divisão da humanidade em raças.

Enquanto a intelectualidade peruana defendia a inferioridade racial do índio, Prada sustentava que, ao ser educado, ele poderia chegar ao mesmo nível cultural e moral que o descendente espanhol. Ainda assim, não era vítima da mesma ingenuidade, apontada por Mariátegui, presente em diversos autores peruanos, que fazia com que se encarasse a marginalidade indígena como algo meramente pedagógico. Nesse ponto, podemos perceber claramente a influência de Prada em Mariátegui, ao afirmar que “a questão do índio, mais do que pedagógica, é econômica, é social”, frase que seria retomada e aprofundada pelo marxista décadas mais tarde (PRADA, 1964, p.212). Dessa forma, pode-se perceber que tanto as críticas feitas por González Prada ao forte arraigo da intelectualidade peruana ao período colonial, quanto o destaque dado ao índio no processo de formação histórico-cultural do Peru coincidiam com os dois elementos fundamentais apontados pelo Amauta para a formação de uma literatura nacional.

Analisando as vanguardas estético-literárias na América Latina entre finais do século XIX e início do XX, Fernanda Beigel, em sua obra *El itinerario y la brújula: el vanguardismo estético político de José Carlos Mariátegui*, afirma que há uma modernização literária tanto na poesia quanto na escrita, que foi fruto do momento político da época. Trabalhando com muitos

dos autores supracitados, como Darío, Martí e González Prada, a autora ressalta que, ao contrário da tese defendida por alguns de uma suposta fuga esteticista, esses autores recorriam às letras uma vez que viam, diante de si, fechados os canais tradicionais que poderiam utilizar para expressar suas inquietações, seja para realizar uma crítica radical de caráter anti-imperialista, seja para rechaçar o estilo de vida norte-americano com base em um espiritualismo abstrato, podendo chegar a posições retrógradas (BEIGEL, 2003, p.36).

No Peru em particular, o vanguardismo literário, estritamente associado ao momento político de inícios do século XX, buscou incorporar as reivindicações da massa indígena. Foi essa aproximação com a problemática das comunidades indígena-camponesas que permitiu o surgimento das primeiras expressões da literatura nacional no país. É nesse sentido que Mariátegui destacava a figura de César Vallejo que, para ele, seria a “alvorada da nova poesia no Peru”. A admiração pela poesia de Vallejo vinha da incorporação do sentimento indígena. Ainda assim, fazia questão de aclarar que essa incorporação não vinha da recorrência ao folclore ou ao exotismo, nem da mera utilização de palavras em quéchua ou do relato da condição indígena. O sentimento indígena em Vallejo estaria marcado, sobretudo, por sua atitude nostálgica.

Mariátegui, valendo-se dos estudos de Valcárcel, afirmava que uma das principais marcas do comportamento indígena era seu sentimento nostálgico. Não uma nostalgia no sentido retrospectivo de um saudosismo colonial, mas a nostalgia como um grito de protesto dos indígenas, como a expressão de seu sofrimento ao longo dos anos na história peruana. Nesse sentido, em suas obras abundam citações de trechos de poemas de Vallejo, todos eles retirados de dois dos seus principais livros, *Los Heraldos Negros* e *Trilce*. Ademais de expressar em sua arte o sentimento indígena, Vallejo inovava também na forma, sobretudo em *Trilce*. Mariátegui considerava esse aspecto como a inequívoca separação entre forma e conteúdo, uma vez que o sentimento indígena não poderia expressar-se nas tradicionais formas existentes até então na literatura peruana.

A nostalgia de Vallejo também se mesclava com o pessimismo indígena, mas um pessimismo diferente das tradições literárias anteriores. Alguns anos antes de escrever sobre Vallejo, Mariátegui já havia alertado para duas concepções distintas de pessimismo. O que parecia encontrar em Vallejo era a mesma atitude que afirmava ser característica dos revolucionários, o pessimismo em sua condenação do presente, ainda que a ele fosse somado o otimismo em relação ao futuro. “Pessimismo da realidade, otimismo do ideal”, fórmula que condensava Mariátegui em 1925, também muito próxima da que seria utilizada por Gramsci



(MARIÁTEGUI, 1959, p. 65). O pessimismo de Vallejo, para o marxista, apresentava-se cheio de ternura e caridade, diferentemente do pessimismo exclusivamente negativo, que se limitava a constatar a miséria das coisas com um gesto de impotência.

Essa postura, condizente com a orientação socialista de Vallejo, também permeava as análises de Mariátegui sobre a conjuntura política de sua época. Dezoito dias antes de morrer, o autor redigiu um texto em que afirmava existir uma inquietude própria de sua época, que seria uma expressão intelectual e sentimental da crise do capitalismo. Ainda que essa inquietude pudesse apresentar-se em sua forma reacionária, na tendência de se refugiar no passado, o revolucionário peruano orientava sua articulação política no sentido oposto, conectando os elementos de inquietude da época à necessidade de organização dos trabalhadores com vistas à edificação de uma sociedade socialista.

## 6 CONCLUSÃO

Levando-se em consideração o caldo político-cultural no qual Mariátegui se viu imerso em sua produção intelectual, pode-se perceber, através de seus estudos mais diretamente voltados ao campo da análise cultural e do debate intelectual do período, como o autor apontava para conclusões que em muito extrapolavam essas esferas. Como ele mesmo admitia, a unidade estética e política de seu pensamento pode ser notada ao longo de sua produção.

A forma como estudava a literatura peruana, negando-se a enquadrá-la em modelos já previamente elaborado alhures, estão em profunda consonância com as opções metodológicas em seu fecundo trabalho investigativo acerca da realidade peruana e em suas contendas políticas, o que pode ser sentido, respectivamente, em sua original leitura acerca da formação da sociedade peruana e nas polêmicas no plano político com Haya de la Torre e seu posicionamento no interior do movimento comunista, questões que em muito ultrapassam os objetivos do presente texto, mas que podem ser investigadas nessa mesma chave.

Ademais, é também na discussão elucidada no trabalho que se percebe a sutileza da mediação feita entre dois pólos que marcam a discussão intelectual daquele período, o nacional e o exótico, se quisermos usar termos próprios do vocabulário mariateguiano, ou, para nos referimos ao linguajar das ciências sociais, o universal e o particular.

Assim, espera-se que, através de suas análises mais diretamente vinculadas aos debates intelectuais, em especial ao tema literário, seja possível evidenciar esse aspecto fundante do autor e de parte de sua obra.

## 7 REFERÊNCIAS

ALVARADO, Osmar Gonzales. **Prensa escrita e intelectuales-periodistas 1895 – 1930**. Lima: Fondo Editorial Universidad San Martín de Porres, 2010.

BEIGEL, Fernanda. **El itinerario y la brújula: el vanguardismo estético político de José Carlos Mariátegui**. Buenos Aires: Biblos, 2003.

BURGA, Manuel; GALINDO, Alberto Flores. **Apogeo y Crisis de la Republica Aristocratica**. Lima: Fundación Andina, 1991.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica**. En: Revista Histórica volume 22 nº2: Franca, 2003. Versão Digital.

DARIO, Rubén. **El triunfo de Calibán**. Biblioteca Virtual Universal, 2003. Disponível em [www.biblioteca.org.ar](http://www.biblioteca.org.ar). Consultado em junho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Antología poética**. Madrid: Edaf, 1981.

FUNES, Patricia. **Salvar la nación. Intelectuales, cultura, política en los años veinte latinoamericanos**. Buenos Aires: Prometeo: 2006.

GALINDO, Alberto Torres. **Tiempo de plagas**. Lima: Concytec, 1996.

GERMANÁ, César. El campo intelectual peruano de los años veinte y el proyecto creador de Amauta. In: **Amauta y su época**. Lima: Minerva, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere V. O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GOUVEIA, Regiane. **Hispanidad e a fraternidade hispano-americana: debates raciais e guerra de 1898 na virada do século XIX para o XX**. En: Dimensões, v. 35, jul.-dez. 2015, p. 175-192.

HALE, Charles. As ideias políticas e sociais na América Latina 1870 - 1930. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina (volume IV)**. São Paulo: Edusp, 2001.

KLARÉN, Peter. Los orígenes del Perú moderno 1880 – 1930. In: BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina (tomo 10)**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

KLARÉN, Peter. **Nación y sociedad en la Historia del Perú**. Lima: IEP, 2012.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Ideología y política**. Lima: Amauta, 1974.

\_\_\_\_\_. **Peruanicemos al Perú**. Lima: Amauta, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Temas de nuestra América**. Lima: Amauta, 1980.

\_\_\_\_\_. **El alma matinal y otras estaciones del hombre hoy**. Lima: Amauta, 1959.

\_\_\_\_\_. **Mariátegui Total [Tomo I]**. Lima. Amauta, 1994.

MARTÍ, José. **Nossa América**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MELIS, Antonio. Mariátegui y la literatura italiana. In: MELIS, Antonio. **Leyendo Mariátegui 1977 - 1998**. Lima. Amauta, 1999.

PALACIOS, Alfredo. **A la juventud universitaria de iberoamérica**. Madrid: Historia Nueva, 1930.

PRADA, Manuel González. **Horas de lucha**. Lima: Fondo de cultura popular, 1964.

RETAMAR, Roberto Fernández. **Para una teoría de la literatura hispano-americana**. Bogotá: Caro y cuervo, 1995.

\_\_\_\_\_. **Todo Caliban**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

RODÓ, Jose Enrique. **Ariel**. Montevideo: Biblioteca José Enrique Rodó, s/d.

RUBBO, Deni Irineu Alfaro. **O labirinto periférico: José Carlos Mariátegui e sociologia crítica latino-americana**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2018. [Tese de Doutorado].

SHAKESPEARE, William. **A tempestade**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

TAURO, Alberto. Amauta y su influencia. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Mariátegui Total [tomo I]**. Lima: Amauta, 1994.

UGARTE, Manuel. **La nación latinoamericana**. S/d Disponível em: <http://www.elforjista.com/LaNacionLatinoamericana.pdf>. Consultado em outubro de 2018.

Recebido em: 16/10/2018  
Aprovado em: 06/06/2019  
Publicado em: 09/10/2019

**ENTRE COMPSONS E BUENDÍAS: FORMA MODERNISTA E REALISMO  
MÁGICO NAS OBRAS DE WILLIAM FAULKNER E GABRIEL GARCÍA  
MÁRQUEZ**

*BETWEEN COMPSONS AND BUENDÍAS: MODERNIST FORM AND MAGICAL REALISM  
IN THE WORKS OF WILLIAM FAULKNER AND GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ*

Gabriel dos Santos Lima<sup>1</sup>  
Universidade de São Paulo, Brasil

**Resumo:** embora muito mencionada pelos estudos de literatura comparada, a relação entre a obra do americano William Faulkner e os romances de Gabriel García Márquez é, ainda, um tema que suscita questões: como o escritor colombiano amolda a forma faulkneriana a suas próprias demandas socioculturais? Como a narrativa importada se transforma graças aos novos usos em um contexto histórico-artístico distinto? O presente artigo buscará responder essas perguntas tomando por ponto de partida um aspecto comum à produção dos escritores; a saber: o projeto de apreender a experiência histórica de suas regiões de origem (Mississippi e Caribe) edificando mundos fictícios através de narrativas que contam histórias de famílias. Assim, comparando romances fundamentais nesse âmbito – como *The Sound and the Fury* (1929) e *Cien Años de Soledad* (1967) - tenciona-se oferecer chaves de leitura atuais para os problemas críticos suscitados, aprofundando a hipótese teórica de que cada narrativa responda, com recursos próprios, a questões literárias muito específicas. Nesse sentido, buscar-se-á esclarecer a diferença entre o diálogo de Faulkner com o histórico modernismo europeu na perspectiva de um sul estadunidense do início do século XX e a interlocução de Márquez com as tradições que permeavam o ambiente cultural periférico de seu tempo.

**Palavras-chave:** Romance Norte-Americano; Romance Latino-Americano; William Faulkner; Gabriel García Márquez, Literatura Comparada

**Abstract:** Although much mentioned by comparative literature studies, the relationship between William Faulkner's work and Gabriel García Márquez's novels is still a subject that raises questions: how does the Colombian writer shape the Faulknerian form to his own sociocultural demands? How is imported narrative transformed due to new uses in a different historical-artistic context? The current article will try to answer these questions taking as starting point a common aspect to the production of the writers; namely: the literary project of seizing the historical experience of its regions of origin (Mississippi and Caribbean) by constructing fictional worlds through narratives that tell stories of families. Thus, comparing fundamental novels in this field - such as *The Sound and the Fury* (1929) and *Cien Años de Soledad* (1967) – the paper intends to offer current reading keys to the critical problems raised, deepening the theoretical hypothesis that each narrative responds, with its own resources, to very specific literary issues. In this sense, we will try to clarify the difference between Faulkner's dialogue with the high modernism since a Southern American of the early twentieth century's perspective and Márquez's interlocution with the traditions that permeated the peripheral cultural environment of his time.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutorando em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (USP).

**Keywords:** North-American Novel; Latin American Novel; William Faulkner; Gabriel García Márquez; Comparative Literature

## 1 INTRODUÇÃO

A ressonância de William Faulkner sobre Gabriel García Márquez é tida como uma certeza pelos contemporâneos estudos de literatura comparada. Respalhada por diferentes declarações públicas do próprio autor colombiano – que, em seu discurso quando do recebimento do Prêmio Nobel de 1982, se referiu a Faulkner como “meu mestre”<sup>2</sup> (1983) – a ideia de tal diálogo constitui um consenso que vai de leituras materialistas a pós-colonialistas, passando pelos principais críticos que se debruçaram sobre os romances de Márquez.

Surpreende, contudo, que boa parte das intervenções nesse âmbito se restrinja a formulações de ordem generalizante e/ou biográfica, o que faz com que determinadas questões ainda hoje permaneçam irresolutas: em que termos se pode entender a relação entre os dois escritores como um dado propriamente formal? Quais são os elementos internos a suas narrativas que, para além de constatações extraliterárias, sugerem algum diálogo? E se esse diálogo efetivamente existe, como o romancista caribenho trabalha, desde seu próprio espaço sociocultural, com os materiais faulknerianos? Nesse trabalho, o que se conserva, o que se perde e o que se transforma?

Costuma-se aceitar, por exemplo, que os romances modernistas de Faulkner figurem uma sociedade atrasada e essencialmente rural - no caso, o sul estadunidense ao início do século XX. Nesse sentido, obras como *The Sound and the Fury* (1929) teriam cumprido um papel de “acelerador temporal”<sup>3</sup> (CASANOVA, 2005, p. 77) para o autor de *Cien Años de Soledad* (1967) que haveria, nestas, descoberto a chave para representar a periférica realidade caribenha sem prescindir de recursos literários avançados. Com isso, se resolveria a contenda latino-americana entre regionalismo obsoleto e assimilação de técnicas importadas em termos daquilo que Antonio Candido chamaria de “super-regionalismo” (2011, p. 195) e Rama designaria por “transculturação” (2001, p. 209). Tal é, ainda, a posição de Deborah Cohn (2007, p. 500), Fredric Jameson (2013, p. 186), Pascale Casanova (2005, p. 344), Philip Weinstein (2004, p.

---

<sup>2</sup> Tradução própria de “mi maestro” (1983).

<sup>3</sup> Tradução própria de: “temporal accelerator” (CASANOVA, 2005, p. 77).

355) e Randolph D. Pope (2008, p. 239), entre outros críticos que, em diferentes níveis, têm se dedicado ao assunto.

A tese amplamente assentida, entretanto, costuma se encerrar nesse ponto, dizendo pouco ou nada sobre as formas literárias em si, cujo exame comparado, em verdade, lhe impõe mais resistência do que aparenta. Isso porque Faulkner apontava, desde a década de 1920, para problemas comuns à literatura das regiões mais centrais e desenvolvidas de seu tempo; enquanto Márquez, já em meio ao *boom* editorial latino-americano dos anos 1960, travava, antes, um debate rico (e mordaz) com uma tradição *naïve* que permeava a prosa do continente: o realismo maravilhoso.

Assim, a primeira hipótese do presente artigo sugere que, em verdade, o elo formal a ligar ambos os autores deve ser entendido menos em termos de supostos procedimentos técnicos do que em termos da figuração de suas respectivas regiões de origem (Mississippi e Caribe) pela construção de universos ficcionais (Yoknapatawpha e Macondo), cujos percursos são contados através de narrativas sobre sucessivas gerações de famílias (Compsons e Buendías), com vistas a representar respectivos processos históricos. Esse projeto literário - comum a determinados momentos das obras dos dois - propõe, porém, soluções estéticas específicas em cada caso, as quais cumpre analisar detidamente.

## 2 UM PROJETO, DUAS FORMAS

Em se tratando de Faulkner, a fórmula da metáfora genealógica já havia sido tentada na derrocada do fictício clã dos *Sartoris*, em romance homônimo de 1928, ligado às disposições mais tradicionais do realismo. O insucesso desse empreendimento, todavia, demarca a reviravolta romanesca mais significativa na obra do escritor que, após ver seu texto recusado pelo mercado editorial, comentaria a decepção nos seguintes termos: “De repente, foi como se uma porta tivesse se fechado silenciosa e eternamente entre mim e todas as publicações e editoras e eu disse para mim mesmo, Agora posso escrever. Agora posso apenas escrever”<sup>4</sup> (1974, p. 158 e 159).

---

<sup>4</sup> Tradução própria de: “It suddenly seemed as if a door had clapped silently and forever between me and all publishers’ addresses and booklists and I said to myself, Now I can write. Now I can just write” (1974, p. 158 e 159).

A hipótese de “apenas escrever” alude à livre experimentação formal que caracterizaria seu trabalho seguinte, *The Sound and the Fury* (1929). Neste, Faulkner dissolveria a realidade em múltiplos reflexos da consciência dos personagens, se inserindo em um modernismo que recém aflorava nos Estados Unidos pelas penas da “geração perdida” (BRADBURY, 1991, p. 87) de Fitzgerald, dos Passos e Hemingway. Assim, a narrativa da história familiar saltava a outro patamar.

Isso porque a estrutura de *The Sound and the Fury* se constitui pelos pontos de vista irmãos Benjy, Quentin e Jason Compson; além de uma voz em terceira pessoa que conclui o romance. Benjy é um homem esquizofrênico de trinta e três anos cuja percepção do tempo, em função de sua enferma condição psíquica, é completamente desequilibrada: seu relato se inicia *in media res* e é a todo instante assaltado por inflexões mnemônicas. Logo, ao invés de uma trama, o primeiro capítulo do livro compõe, antes, um confuso acúmulo de acontecimentos anacrônicos que apresentam personagens em diferentes momentos das próprias vidas.

Quentin, igualmente, narrará em profundo estado de cisão subjetiva, atormentado pela negligência de sua mãe (2006, p. 949), pela filosofia niilista de seu pai (2006, p. 941) e pela desonra de seus familiares esta, consequência do destino de sua irmã Caddy, que descobriremos ter se casado por interesse com um homem rico (2006, p. 948), para depois ser deserdada em razão de sua relação com outros amantes (2006, p. 970). Como em Benjy, todas essas angústias fracionam o relato em inúmeras digressões, remetendo constantemente a acontecimentos anteriores envolvendo o narrador, sua irmã, seus pais e os amantes de Caddy. Assim, o primeiro e o segundo capítulo interagem, se trançam e até mesmo se repetem, costurando um tecido narrativo em *puzzle* via exuberantes explorações do que ficaria conhecido como “fluxo de consciência”<sup>5</sup> (BROOKS, 1989, p. 325).

Essa complexa arquitetura formal receberia, inclusive, ampla atenção da crítica que se engajaria em um extenso debate em torno de sua unidade, sobretudo durante as décadas de 1950 e 1960 que testemunhariam um apogeu do *New Criticism* nos Estados Unidos - ambiente teórico no qual surgiria a tese *William Faulkner: The Yoknapatawpha Country* (1963) de Cleanth Brooks, que se notabilizou como um dos principais críticos da obra faulkneriana.

---

<sup>5</sup> Tradução própria de: “stream-of-consciousness” (BROOKS, 1989, p. 325).



Já na década de 1990, porém, a publicação por John Matthews de *The Sound and the Fury: Faulkner and the Lost Cause* alertaria para a necessidade de uma hermenêutica atenta às relações dialéticas entre o romance e a sociedade de seu tempo, a fim de desfazer o que se entendia por uma “aura mítica” que pairava em torno da narrativa e levava esta a ser analisada “sem conexões aparentes com sua história”<sup>6</sup> (1995, p. 23).

Na esteira de Matthews, surgiria uma nova geração de intelectuais como Donald Kartiganer, Richard Godden, Richard Moreland e Ted Atkinson. Tais críticos lançariam luzes importantes sobre a estrutura do romance, atentando para o constante desvelo, até em suas instâncias mais subjetivas, o esgarçamento das relações sociais no ambiente de apartheid étnico do sul estadunidense (o que Moreland chamaria de “dimensão realista do modernismo de Faulkner”<sup>7</sup> (1995, p. 23)). Além disso, *The Sound and the Fury* também entraria em debate mais profundo, tomando-se em conta seu permanente conflito formal – sobretudo quando considerados seus dois últimos capítulos.

Isso porque, na terceira parte do livro, explora-se o ponto de vista do membro mais novo da família Compson e homônimo de seu patriarca, Jason. Ganancioso, o personagem guia-se por uma ética gananciosa se lança como especulador do “mercado de algodão”<sup>8</sup> (2006, p. 1044) e rouba os cheques que sua já ostracizada irmã Caddy envia para sua filha bastarda (2006, p. 1033) cuja guarda lhe é negada pela família. Aqui, a voz narrativa de Jason representa um *turning point* no romance: nela os *flashbacks* passam a rarear, dando lugar a comentários ácidos e irônicos. Ademais, o narrador empreende, em diferentes momentos, análises de determinados aspectos econômicos de sua realidade, como o funcionamento do mercado financeiro e a condição laboral do cidadão negro.

Embora o faça sob sua ótica racista, impregnada de comentários depreciativos contra a população negra, o relato de Jason representa, de um modo geral, a tentativa de reconstruir certa sistematização do enredo, apreendendo, de forma distorcida se bem que didática, o funcionamento social de seu tempo. Não por acaso, o personagem é tido por sua mãe como o único Compson “sem nenhum senso prático”<sup>9</sup> (2006, p. 949). Tal tendência ainda se acentuará

---

<sup>6</sup> Tradução própria de: “mythical aura” e “with no apparent connections to its history” (1995, p. 23).

<sup>7</sup> Tradução própria de: “realist dimension of Faulkner’s modernism” (1995, p. 23).

<sup>8</sup> Tradução própria de: “cotton market” (2006, p. 1044).

<sup>9</sup> Tradução própria de: “with any practical sense” (2006, p. 949).

no quarto capítulo de *The Sound and the Fury*, no qual a passagem da consciência individual à onisciente se cristalizará em um narrador em terceira pessoa - pois o próprio Faulkner admitiu que “para esclarecer Benjy” ele “precisou sair completamente do livro”<sup>10</sup> (1974, p. 200).

Críticos como Atkinson e Godden veriam nisso um despontar do que se chamou de “realismo social”<sup>11</sup> (2006, p. 3), em contraste com outra tendência mais “autônoma”<sup>12</sup> (2006, p. 43) no interior da obra, interpretando o problema como uma contradição no circuito de uma “luta de classes literária” (2006, p. 44) que marcava os Estados Unidos nos anos 1920. Já Donald Kartiganer iria além, considerando que “Jason não é nada menos do que uma voz pós-moderna no romance”<sup>13</sup> (1993, p. 89).

Aqui, porém, é preciso limpar terreno: a diferença da voz narrativa de Jason em relação aos solilóquios modernistas de seus irmãos não pode ser entendida em termos meramente atávicos, nem em uma chave conceitual que é ulterior à forma. Antes, o problema se relaciona ao horizonte pós-Primeira Guerra, no qual não apenas o modernismo buscava traduzir a crise decorrente do morticínio nas trincheiras em termos de uma “crise do romance” (BENJAMIN, 2011, p. 54) (conforme a formulação canônica de teóricos como Eric Auerbach e Walter Benjamin), como o capitalismo estadunidense se expandia triunfalmente em meio à industrialização, à financeirização da esfera produtiva e ao consumo de massas (ATKINSON, 2006, p. 103).

Por isso, mais do que o atraso sulista, a obsessão monetária de Jason representa a imposição do princípio de equivalência geral sobre as relações pessoais em um ambiente de consumismo, no qual o tradicional modo de produção agrícola se torna mero fator de especulação na bolsa de valores com os quais o personagem almeja lucrar. No âmbito dessa interpretação, extremamente profícuas são as tentativas de críticos contemporâneos como Jackson Lears e Susan Willis de “ler Faulkner pela ótica do supermercado”<sup>14</sup> (WILLIS, 1991, p. 35): a forma publicidade emerge, note-se, de forma radical no quarto capítulo do livro, no

---

<sup>10</sup> Tradução própria de: “to clarify Benjy’s” e “should have to get completely out of the book” (1974, p. 200).

<sup>11</sup> Tradução própria de: “social realism” (2006, p. 3).

<sup>12</sup> Tradução própria de: “autonomous” (2006, p. 43) e “literary class war” (2006, p. 44).

<sup>13</sup> Tradução própria de: “Jason is nothing less than a Postmodern voice in the novel” (1993, p. 89).

<sup>14</sup> Tradução própria de: “read Faulkner through the optic of the supermarket” (WILLIS, 1991, p. 35).

qual um desenho de um olho quebra a prosa para veicular um anúncio em neon: “fique ligado em Mottson”<sup>15</sup> (2006, p. 1116). Como observou Lears, “Em *The Sound and the Fury*, a publicidade billboard (...) reflete o caráter de Jason Compson, que é mau, mesquinho, vingativo, calculista – uma patética caricature de racionalidade econômica”<sup>16</sup> (LEARS, 2007, p. 140).

Mas se o romance de ruptura no percurso de Yoknapatawpha apresenta uma passagem da pluripessoalidade a uma terceira pessoa objetiva, buscando dar conta de problemas comuns a um capitalismo já desenvolvido, García Márquez percorre caminho absolutamente diverso. Como observou Ángel Rama, suas primeiras fábulas familiares ambientadas em Macondo – por exemplo, *La hojarasca* (1955) - inserem-se em uma tentativa de “edificación de una cultura nacional y popular” (1987), marcada pela simplicidade formal e pela representação da vida em meio ao subdesenvolvimento. E embora *Cien Años de Soledad* seja comumente tido como um livro decisivo no conjunto da produção do escritor, cabe ressaltar que este entendimento não se refere à emergência de tendências antirrealistas (como em Faulkner). Ao contrário, em um momento em que o *boom* editorial latino-americano já havia se assentado sobre romances experimentais, Emir Rodríguez Monegal apontou corretamente, em 1974, que “À primeira vista, *Cien Años de Soledad* atrasa o relógio. Em um panorama literário onde dominam *Rayuela* e *Paradiso*, *Cambio de piel* e *Tres tristes tigres*, García Márquez se dá o luxo de contar um história interminável sobre um povo colombiano perdido em um emaranhado de selva, montanha e pântanos”<sup>17</sup> (1974, p. 266).

De fato, importante setor da fortuna crítica a respeito (Ángel Rama e Agustín Cueva, por exemplo) associaria a narrativa a uma forma pré-romanesca: a epopeia. Apesar de aparentemente anacrônica, a aproximação se justifica na análise: García Márquez efetivamente mobiliza um narrador em terceira pessoa, onisciente e demiúrgico, que conta *ab ovo* a ficcional

---

<sup>15</sup> Tradução própria de: “keep your eye on Mottson” (2006, p. 1116).

<sup>16</sup> Tradução própria de: “In *The Sound and the Fury*, billboard boosterism (...) reflects the character of Jason Compson, who is mean, petty, vindictive, calculating – a pathetic caricature of economic rationality” (LEARS, 2007, p. 140).

<sup>17</sup> Tradução própria de: “A primera vista, *Cien años de soledad* retrasa el reloj del tiempo. En un panorama literario que dominan *Rayuela* y *Paradiso*, *Cambio de piel* y *Tres tristes tigres*, García Márquez se da el lujo de contar una historia interminable sobre un pueblo colombiano perdido en una maraña de selva, montaña y pantanos” (1974, p. 266).

história da família Buendía e do estabelecimento, por esta, do povoado de Macondo, constituindo o que González Echevarría chamaria de “Arquivo”<sup>18</sup> (1998). À maneira adâmica, as coisas do lugarejo precisam até mesmo ser nomeadas, pois “careciam de nome”<sup>19</sup> (2007, p. 9). Daí também que Doris Sommers tenha associado o romance ao que chamou de “Ficções de fundação”<sup>20</sup> (1991).

A isso, soma-se ainda uma miríade de acontecimentos e personagens extraordinários (incluindo casos de volatilização, ressurreição e levitação de pessoas) que não encontra par em nada que tenha, um dia, sido concebido por Faulkner. Mas se essas particularidades suscitaram um extenso debate em torno da categoria do *maravilhoso*, presente na moderna narrativa hispano-americana pelo menos desde a década de 1940, parte do arcabouço teórico constituído em torno do conceito custou a superar conclusões celebratórias a respeito da ficcionalização da dimensão identitária pela inverossimilhança e sua suposta “verdade poética” (CHIAMPI, 1976, p. 171); de sorte que, de uma exaltação programática por Alejo Carpentier em seu conhecido prefácio a *El reino de este mundo* (1949) até os anos 1980, o conceito permanecia entendido por críticos como Manuel Durán enquanto o dispositivo formal “que melhor pode se aproximar a essas ‘coisas de Amadis’ de nossa América”<sup>21</sup>.

Se se quer esclarecer a relação de García Márquez com Faulkner e com o debate literário de seu tempo, faz-se necessário avançar sobre esse ponto e perceber que a leitura em chave de epopeia revela necessariamente a desconstrução da própria pelo romance, que se moderniza aos poucos.

Os primeiros habitantes de Macondo, por exemplo, consideram triviais os acontecimentos mais inusitados ao passo que, por outro lado, se assombram ante o contato com as descobertas da ciência, como o gelo, a circunferência da terra ou a dentadura. Sobre esses episódios repousa, note-se, o cerne das hipóteses de críticos tão heterogêneos quanto Josefina Ludmer, Irleamar Chiampi, Monegal, Cueva e Vargas Llosa, para os quais, grosso modo, García

---

<sup>18</sup> Tradução própria de: “Archivo” (1998).

<sup>19</sup> Tradução própria de: “carecían de nombre” (2007, p. 9).

<sup>20</sup> Tradução própria de “Foundational fictions” (1991).

<sup>21</sup> Tradução própria de: “que mejor puede acercarse a estas ‘cosas de Amadís’ de nuestra América” (1985, p. 293-294).

Márquez “explora à saciedade a não antinomia dos planos real e maravilhoso” (CHIAMPI, 1976, p. 66). A esse momento, todavia, correspondem os primeiros capítulos do romance, vinculados ao momento primitivo do povoado ficcional, portanto próximos à grande épica. Em contrapartida, *Cien Años de Soledad* também é a crônica do desafortunado progresso latino-americano - razão pela qual, a partir da peripécia fundamental demarcada pela chegada a Macondo da Compañía Bananera (2007, p. 257) (figuração da verídica empresa transnacional United Fruit Company), o plano do maravilhoso passará a funcionar em outros termos.

Daí em diante, pois, se opera uma mudança vertiginosa na vida do lugarejo: o empresário da exploração agrícola Mr. Jack Brown traz a Macondo seu primeiro carro (2007, p. 262) e troca os funcionários locais por “forasteiros autoritários”<sup>22</sup> (2007, p. 273). Posta a contradição entre conteúdo e forma, os elementos mágicos que insistem em surgir passam a ser reprimidos. O personagem de Mauricio Babilonia, que era seguido por toda parte por uma nuvem de borboletas amarelas, é baleado pela mãe de sua amante (Fernanda del Carpio), morrendo “velho na solidão, sem uma queixa, sem um protesto”<sup>23</sup> (2007, p. 332). Sua última borboleta é destroçada “nas hastes do ventilador”<sup>24</sup> (2007, p. 336). Já a personagem de Remedios, a bela – “a única que permaneceu imune à peste da banana”<sup>25</sup> (2007, p. 264) com sua inocência – ascende subitamente aos céus, como se não pudesse mais fazer parte da narrativa em processo de modernização.

Eventualmente, os acontecimentos da ordem do extraordinário passam a ser associados aos interesses da Compañía Bananera, a quem desde o princípio se atribuía “recursos que em outra época estiveram reservados à Divina Providência”<sup>26</sup> (2007, p. 261). Assim, quando os trabalhadores da empresa se insurgem, são assassinados e jogados ao mar aos milhares, ao que se segue um dilúvio que dura “quatro anos, onze meses e dois dias”<sup>27</sup> (2007, p. 357). A despeito de suas proporções míticas, se dá como certo que “o Senhor Brown convocou a tormenta”<sup>28</sup>

---

<sup>22</sup> Tradução de “forasteiros autoritarios” (2007, p. 273)

<sup>23</sup> Tradução própria de: “de viejo en la soledad, sin un quejido, sin una protesta” (2007, p. 332).

<sup>24</sup> Tradução própria de: “en las aspas del ventilador” (2007, p. 336).

<sup>25</sup> Tradução própria de: “la única que permaneció inmune a la peste del banano” (2007, p. 264).

<sup>26</sup> Tradução própria de: “recursos que en otra época estuvieron reservados a la Divina Providencia” (2007, p. 261).

<sup>27</sup> Tradução própria de: “cuatro años, once meses y dos días” (2007, p. 357).

<sup>28</sup> Tradução própria de: “el señor Brown convocó la tormenta” (2007, p. 357).

(2007, p. 357). Finalmente, o ceticismo domina Macondo, passando seus habitantes a entender que o personagem do Coronel Aureliano Buendía, que “promoveu trinta e dois levantes armados (...) Escapou de catorze atentados, setenta e três emboscadas e um pelotão de fuzilamento” (2007, p. 125)<sup>29</sup>, na verdade não passava de “um personagem inventado pelo governo como um pretexto para matar liberais”<sup>30</sup> (2007, p. 442).

A partir de então, na Macondo desiludida, o último Buendía – Aureliano - se dedicará a descriptografar antigos manuscritos do mago Melquíades, amigo de seus remotos antepassados, intercalando com essa tarefa momentos de discussão literária com os personagens “Álvaro, Germán, Alfonso e Gabriel, os primeiros e últimos amigos que teve na vida”<sup>31</sup> (2007, p. 440). Logo, porém, os mesmos decidem se mudar para a Europa, deixando Aureliano sozinho e entregue a uma relação incestuosa com sua tia Amaranta Úrsula. Finalmente, ao desvendar os papéis de Melquíades, o personagem descobre que estes tratavam da “história da família”, escrita “com cem anos de antecipação”<sup>32</sup> (2007, p. 469), passando a “decifrar o instante que estava vivendo, decifrando-o à medida que o vivia, profetizando-se a si mesmo”<sup>33</sup> (2007, p. 470), até anunciar um vendaval apocalíptico que destruirá Macondo e encerrará o romance.

O funcionamento dessa *anagnorisis* foi corretamente percebido por Vargas Llosa em sua tese de doutoramento publicada em 1971 sob o título *Gabriel García Márquez: historia de um deicidio*. Para Llosa, “O narrado absorve o próprio narrador nas páginas finais do livro. (...) Canibaliza seu próprio narrador para se destruir com ele”, executando um “deicídio”<sup>34</sup> (1971, p. 542) – isto é, a aniquilação do “narrador-deus”<sup>35</sup> (1971, p. 544) e seu *logos* de demiurgo que, no último instante, se transfere mediante discurso indireto livre para a voz de Aureliano.

---

<sup>29</sup> Tradução própria de: “promovió treinta y dos levantamientos armados (...) Escapó a catorce atentados, a setenta y tres emboscadas y a un pelotón de fusilamiento” (2007, p. 125).

<sup>30</sup> Tradução própria de: “un personaje inventado por el gobierno como un pretexto para matar liberales” (2007, p. 442).

<sup>31</sup> Tradução própria de: “Álvaro, Germán, Alfonso y Gabriel, los primeros y últimos amigos que tuvo en la vida” (2007, p. 440).

<sup>32</sup> Tradução própria de: “historia de la familia” e “con cien años de anticipación” (2007, p. 469).

<sup>33</sup> Tradução própria de: “descifrar el instante que estaba viviendo, descifrándolo a medida que lo vivía, profetizando-se a sí mismo” (2007, p. 470).

<sup>34</sup> Tradução própria de: “lo narrado absorbe en las páginas finales del libro al propio narrador. (...) canibaliza a su propio narrador para *destruirse* con él” e “deicidio” (1971, p. 542).

<sup>35</sup> Tradução própria de: “narrador-dios” (1971, p. 544).

Mas, embora Vargas Llosa derive daí sua hipótese de que, com isso, García Márquez traga o leitor para “uma hegemonia do imaginário”<sup>36</sup> (1971, p. 618), ao contrário, o autor (implícito), distanciando-se da voz narrativa e a isolando no universo da ficção, por essa via nos aparta do cosmos do maravilhoso e da épica clássica – este aniquilado pela desilusão romanesca. Sobrevivem ao sacrifício aqueles que decidiram viver alhures, dentre os quais o personagem de Gabriel – ficcionalização do próprio autor – que vai morar na França para morrer de fome no quarto “onde haveria de morrer Rocamadour”<sup>37</sup> (2007, p. 459), aludindo ao personagem de Julio Cortázar em *Rayuela* (romance escrito em Paris no ano de 1963).

Assim, com um procedimento de analepse – a conhecida forma de literatura dentro da literatura, amplamente utilizada por escritores como André Gide e, mais especificamente, Jorge Luis Borges – García Márquez opera um movimento de adesão e crítica ao *boom* latino-americano, se colocando como personagem deste (pela alusão a Cortázar), ao mesmo tempo assinalando o esgotamento das expectativas literárias do realismo maravilhoso no contexto da modernização terceiro-mundista. É nesse cenário que, como observou González Echevarría, o romance testemunha “que é impossível criar novos mitos”<sup>38</sup> (1998, p. 59).

Esse é, no entanto, o percurso oposto de *The Sound and the Fury* que, em sua guinada antirrealista, lança mão da pluripessoalidade para, apenas em seu último capítulo, saltar a uma terceira pessoa distanciada. *Cien Años de Soledad*, como se demonstrou, apresenta uma épica clássica para somente desintegrá-la à modernista, confirmando a possibilidade de que, pela comparação do maior ponto de convergência entre Faulkner e Márquez – a narrativa histórico-genealógica – se observe uma significativa diversidade de formas.

### 3 MODERNIZAÇÕES CRUZADAS

Como buscou se demonstrar, a relação entre os García Márquez e Faulkner é mais complexa do que habitualmente se entende; visto não se estabelecer nos termos da assimilação biunívoca de um modernismo periférico, mas nos termos de um projeto literário de apreensão da experiência histórica por narrativas familiares que, em cada caso, propõe soluções específicas a problemas socioculturais peculiares.

---

<sup>36</sup> Tradução própria de: “una hegemonía de lo imaginario” (1971, p. 618).

<sup>37</sup> Tradução própria de: “donde había de morir Rocamadour” (2007, p. 459).

<sup>38</sup> Tradução própria de: “que es imposible crear nuevos mitos” (1998, p. 59).

Nem poderia ser diferente: os dois escritores encontram-se em contextos cronológicos, sociais e literários díspares. No caso de Faulkner, a forma busca dar conta de uma região agrária, forçada a se inserir em uma sociedade industrial, consumista e submetida ao capital financeiro; sem ignorar a reviravolta modernista do início do século, na qual a exploração da consciência individual representava um procedimento técnico de ruptura com a tradição realista e as promessas da modernidade.

Já no ano de 1967 em que escreve García Márquez, tais técnicas não apresentavam o caráter revolucionário de outrora. No espaço literário latino-americano de então, havia outros problemas: era preciso se haver tanto com o barroquismo maravilhoso de Carpentier, quanto com um modernismo já tardio (e exilado) de autores como Julio Cortázar, porquanto, como apontou Idelber Avelar, tudo isso “receberia seu fecho histórico com as ditaduras militares dos anos setenta”, quando “a vocação histórica do boom, isto é, a tensa reconciliação entre modernização e identidade, passou a ser irrealizável” (2003, p. 48). Daí a forma da epopeia fundacional e mítica, de cuja queda no abismo da exploração agrícola transnacional escapam somente os que vão escrever (e passar fome) na Europa.

Em última instância, então, os destinos das últimas gerações das famílias Compson e Buendía não são meramente casuais: o avarento Jason compra ações do “mercado de algodão”<sup>39</sup> (2006, p. 1044) enquanto o mundo de Aureliano é pulverizado pela Compañía Bananera porque, como observou Susan Willis, “A atual condição dos fazendeiros no meio-Oeste é a culminação de um padrão econômico que Faulkner discerniu no Sul rural durante os anos vinte e trinta, cujo resultado final será a massificação do agronegócio no Primeiro Mundo e a mudança de muito da produção agrícola para o Terceiro Mundo”<sup>40</sup> (1991, p. 39 e 40). Em 1928, o histórico modernismo de Faulkner apreenderá essa transformação; enquanto García Márquez posteriormente o fará sob o ângulo do terceiro mundo, apontando o impasse da persistência modernista e do barroquismo que lhe eram contemporâneos.

---

<sup>39</sup> Tradução própria de: “cotton market” (2006, p. 1044).

<sup>40</sup> Tradução própria de: “The current plight of farmers in the Midwest is a culmination of economic patterns which Faulkner discerned in the rural South in the twenties and thirties, whose final outcome will be the massification of agribusiness in the First World and the shift of much agricultural production to the Third World” (1991, p. 39 e 40).



Portanto, a relação entre as narrativas de ambos os autores constitui um corpus estético conflituoso e contraditório, cujo exame revela respostas complexas e diversas a suas respectivas demandas ao longo do século XX.

#### 4 REFERÊNCIAS

ATKINSON, Ted. *Faulkner and the Great Depression: aesthetics, ideology, and cultural politics*. Athens: University of Georgia Press, 2006.

AVELAR, Idelber. *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*. Tradução: Saulo Gouveia. Belo Horizonte, UFMS, 2003.

BENJAMIN, Walter. *A crise do romance – sobre Alexandersplatz, de Döblin*. Em: *Magia e Técnica, Arte e Política - Obras Escolhidas - Vol. I*. (8ª Ed.). Tradução: Sergio Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2012.

BRADBURY, Malcolm. *O romance americano moderno*. Tradução: Bárbara Heliodora. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

BROOKS, Cleanth. *William Faulkner: The Yoknapatawpha Country*. Louisiana: LSU Press, 1989.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Subdesenvolvimento*. Em: *A Educação pela Noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CASANOVA, Pascale. *The world republic of letters*. Tradução: M. B. DeBevoise. Harvard: Harvard University Press, 2007.

CHIAMPI, Irleamar. *O realismo maravilhoso – forma e ideologia no romance hispano-americano*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1980.

COHN, Deborah. *Faulkner, Latin America, and the Caribbean: Influence, Politics, and Academic Disciplines*. Em: MORELAND, Richard (org.). *A companion to William Faulkner*. Malden: Blackwell Publishing, 2007.

CUEVA, Agustín. *La espiral del subdesarrollo en las estructuras simbólicas de El Coronel no Tiene Quien le Escriba y Cien Años de Soledad*. Prefacio a MÁRQUEZ, Gabriel García. *El Coronel no Tiene Quien le Escriba y Cien Años de Soledad*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1989.

DURÁN, Manuel. *Notas sobre la imaginación histórica y la narrativa hispanoamericana*. Em: ECHEVARRÍA, Roberto González (org.). *Historia y Ficción en la narrativa hispanoamericana*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1984.

ECHEVARRÍA, Roberto González. *Mito y archivo – Una teoría de la narrativa latinoamericana*. Tradução: Virginia Aguirre Muñoz. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

FAULKNER, William. *An Introduction to The Sound and the Fury*. Em: POLK, Noel (org.). *A Faulkner Miscellany*. Jackson: University Press of Mississippi, 1974.

\_\_\_\_\_. *Novels 1926 - 1929*. BLOTNER, Joseph e POLK, Noel (org.). New York: The Library of America, 2006.

FRANCO, Jean. *Decline and fall of the lettered city*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

GODDEN, Richard. *A difficult economy: Faulkner and the poetics of plantation labor*. Em: WEINSTEIN, Philip (org.). *The Cambridge Companion to William Faulkner*. Cambridge University Press, 1995.

JAMESON, Fredric. *Antinomies of realism*. Londres: Verso Books, 2013.

KARTIGANER, Noel. *"Now I Can Write": Faulkner's Novel of Invention*. Em: POLK, Noel (org.). *New Essays on The Sound and the Fury*. Cambridge University Press, 1993.

LEARS, Jackson. *True and False Things: Faulkner and the World of Goods*. Em: ABADIE, Ann e URGO, Joseph (org.). *Faulkner and material culture (Faulkner and Yoknapatawpha series)*. Mississippi University Press, 2004.

LLOSA, Vargas. *Gabriel García Márquez: Historia de un deicidio*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1971.

LUDMER, Josefina. *Cien Años de Soledad: Una Interpretación*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1974.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cien Años de Soledad*. Real Academia Española, 2007.

\_\_\_\_\_. *La soledad de América Latina. Brindis por la poesía*. Cali: Corporación Editorial Universitaria de Colombia, 1983.

MATTHEWS, John. *The Sound and the Fury: Faulkner and the Lost Cause*. Boston: Twayne, 1990.

MONEGAL, Emir Rodríguez. *Anacronismo y novedad en Cien Años de Soledad*. Em: *Narradores de esta América – Tomo II*. Buenos Aires: Editorial Alfa Argentina, 1974.

MORELAND, Richard. *Faulkner and Modernism*. Em: WEINSTEIN, Philip (org.). *The Cambridge Companion to William Faulkner*. Cambridge University Press, 1995.

POPE, Randolph D. *The Spanish American novel from 1950 to 1975*. Em: ECHEVARRÍA, Roberto González e PUPO-WALKER, Enrique (org.). *The Cambridge History of Latin American Literature*. Cambridge University Press, 2008.

RAMA, Ángel. *García Márquez, edificación de una cultura nacional y popular*. Montevideo: Universidad de la República, 1987.

\_\_\_\_\_. *Os processos de transculturação na narrativa latino-americana*. Em: AGUIAR, Flávio e VASCONCELOS, Sandra Guardini (org.). *Literatura e Cultura na América Latina*. Tradução: Raquel la Corte dos Santos e Elza Gasparotto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SOMMERS, Doris. *Foundational fictions*. Los Angeles: University of California Press, 1991.

WEINSTEIN, Philip. *Cant Matter/Must Matter: Setting Up the Loom in Faulknerian and Postcolonial Fiction*. Em: SMITH, J. e COHN, Deborah (org.). *Look Away!: The U.S. South in New World Studies*. Durham: Duke University Press, 2004.

WILLIS, Susan. *Learning from the banana*. Em: *A primer for daily life*. New York: Routledge, 1991.

Recebido em: 02/04/2018  
Aprovado em: 17/06/2019  
Publicado em: 09/10/2019

## EL PAPEL DEL MOVIMIENTO JARANERO EN LA SALVAGUARDA DEL FANDANGO JAROCHO (MÉXICO)

### *THE ROLE OF THE JARANERO MOVEMENT IN THE SAFEGUARDING OF FANDANGO JAROCHO (MEXICO)*

Melba Alí Velázquez Mabarak Sonderegger<sup>1</sup>

Giane da Silva Mariano Lessa<sup>2</sup>

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil

**Resumen** El fandango jarocho es un evento festivo comunitario con música y baile, producto del mestizaje, cuya tradición hunde sus raíces desde la época colonial. Durante la primera mitad del siglo XX, el fandango jarocho atravesó un punto crítico para la continuación de su práctica, por lo que, a partir de la década de los 80, surge un colectivo interesado en su investigación, revitalización y difusión, denominado Movimiento jaranero. En estas páginas se explicita el proceso de salvaguarda del fandango jarocho iniciado por el Movimiento jaranero, entendido como una articulación socio-estatal, que buscó garantizar una generación de relevo y la pervivencia del fandango. Como resultado de la tensión entre pasado y presente, actualmente el fandango y el son jarocho – el género musical que le hace parte – se manifiestan en diversas esferas y con variaciones que alcanzan incluso la fusión con otros géneros musicales.

**Palabras clave:** Fandango jarocho, Salvaguarda, Patrimonialización, Culturas populares.

**Abstract:** *Fandango jarocho* is a festive community event including music and dancing, born out of the blending of cultures, with roots that run as deep as the colonial era. For the first half of the 20<sup>th</sup> century, the continued practice of the fandango jarocho went through difficult times, and it was not until the eighties that a collective known as Movimiento Jaranero emerged with an interest in its investigation, dissemination and revitalization. The following pages detail the safeguarding process carried out by the mentioned collective, analyzing it as an articulation of society and state for the purpose of guaranteeing the fandango survival through a new generation that would take it over. Currently, as a result of the tension between past and present, both the fandango and the son jarocho (which is the musical genre that sustains the practice) have found expressions in various scenes, presenting variations that even encompass fusion with other musical genres.

**Keywords:** Fandango jarocho, fandango caiçara, safeguarding, patrimonialization, popular cultures.

---

<sup>1</sup> Egresada del Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos de la Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Licenciada en Lengua y Literatura Hispánicas por la Universidad Veracruzana. *E-mail:* melba\_sonderegger@hotmail.com

<sup>2</sup> Doctora en Memória Social por la Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Profesora adjunta de la Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

## 1 EL FANDANGO EN MÉXICO

*Señores, qué son es este  
Señores, el fandanguito  
la primera vez que lo oigo  
válgame dios qué bonito.*

-El fandanguito, son jarocho

El término fandango posee múltiples acepciones que varían según la región desde la que se enuncia; su etimología, incluso, es resbaladiza. El término no encuentra definición clara de sus orígenes autorales, espaciales y temporales, generando polémica entre los investigadores que intentan arrojar luces sobre su génesis. Para Antonio García de León, la palabra deriva del kimbundu *fanda*, que significa fiesta o convite, al que se le agregó el sufijo hispano – angó, de tono despectivo (GARCÍA, 2006, p. 27). Esta probable raíz de la lengua angolana se explica a la luz del comercio de esclavos africanos con dirección al Nuevo Mundo en los siglos XVI y XVII, preponderantemente hombres y mujeres capturados en el África bantú (NGOU-MVE, 1994).

Respecto al origen del fandango como género bailable y musical, muchas hipótesis han surgido para aclarar la cuestión. Núñez señala que el fandango “fue traído [a América] por los españoles, más bien por los andaluces que tanto lo usaban antiguamente” (NÚÑEZ, 1932, p. 187). Por otro lado, Pereira afirma que “[...] considerar os fandangos como expressão cultural ibérica é um engano. Os estudiosos da cultura popular europeia localizam a origem dos fandangos na América Latina, inclusive daquela modalidade que se tornou uma tradição espanhola” (PEREIRA, *apud* FERRERO, 2006, p. 317). Otro historiador que concuerda con esta idea es Peter Burke, quien registró que “o fandango veio da América para a Espanha por volta de 1700” (BRITO, *apud* FERRERO, 2006, p. 317).

Si, como estos investigadores apuntan, el fandango surgió por primera vez en las colonias americanas, habría emergido como resultado de la llegada de los colonizadores iberos, herederos a su vez de miscigenaciones culturales árabes, andaluzas, napolitanas, canarias y portuguesas, y en el crisol del nuevo continente se habría mezclado con elementos de la cultura indígena y africana, dando origen a variantes de fandangos que evolucionaron a través de sus propios procesos en los países latinoamericanos, desde la implantación de las colonias, la formación de los Estados

nación y sus respectivas influencias culturales. Los instrumentos, las danzas, el estilo de tocar y las músicas que surgirían a partir de las mezclas de estas variables se volvieron bastante populares en las colonias americanas y, probablemente durante el siglo XVIII habrían de exportarse de vuelta a tierras ibéricas, generando a su vez, las variantes de fandango que existen actualmente en España y Portugal.

En México, el término fandango alude a una fiesta con música y baile zapateado realizada alrededor de una tarima, cuya práctica producto del mestizaje hispánico, indígena y africano, hunde sus raíces desde la época colonial. Esta definición no sólo comprende el aspecto musical y dancístico, sino también una manifestación que engloba identidades, memorias sociales, el ingenio de un pueblo y una cosmovisión codificada en los versos, la danza, los códigos de conducta y la colectividad (GOTTFRIED, 2013; PITRE, 2016).

Formalmente se denomina fandango<sup>3</sup> al universo socio-espacial donde se representa alguna de las múltiples variedades de sones: jarocho, huasteco, arribeños, abajeños, tixtlecos, itsmeños, etcétera, dependiendo de la zona geográfica a la que se atienda. Se entienden como sones a los géneros lírico-coreográficos interpretados típicamente por la población mestiza de las costas y tierra adentro (SEVILLA, 2013; SÁNCHEZ, 2002). Este trabajo se enfoca particularmente en el fandango jarocho, entendido como universo socio-festivo comunitario en donde se integran el zapateado (danza sobre tarima de madera que funge como percusión) y el son jarocho (género musical propio del fandango jarocho), que comprende, a su vez, el aspecto lírico y el musical. El son jarocho se toca en una amplia región del estado de Veracruz, que abarca la zona del puerto y sus alrededores, la Cuenca del Papaloapan, la región de Los Tuxtlas y la de Coatzacoalcos y Minatitlán, hasta sus límites con los estados de Oaxaca y Tabasco (SÁNCHEZ, 2002). Se identifica tradicionalmente en la región de la llanura costera del centro-sur del estado de Veracruz, en la parte central de Golfo de México. Específicamente, comprende “la franja territorial que va del municipio de Minatitlán, en el sur del Estado, hasta el municipio de Boca del Río, en la parte central de la entidad” (STANFORD, 1984, p. 47). Sin embargo, es pertinente señalar que actualmente esta manifestación cultural ha desbordado estas fronteras “originales” para hacer presencia en otras regiones de Veracruz, así como en diversos estados del país –como Oaxaca,

---

<sup>3</sup>En algunas regiones como la Huasteca, el fandango también es llamado “huapango”, palabra derivada del náhuatl “cuauhpanco”, que significa “sobre la tarima de madera” (GARCÍA, 2006).

Tabasco y la Ciudad de México– e incluso en el extranjero, principalmente en los Estados Unidos de América, gracias a los trabajadores migrantes que llevaron el son jarocho a ese país (FIGUEROA, 2007; KOLH, 2007).

Los fandangos jarochos suelen variar, según las particularidades de cada microrregión. Pero las diferencias de estilo van más allá de las localidades y responden a las preferencias de cada grupo de fandangueros. Los versos de un son pueden variar de un pueblo a otro, de fandango a fandango, mediando apenas unos kilómetros de por medio, tanto como puede variar el repertorio de un versador con cualquier otro. Las afinaciones de los instrumentos, la velocidad del rasgueo, el modo de zapatear, son tan sólo algunas de las características estilísticas que pueden diferir. Pese a todo, debido a que la improvisación es uno de los elementos característicos de este género festivo-musical, un fandango nunca resulta igual a otro.

No obstante las variaciones, pueden advertirse algunos elementos constantes que caracterizan a esta manifestación cultural. Como se ha mencionado líneas arriba, se trata de un evento festivo, generalmente acompañado de comida y bebida harta, en el que asisten jóvenes y viejos, hombres y mujeres, legos y experimentados. Las personas se sitúan en torno a una tarima de madera elevada del suelo, en el que se realiza el zapateado. La tarima y sus bailadores son un instrumento más del fandango. Otros instrumentos musicales que tradicionalmente se encuentran en el son jarocho son: la jarana, instrumento de cuerdas que lleva la armonía mediante rasgueos y cuya presencia es predominante en el son jarocho; el requinto (también llamado guitarra de son), un cardófono que realiza la declaración del son, es decir, que indica al resto de los músicos el son que se tocará, el tono, así como el ritmo y velocidad; la quijada, que es una mandíbula seca de equino a la que se le hace vibrar con pequeños golpes acompasados y también se la raspa con un palito, para hacer sonar los dientes; el arpa; el pandero y el violín (FIGUEROA, 2007; KOHL, 2007). Menos frecuentes, pero que también pueden ser utilizados en el son jarocho son el marimbol, una caja de resonancia con lengüetas de metal; y el cajón peruano, que acompaña en la percusión.

Para García de León (2006), los primeros fandangos que pueden ser considerados como propiamente jarochos surgieron desde mediados del siglo XVIII, en una época en donde las regiones del país comenzaban a consolidarse. Pero fue un siglo después, durante la construcción del México independiente, que los fandangos adquirieron una dimensión que esbozaba un aire



nacionalista, pues “sirvieron como afirmación de lo propio – lo mestizo o lo criollo –, frente al rechazo de lo extranjero – lo gachupín – [...] La música que se tocaba en aquellas fiestas de principios del siglo XIX [...] sirvió como argumento fuerte a la hora de reconocer ‘lo mexicano’” (PÉREZ, 1994, p. 82). Así, los fandangos, con su música y baile asociados, comenzaban a perfilarse como símbolo identitario para algunas regiones y, por extensión, del país.

Si nos atenemos a la literatura colonial – sobre todo la censoradora del Santo Oficio – los fandangos en la Nueva España vivieron su edad de oro en el siglo XVIII y en el México independiente del siglo XIX. Inclusive Pérez Montfort hace especial hincapié en el auge de los fandangos jarochos durante la segunda mitad del siglo XIX debido a la prosperidad económica experimentada en las tierras bajas del Sotavento Veracruzano, particularmente en la localidad de Tlacotalpan, a orillas del río Papaloapan, centro del comercio fluvial (PÉREZ, 1991). Sin embargo, el siglo XX trajo consigo el declive económico y cultural de este escenario jarocho. Como resultado de la desaceleración de las actividades económicas de la región el furor de las fiestas jarochas parece difuminarse. Pero sin duda, el factor de fuerza mayor que convulsionó las formas de vida tradicionales fue la Revolución Mexicana de 1910 en contra de la dictadura de Porfirio Díaz, lo que en términos locales produjo constantes levantamientos campesinos en Veracruz.

Esta situación habría de mudar en los albores del México posrevolucionario, cuando se generó un proyecto de Estado para crear, rescatar o resignificar imágenes que representaran la identidad mexicana –elementos culturales, históricos, políticos y sociales–, con el propósito de producir una narrativa unificada del territorio y arraigar las semillas del nacionalismo para la revalorización de las culturas, las cuales, no obstante, debieron acoplarse a las necesidades de la época: el son jarocho se popularizó en la urbe y comenzó a aparecer en medios de comunicación (cine, radio, televisión), mientras que el fandango, en el entorno rural, se realizaba cada vez menos. Poco a poco, la tarima es sustituida por el escenario y el son es desasociado de su fiesta. El periodo de transición del ámbito rural a los espacios urbanos permitió la profesionalización del son jarocho y la conformación de grupos de soneros cuyos integrantes, provenientes del interior de Veracruz, se establecieron en las ciudades en busca de empleo o por estudio. Estos músicos del son habrán de actualizar el género para adecuar la estructura libre del son en el fandango en categorías musicales más pertinentes para los oídos del nuevo público. Con el auge de músicos de son jarocho como Lino Chávez o Andrés Huesca, el repertorio de sones se limitó apenas a aquellos más

populares y el ingenio espontáneo característico del género fue soslayado por la repetición de versos fijos que podían ser ensayados por la agrupación como canciones con letra definida, y a una velocidad y virtuosismo mayor que en el fandango.

## 2 EL MOVIMIENTO JARANERO

*Yo me encontré un cascabel  
que ya se estaba muriendo  
una soga le compré  
andaba desfalleciendo  
de la muerte lo salvé  
por eso me anda siguiendo.*

-El cascabel, son jarocho

Hablar sobre el Movimiento jaranero es entrar en arenas movedizas: las fuentes se contradicen y es imposible encontrar consenso en relación a las fechas y los datos. Entra aquí la cualidad contradictoria y complementar de la memoria social – o mejor dicho, las memorias, porque son múltiples. Algunas personalidades consideradas integrantes del Movimiento reniegan de él, desde los que cuestionan la nomenclatura hasta los que simplemente no quieren ser considerados parte del Movimiento, y tampoco es fácil distinguir con claridad a quiénes fueron los miembros fundadores, en tanto el Movimiento realizó un trabajo que fue caminando conforme a la marcha. Lo que sí puede enumerarse son los acontecimientos (y aquellos que participaron en ellos) que abrevaron a lo largo de los años en lo que hoy aún se mueve.

La fecha que, para algunos investigadores, marcó el nacimiento del Movimiento jaranero fue 1977, con la fundación del grupo Mono Blanco. Los miembros originales del grupo fueron los jóvenes Gilberto Gutiérrez Silva y su hermano José Ángel, originarios del sur de Veracruz y radicados en la Ciudad de México, quienes convidaron a integrarse al grupo a Juan Pascoe, nacido en Estados Unidos pero radicado también en la capital mexicana. Estos tres jóvenes músicos comenzaron sus planes para tocar el son jarocho tradicional y no la versión comercial que se escuchaba en la radio, investigar las antiguas fiestas comunitarias y organizar nuevamente los fandangos, que ya eran casi imposibles de encontrar. Poco después, Andrés Vega y su requinto

también harían parte de la agrupación. Es importante resaltar que su postura de salvaguarda del son y del fandango entendía que para rescatar la tradición había que renovarla (FIGUEROA, 2007).

Con ayuda de Arcadio Hidalgo, entonces ya un jaranero y versador experimentado que también habría de integrarse al grupo, los músicos de Mono Blanco acudieron a las poblaciones en donde aún se practicaban fandangos, como en Saltabarranca, Tlacotalpan o Minantitlán (SEVILLA, 2017). Su principal motivación era aprender el son jarocho de los viejos campesinos, el son que era inclusive discriminado por no parecerse a la versión vertiginosa y preciosista que se escuchaba en la radio y los discos de acetato. Pronto descubrirían que para asegurar que la tradición del fandango continuara había que crear generaciones de relevo.

Los Monos, en su labor de revivificación del son, fungieron también como promotores culturales, al entablar enlaces entre la organización de fandangos y eventos relacionados con el son jarocho y diversas instituciones locales y estatales. Gilberto Gutiérrez consiguió el apoyo de la Secretaría de Educación Pública para financiar la realización de fandangos dentro y fuera de Veracruz (ÁVILA, 2008). Con los fandangos de nuevo en las plazas los viejos soneros arribaban de todos lados para departir su conocimiento, y los jóvenes interesados comenzaron el contacto con la música y la fiesta. En la década de los noventa Gilberto Gutiérrez y su grupo Mono Blanco le proponen a Promoción Cultural de la Secretaría de Educación Pública (antecedente del Conaculta) un proyecto llamado Promoción y Difusión del Son Jarocho a partir del Fandango. Este proyecto incluía la realización de fandangos durante las festividades patronales de algunos municipios, pero desde el inicio Mono Blanco percibió que los jóvenes que llegaban a los fandangos poco sabían de la dinámica de la fiesta. A pesar del interés y disposición por participar, faltaba la técnica. Para solventar esta carencia se comenzaron a realizar talleres, primero de zapateado y luego del resto de los elementos del fandango con ayuda de las familias Vega y Utrera (GUTIÉRREZ, 2009). Los talleres que enseñaban a los jóvenes a fabricar los instrumentos; la estructura y temática de los sones para poder cantar e improvisar; la forma de afinar y tocar la jarana y el requinto, etc., fueron los puentes entre las viejas y las nuevas generaciones para restaurar la vigencia del fandango como el eje central del género.

Con apoyo del IVEC se realizaron campamentos para jóvenes en donde se les enseñaba algunos principios sobre la estructura rítmica y armónica de los sones, las formas líricas del versado, afinaciones y rasgueo de la jarana, la leona, arpa y otros instrumentos musicales del

fandango, etc. Durante esa década se realizaron diez ediciones del campamento en comunidades como el Hato, Pajapan, Jáltipan, y los participantes eran jóvenes provenientes de diversos lugares, tanto de comunidades indígenas popolucas y nahuas, muchachos de las ciudades e incluso algunos adolescentes chicanos, que viajaban a México para aprender a tocar son jarocho y retomar sus raíces culturales en los fandangos (FANDANGO, 2006).

Figuras como Juan Meléndez de la Cruz, de Minatitlán, Veracruz, ha sido otro de los miembros activos del Movimiento jaranero. Estudió en la Ciudad de México, pero al volver a su tierra natal comenzó como promotor cultural con talleres y campamentos de son jarocho para niños, y gracias a su organización se realizó el primer fandango de la era moderna en Minatitlán, en 1984. Junto con Arcadio Hidalgo, Antonio García de León y los hermanos Noé y Benito González fundaron el grupo Tacoteno, en 1984, y juntos rescataron sones poco conocidos en ese entonces, como Los chiles verdes o Las limas. Juan Meléndez solía anotar los versos que escuchaba ahí donde iba, y para 2004 publicó dicha recopilación de lírica en el libro *Versos para más de 100 sones jarochos*, texto bastante recurrido para aquellos que quieren aprender la versada (FORMATO SIETE, 2017).

Otro de los defensores de la “tradición vieja” en la región de los Tuxtlas fue Juan Pólito Baxin. Él aprendió de su familia la forma tradicional y pausada de tocar la media guitarra de son, y se mantuvo fiel a su estilo tuxtleco al formar parte del ensamble Cultivadores del Son, fundado en 1987 junto con Andrés Moreno, José Luis Constantino y Daniel Hernández, y posteriormente también Juan Mixtega Baxin. Al inicio, Juan Pólito y los Cultivadores del Son tocaban apenas en comunidades cercanas a la región, pues sus integrantes debían ocuparse de sus actividades en el campo, pero tiempo después, inspirados por el éxito del grupo Mono Blanco, entraron de lleno a la actividad musical con el son jarocho (KOHL, 2007). En su trayectoria fungieron también como promotores culturales, al impartir talleres de jarana, guitarra de son, laudería y zapateado en la Casa de la Cultura de San Andrés Tuxtla (OLIVARES, 2016). A Juan Pólito se le atribuye el rescate de sones antiguos como El zopilote, El sapo, El torero o El capotín, gracias al contacto directo con los ancianos de la región, que mantenían en la memoria los versos y los sones (FIGUEROA, 2007).

Otra figura importante en la reivindicación del son jarocho es Antonio García de León, un formidable lingüista, antropólogo, historiador y miembro del grupo Zacamandú, aunque también

ha colaborado para otros grupos como Tacoteno, Los Utrera, Son de Madera y Los Cojolites. Ha realizado diversos estudios en relación a la historia social, económica y cultural del país, y entre sus trabajos se encuentran investigaciones sobre fandango y el son jarocho. Por esos méritos en su carrera ha merecido el Premio Nacional de Ciencias y Artes (2015). La agrupación Zacamandú, formada en 1979 y desintegrada en 1995, recopiló sones jarochos olvidados y los materializó en un disco memorable titulado *Antiguos sones jarochos*.

A menudo, los hijos o nietos de los antiguos fandangueros se integraron al movimiento y en ese proceso el son jarocho comenzó a reinventarse; de los antiguos se rescataba la lírica de los sones desconocidos y de los practicantes jóvenes surgían nuevos versos para los viejos sones. Así es como diversos miembros de las familias, descendientes de los músicos de los grupos pioneros en el Movimiento, continúan con la labor iniciada por sus antepasados. Algunas de estas agrupaciones han sumado más de treinta años mudando a sus integrantes y heredando el gusto por el son jarocho y su fiesta.

Además de Mono Blanco, Tacoteno, Cultivadores del Son y Zacamandú se constituyeron nuevos grupos jaraneros que compartían la consciencia colectiva de revitalizar los fandangos, como Chuchumbé, Los Parientes, Río Crecido, Los Utrera, Son de Madera, La Plaga, Siquisirí, Los Indios Verdes, etc. (HERNÁNDEZ, 2016). Lo que une a estas agrupaciones es el afán de resistencia al son jarocho de folclor nacional al que consideran una deformación del son campesino, por ello se empeñan por contrarrestar con la ejecución de la manera tradicional. Sumados a los integrantes de estas agrupaciones, también han participado en la labor de salvaguarda del fandango y su música muchos otros miembros de la sociedad civil, individuos que han trabajado voluntariamente como promotores culturales para conseguir apoyos y patrocinios en la elaboración de las actividades del Movimiento, investigadores y académicos que han procurado rescatar elementos tradicionales casi olvidados; periodistas, locutores y otros entes de los medios de comunicación y difusión que han hecho eco del valor del género musical. Es por ello que la trayectoria del Movimiento jaranero se entiende como un entramado socio-estatal, protagonizado por miembros de la sociedad civil (músicos, lauderos, versadores, bailadores, investigadores, etc.) en pugna por difundir el son jarocho y revitalizar el fandango, con patrocinio, apoyo y difusión de diversas instituciones culturales, asociaciones privadas, organizaciones gubernamentales y académicas, así como con la colaboración de promotores culturales civiles y estatales que

fungieron como mediadores entre los integrantes del Movimiento jaranero y el Estado –a menudo los mismos músicos pasaron al servicio público– para gestionar recursos públicos en la realización de talleres, fandangos, festivales, encuentros de jaraneros, conferencias, etc.

Los múltiples actores (tanto societales como estatales) que han intervenido en el fomento y la revitalización del son han perseguido intereses diversos y con consecuencias visibles al día de hoy. Entre estos actores se puede identificar a grupos regionales que enseñan, tocan son jarocho y hacen fandangos con un propósito comunitario; otros grupos que recuperan el son jarocho para fusionarlo con géneros modernos; otros que encuentran en el son jarocho un nicho laboral, etc.; y, por otro lado, el Estado que retoma el símbolo y popularidad del género y la práctica como bandera de la identidad cultural y estrategia de unificación nacional. Las posiciones antes mencionadas no son excluyentes y más bien se pueden combinar diversos intereses en los mismos actores, por ejemplo: un grupo de soneros que hacen comunidad en el fandango pueden ejercer la música como actividad profesional recibiendo remuneración por su trabajo, así como perseguir la idea del son como patrimonio cultural de los veracruzanos y mexicanos.

### 3 ALCANCES DEL MOVIMIENTO JARANERO

*Tuve que volverme río  
para escaparme del mar  
sin poder imaginar  
que el mar es destino mío.*

-El Balajú, son jarocho.

Como se ha mencionado líneas arriba, el Movimiento jaranero intentaba contrarrestar la idea instaurada en los medios de comunicación y en el imaginario popular de que el son jarocho era aquella estampa folklórica que se corporeizaba en músicos de uniforme blanco con paliacate al cuello que tocaban a ritmo vertiginoso y sazocaban las canciones con décimas maliciosas. Es por ello que la música producida por los músicos del Movimiento se distinguió por oposición al son comercial. Para Cardona y Rinaudo (2017), el Movimiento jaranero simbolizó también una postura de resistencia contra el proceso de blanqueamiento que esta práctica afroamericana originaria del sur de Veracruz demostró en los años posrevolucionarios. Para estos investigadores, el son jarocho, detentado originalmente por población de marcado origen afroindígena, sufrió transformaciones en su representación durante las décadas de 1930 y 1940 para encarnar a un

jarocho estereotipado y blanqueado que figura en películas y ballets folclóricos y que reafirma lo blanco y omite lo que de negro e indígena le debe. El Movimiento jaranero, entonces, surgió como oposición a la elitización de la cultura jarocho que ahogaba las otras herencias étnicas, y en una labor de “desblanqueamiento” se reflexiona sobre el pasado indígena y, para algunos jaraneros, comienza una reivindicación de la raíz negra, por lo que algunos han denominado al son jarocho como “música de resistencia afromexicana” (DÍAZ-SÁNCHEZ; HERNÁNDEZ, 2013 *apud* CARDONA; RINAUDO, 2017).

La defensa de lo tradicional por parte del Movimiento jaranero incidió también en la valorización de la lírica del son jarocho. En contraste con las versadas comúnmente expresadas a inicios del siglo XX por conjuntos jarochos en la urbe –generalmente en bares, marisquerías, clubes nocturnos o salones de baile– que se caracterizaban por contener versos irreverentes o “picantes” para solaz del público, las agrupaciones del Movimiento defendían que el son jarocho era más que versos chabacanos. Para ellos, la poética de los sones podía ser también comparable con la mejor tradición del siglo de oro español o del barroco novohispano, por lo que era tan necesario su rescate y valorización (GARCÍA, 2006; ALCÁNTARA, 2017).

El proceso de revivificación de la lírica del son jarocho puede entenderse en dos vertientes que se sucedieron, sin excluirse. La primera etapa implicó el rescate de la memoria social a través de la entonación de los versos de los antiguos sones, considerados “auténticos”, y que narraban mitos, el cotidiano y eventos del pasado –los llamados “versos sabidos”–, que a fuerza de repetirse de fandango en fandango pertenecen al imaginario popular (MELÉNDEZ, 2016). La segunda etapa surgió con el entendimiento de que la lírica del son jarocho no podía ser siempre una mimesis de sí misma y que para mantenerse viva debía recrearse; por ello se buscaba que la nueva generación de jaraneros no sólo memorizara y entonara versos antiguos sino que también aprendiera de las estructuras poéticas, los temas y el sentido de los viejos sones para obtener la facultad de crear nuevos versos y nuevos sones que pudieran evocar el mundo actual y sus imágenes. Es así que el son jarocho comienza a reinventarse: a partir de la improvisación de versos en el fandango –siempre dentro de los límites de la estructura poética y semántica de cada son–, llamados “versos de nueva creación”; pero también en el surgimiento de nuevos sones en el seno de los grupos conformados, considerados “sones de autoría” (HERNÁNDEZ, 2016).

Esos fandangos campesinos de antaño eran espacios comunitarios de expresión festiva en donde se reforzaban lazos sociales de todo tipo, ya fuera para forjar relaciones amistosas, formar parejas o integrar a los jóvenes y a los mayores en el aprendizaje de los elementos del fandango, a través de la observación, imitación y la práctica. Este proceso de enseñanza-aprendizaje de generación en generación en las comunidades rurales había decaído al paso del tiempo por diversos motivos: la migración de las generaciones más jóvenes a los centros urbanos en busca de oportunidades laborales o por estudio, lo que provocó una brecha generacional entre los practicantes del son; la popularización de las radios y tocadiscos en las comunidades rurales, lo que condujo al declive del son jarocho en comparación con otros géneros musicales urbanos que estaban en boga en la época (como la salsa o la cumbia); la pérdida de vigencia de las prácticas comunitarias, como los fandangos, frente a la irrupción de prácticas económicas de orden capitalista, etc. Estos y otros motivos crearon una realidad compleja para los fandangos, que fueron cada vez menos frecuentes y sin una generación de relevo para continuar la práctica.

La intención de los pioneros del Movimiento jaranero era recordar, junto con los viejos soneros, esos conocimientos en semiolvido y encontrar formas didácticas de transmitir ese saber a los niños y jóvenes de las comunidades, al principio, y luego a los que tenían interés en las ciudades, e incitar entre la población el viejo entusiasmo por los fandangos, que son los espacios de aprendizaje por excelencia. Con ese propósito surgen desde el esfuerzo ciudadano y con el financiamiento de diversas instituciones culturales, los campamentos de son jarocho y los talleres de zapateado, décimas, laudería y son jarocho que, además de enseñar las características técnicas, buscaban retornar la médula comunitaria del fandango.

#### **4 FANDANGOS JAROCHOS COMO PATRIMONIO**

*En la jaula de mi pecho  
una paloma encerré  
como no era de provecho  
le abrí la jaula y se fue  
para los campos derecho.  
-El pájaro Cú, son jarocho.*



En marzo de 2010, el gobierno del estado de Veracruz, presidido por el gobernador del estado, Fidel Herrera Beltrán, manifestó en diversos medios de comunicación que buscaría promover ante la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) el son y el fandango jarocho para formar parte de la Lista Representativa de Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad, tal como lo hiciera en 2009 con la ceremonia ritual de los voladores de Papantla. Pero no fue sino hasta 2013 que a través de la Secretaría de Turismo, Cultura (Sectur) del Estado de Veracruz, se anunció la integración de un equipo promotor del son jarocho para la salvaguarda del género musical y su fiesta comunitaria, el fandango. En boletín de prensa del 13 de mayo de 2013, la Sectur recalcó que dicho equipo contaría con el respaldo del gobierno del estado para “emprender una gran campaña que lo enaltezca, reconozca y posicione en México y el mundo” (SECTUR, 2013, p.1). Para ello, se buscaba promover la inscripción del son jarocho como Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad, generar conciencia de la importancia del son jarocho y la elaboración de medidas para protegerlo y promoverlo.

En esa misma administración, la Sectur apostó por el rescate y la preservación en bienes, tradiciones, arte y acervos históricos, con la finalidad de colocar al estado de Veracruz como un destino turístico para nacionales y extranjeros. El turismo cultural es más rentable en sitios de prestigio internacional, como aquellos que cuentan con el galardón de la UNESCO, lo que garantiza “la competitividad de los destinos” (SECTUR, 2015, p.1). Por ello no es difícil imaginar que detrás del nombramiento de la UNESCO como patrimonio, el gobierno del estado de Veracruz buscaba colocar en el son y el fandango jarocho las medallas de mérito de la organización internacional para su aprovechamiento comercial a través del turismo estatal. Se trataba de una política cultural de corte neoliberal, en el que la cultura popular era orientada hacia el mercado. En términos neoliberales, la cultura funciona como un bien mercantil al que pueden atribuírsele valores simbólicos agregados como los tributos de “tradicional”, “popular”, “antiguo” para la generación de lógicas empresariales sobre el patrimonio cultural (ÁVILA, 2008).

No obstante, desde que la intención del gobierno estatal fue evidenciada, numerosas voces soneras se opusieron a la iniciativa, previendo la intención de lucro por parte del sector turístico y la demostrada injerencia de la administración gubernamental respecto a las prácticas tradicionales, como en el caso de las festividades de Tlacotalpan, ciudad declarada Patrimonio Cultural de la

Humanidad por la UNESCO en 1998. “Antes que de la humanidad, el son es patrimonio de la comunidad jarocho, y que nos pregunten” (WHALEY, 2014, p.1), fueron las palabras de Samuel Aguilera en el Segundo Encuentro del Son Jarocho (2014), lo que refleja una postura de oposición a la apropiación institucional, y que ejemplifica cómo sus practicantes han luchado por reivindicar su protagonismo en la salvaguarda del son y el fandango.

El Movimiento jaranero debe entenderse como un movimiento contracultural, que surge como rechazo a la práctica dominante de folclorización que funcionó bajo el beneplácito y patrocinio del Estado. Si bien su postura de resistencia precisó de las alianzas que estableció con las instituciones culturales de gobierno, el precepto del Movimiento fue el de otorgar el protagonismo de la práctica en manos de sus detentores, y reconstruir el entramado social que se desarrolla alrededor del fandango como espacio de la comunidad. El rechazo al nombramiento de la UNESCO proviene del peligro que representa institucionalizar el mecanismo de salvaguarda en menoscabo de las labores independientes de los practicantes y promotores culturales que lo han revitalizado.

El Movimiento jaranero actuó como un proyecto de salvaguarda del son y el fandango jarocho con consecuencias muy variadas, desde el rescate de la lírica de sones antiguos, la revivificación de fandangos tanto urbanos como rurales, la creación de nuevos sones, la invención de nuevos versos para los sones antiguos –inclusive con la innovación de la versada de perspectiva femenina–, la inserción de nuevos instrumentos en el son jarocho, la enseñanza formal del son jarocho a través de talleres, cursos y seminarios, la proliferación de grupos de son, la fusión del son jarocho con otros géneros musicales, la relativa uniformización de la afinación por cuatro, el surgimiento de practicantes de son y fandangos jarocho en el extranjero, la posibilidad de hacer del son jarocho un medio de subsistencia, etc.

Con todo su recorrido a lo largo de estas cuatro décadas, las transformaciones musicales, comportamentales, instrumentales, etc., el son jarocho y los fandangos demuestran ser actualmente una práctica viva que sigue diversificándose en múltiples contextos. Como práctica viva, no corre peligro de desaparecer, sino de ser transformada por sus practicantes. Son sus practicantes, entonces, quienes han determinado la ruta por la que el género musical y la fiesta se mueven, y son sus practicantes quienes reivindican el poder de la toma de decisiones respecto a la tradición, y no las instituciones, en un ejercicio vertical de poder. La evasión del nombramiento como

patrimonio pretende evitar la formación de un canon formal, institucionalizado, que excluya a las manifestaciones que no se apeguen a las características denominadas.

Ahora bien, la UNESCO caracteriza el patrimonio cultural inmaterial como tradicional, contemporáneo y viviente aun mismo tiempo; integrador, representativo y basado en la comunidad. Respecto a esta última cualidad afirma:

El patrimonio cultural inmaterial sólo puede serlo si es reconocido como tal por las comunidades, grupos o individuos que lo crean, mantienen y transmiten. Sin este reconocimiento, nadie puede decidir por ellos que una expresión o un uso determinado forma parte de su patrimonio (UNESCO, 2003).

En el caso del fandango y su música, sus practicantes sí reconocen su cualidad como patrimonio cultural inmaterial, con la salvedad de que no desean nombramientos oficiales ni la institucionalización de la tradición que ellos mismos han logrado reivindicar y revivificar. Los soneros y fandangueros se han hecho oír y una vez más se han posicionado para oponer resistencia a la injerencia estatal en materia de patrimonialización cultural. El panorama ideal en la construcción democrática de políticas culturales no puede ser otro sino la participación horizontal de los distintos entes involucrados en su creación. Los intereses de las instituciones que el Estado gestiona no deben sobreponerse a los intereses de los practicantes del bien cultural.

La labor del Movimiento jaranero no fue conservar la tradición, sino continuarla, y en su hilo de acción no había más alternativa que el cambio. Como resultado de ese movimiento en pro de continuar la tradición han surgido todas aquellas variaciones al fandango campesino de las primeras décadas del siglo XX, pasando desde la vuelta a lo folclórico, atravesando fandangos urbanos y aterrizando en los escenarios, con géneros híbridos de son jarocho y ritmos modernos.

Respecto a la representación del son jarocho como espectáculo en los escenarios en detrimento de su función comunitaria en el fandango, esta divergencia en el recorrido del Movimiento es fácil de comprobar, pero no es una aseveración que se pueda generalizar. Actualmente existen numerosos colectivos que combinan el escenario como actividad profesional y de sustento económico y que también se dedican a la enseñanza del son jarocho y organización

de fandangos en diversos lugares. Tan sólo por citar algunos se pueden nombrar a Son Barrio Abajo, de Tlacotalpan; Jardín Kojima, de Otatitlán; La Casa de Nadie, de Xalapa; Los Parientes de Playa Vicente, que trabajan en varias comunidades de Veracruz y en la Ciudad de México; el Centro de Documentación del Son Jarocho, una iniciativa de la agrupación Los Cojolites en Jáltipan, Veracruz, que además de realizar talleres de son jarocho para niños y jóvenes y seminarios de estudio del son, también alberga un acervo de documentos, videos, fotos y obra plástica de la cultura jarocho.

El Movimiento jaranero no es el mismo que el de hace cuarenta años. Su quehacer continúa en manos de otra generación de practicantes, y aunque sus métodos no pueden ni serán los mismos, la pretensión de revitalizar el son y el fandango continúa. Han surgido nuevos desafíos a ser enfrentados, nuevas latitudes de donde pueden provenir los jaraneros, incluso nuevas manifestaciones en las que el son jarocho abreva. A pesar de las polémicas y opiniones diversificadas respecto a las divergencias que se han gestado a partir de “lo tradicional”, es decir, la usanza antigua, el son jarocho alcanza nuevos horizontes, se enriquece, se nutre de lo propio y de lo ajeno, es abrazado por cada vez más entusiastas y desemboca en escenarios y tarimas de las urbes y los pueblos. Lo que empezó hace 40 años continúa en movimiento y nadie lo detiene.

## 5 REFERÊNCIAS

ALCÁNTARA, A. Del agua, los versos y la poesía. **La manta y la raya**, 6, 2017.

ÁVILA, H. **Políticas Culturales en el Marco de la Democratización: interfaces socioestatales en el Movimiento jaranero de Veracruz, 1979-2006**. Tesis de doctorado. Xalapa: CIESAS, 2008.

CARDONA, I.; RINAUDO, C. Son jarocho entre México y Estados Unidos: definición “afro” de una práctica transnacional. **Desacatos**, n. 53, enero-abril, 2017, pp. 20-37. Distrito Federal: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social.

**FANDANGO, buscando al Mono Blanco**. Dirección: Ricardo Braojos. Los Cenzontles Mexican Arts Center, 2006. Estados Unidos-México. Video color (66 min).

FERRERO, C. A viola no fandango de Iguape e Cananéia. **Enciclopédia Caiçara. Volume V. Festas, Lendas e Mitos Caiçara.** São Paulo: HUCITEC-NUPAUB-CEC/USP, 2006.

FIGUEROA, R. **Son Jarocho. Guía histórico-musical.** Xalapa: CONACULTA-FONCA, 2007.

FORMATO SIETE. Juan Meléndez de la Cruz, guardián del son, presentará su libro en Realía. **Formato Siete**, 2017. Disponible en <<http://formato7.com/2017/06/25/juan-melendez-de-la-cruz-guardian-del-son-presentara-su-libro-en-realía/>> Acceso en: 31/12/2017.

GARCÍA, A. **Fandango. El ritual del mundo jarocho a través de los siglos.** México: CONACULTA-IVEC, 2006.

GOTTFRIED, J. Una puerta cibernética al fandango como fiesta. En SEVILLA, A. **El fandango y sus variantes.** México: INAH, 2013.

GUTIÉRREZ, G. La tradición en el tercer milenio. Ponencia en **El fandango jarocho, un mundo de vida. Reflexión y diálogo intercultural e intergeneracional con representantes del fandango**, 2009. Disponible en: <<https://mundodevida.wordpress.com/category/ponencias/>> Acceso en: 07/01/2018.

HERNÁNDEZ, M. **Mujeres divinas y profanas: La bruja, la llorona y la sirena en el imaginario social del Movimiento jaranero contemporáneo.** Tesis. México: Centro de Estudios de la Cultura y la Comunicación, Universidad Veracruzana, 2016.

KHOL, R. **Declaraciones del son. El requinto jarocho en la creación del conocimiento sociomusical.** Veracruz: Editora de Gobierno del Estado de Veracruz, 2007.

MELÉNDEZ, J. Dos actas de defunción... y se mueve. **La manta y la raya**, 1, p.p. 12-16, 2016.

NGOU-MVE, N. **El África bantú en la colonización de México (1595-1640).** Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994.

NÚÑEZ, J. Los huapangos. **Mexican Folkways.** Vol. VII (4) México, 1932.

OLIVARES, J. Serán 12 horas de fandango en el festival Guillermo Cházaro Lagos. **La Jornada**, 29 de noviembre de 2016. Disponible en: <<http://www.jornada.unam.mx/2016/11/29/espectaculos/a09n1esp>> Acceso en: 04/01/2018

PEREZ, R. **Estampas de nacionalismo popular mexicano**. México: CIESAS, 1994.

PÉREZ, R. La fruta madura (el fandango sotaventino del XIX a la Revolución). **Secuencia. Revista de Historia y Ciencias Sociales**, 19, p.p. 43-60, 1991.

PITRE, E. **Prácticas musicales en contextos latinoamericanos: esbozo de la música del fandango jarocho de Veracruz en México (Parte 1)**. Investigación pos-doctoral. Ciudad de México: UNAM, 2016.

SANCHEZ, R. Diferencias formales entre la lírica de los sones huastecos y la de los sones jarochos. **Revista de Literaturas Populares**, 2 (1), enero-junio, 2002.

SECTUR. **Busca Veracruz que el son jarocho sea Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad**. Sectur (Boletín de prensa), 2013. Disponible en: <http://jarocho.com/noticia/proyecto-de-difusion-y-salvuarda-del-son-jarocho-y-la-fiesta-comunitaria-del-fandango/>> Acceso en: 14/01/2018.

SECTUR. **Promueve y preserva Veracruz riqueza cultural**. Sectur. Radio identidad, 2015. Disponible en: <http://radioidentidad.com.mx/promueve-y-preserva-veracruz-riqueza-cultural-sectur/>> Acceso en: 14/01/2018.

SEVILLA, A. El fandango ayer y hoy. **El fandango y sus variantes**. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2013.

SONEROS del Tesechoacán. **El Movimiento del Son Jarocho**. 2010. Disponible en: [http://sonerosdeltesechoacan.blogspot.com.br/2010/11/el-movimiento-del-son-jarocho\\_16.html](http://sonerosdeltesechoacan.blogspot.com.br/2010/11/el-movimiento-del-son-jarocho_16.html)> Acceso en: 06/01/2018.

STANFORD, T. **El son mexicano**. México: Secretaría de Educación Pública, 1984.

UNESCO. **Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial**. 2003. Disponible en: [http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL\\_ID=17716&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=17716&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)> Acceso en: 13/01/2018.

WHALEY, J. El son jarocho no debe ser declarado patrimonio cultural de la humanidad, coinciden expertos. **La Jornada**, enero de 2014. Disponible en: <http://www.jornada.unam.mx/2014/01/26/espectaculos/a09n1esp>> Acceso en: 14/01/2018.

Recebido em: 21/11/2018  
Aprovado em: 13/08/2019  
Publicado em: 09/10/2019

## **REFORMA E RESISTÊNCIA: IMPACTOS ESTRUTURAIS DAS DITADURAS CIVIL-MILITARES BRASILEIRA (1964 – 1985) E CHILENA (1973 – 1990) NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

### *REFORM AND RESISTANCE: THE STRUCTURAL IMPACTS OF BRAZILIAN AND CHILEAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIPS ON PUBLIC UNIVERSITIES*

Cecília Brancher de Oliveira<sup>1</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), Brasil

**Resumo** Este artigo visa compreender de que maneira as ditaduras civil-militares brasileiras (1964-1985) e chilena (1973-1990) modificaram o ensino público superior e a estrutura universitária dos respectivos países. Para isso, o artigo divide-se em quatro partes. A primeira faz um resgate dos movimentos prévios pela democratização e reforma do ensino superior. A segunda explora o projeto de educação superior com viés neoliberal implementado pelas ditaduras do Cone Sul. A terceira e a quarta partes descrevem e analisam a implementação de políticas e legislação voltadas à educação superior do Brasil e do Chile.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar; ensino superior; Universidade pública; reforma universitária; educação.

**ABSTRACT** This article aims to understand how did the Brazilian and Chilean civil-military dictatorships manage to transform the higher education system and the structure of the public universities. Thus, this article is divided into four sections. The first section presents the social mobilization pro-democratization and higher education system reforms before the dictatorships. The second section explores the adoption of a neoliberal project for public higher education. Finally, the third and fourth sections describe and analyze the implementation of policies and legislation in public higher education during the dictatorships.

**Keywords:** Civil-military dictatorship; higher education; public University; University reform; education.

## **1 INTRODUÇÃO**

As ditaduras civil-militares no Brasil (1964-1985) e no Chile (1973-1990) implementaram políticas educacionais voltadas ao ensino superior que impactaram profundamente a estrutura das universidades e a concepção de educação como um direito social, que vinha sendo coletivamente construída durante a década de 1960. Orientadas para atender aos interesses da elite política dominante, as políticas públicas dos períodos ditatoriais foram

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



marcadas pela influência de fatores internos e externos em sua concepção, no sentido de garantir a manutenção hegemônica do poder das classes dominantes e do capital internacional.

A educação, como campo de disputa política e social, mobilizou diversos setores da sociedade em períodos históricos distintos. Seja no início da década de 1960, através do debate sobre a reformulação dos sistemas de ensino superior público e a chamada “reforma universitária”, cuja inspiração advinha do *Manifesto de Córdoba* de 1918. Ou no fim dos anos 1960 e durante a década de 1970, quando a luta pela democratização e universalização do ensino superior público foi suplantada pela política educacional imposta pelos governos ditatoriais, tanto no Brasil, quanto no Chile. As ditaduras civil-militares interromperam o processo de debate acerca da função da universidade pública, já bastante avançado no Chile governado por Salvador Allende e em vias de construção no governo de João Goulart no Brasil, e substituíram-no por uma série de preceitos influenciados pela conjuntura política global, e por interferência direta dos Estados Unidos. Além das práticas repressivas e das sucessivas violações de direitos humanos que ocorreram também dentro do ambiente universitário, os governos ditatoriais brasileiro e chileno redirecionaram as políticas educacionais, alinhando-as aos interesses dos grupos sociais dominantes. O objetivo central deste artigo é entender como essas reformas aconteceram e quais foram as principais mudanças de rumo do ensino superior público no Brasil e no Chile com relação ao período pré-ditatorial.

Como veremos adiante, o projeto político de reestruturação do ensino superior das ditaduras brasileira e chilena teve algumas semelhanças, ainda que, no Chile, os efeitos a longo prazo tenham sido mais profundos e definitivos. Na primeira parte deste artigo, serão apresentados os antecedentes históricos que levaram à realização de importantes movimentos pela reforma universitária na América Latina durante a década de 1960. Posteriormente, será abordado o projeto político das ditaduras do Cone Sul para a educação superior. E, finalmente, será realizada uma análise sobre os casos brasileiro e chileno, através da apresentação das leis e decretos que reestruturaram o sistema público superior e, também, dos impactos das práticas repressivas e da contenção ao movimento estudantil universitário.

## 2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: O MANIFESTO DE CÓRDOBA E A DÉCADA DE 1960

A juventude já não pede. Exige que se reconheça o direito de exteriorizar esse pensamento próprio nos corpos universitários por meio de seus representantes. Está cansada de suportar os tiranos. Se foi capaz de realizar uma revolução nas consciências, não pode desconhecer-se a capacidade de intervir no governo de sua própria casa. A juventude universitária de Córdoba, por meio de sua federação, saúda os companheiros da América toda e os incita a colaborar na obra de liberdade que se inicia.<sup>2</sup>

O Manifesto de Córdoba de 1918, escrito por estudantes da *Federación Universitaria de Córdoba*, na Argentina, é considerado por muitos como um marco na transformação da Universidade latino-americana. Segundo José Alves de Freitas Neto (p. 65, 2011), a Universidade Nacional de Córdoba (UNC) no início do século XX era uma instituição conservadora que preservava características do período colonial. Nesse sentido, a motivação estudantil era construir um modelo de universidade para e a partir da Argentina, ou da própria América Latina.

Através da denúncia do caráter eclesiástico e aristocrático da estrutura universitária da UNC e da educação superior latino-americana, os estudantes propuseram, então, um novo modelo de Universidade, no qual o corpo discente seria um ator social central. As reivindicações principais que se seguiram ao manifesto foram: a coparticipação de professores e estudantes na estrutura administrativa; a autonomia política, docente e administrativa da Universidade; a extinção da cátedra vitalícia; a eleição de dirigentes por assembleias compostas de professores, estudantes e egressos; a gratuidade do ensino e democratização da universidade; a seleção de professores por meio de concursos públicos; o fortalecimento da função social da Universidade, entre outras.

Assim como o Manifesto de Córdoba, a década de 1960 representou um segundo momento importante para o ensino superior latino americano. Em distintas partes do mundo, esta foi a década de florescimento de diversos movimentos revolucionários. O movimento estudantil, não só brasileiro como também chileno, foi fortemente influenciado pelo contexto de reestruturação global do pós-Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Na América Latina, a Revolução Cubana em 1959 foi também propulsora da emergência reivindicativa e

---

<sup>2</sup> FEDERACIÓN UNIVERSITARIA DE CÓRDOBA. **La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sudamérica** [Manifiesto de Córdoba]. Argentina, junho de 1918.

questionadora do movimento estudantil universitário, ainda marcado pelo impulso inicial gerado pelo Manifesto de Córdoba.

No Chile, a década de 1960 foi marcada pelas greves e ocupações universitárias, pela luta por um aprofundamento da democratização e universalidade do acesso ao ensino superior. O movimento pela Reforma Universitária foi a expressão de uma ampla tendência cultural e política em direção ao aprofundamento da democracia chilena. “A reforma iniciou como um grande movimento pela transformação dos programas de estudo, pela mudança substancial nas estruturas de poder na Universidade, pela aproximação da Universidade com o povo” (MARTÍNEZ, 1988, p. 167, tradução nossa). Assim como a UNC, as universidades chilenas eram elitistas em sua composição social, além de contarem com uma representação estudantil mínima na rígida e autoritária estrutura universitária.

O movimento pela reforma universitária no Chile ocorreu durante o governo de Frei Montalva (1964-1970), do partido *Democracia Cristiana* (DC), considerado “timidamente” reformista, mas que realizou uma reforma agrária e permitiu a organização sindical de trabalhadores e camponeses. Posteriormente, já no ano de 1970, a eleição do candidato da *Unidad Popular* (UP), Salvador Allende, foi um marco fundamental no movimento reformista. “Desejávamos uma universidade cujo único norte fosse o Chile, e os interesses de seu povo. (...) Era um movimento de dignidade nacional e de reflexão sobre a identidade própria” (BRODSKY, 1988, p. 116, tradução nossa).

No governo Allende, muito se avançou no processo de democratização e reforma universitária: se ampliou o acesso à universidade, foram criadas escolas vespertinas, organizações camponesas, indígenas e de trabalhadores, desenvolveram-se programas de extensão que ligavam a universidade à solução de grandes problemas nacionais como saúde, educação, moradia, etc. “A matrícula estudantil se expandiu de um modo impressionante com o apoio massivo estatal, o que possibilitou a criação de novas sedes e cursos: as vagas aumentaram de 22.899 em 1970 a 62.064 em 1972 (até 1980 a cifra havia decrescido a 32.964 vagas)” (ROJAS, 1988, p. 140, tradução nossa). O golpe militar de 1973 não apenas deu início a uma ditadura violenta e responsável por violações massivas aos direitos humanos, perseguindo, torturando e assassinando inúmeros professores e estudantes, como pôs fim a

todos os avanços democráticos<sup>3</sup> conquistados durante o movimento reformista da década de 1960.

No Brasil, segundo Fávero (p. 29, 2006), a aceleração do ritmo de industrialização no país na década de 1950, simultaneamente às diversas transformações que ocorreram no campo cultural, social e econômico, levou à tomada de consciência de diversos setores da sociedade sobre a situação precária do ensino público superior brasileiro. De acordo com Martins (2009, p. 17-18), “o período de 1945-65 se destacou por um crescimento acelerado do ensino superior público, (...) suas matrículas saltaram de 21 mil para 182 mil estudantes. Nesse momento, ocorreu o processo de federalização de instituições estaduais e privadas”. Nos anos 1960, a onda reformista avançou sobre as universidades brasileiras<sup>4</sup>, tanto por sobre o movimento estudantil, quanto sobre o próprio corpo docente. Os estudantes defendiam a democratização e universalização do ensino, assim como a extinção da cátedra vitalícia, a realização de concursos públicos para a contratação de professores e a ampliação da participação e representação estudantil nos órgãos universitários.

Antes do golpe militar de 1964 no Brasil, algumas universidades elaboraram projetos de reformulação e reestruturação universitária, com destaque para a participação ativa de intelectuais como Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Na próxima seção, serão expostos o projeto para a educação superior instaurados com os golpes militares no Brasil e no Chile e, posteriormente, as transformações estruturais e subjetivas implementadas nas universidades públicas dos dois países.

### **3 AS DITADURAS NO CONE SUL E O PROJETO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR**

As ditaduras civil-militares no Cone Sul barraram as reformas de base<sup>5</sup> em curso – ou que estavam por acontecer – e implementaram uma série de políticas estruturantes que em muito

---

<sup>3</sup> Em 1972, o gasto em educação alcançou 7,2% do PIB (CORVALÁN, 2003, p. 26, tradução nossa). Em 1973, o gasto fiscal em educação foi de 4,3% do PIB, chegando a 2,3% do PIB em 1990 (AGUILERA, 2015, tradução nossa). Em 2016, o gasto em educação alcançou 5,4% do PIB chileno (BANCO MUNDIAL).

<sup>4</sup> Entre 1966 e 1982, o gasto em educação no Brasil ficou ao redor de 2,75% do PIB, chegando a cerca de 4% nos anos 1990 (PINTO, 2014, p. 300). Em 2015, o gasto em educação alcançou 6,2% do PIB brasileiro (BANCO MUNDIAL).

<sup>5</sup> No Brasil, o governo de João Goulart (1961-64) propôs uma série de reformas estruturais que não foram aplicadas por conta do golpe de 1964, entre elas: reforma agrária, educacional, fiscal, eleitoral, urbana e bancária. Já o governo de Allende (1970-73), no Chile, aplicou três reformas de base, que constam entre os principais motivos que levaram ao golpe de 1973: nacionalização das minas de cobre, reforma agrária, educacional, social e de saúde pública.

divergiam das políticas implementadas nos governos anteriores, assim como foram a base para a construção de Estados que preservaram “(...) as extremas desigualdades de classe na distribuição da riqueza pessoal no interior de seu território (...), protegeram a acumulação e o gozo da riqueza oligárquica pelas classes alta e média das exigências e lutas das massas excluídas e exploradas (...)” (ARRIGHI, 1998, p. 234). Para este artigo, nos concentraremos nas reformas educacionais e na subsequente transformação estrutural do ensino superior.

Em vista disso, as figuras de Rudolph Atcon<sup>6</sup> e dos *Chicago Boys*, pupilos de Milton Friedman<sup>7</sup>, são importantes para o entendimento de como foram estruturadas as reformas no sistema público no Brasil e no Chile, respectivamente. No início da década de 1960, Atcon realizou um estudo sobre a universidade latinoamericana intitulado *La universidad latinoamericana: clave para un enfoque conjunto del desarrollo coordinado social, económico y educativo en America Latina* (1961). Nesse trabalho, após uma longa análise sobre a estrutura universitária latino-americana, ele tece algumas recomendações significativas para o entendimento do que vem a ser o conteúdo do *Plano Atcon*,

A universidade latino-americana deve consolidar sua autonomia e adquirir uma porção muito maior de independência real. **O melhor sistema legal para conquistar mais liberdade consiste em transformar a universidade estatal em uma fundação privada.** (...) com tal procedimento a universidade deveria ser:

- a) Independente legalmente e privada.
- b) Financiada por doações anuais do Estado, mais ou menos como se faz na Grã-Bretanha.
- c) Livre de controles e interferências estatais.
- d) Completamente dissociada das regulações do serviço civil.
- e) Politicamente neutra<sup>8</sup>.

O *Plano Atcon* foi o documento resultante do estudo de Rudolph Atcon a convite da Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC), realizado entre junho e setembro de 1965. O documento formulado intitula-se *Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira*, e foi editado pelo MEC em 1966. Para sua realização, ele visitou doze universidades brasileiras, quase todas federais, e destacou os aspectos problemáticos das

---

<sup>6</sup> Rudolph P. Atcon (1921-1995), naturalizado estadunidense, atuou junto à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e à Organização dos Estados Americanos (OEA).

<sup>7</sup> Milton Friedman (1912-2006), foi um economista estadunidense e professor na Universidade de Chicago.

<sup>8</sup> ATCON, Rudolph. **La universidad latinoamericana: Clave para un enfoque conjunto del desarrollo coordinado social, económico y educativo en América Latina.** 1961. Bogotá: Christian Hernández Amaya (Edição digital), 2009. Grifo nosso.

universidades, principalmente no que dizia respeito ao sistema de gestão administrativa, sugerindo a implementação de um sistema de administração empresarial.

Dessa forma, Atcon sugere um modelo de reforma universitária no qual, em termos administrativos, a figura do reitor enquanto *presidente da instituição*, coordena a atuação do Conselho Universitário, que trata dos assuntos da política universitária, e do Conselho de Curadores, que elabora a política financeira da instituição. Entretanto, ele cria a figura do administrador ou gerente, que não deveria ser membro do corpo docente, mas de confiança do reitor e, possuir, segundo Atcon, o mando sobre as unidades centrais da administração institucional, e seus respectivos chefes. Nesse sentido, Atcon (1966, p. 81-82) defendia a implantação de um sistema administrativo tipo “empresa privada” nas universidades brasileiras, pois a autonomia administrativa implicaria na desvinculação da universidade dos controles administrativos e financeiros do Estado. De acordo com Fávero (2006, p. 31), dentre as recomendações feitas está a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), o qual é prontamente criado, em 29 de abril de 1966. Rudolph Atcon é convidado a organizá-lo, além de ser também seu primeiro secretário-geral, entre 1966 e 1968.

Por sua vez, no Chile, já durante a primeira década de intervenção universitária e repressão sistematizada na estrutura legal das instituições, a Junta Militar deu início à transformação estrutural do sistema educacional universitário de caráter neoliberal e autoritário. Essas transformações eram parte da concepção de que a educação tinha que servir aos propósitos do regime e do processo de alojamento do modelo neoliberal no Chile. Nos anos 1950, a partir de um convênio entre a Faculdade de Economia da Universidade Católica de Santiago, a Universidade de Chicago e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), nos Estados Unidos, um grupo de jovens chilenos, conhecidos como *Chicago boys*, foi estudar na Universidade de Chicago. Os jovens foram alunos e pupilos de Milton Friedman, um economista neoliberal cujo foco de pesquisa e elaboração consistia, fundamentalmente, nas teorias de autorregulação de mercados, equilíbrios macroeconômicos, fortalecimento da iniciativa privada e a promoção da competição através da abertura dos mercados. De volta ao Chile, os *Chicago boys* ocuparam postos importantes na estrutura governamental da Junta Militar, como mostra a imagem:

Quadro 1 – Os postos chave que os *chicago boys* ocuparam no governo militar

### Los Chicago boys que ocuparon puestos claves en el gobierno militar

Nombre	Cargos en el gobierno	Cargos en el sector privado	Actividad docente
Sergio de Castro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Asesor del M. de Economía</li> <li>• Ministro de Economía</li> <li>• Ministro de Hacienda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Asesor de Agustín Edwards</li> <li>• Ejecutivo de diversas empresas del grupo Edwards</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profesor de jornada completa en la U. Católica de Chile</li> </ul>
Pablo Baraona	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Asesor del M. de Agricultura</li> <li>• Presidente del Banco Central</li> <li>• Ministro de Economía</li> <li>• Ministro de Minería</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente del Banco Unido de Fomento (liquidado)</li> <li>• Presidente del Club Hípico</li> <li>• Jefe de la campaña presidencial de Hernán Büchi</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profesor de jornada completa en la U. Católica de Chile</li> </ul>
Alvaro Bardón	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Funcionario de Corfo</li> <li>• Presidente del Banco Central</li> <li>• Subsecretario de Economía</li> <li>• Presidente del Banco del Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente del Banco Concepción</li> <li>• Socio Consultora Gemines</li> <li>• Presidente del Centro Democrático Libre</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Director del Dpto. de Economía de la U. de Chile</li> </ul>
Rolf Lüders	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Biministro de Hacienda y Economía</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Asesor de Javier Vial</li> <li>• Ejecutivo y socio de las empresas del ex BHC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profesor de jornada completa en la U. Católica de Chile</li> </ul>

Fonte: Memória chilena. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-86239.html>>.

Este modelo de Estado capitalista “(...) caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes” (CHAUI, 2003, p. 7). Consequentemente, a universidade teve de ser adaptada à essa visão organizacional e fragmentada, como ressalta Chaui (2003, p. 7), passando a ser avaliada por índices de produtividade, organizada para ser flexível e possuir eficácia de gestão, “definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, (...) pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual” (*Id.*). A universidade pública, voltada à produtividade e produção de conhecimento útil ao capital, tem suas pesquisas determinadas pelas exigências mercadológicas; “isso significa que a universidade *pública* produz um conhecimento destinado à *apropriação privada*” (CHAUI, 2003, p. 8).

Consequentemente, a implementação do modelo neoliberal baseado na doutrina monetarista de Milton Friedman, através do que ficou conhecido como o “*Experimento de Chicago*”, produziu “(...) o desmantelamento de um dos sistemas universitários mais fecundos e democráticos em todas as Américas.” (AUSTIN, 2004, p. 189, tradução nossa). Apresentadas as concepções norteadoras dos distintos projetos para o ensino superior implementados pelos governos militares em consonância com as aspirações de parte do empresariado e das elites

econômicas brasileiras, chilenas e internacionais, nas próximas sessões serão analisados os marcos jurídicos e políticos desse processo de transformação no Brasil e no Chile, respectivamente.

#### **4 BRASIL: A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968**

O golpe civil-militar no Brasil e os seguintes vinte e um anos de ditadura serviram, entre outras coisas, para proteger os interesses oligárquicos e burgueses nacionais e internacionais, com orientação da política externa estadunidense que visava garantir o domínio geopolítico e econômico sobre a região. No âmbito educacional, a ditadura civil-militar brasileira promoveu duas reformas: a Reforma Universitária em 1968 (Lei 5.540/68) e a da educação geral em 1971, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5.692/71)<sup>9</sup>.

Nos meses posteriores ao golpe, “(...) o governo fez uso, em vários órgãos do setor público, de medidas repressivas, denominadas ‘operação limpeza’, as quais visavam a depurar essas instituições de funcionários e servidores, suspeitos de estarem comprometidos com ‘atividades subversivas’” (CUNHA, 2009, p. 129). Para tal, foram instaladas Comissões Especiais de Investigação Sumária (CEIS) que, segundo Cunha (*Id.*, p. 130), eram compostas de professores, reitores e funcionários das Universidades e que serviram para efetivar o expurgo destes professores, estudantes ou funcionários. Em relação ao movimento estudantil, a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi invadida e incendiada logo após o golpe, assim como diversas entidades de representação estudantil pelo país.

Institucionalmente, a Lei Suplicy de Lacerda (Lei 4.464/64) – chamada assim por causa do nome do ministro da Educação, Eduardo Suplicy de Lacerda –proferiu o golpe que clausurou as instituições de representação estudantil, extinguindo a UNE (que continuou atuando na clandestinidade) e estabelecendo regras sobre os órgãos de representação que viriam a ser criados, como os Diretórios Acadêmicos (DAs) e Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs). Segundo Cunha (2009, p. 130), a Lei Suplicy foi revogada em 1967 por um novo Decreto, o Decreto Aragão (Decreto-Lei nº 228) – chamado assim em razão do nome do

---

<sup>9</sup> BOSCHETTI, Vania Regina. Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: construção do ideário da Universidade do pós-64. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, n. 27, p.221-229, set. 2007.



ministro da Educação Raymundo Moniz de Aragão – que restringiu ainda mais a participação estudantil nas universidades e estabeleceu eleições indiretas para os DCEs.

Também na década de 1960, foram firmados os doze acordos MEC/USAID. Na esteira da Aliança para o Progresso<sup>10</sup>, a USAID interviu na América Latina de maneira a prover assistência técnica, financeira e militar, bem como fornecer equipamentos militares (FÁVERO, 2006, p. 30). No campo da educação, o vínculo com a USAID se deu através da assinatura de dois convênios de cooperação técnica para o aperfeiçoamento dos níveis de ensino entre a agência e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). A realização dos Acordos provocou diversas manifestações estudantis contrárias aos convênios. Inclusive, a UNE organizou em 1967, já na clandestinidade, seminários com o intuito de formular um “programa de lutas” contra a intervenção ideológica e prática dos Estados Unidos na reformulação do ensino superior brasileiro.

Segundo Cunha (2009, p. 133), os acordos tinham como finalidade a ampliação e reestruturação do ensino superior num prazo de cinco anos e a criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional, designado Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), que deveriam atuar até 1969, ano em que foi publicado pelo MEC o Relatório da EAPES. Em resumo, o relatório abordava os seguintes tópicos: “(...) aumento e diversificação dos recursos destinados para a educação; revisão do critério de gratuidade do ensino universitário; estímulo de criação de universidades particulares; (...) transformação das universidades federais em fundação” (CUNHA, 2009, p. 134).

Nos anos 1966 e 1967 houve um agravamento da crise nas universidades e os protestos do movimento estudantil tornaram-se mais intensos. Assim, o governo criou, por meio do Decreto nº 62.024/67, a Comissão Especial para Assuntos Estudantis, conhecida como Comissão Meira Mattos, pois era presidida pelo general Carlos de Meira Mattos, membro da Escola Superior de Guerra. A comissão tinha a finalidade de emitir pareceres sobre as atividades estudantis, propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil e supervisionar a execução dessas diretrizes (FÁVERO, 2006, p. 31). Além disso, o relatório propunha soluções para o problema dos “excedentes”, decorrente da falta de vagas para todos os candidatos aprovados nos vestibulares; da reforma universitária e da

---

<sup>10</sup> Programa de ajuda econômica e social, proposto por John F. Kennedy em 1961, para apoiar medidas reformistas nos países latino-americanos e fortalecer os setores fiéis às políticas dos EUA, para determinar sua zona de influência hemisférica e conter o avanço revolucionário.

estrutura do MEC. As soluções envolviam o “fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina (...); ampliação de vagas; implantação do vestibular unificado; criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos” (Id., p. 32).

Também em 1966 e 1967, foram promulgados os Decretos-Lei nº 53/66 e nº 252/67. O primeiro estabelecia a integração do ensino e da pesquisa nas unidades universitárias e a exigência de que as universidades federais apresentassem ao MEC e ao Conselho Federal de Educação seus planos de reestruturação, transformados posteriormente em estatutos adaptados à nova lei. O segundo, complementar ao Decreto-Lei nº 53/66, estabelecia a criação dos departamentos enquanto frações menores da estrutura universitária.

No ano de 1968, em resposta à crise nas universidades e intensa mobilização estudantil, o governo criou o Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU), através do Decreto nº 62.937, em julho de 1968. O GTRU tinha um prazo de 30 dias para elaborar um projeto de Reforma Universitária baseando-se nos relatórios apresentados pela EAPES, Rudolph Atcon e a Comissão Meira Mattos. Por fim, as propostas apresentadas pelo GTRU englobavam, entre outras medidas: a adoção do ciclo básico e do ciclo profissionalizante; a admissão dos regimes jurídicos de autarquia, fundação ou associação; a adoção da matrícula por disciplinas, do sistema de créditos e do regime de centros e departamentos; a utilização do vestibular eliminatório como forma de ingresso; a extinção da cátedra vitalícia; o princípio da dedicação exclusiva.

A lei da reforma universitária nº 5.540/68, de caráter modernizador e autoritário<sup>11</sup>, foi aprovada no final de novembro de 1968. Florestan Fernandes (1975, p. 4) observa que a insuficiência do Relatório do GTRU em resolver os problemas do ensino superior brasileiro “é parte normal de uma situação histórico-social em que a atuação conservadora se acha ameaçada

---

<sup>11</sup>Observando o quadro geral, pode-se dizer que o propósito modernizador se concentrava na perspectiva econômica e administrativa, com vistas ao crescimento, à aceleração da industrialização e à melhoria da máquina estatal. Já o projeto autoritário-conservador se pautava em manter os segmentos subalternos excluídos, especialmente como atores políticos, bem como em combater as ideias e os agentes da esquerda – por vezes, qualquer tipo de vanguarda – nos campos da política e da cultura, defendendo valores tradicionais como pátria, família e religião, incluindo a moral cristã [...]. Da estrutura departamental ao sistema de pós-graduação, passando pelos exames vestibulares [...], a base da estrutura universitária em vigor foi construída sob a ditadura; [...]. No eixo conservador, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo mais que achasse perigoso e desviante – e, naturalmente, os defensores dessas ideias –; controlou e subjugou o movimento estudantil; criou as ASI (Assessorias de Segurança e Informação) para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou inculcar valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon (MOTTA, 2014, p. 22-23).

e é compelida a assumir o controle político dos processos de modernização cultural e de inovação institucional”. Segundo Motta (2014, p. 22-23),

No que toca especificamente às universidades, a modernização conservadora implicou: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. Para viabilizar a desejada modernização, sobretudo durante o período inicial do regime militar (1964-68), enfatizou-se a adoção de modelos universitários vindos dos países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos [...]. As universidades representam espaço privilegiado para observar os entrecosques das diferentes forças que moveram o experimento autoritário brasileiro. Elas eram importantes lócus de modernização do país, bem como campo de batalha entre os valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda; eram instituições que o regime militar, simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar.

Em 1969 foi promulgado o Decreto-Lei nº 464/69 que, segundo Cunha (p. 149, 2009), condicionava o funcionamento das universidades às exigências do mercado de trabalho, exigia a implementação do ciclo básico prévio ao ciclo profissionalizante e estabelecia um prazo de 90 dias para que as universidades encaminhassem ao Conselho Federal de Educação seus estatutos adaptados à lei da Reforma Universitária. O ciclo básico e o vestibular unificado serviam para a racionalização do preenchimento das vagas, pois a admissão não era mais para determinado curso e, sim, para determinada área de conhecimento. Passados os três semestres de ciclo básico, os estudantes realizavam um “segundo vestibular” interno e, dependendo de sua pontuação, escolhiam o curso profissionalizante. Ambas soluções se mostram problemáticas logo depois, uma vez que criaram o problema do “excedente interno”: estudantes que não conseguiam vaga no curso escolhido do ciclo profissionalizante, principalmente os mais requisitados. Nesse sentido, o clima de competição interna gerado entre os estudantes, somado à desmobilização do movimento estudantil por parte dos militares, serviu como combustível para o desenvolvimento da universidade enquanto espaço onde valorizava-se a alta produtividade e o rendimento.

O sistema departamental que organizou e congregou professores por disciplinas e pesquisas afins, por sua parte, deu origem a “(...) um espaço de alocação burocrático-administrativa de professores, tornando-se, em alguns casos, elemento limitador e até inibidor de um trabalho de produção de conhecimento coletivo” (FÁVERO, 2006, p. 34). Assim como a departamentalização, foram implementados o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, que permitiam a racionalização dos recursos da universidade.

## 5 CHILE: REFORMA UNIVERSITÁRIA NEOLIBERAL E AUTORITÁRIA

No Chile, o golpe de Estado que destituiu o governo democraticamente eleito de Salvador Allende no dia 11 de setembro de 1973, marcou o início de uma ditadura militar que durou 17 anos (1973-1990). Nos primeiros anos da ditadura, que teve como chefe da Junta Militar o general Pinochet, a perseguição política foi intensa; inúmeros estudantes, professores e servidores das universidades do país foram torturados, exonerados, expulsos, exilados, torturados ou presos. Tais práticas de perseguição, inquérito e violência tinham como objetivo a eliminação de quaisquer suspeitos que fossem considerados “subversivos”. Todas as organizações e órgãos democráticos de representação estudantil foram fechados no mesmo dia do golpe e substituídos por federações construídas pelo regime militar e seus aliados estudantis; seus bens e patrimônio foram apreendidos e seus líderes perseguidos. Além disso, a ditadura chilena iniciou uma campanha de desprestígio de todas as reformas promovidas durante o governo de Allende, entre elas, a Reforma Universitária.

Ainda durante esse período, iniciou-se um processo de intervenção e institucionalização do golpe na estrutura universitária. Através da promulgação dos Decreto-Lei nº 50 e 111, de 1º e 29 de outubro de 1973, respectivamente, o ditador Augusto Pinochet foi aclamado patrono da Universidade e institucionalizou-se a intervenção universitária através da centralização do poder na figura do Reitor-Delegado, designado pela Junta Militar. À figura do Reitor-Delegado foi concedido o poder de suprimir e criar cargos, aplicar sanções (expulsão, suspensão, etc.) aos estudantes, transferir funcionários a outras sedes, contratar ou finalizar contratos sem considerar prazos legais, entre outras atribuições (ORELLANA, 2016, p. 56).

A intervenção nas universidades chilenas ocorreu dentro do espectro da concepção de que a educação deveria servir aos propósitos do regime e ao processo de alojamento do modelo neoliberal no Chile. Em 1975, o Ministério da Educação publicou as chamadas *Políticas Educativas del Gobierno de Chile*, as quais deram início ao processo de desmantelamento do sistema público universitário. Essas políticas sinalizaram o que veio a concretizar-se nos anos 1980: o término da gratuidade do ensino público superior. “Instituiu-se, no curto prazo, uma ‘matrícula diferenciada por eixos’, na qual cada um paga de acordo com suas capacidades econômicas, pessoais e familiares e que, em 1977, transforma-se no pagamento de uma tarifa

diferenciada, no contexto da política de autofinanciamento” (ESPEJO, 2012, p. 82-83, tradução nossa).

As universidades chilenas não escaparam à adoção do modelo neoliberal e, em pouco tempo, sofreram reduções no orçamento anual, diminuição da quantidade de professores e da oferta de matrículas. A Reforma Universitária do governo Allende “havia removido a mística da educação superior como brinquedo das elites” (HENRY, 2004, p. 201, tradução nossa), enquanto o golpe, orquestrado por interesses internacionais em conjunto com as oligarquias nacionais, buscou a restauração do privilégio das elites, sendo a universidade parte fundamental desse privilégio. O modelo neoliberal e autoritário pressupunha também a “neutralidade política” como base para a educação, que se converteu em uma educação muito mais técnica, promovendo a reestruturação dos currículos para que fossem adequados à uma concepção mercadológica de educação.

Como aponta Henry (2004, p. 204, tradução nossa), a diminuição do número de matrículas significou o distanciamento da educação superior em relação às classes campesina e trabalhadora, a mudança no perfil dos estudantes, que passaram a ser mais conservadores e elitistas, e a despolitização da vida diária no campus. O novo modelo político econômico do Estado requeria que a Universidade gerasse mão de obra, com o objetivo único de satisfazer a demanda do mercado para questões técnicas e comerciais.

Um outro momento simbólico no processo de desmonte da educação pública chilena foi o pronunciamento da *Directiva Presidencial sobre Educación Nacional* em 1979. No mesmo ano em que foi promulgado o Decreto nº 18.962/1979 que estabeleceu a transferência de estabelecimentos técnico-profissionais às empresas privadas. A *Directiva Presidencial* condicionou ideologicamente o modelo educacional da ditadura a partir de quatro pontos principais, entre eles:

1. Estado subsidiário: o fim da responsabilidade fiscal do Estado, que produziu a perda geral da gratuidade na educação universitária que existia desde o Século XIX.
2. Abertura da educação superior ao livre mercado: princípio que gerou o processo de privatização das universidades e que deu condições para que a educação superior fosse considerada nos moldes de uma empresa privada, através da demanda de eficiência no produto (formação) e da capacidade de autofinanciar-se.

3. Doutrina de Segurança Nacional: o pretexto basilar para a repressão e a supressão do pensamento crítico, que expulsou das universidades não apenas professores, estudantes e servidores, como livros, materiais, publicações e pesquisas consideradas marxistas e subversivas.

4. Descentralização: a desintegração das universidades estatais nacionais, como a *Universidad de Chile* e a *Universidad Técnica del Estado* (atualmente *Universidad de Santiago de Chile*), que passaram a ser universidades metropolitanas.

O golpe mais forte sofrido pelo ensino superior chileno ocorreu a partir da promulgação da *Ley General de las Universidades* em 1981, que “(...) criou as universidades privadas e começou a cobrar tarifas de todos os estudantes, o que terminou com a histórica gratuidade da educação no Chile” (MORAGA, 2012, p. 32, tradução nossa). Como indicado na *Directiva Presidencial* de 1979, a partir de 1981, os estudantes passaram a pagar montantes iguais de tarifa e matrícula, sem diferenciações socioeconômicas. A partir disso, a responsabilidade estatal quanto ao financiamento das instituições universitárias foi praticamente extinta, recaindo sobre as próprias universidades a obrigação de autofinanciar-se através da cobrança de tarifas e matrículas. O endividamento estudantil passou a ser parte da realidade de muitos dos estudantes que ingressaram no ensino superior. E os professores tiveram sua remuneração reduzida em mais de 50% durante a ditadura, como afirma Austin (2004, p. 230, tradução nossa). Ainda, a *Ley General de Universidades* promoveu:

- A limitação da autonomia universitária (Artigos 3, 4, 5, 6, 7 e 8)
- A exclusão da política partidária como expressão possível dentro das Universidades (Artigo 6)
- O estabelecimento de um conjunto de Títulos Profissionais que somente podem desenvolver-se dentro das universidades já que necessitariam da obtenção do Grau Acadêmico de Licenciado (Artigos 11, 12 e 13)
- Proibição da participação dos funcionários administrativos e estudantes na definição da gestão e definição da direção destas novas Universidades (Artigo 24)

Além disso, foi dado início ao desmembramento da Universidade do Chile (UCH) e da Universidade Técnica do Estado (UTE), para a criação de novas Universidades Estatais a partir das sedes regionais que estas instituições tinham. Nesse sentido, a gama das Universidades Estatais se diversifica a partir da eliminação da presença do caráter nacional que estas duas instituições tinham no país. Essas sedes regionais foram transformadas diretamente ou fundidas com outras sedes, para dar lugar às novas Universidades Estatais (GARRIDO, 2015, p. 331-332, tradução nossa).

O desmonte do ensino público superior teve como efeito direto o incentivo à proliferação de instituições superiores privadas<sup>12</sup> tecnicistas e mercantilistas. “De fato, nada menos que 50 institutos profissionais e 75 centros de formação técnica foram inaugurados em Santiago durante os anos 1980-1993, vinculados ao capital internacional e corporações como Epson, Manpower, Esucomex, Gamma e Canon” (AUSTIN, 2004, p. 224, tradução nossa). Inclusive, o conjunto de leis imposto entre 1979 e 1981 estabeleceu que qualquer empresário poderia abrir uma instituição de ensino superior. Segundo Garrido (2015, p. 333, tradução nossa), “o aumento da quantidade de universidades no Chile se realizou com base no convencimento em relação aos supostos benefícios que teria uma presença maior da iniciativa privada na outorga de possibilidades educativas à população”.

As mudanças estruturais no caráter do sistema educacional público chileno foram implementadas até, literalmente, o último dia de exercício da Junta Militar, quando foi publicada a *Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza* (LOCE), Lei nº 18.962, de 10 de março de 1990. A lei reiterou os princípios de segurança nacional, livre mercado, liberdade econômica de ensino e de abertura de estabelecimentos, e de restrição ideológica. Segundo Moreno-Doña e Jiménez (2014, p. 59), é importante salientar que a LOCE operou como um “enclave autoritário” da ditadura, pois requeria um alto quórum em ambas as câmaras do Congresso Nacional para sua modificação. A LOCE foi revogada apenas no ano de 2009, quando foi então promulgada a *Ley General de Educación* (LGE).

Apesar de os governos da *concertación* pós-redemocratização terem realizado mínimas mudanças no sistema de ensino superior chileno, a estrutura das universidades permaneceu praticamente inalterada (MORENO-DOÑA, JÍMENEZ, 2014, p. 58, tradução nossa). “(...) Segundo dados da OCDE para o ano de 2013, a média de custo para os estudantes universitários chilenos é uma das mais caras a nível mundial, chegando a US\$6.000 anuais” (GARRIDO, p. 336, 2015, tradução nossa). O movimento estudantil chileno, fortemente reprimido durante a ditadura, reemerge na década de 1980 e, posteriormente, na

---

<sup>12</sup>A partir dessas transformações se passa do cenário de 1981, composto por 8 universidades (2 estatais e 6 privadas), a um cenário totalmente diferente, onde na atualidade existem 60 universidades diferenciadas segundo duas grandes tipologias: 1) Universidades pertencentes ao *Consejo de Rectores de las Universidades Chilenas* (CRUCH): a. *Universidades Estatales*: 16 universidades que se originam do desmembramento da UCH e da UTE; b. *Universidades privadas tradicionais*: 9 universidades que correspondem às 6 universidades privadas criadas antes de 1981 e outras que nasceram a partir destas. 2) *Universidades privadas*: 35 universidades fundadas posteriormente a 1981. São de uma alta variedade, algumas são propriedade de grupos acadêmicos, empresariais, políticos e religiosos diferenciados, e além disso, outras pertencentes a transnacionais dedicadas ao negócio educacional. (GARRIDO, 2015, p. 333, tradução nossa).

redemocratização do país como uma força fundamental de resistência, protagonizando diversos levantes massivos como a Revolução dos Pinguins<sup>13</sup>, em 2006, e a grande onda de manifestações estudantis nos anos de 2011 e 2012<sup>14</sup>. Em janeiro de 2018, o Congresso do Chile aprovou a Lei do Ensino Superior, que estabelece a gratuidade universal progressiva. Essa lei é parte da Reforma Educacional que vinha sendo gestada na gestão da presidenta Michelle Bachelet. No mesmo dia, foi aprovado o projeto de lei sobre universidades estatais, que devolve ao Estado a responsabilidade em assegurar a educação superior pública e gratuita.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1960, na América Latina, a conjuntura política dos países e da região proporcionou a criação de espaços de debates políticos fundamentais em setores diversos, tais como saúde pública, educação pública, reforma agrária, entre outros. No Chile, o movimento pela reforma universitária, levado a cabo durante o governo Allende, mobilizou os estudantes de todo país no que dizia respeito à democratização, universalização e ampliação do ensino superior público. No Brasil, a luta pela reforma universitária também foi protagonizada pelo movimento estudantil. Contudo, as iniciativas de promoção das reformas por parte das universidades brasileiras foram interrompidas com o golpe civil-militar em 1964. Também no Chile, o golpe de 1973 barrou as transformações promovidas pela reforma universitária do governo Allende e iniciou uma campanha de desprestígio nacional da mesma.

As ditaduras civil-militares brasileira e chilena promoveram reformas na educação superior pública como parte de seus projetos de governo e de país a serviço do capital internacional, ainda que em caráter distinto e com resultados também distintos. Nos anos iniciais, além da elaboração dos planos e projetos de reforma, os regimes autoritários foram responsáveis por perseguições, prisões e desaparecimentos nas universidades e estabelecimentos públicos de ensino como forma de reprimir qualquer tipo de força de oposição contra o governo. No Brasil, a Reforma de 1968 foi de caráter modernizador e autoritário, ou seja, enquanto de um lado a dita modernização implicou em medidas orientadas ao crescimento

---

<sup>13</sup> A “revolução dos pinguins” foi um movimento dos estudantes secundaristas chilenos em 2006, apelidados pinguins por causa de seus uniformes (paletó e gravata). Mais de 600 mil estudantes aderiram a uma greve geral pelo passe-livre e pela reforma da LOCE (1990).

<sup>14</sup> Ver “Protestos no Chile – Onda de manifestações estudantis sacode o país” (UOL, 2011), disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/protestos-no-chile-onda-de-manifestacoes-estudantis-sacode-o-pais.htm>>. Acesso em: 20 de jul. 2019.



e aceleração da industrialização, o projeto conservador e autoritário se pautava no combate aos agentes “subversivos”, na defesa da pátria, da família e da religião (MOTTA, 2014, p. 22). Assim, a Reforma instituiu uma concepção muito similar à concepção norte-americana de educação voltada para o mercado, provocando uma reestruturação do ensino público e da estrutura universitária no sentido da racionalização de recursos, busca por eficiência e fortalecimento da iniciativa privada.

Como foi apresentado neste trabalho, o caso chileno demonstra que o governo ditatorial da Junta Militar presidida por Augusto Pinochet concebia a educação superior como um pilar fundamental para a nova concepção de Estado neoliberal subsidiário orientada pelos *Chicago boys*. Nesse sentido, foram promulgadas diversas leis que transformaram profundamente a relação do Estado com a educação superior, no sentido de sua transformação neoliberal e autoritária. A organização da educação como um mercado abriu caminhos para a crescente participação de agentes privados no sistema educacional e a privatização das universidades, além de romper com o processo historicamente construído da gratuidade na educação superior pública, integração social e sistema nacional de educação, aprofundados durante o mandato de Salvador Allende, nos quais o Estado tinha um papel fundamental.

Apesar de compartilharem de um fundo comum em relação a concepção mercadológica de educação, com incentivos às parcerias público-privadas, melhora na eficiência administrativa e aumento da produtividade, no caso brasileiro, apesar das diversas transformações na estrutura universitária, como a implementação do sistema de créditos e da departamentalização das faculdades dentro da concepção de universidade orientada por Rudolph Atcon e pela USAID, não foi instituída a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Isso se deveu em parte à organização de resistência popular, principalmente do movimento estudantil e docente, mas também ao caráter próprio da universidade enquanto espaço de disputa entre as diferentes forças conservadoras e autoritárias e modernizadoras que atuavam no regime.

Faz-se fundamental compreender as ditaduras civil-militares brasileira e chilena, assim como as outras ditaduras do Cone Sul, como processos políticos que não ocorreram de maneira independente ao contexto global de Guerra-Fria e disputa nos campos ideológico, político e econômico pela ampliação da esfera de influência do capitalismo internacional na América Latina, por parte dos Estados Unidos. Nesse contexto, a educação era entendida como um campo fundamental dentro do conceito de Ditadura de Segurança Nacional, tanto no que diz

respeito à eliminação da oposição nas universidades, quanto pela garantia da associação ao capital internacional na reestruturação das universidades dentro desse propósito. Sobretudo no Chile, a ditadura de Pinochet concebia a educação, em seu caráter pedagógico, como meio de transmissão dos interesses e da ideologia das classes dominantes para garantir a dominação das demais classes, tanto através da repressão, visto que a classe dominante detém o monopólio legal da violência, quanto através do sistema de ensino e da concepção educacional hegemônica. E, por outro lado, a educação superior era entendida como primordial para a expansão econômica, ou seja, a educação compreendida como garantia de produtividade (aumento da capacidade produtiva do país como forma de negar a condição de subdesenvolvimento) e oferta de mão de obra, justificando a participação, ainda que reduzida, do Estado chileno em seu financiamento.

O presente trabalho não dá conta de tecer extensas análises acerca das transformações na estrutura do ensino superior público do Brasil e do Chile, ocorridas durante as ditaduras que marcaram a segunda metade do século XX. Entretanto, busca apresentar um panorama das principais alterações estruturais de caráter modernizador e autoritário, no Brasil, e neoliberal e autoritário, no Chile. Por isso, conclui-se que a realidade atual do ensino superior, um pilar importante para a produção de ciência e tecnologia a serviço dos projetos políticos e econômicos das ditaduras, deve ser analisada de maneira a considerar seus processos históricos e sociais de reestruturação, reformas e transformações.

## 7 REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Natalia Slachevsky. Una revolución neoliberal: la política educacional en Chile desde la dictadura militar. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. spe, p. 1473-1486, dez. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022015001001473&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015001001473&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 25 jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508141660>.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1998. 188 p.
- ATCON, Rudolph. **La universidad latinoamericana**: Clave para un enfoque conjunto del desarrollo coordinado social, económico y educativo en América Latina. 1961. Bogotá: Christian Hernández Amaya (Edição digital), 2009.

ATCON, Rudolph. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/DES, 1966.

AUSTIN, Robert Henry (Comp.). **Intelectuales y Educación Superior en Chile: De la independencia a la democracia transicional 1810-2001**. Santiago: Ediciones Chile y América - CESOC, 2004.

BANCO MUNDIAL. **Gasto público en educación, total (% del PIB)**. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/SE.XPD.TOTL.GD.ZS>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BOSCHETTI, Vania Regina. Plano Atcon e Comissão Meira Mattos. **Histedbr Online**, Campinas, n. 27, p.221-229, set. 2007.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Dez. 2003.

CORVALÁN, Luis. **El Gobierno de Salvador Allende**. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

CUNHA, Janaína Dias. **A Reforma Universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972): uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira**. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p.17-36, 2006.

FEDERACIÓN UNIVERSITARIA DE CÓRDOBA. **La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sudamérica** [Manifiesto de Córdoba]. Argentina, junho de 1918.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba(1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 62-70, jun/set. 2011.

GARRIDO, Felipe Andres Zurita. EL SISTEMA UNIVERSITARIO EN EL CHILE CONTEMPORÁNEO. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 329-343, Junho 2015.

HERRERA, Felipe; LJUBETIC, Yerko; ROVIRA, Gonzalo; ROJAS, Alejandro; MARTÍNEZ, Fernando; QUINTANA, Germán; TOHÁ, Carolina. In: BRODSKY, Ricardo (Org.). **Conversaciones con la FECH**. Santiago: Edit. Chile y América, 1988.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p.15-35, jan./abr. 2009.

MORENO-DOÑA, Alberto; JIMÉNEZ, Rodrigo Gamboa. Dictadura Chilena y Sistema Escolar: “a otros dieron de verdad esa cosa llamada educación”. **Educación em Revista**, Curitiba, v. 51, n. 1, p.51-66, mar. 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 21-26, Dez. 2014. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252014000400010&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 de julho de 2019. <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252014000400010>.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O Golpe de 1964 e o financiamento: ditaduras não gostam de educação. **RBPAAE**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p.287-301, maio/ago. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/53677/33091>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SALAZAR, Gabriel; DÍAZ, Pilar; MORAGA, Gabio; MUÑOZ, Víctor; CISTERNAS, Leonardo; TOLEDO, Natalia; VENEGAS, Martina; MOLINA, Fernando; ESPEJO, Camila; DÍAZ, Viviana. In: CISTERNAS, Leonardo (Comp.). **Archivo, memoria y movilización: Archivo de la Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile**. Santiago: Archivo y Centro de Documentación FECH, 2012, 159 p.

ZERAN, Faride; PÓO, Ximena; NASH, Claudio; ORELLANA, Macarena; CANDINA, Azun; DORFMAN, Ariel; VALENZUELA, Berta; JARA, Isabel; PALMA, Eric Eduardo; REBOLLEDO, Loreto; GUERRERO, Manuel; GNECCO, Gilda; BIANCHI, Soledad; BRUGNOLI, Francisco. In: PÓO, Ximena (Ed.). **La ditadura de los sumarios (1974-1985): Universidad de Chile intervenida**. Santiago: Editorial Universitaria, 2016, 320 p.

Recebido em: 16/03/2018  
Aprovado em: 14/07/2019  
Publicado em: 9/10/2019



**EL ROMPECABEZAS DE LA INTEGRACIÓN SURAMERICANA: INTERESES CORPORATIVOS, POLÍTICA EXTERIOR Y ESTRATEGIA EN EL COSIPLAN-UNASUR**

*THE SOUTH AMERICAN INTEGRATION PUZZLE: CORPORATIVE INTERESTS, FOREIGN POLICY AND STRATEGY IN COSIPLAN- UNASUR*

*Dra. Amanda Carolina Barrenengoa<sup>1</sup>*

Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Argentina

**Resumen:** Nos proponemos indagar en los actores sociales presentes en los procesos de integración suramericana reciente, desde la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) y el Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento (COSIPLAN). Buscamos reconstruir una porción de un gran rompecabezas que reúne a diversos actores sociales, para dar cuenta de un entramado que excede los márgenes estatales e involucra a gobiernos, empresas, organismos de financiamiento, bancos, sectores productivos, funcionarios estatales, poblaciones. A partir del caso brasileño ponemos el foco en los intereses de la clase dominante y la forma en que se vinculan con los Estados, encontrando un amplio repertorio de problemas y dimensiones. De aquí se desprenden conflictos que nos llevan a preguntarnos por las limitaciones, los factores externos e internos y las contradicciones que enmarcaron los gobiernos de Lula. Desde una metodología cualitativa, damos cuenta de una multiplicidad de actores de las clases dominantes, cuyos intereses y acciones se hallaron, en principio, entrelazados con las estrategias impulsadas desde el propio Estado. Mientras avanzaba la dinámica social y política, las perspectivas y posiciones de estos actores se vieron modificadas, por diversos motivos. Como resultado de estas indagaciones, pudimos observar las múltiples formas de manifestación de sus intereses y relaciones.

**Palabras clave:** Integración suramericana, Política Exterior, Intereses Corporativos, Actores Sociales, Estrategia

**Abstract:** This article aims to contribute to the investigation about social actors in the South American Integration Process of the last decade from the Union of South American Nations (UNASUR) and the South American Infrastructure and Planning Council (COSIPLAN). It focus on reconstructing a part of a big puzzle that brings together a number of social actors, to show a network that exceeds the state's margins and involves governments, companies, financing agencies, banks, productive sectors, state officials and populations. Starting at the Brazilian case, attention is paid to the interests of the ruling class and the way they are linked to the States, finding a wide repertoire of problems and dimensions. At this point, conflicts arise, which lead us to ask ourselves about the limitations, the external and internal factor and those contradictions with which the governments of Lula encountered. From a qualitative methodology, we were able to account for a multiplicity of actors of ruling classes, whose interests and actions were intertwined with the strategies promoted by the Brazilian State itself. While the social and political dynamics advanced, the perspectives and positions of these actors

---

<sup>1</sup> Doctora en Ciencias Sociales, becaria doctoral del Instituto de Investigaciones en Humanidades y Cs. Sociales (IdIHCS- CONICET-UNLP). Profesora de Sociología en la Universidad Nacional de La Plata. *Email:* abarrenengoa@gmail.com

were modified, for various reasons. As a result of these inquiries, we could observe the multiple forms of manifestation of their interests and relationships.

**Keywords:** South American Integration, Foreign Policy, Corporative Interests, Social Actors, Strategy.

## 1 ELEMENTOS CONTEXTUALES: NUEVO MAPA Y NUEVAS DINÁMICAS<sup>2</sup>

Ante la pregunta por la relación entre la estrategia de política exterior impulsada durante los gobiernos de Lula y su proyección en los procesos de integración física que se dieron en la región suramericana, realizamos una primera aproximación a los diferentes actores sociales que emergieron en las dimensiones de análisis propuestas. Por lo cual, recuperamos las diferentes “piezas” de un rompecabezas complejo que reunió a distintas fracciones de clase, estrategias, intereses y políticas que convivieron en los márgenes de la institucionalidad de la UNASUR y el estado brasileño. En los proyectos impulsados desde el Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento (COSIPLAN)<sup>3</sup> observamos la presencia de corporaciones privadas, organismos de financiamiento extranjeros y bancos nacionales, además de los gobiernos. Esto complejiza la mirada sobre el escenario integracionista, dado que emergen actores e intereses corporativos entrecruzados con las acciones de política exterior promovidas desde el Estado. Durante los gobiernos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2011), es posible observar múltiples actores sociales presentes en el trazado de este rompecabezas de la integración, si nos atenemos a una mirada de la integración suramericana “desde arriba”<sup>4</sup>. Esto le otorga un rasgo particular, en la medida en que la participación de diversos actores en Brasil

---

<sup>2</sup>Este artículo contiene resultados parciales a partir del trabajo realizado en una estadía de investigación realizada en el PROLAM-USP (Programa de Posgrado Interunidades en Integración de América Latina), en la Universidad de São Paulo, Brasil, con financiamiento de la Red de Macro Universidades de América Latina y el Caribe. El presente artículo es una modificación del trabajo final del seminario de Integración Económica Regional cursado con el Prof. Marcio Bobik Braga en el segundo semestre del año 2017, en el PROLAM (USP).

<sup>3</sup> El Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento fue creado en la III Reunión Ordinaria del Consejo de Jefas y Jefes de Estado y Gobierno de la UNASUR, el 10 de agosto de 2009 en Quito, Ecuador. ([www.unsurg.org](http://www.unsurg.org)).

<sup>4</sup> La expresión proviene del Dr. Julián Kan, quien bajo el título “*Integrarse desde arriba*” se dedicó a analizar la relación entre clase dominante, gobiernos y proyectos de integración regional MERCOSUR y ALCA en la Argentina reciente. Dicha investigación se constituye en una referencia clave en cuanto a su perspectiva y a su enfoque teórico conceptual y metodológico (Kan J., 2015).

y Sudamérica, junto con las transformaciones que se fueron sucediendo desde finales del siglo XX, nos convoca a indagar en estos fenómenos de manera articulada.

A su vez, desde esta perspectiva analítica, incorporamos elementos del propio contexto brasileño, pero en diálogo con los acontecimientos y las dinámicas propias del escenario sudamericano e internacional. De esta manera, coincidimos con Kan (2015) y Berringer (2015), en la consideración de que las definiciones de un Estado en lo que atañe a su inserción regional, más allá de ser tomadas por las coaliciones de gobierno desde sus estructuras institucionales, incluyen a distintas fracciones de las clases dominantes. Y por momentos, a sus intereses particulares. En algunos casos, estos diferentes actores lo hacen a través de instancias de representación político gremial como corporaciones empresariales. Siguiendo a Tatiana Berringer, coincidimos en la consideración de la relación entre política interior y exterior, dado que ambas muestran una configuración entre los intereses del bloque de poder al interior de una formación social (BERRINGER, 2015: 63). De esta manera, encontramos en el caso brasileño, elementos que nos permiten analizar la política exterior, la política económica y otro conjunto de políticas, desde el foco en los conflictos políticos y económicos entre las clases y fracciones de clase al interior del bloque de poder (POULANTZAS, 1977).

A su vez, un dato geopolítico emergente del período es la creciente relación entre América Latina y China, lo cual impactó en el histórico rol hegemónico de otros actores extra regionales, norteamericanos y europeos. Las alianzas que comienzan a darse tanto con el Estado chino, como con empresas públicas y privadas, inauguran debates acerca de actores que están por fuera de la región suramericana si nos atenemos al mapa, pero muy cercanos desde una perspectiva estratégica. De manera que en el ejercicio de pensar las relaciones entre los gobiernos y otros actores de las clases dominantes desde las esferas internacionales, regionales y nacionales encontramos un vasto y heterogéneo entramado. Allí se conjugan intereses y estrategias articuladas en distintas escalas. Al analizar la política exterior de los gobiernos de Lula en relación a la integración suramericana, desde las grandes obras de infraestructura nos adentramos en una parte fundamental de este problema, pero no la única. Bajo la pretensión de incorporar las variables geopolíticas más generales, observamos también el rol que las economías suramericanas comenzaron a tener en un nuevo orden mundial transnacionalizado y en crisis (AMIN S., 2001). Por aquellos años, las zonas “emergentes” cobraron cierto protagonismo y transitaban condiciones favorables, mientras que los países centrales empezaban a atravesar cierto desaceleramiento en su crecimiento. A su vez, en la pregunta por



los entramados de poder, las obras de infraestructura dan muestra de dinámicas de internacionalización cada vez mayor de los territorios (ARROYO M. Y ZUSMAN P., 2010).

En cuanto a los procesos de regionalización, en el marco de las reconfiguraciones que existieron desde los inicios del siglo XXI, Brasil ejerció un rol de liderazgo cuando se trató de la promoción de la infraestructura como vehículo para el desarrollo económico regional, desde las inversiones públicas (PADULA, 2010). A su vez, el énfasis, por parte del Estado, en la agenda de integración, junto con un reimpulso al desarrollo desde la acción política de los Estados, marcaron este período de regionalismo postliberal (SANAHUJA, 2009). Las resistencias y los debates en torno a las alternativas al neoliberalismo, y en particular, al Consenso de Washington, coincidieron con momentos de reconfiguración de varios Estados en un sentido post liberal. Es decir, proponiendo un cambio de rol respecto de su relación con la economía, las políticas sociales y la articulación con nuevos actores, que emergieron como parte de las coaliciones que asumieron el gobierno en cada Estado (BERNAL MEZA, 2008). A su vez, la dimensión de la integración en infraestructura fue un rasgo sobresaliente del período del regionalismo postliberal (ÁLVAREZ, 2017). Estos sucesos marcaron el comienzo de un nuevo proceso, que modificó la integración comercialista propia de los años de hegemonía neoliberal. En este marco se sentaron condiciones para la elaboración de iniciativas de integración regional novedosas como la UNASUR. De modo que el nuevo siglo puede ser pensado como el surgimiento de un nuevo tipo de relaciones, donde los vínculos dentro de la propia región, entre los mismos Estados y entre éstos y las potencias hegemónicas de Norteamérica y Europa, se vieron también transformados.

En este sentido, identificamos en el proceso de negociaciones y el consiguiente rechazo al ALCA un punto de inflexión para el rediseño de América Latina (KATZ C., 2006; KAN J. Y PASCUAL R., 2013; KAN J., 2015). En un clima de arduas discusiones, fueron promovidas nuevas alianzas y ámbitos regionales desde la necesidad de generar de límites a la profundización de las políticas neoliberales. De este modo, los Estados transitaron amplias transformaciones que también se observan en los cambios gubernamentales en la mayoría de los países suramericanos (BERNAL MEZA R., 2008; KAN J., 2009). Para mencionar algunos; Hugo Chávez Frías en Venezuela (1999), Luiz Inácio Lula da Silva en Brasil (2003), Néstor Kirchner en Argentina (2003), Evo Morales en Bolivia (2004), Rafael Correa en Ecuador (2005), Tabaré Vázquez en Uruguay (2005) y Fernando Lugo en Paraguay (2008), entre otros. Estos cambios en las correlaciones de fuerza internas de dichos países fortalecieron el peso de

estos líderes en el marco regional (SANAHUJA J., 2012; BERNAL MEZA R., 2013; BRICEÑO RUIZ J., 2014). De aquí nos preguntamos por las transformaciones que trajo aparejado este período y las limitaciones con las que, en tiempos actuales, observamos dada la parálisis de la UNASUR, y la retirada de la mayoría de sus Estados miembros.

De este modo, visualizamos en estos procesos de integración una compleja configuración de factores a tener en cuenta en escalas de análisis provenientes tanto del orden internacional, como del escenario suramericano, y de las relaciones de fuerza que atraviesan a los Estados miembro de la UNASUR. Por esto, así como las estrategias geopolíticas generales y los componentes estatales son remarcados como elementos centrales a la hora de estudiar la integración en tanto fenómeno multidimensional, la estatalidad que estos procesos muestran como carta de presentación legítima es indagada en una clave problemática. Esto implica una doble cuestión: por un lado la institucionalidad fue explícitamente buscada por los líderes; pero por otro, identificar la presencia de otros actores de la clase dominante como las empresas y los bancos puede contribuir a complejizar el prisma por el que observamos el fenómeno de la integración suramericana. Desde la idea de entramado, en tanto cruce entre actores, intereses y escalas, es que indagaremos en algunas de las contradicciones que emergieron en el período 2008 - 2011, recuperando las diferentes “piezas” de este rompecabezas, en la medida en la que nos permiten observar un conjunto de actores sociales que fueron parte de estos procesos, desde el caso brasileño. De esta manera, indagar en las tramas de la integración suramericana se asemeja a lo que ocurriría si miramos a través de un caleidoscopio. Los actores de las clases dominantes se multiplican, entrelazados con las estrategias de los Estados y sus políticas. En movimiento, sus acciones pueden vincularse con otros actores, y emerger nuevos intereses y conflictos.

A continuación, seguiremos una estructura que recupera, en primer lugar, el rol de los actores político institucionales dentro de los márgenes del propio Estado brasileño, desde la reconstrucción de algunos de los ejes de la política exterior de los gobiernos de Lula. En segundo lugar, el BNDES y las políticas de promoción y financiamiento a determinadas empresas de origen brasileña, que se internacionalizaron y crecieron exponencialmente. Luego algunas de las principales políticas de infraestructura y desarrollo, que nos irán acercando a los debates y conflictos que aquí abordamos. Para abordar los diferentes aspectos de este fenómeno, hemos partido de una estrategia metodológica cualitativa que se sirve de datos cuantitativos, a partir del análisis de fuentes primarias y secundarias. Se utilizaron documentos formales de la

UNASUR y COSIPLAN; boletines empresariales, informes técnicos de la CEPAL, el BNDES, y otras instancias estatales como el Ministerio de Rel. Ext., Comercio Exterior y Servicios, el Instituto de Pesquisa Económica Aplicada, entre otros. Además de bibliografía especializada sobre la temática.

## **2 LA PIEZA POLÍTICO INSTITUCIONAL: GOBIERNO Y POLÍTICA EXTERIOR EN BRASIL**

La elección de Brasil como pieza central se vincula a su rol en la región de América del Sur, a partir de su estrategia de política exterior; tanto en relación a la integración suramericana como a su inserción internacional como actor de peso. Aunque esto tenga múltiples tonalidades y matices, la proyección brasileña en el tablero internacional a partir de su liderazgo en la región es un elemento a considerar, teniendo en cuenta que la propuesta de la UNASUR, con las reuniones y antecedentes previos, provino de este país<sup>5</sup>. Desde un plano geopolítico, tenemos en cuenta no sólo aquellas iniciativas y estrategias vinculadas a la planificación de la infraestructura por parte de los gobiernos, sino también, y, sobre todo, a la imbricación que se da entre los diferentes actores y sus estrategias, relaciones y conflictos (SOARES DE LIMA R., MILANI C. Y ECHART MUÑOZ E.; 2016). Visto desde la perspectiva brasileña, se buscó consolidar la región suramericana desde el punto de vista económico, estratégico y político para interconectar la región entre sí y con el resto de los Estados. De esta manera, se establecieron diferentes Consejos Ministeriales que irían a responder a los lineamientos de integración, como el Consejo de Defensa Suramericano, el COSIPLAN. A partir de la reunión de Cuzco, la agenda de este y de la UNASUR comenzó a ser más política que económica (KAN, 2009), a pesar de la continuidad de la IIRSA-COSIPLAN.

Respecto de la política exterior desarrollada durante los gobiernos de Lula, identificamos una estrategia que se dirigió en un doble sentido. Por un lado, “hacia dentro de su territorio”; entendiendo por esto el diseño de políticas dirigidas a empresas privadas, en un

---

<sup>5</sup> A partir de la realización de entrevistas a funcionarios argentinos y brasileños que fueron parte de los gobiernos de Lula Da Silva y Néstor Kirchner, es posible marcar algunos matices a la hora de reconstruir los antecedentes de la UNASUR. La propuesta brasileña de unidad generaba en sus inicios más dudas que actos decididos en favor de la integración. Para poner un ejemplo; los por ese entonces presidentes Néstor Kirchner de Argentina, Jorge Batlle de Uruguay y Nicanor Duarte de Paraguay no asistieron la III Cumbre Sudamericana en Cuzco en el año 2004.

proceso de internacionalización de las mismas de cara a los objetivos de integración física suramericana. Por otro lado, dicha estrategia planteó un conjunto de acciones y políticas tendientes a proyectar su poder en las escalas suramericana, latinoamericana e internacional.

Retomando el planteo que varios autores realizan a la hora de estudiar la política exterior (KAN, 2015; BERRINGER, 2015), enfatizamos la confluencia de estrategias, actores sociales e intereses que podemos observar desde distintos planes, y que marcaron una diferencia sustancial con los gobiernos anteriores, de Fernando Henrique Cardoso. En estos, el recetario neoliberal había logrado con éxito la ampliación de la presencia del capital extranjero, la concentración financiera, el debilitamiento de los sectores de la pequeña y mediana industria, la privatización de empresas públicas, y, por ende, el engrosamiento de las filas de trabajadores desempleados y en la informalidad. Ante esto, la estrategia promovida durante los gobiernos del PT desde el propio Estado, se vinculó con proyectar a las empresas brasileñas junto con las definiciones de política exterior, que planteaban a la región suramericana como ámbito para su expansión e internacionalización. Durante este período, la política exterior brasileña fue convertida en uno de los pilares de la estrategia de los gobiernos de Lula, involucrando no sólo las agendas de desarrollo económico y de relaciones internacionales sino también, a sectores de la sociedad brasileña desde una fuerte y abarcadora participación estatal (HIRST, SOARES DE LIMA, PINHEIRO, 2010).

Ahora bien, existieron antecedentes previos en el entrelazamiento de intereses corporativos a la hora de que el Estado brasilero se posiciona en ámbitos internacionales y regionales. Desde finales de los años ochenta, los funcionarios diplomáticos de países como Brasil fueron acompañados por representantes corporativos y de importantes empresas en instancias como el MERCOSUR o las negociaciones en la OMC. Esto se tradujo también en mecanismos y nuevas instancias de consulta. Durante la Ronda de Doha de la OMC, las negociaciones mostraron esto con notoriedad (BERRINGER, 2015: 197). Así, podemos afirmar que un importante número de actores confluyeron por esos años, en la necesidad de rechazar el proyecto norteamericano para la región, desde diferentes intereses y ámbitos; es decir, tanto representantes de los Estados como sectores productivos (KAN, 2015). Esto generó condiciones propicias para quienes, en simultáneo, buscaron generar, desde herramientas propias, una propuesta alternativa para los países de la región.

Así, se abría el juego para la expansión de una estrategia que comenzaba a materializarse, en la cual el rol de Brasil sería relevante en la construcción de consensos

necesarios para articular desde un bloque como la UNASUR, a doce Estados tan diferentes. Durante los primeros años del gobierno de Lula, a grandes rasgos, la región se dividió entre un conjunto de gobiernos que intentaron construir un tipo de regionalismo más autónomo que cuestionaba la agenda transnacional, con un perfil desarrollista, de cara a la nueva situación internacional y aprovechando las condiciones que esta inauguraba (MERINO, 2018). Mientras que otro conjunto de países y actores sociales pretendieron sostener la política de promoción de tratados de libre comercio con EE.UU., o en todo caso participar de las iniciativas de integración suramericana siempre y cuando estas los beneficiasen, y no fuesen en detrimento de sus alianzas con actores financieros extra regionales.

En línea con los antecedentes previos a los gobiernos lulistas, y coincidentes con una tradición diplomática de larga data, que visualizaba en la región suramericana el escenario para desarrollar una estrategia expansiva; las acciones tanto diplomáticas como gubernamentales para la integración suramericana no se profundizaron hasta comenzado el gobierno de Lula (PADULA, 2010: 12)<sup>6</sup>. En estos, se profundizó, diversificó y amplificó la agenda de integración ya lanzada por el gobierno anterior, en un contexto completamente diferente, tanto a nivel nacional, como en términos del nuevo regionalismo que se pregonó.

Desde el reforzamiento de la “identidad suramericana”, Brasil buscó la consolidación de una base económica que funcionase como sustento del despliegue de una política estratégica que involucró diversos ámbitos de intervención. El desarrollo de infraestructura para la interconexión de América del Sur fue por ese entonces una de sus prioridades, que se tradujo un año después en la creación del Consejo Sectorial de nivel ministerial denominado COSIPLAN. En el Balance de cinco años de Política Exterior del año 2007<sup>7</sup>, Celso Amorim afirmaba que, la integración de América del Sur iba preparando el camino hacia la integración latinoamericana y caribeña, desde el reforzamiento de las relaciones con México, América Central y el Caribe. A su vez, las regiones de América Latina y el Caribe absorbían, por ese entonces, un 26% del total de las exportaciones brasileñas. Ante esto, se indicaba que la región suramericana podía ser un mercado mayor que los EE.UU., para Brasil. Esto nos muestra que,

---

<sup>6</sup> Entre los antecedentes más relevantes de integración suramericana se encuentran las reuniones de Presidentes Suramericanos, en particular, la cumbre realizada en diciembre de 2004, donde convergieron el MERCOSUR y la CAN, con el lanzamiento de la Comunidad Suramericana de Naciones (CSN). Los elementos que se colocaban como centrales en el diseño de acuerdos de integración tenían su base en la integración económica regional (Iglesias, 2008). En 2007, en Isla Margarita, la CSN pasó a convertirse en la UNASUR. El 23 de mayo de 2008, se firmó su Tratado Constitutivo.

<sup>7</sup> Balanço de cinco anos de política externa, Ministro das Relações Exteriores – Artigos 30/12/2007

desde la perspectiva brasileña, América del Sur era un mercado prioritario para su estrategia de desarrollo y crecimiento.

En este sentido, la tradición diplomática brasileña data de muchos años. Podemos puntualizar aspectos que fueron recuperados de la misma, como el énfasis en la integración regional, la defensa de los intereses nacionales, el diálogo con otros Estados y zonas periféricas, la búsqueda de expansión comercial, la participación e intervención en las instituciones de Bretton Woods como el FMI y el BM, la reivindicación del lugar en el Consejo de Seguridad de la ONU, y los instrumentos multilaterales como la OMC, entre otros. Esto se vio cristalizado por ejemplo en la participación brasileira a instancias del G20. Justamente, parte del considerar Suramérica como prioridad se inscribió en una meta más abarcadora de Cooperación Sur-Sur. Esta se encuadró en las transiciones que acontecieron a nivel internacional, a partir del debilitamiento del poder unipolar estadounidense (MERINO, 2016).

Las relaciones entre el cuerpo diplomático y las decisiones de gobierno estuvieron signadas por el conflicto. Aunque tuvieron que convivir con los representantes más afines a Lula y al PT, hubo sectores diplomáticos de larga tradición que manifestaron resistencia ante determinadas decisiones de gobierno. Lejos de agruparse de manera aislada, estos estuvieron alineados con otros actores sociales que fueron oposición al lulismo en sus distintas expresiones; partidos políticos, sectores del empresariado, corporaciones mediáticas, intelectuales, entre otros. Así, tanto los estudios y la literatura sobre política exterior como los funcionarios entrevistados, nos muestran que coexistieron dos corrientes internas bien diferenciadas (SOARES DE LIMA, HIRST Y PINHEIROS, 2010; CERQUEIRA, 2014; BERRINGER, 2015), con matices al interior de ellas; la autonomista y la institucionalista.

Respecto de la autonomista, encontró coincidencias con las figuras del propio partido de gobierno (PT), mientras que la institucionalista, más cercana al PSDB (Partido de la Social Democracia Brasileira) y a FHC, terminó por articularse en la oposición al gobierno. Estos reconocían, que el nuevo contexto demandaba crecimiento económico y la articulación de este con otros planos de lo social, con lo cual, Brasil debía apoyarse en la multipolaridad para participar activamente en las instituciones internacionales –sin cuestionar la figura de EE.UU. Sin embargo, hubo muchos ejes centrales de la política de los gobiernos del PT con los que se opusieron fervientemente, junto con otros actores sociales.

Entre los sectores que manifestaron resistencia ante las políticas del Ministerio de Relaciones Exteriores, y con los que buscaron articularse, estaban aquellos nucleados en la Federación de Industrias de São Paulo (FIESP). A su vez, demandaban la necesidad de realizar acuerdos comerciales con Perú y Colombia para la integración de las cadenas productivas (BARBOSA, 2015). Como contrapartida a la corriente autonomista y su criticada “ideologización” y “partidización” de la política exterior, dadas las metas de integración regional y Cooperación “Sur-Sur”, los representantes de la corriente institucionalista insistían en que se recuperara el vínculo prioritario con EE.UU. y la UE. Rubens Barbosa (2015) afirmaba con razón, que las diferencias en cuanto a la política exterior de los gobiernos de FHC y Lula, fueron sus perspectivas estratégicas coincidentes con sus espacios políticos. En el caso de FHC, la agenda del PSDB, mientras que, durante los gobiernos de Lula, la política exterior fue influenciada por la plataforma política del PT. De esta manera, las diferencias entre los nucleamientos diplomáticos se tradujeron en sus filiaciones partidarias, sus perspectivas ideológicas, sus alianzas e identidades políticas, los actores y fuerzas sociales que articularon y, por ende, los proyectos político estratégicos que impulsaron.

En contraposición, si bien algunos de los funcionarios que integraban esta corriente tenían una trayectoria previa a los gobiernos de Lula –como Celso Amorim-, podemos afirmar que este grupo resurgió y se consolidó durante este período, dándole una impronta clara a la estrategia de política exterior, a pesar de algunos matices entre ellos. Estos iban a pensar la industrialización como un favor central para los objetivos de desarrollo nacional, con lo cual, la política exterior sería un instrumento para esto (BERRINGER, 2015). Las figuras más emblemáticas fueron, además de Amorim, Marco Aurelio García (Asesor de Asuntos Exteriores de la Presidencia entre 2003- 2016), y Samuel Pinheiro Guimarães (Secretario Gral. De Relaciones Exteriores entre 2003-2009 y luego Ministro Jefe de una nueva área, la Secretaría de Asuntos Estratégicos de la Presidencia). La presencia de figuras como la de Pinheiro Guimarães, nos indican la búsqueda -desde la propia presidencia- por hacer de la política exterior un instrumento del desarrollo nacional, al servicio de la proyección del poder brasileiro.

Por otra parte, en los márgenes del Estado brasileiro, esto significó la puesta en funcionamiento de recursos administrativos y públicos del Estado en pos de dicha estrategia - denominada por los propios funcionarios como estrategia de crecimiento con inclusión social. Así, se fue creando un nuevo patrón de generación de consensos a nivel nacional, dada la configuración de la alianza de gobierno en base a fuerzas sociales, junto con la proyección de



su estrategia de política exterior (BERRINGER, 2015). A los fines de estos objetivos, Ministerios como el de Agricultura fueron herramientas al servicio de esta expansión internacional, con organismos como la Empresa Brasileira de Investigación Agropecuaria (Embrapa), quien dio servicio técnico y asesoramiento para el desarrollo y crecimiento económico de países sudamericanos y africanos. De esta manera, se daba la cooperación en términos de transferencia de conocimiento y tecnología en determinadas áreas clave. Una de las instituciones en las cuales el Ministerio de Relaciones Exteriores se apoyó, fue la Agencia Brasileira de Cooperación (ABC), organismo conformado para impulsar la cooperación técnica y el desarrollo entre países. Junto con Embrapa, se articularon recursos y organismos de diversas proveniencias que se distribuyeron por toda América del Sur en compromiso con los objetivos de desarrollo, integración y crecimiento.

Por otra parte, la integración de América del Sur ocupó un lugar destacado en la Estrategia de Defensa Nacional (EDN), de manera incluso previa al surgimiento del Consejo de Defensa Sudamericano (CDS), impulsado también por los Ministros de Relaciones Exteriores Celso Amorim y de Defensa Nelson Jobim (ZIBECHI, R. 2012). De esta manera, la “Estrategia Nacional de Defensa” encontró en el estímulo a la integración de América del Sur una de sus bases nodales. Así, se enfatizaban como aspectos centrales el estímulo a la integración suramericana en aras de contribuir a la cooperación militar regional, integrar las bases industriales, defender los recursos energéticos luego del descubrimiento de reservas petrolíferas en el litoral atlántico, y llegar al océano Pacífico desde corredores comerciales (ZIBECHI R., 2012: 131). A su vez, en un marco de expansión económica para Brasil, sus relaciones Sur- Sur ocuparon un lugar estratégico, con lo cual se requerían de grandes obras de infraestructura en aras de una mayor integración económica y comercial.

Un rasgo muy importante acerca del Consejo de Defensa Suramericano generado desde la UNASUR es, como afirma Soares de Lima (2013), el hecho de romper con la tradición que tenía a EE.UU., tutelando la defensa de la región y, por ende, presente en todas las herramientas que se impulsaban. Lo inédito del CDS es que inauguró la posibilidad de pensar la defensa desde la propia región, sin injerencia extranjera. Así, por ejemplo, el conflicto entre Colombia y Ecuador generó una nueva doctrina sobre la defensa de las fronteras nacionales a partir de su “inviolabilidad”. El impulso desde la Estrategia Nacional de Defensa de un complejo científico, militar, industrial, universitario y empresarial capaz de actuar en pos de la defensa, dio muestras de la coincidencia en torno a la articulación entre los distintos planos en los cuales la estrategia



de política exterior, de defensa y de desarrollo era lanzada, involucrando a múltiples actores provenientes de los ámbitos públicos y privado. Si bien la posición brasilera tuvo sus roces con los representantes del Estado venezolano en la UNASUR a la hora de pensar la defensa, podemos afirmar que primó esta visión en el Consejo de Defensa.

Estas políticas no fueron destinadas solamente hacia América del Sur, sino que también pueden observarse en las vinculaciones con otros países y regiones, como el caso de los BRICS (Brasil, Rusia, India, China, Sudáfrica). Como marca registrada en esta fase de políticas que involucraron a otros actores más allá de los gobiernos, podemos mencionar también al BNDES (Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social de Brasil). Este se posicionó como líder a la hora de financiar grandes obras de infraestructura en toda la región latinoamericana, trabajando en conjunto con empresas brasileras como Odebrecht, OAS, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvao, etc. (ZIBECHI R., 2012).

### **3 EL BNDES Y LAS EMPRESAS**

Entre las narrativas integracionistas provenientes de los discursos oficiales y documentos exhibidos desde el andamiaje institucional de UNASUR algunos de los actores aquí recuperados aparecen invisibilizados. Es decir, existe la referencia a los Estados, en tanto unidades constructoras de los procesos de concertación política e integración; pero por momentos sus acciones son leídas de manera lineal, dejando a un lado el peso que tanto las empresas como los bancos tienen. Y a su vez, la unidad contradictoria de intereses que observamos cuando analizamos la política exterior del Estado y la diversa comunidad de actores que ello supone. Analizamos entonces, el rol de otros actores como los organismos de financiamiento, desde su consideración como elementos centrales en estas tramas.

En el caso brasilero, junto con la participación en el COSIPLAN, el BNDES fue otra de las piezas claves para el desarrollo de la política exterior de los gobiernos de Lula. Creado en el año 1952 con el nombre de BNDE, se consolidó como el principal banco de desarrollo y financiador de los grandes proyectos de infraestructura que excedieron las fronteras de Brasil, e incluso las de la región suramericana. En el año 1982, durante la dictadura militar, se le incorporó la sigla “S” como parte de su componente social (NOVOA, 2009: 189). Las líneas de financiamiento impulsadas por el Banco se dirigen tanto a créditos para la exportación de bienes y servicios producidos en Brasil, como al respaldo para la internacionalización de

empresas a través de la modificación de sus marcos regulatorios –en favor de inversiones en el extranjero. El BNDES cumplió, en tanto instrumento de la estrategia brasilera, un rol de acompañamiento en la política internacionalización de empresas, y de financiamiento a dicha estrategia impulsada desde el estado brasilero, en forma directa e indirecta (KLIAS, 2017: 105). A su vez, el aumento de su presencia en la región tuvo que ver con la creación del Programa de Apoyo a las Inversiones de Empresas Brasileiras de Capital Nacional en el exterior, la formación de grupos de trabajo sobre la internacionalización, la nueva sede en Montevideo, y hasta una subsidiaria en Londres (CERQUEIRA, 2014). Así, si pensamos la estrategia en su integralidad, se precisó de la consolidación de las propias empresas, de cara a poder competir en el mercado internacional y desarrollar la economía brasilera al punto de colocarla en el nivel más alto. Esto fue acompañado de un proceso geopolítico en el cual China se colocó en un destino estratégico para las exportaciones brasileiras (BRUCKMANN, 2015).

Desde 2003, el BNDES dio un giro y pasó a impulsar el apoyo a la ejecución de políticas de desarrollo productivo y expansión del mercado interno (Z AHLUTH BASTOS, 2017:80). En el marco del PICTE y la reactivación de una política industrial integral, impulsó líneas de financiamiento para sectores específicos (BUSTELO, 2012: 93). A su vez, dejó de apoyar consorcios privados y fondos de pensión en programas de privatización, como lo hizo durante los gobiernos de FHC. En cambio, aceleró la expansión de créditos para inversiones en capacidades productivas, infraestructura y la conformación de conglomerados nacionales que pudiesen competir con grandes grupos multinacionales (Z AHLUTH BASTOS, 2017:80; WEGNER, 2018). En el año 2006, destinó US\$7900 millones de dólares para infraestructura (Iglesias, 2008:168). Esto significó casi un 33% de los US\$24.000 millones de dólares totales que fueron desembolsados en ese año. Esto confirma la relación entre la estrategia nacional promovida desde el gobierno, y la integración de la infraestructura, con la derivación en las empresas brasileiras.

Entre 2001 y 2010, los financiamientos del BNDES para construcciones brasileiras en el exterior registraron un alza aproximada de 560%, saltando de 194,5 millones a 1,3 billones de dólares (WEGNER, 2018). Entre enero y junio de 2011, los desembolsos sumaron 776 millones de dólares. A su vez, los préstamos en América Latina y el Caribe aumentaron más de siete veces en casi una década; siendo un 80% para infraestructura y 20% para importación y exportación de productos brasileños. Hacia el año 2010, el valor de préstamos desembolsados por el BNDES superó al Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y al Banco Mundial (BM)

(CLEMENTE, 2016). Así, durante los primeros diez años del siglo XXI, sus inversiones alcanzaron los 100 billones de dólares, creciendo un 470% -lo que era equivalente al 7% del PBI brasileiro (ZIBECHI R., 2012). Entre los destinatarios de estas inversiones, se ubica en primer lugar al sector de la industria y la infraestructura como principales receptores de estos volúmenes.

De esta manera, podemos coincidir en que lo característico del caso brasileiro es que el crecimiento de empresas privadas fue producto de la confluencia entre políticas públicas y política exterior. Con lo cual, se iba a consolidar una estrategia de decidida expansión de empresas y fortalecimiento de grupos económicos para la inversión en infraestructura y desarrollo, como se anunciaba en el Programa de Aceleración del Crecimiento.

Visto desde un plano político, Berringer (2015) va a contribuir en esta mirada marcando un punto de inflexión entre la política exterior de Fernando Henrique Cardoso y Lula. Allí se puede observar una nueva configuración de un bloque de poder a partir del ascenso de una burguesía interna compuesta por el gran capital nacional, empresas estatales y en ocasiones empresas multinacionales. Esta heterogeneidad de fracciones reunió a constructoras, empresas del agronegocio, mineras y otras empresas estatales que unificaron sus intereses en torno a la búsqueda de expansión a partir de la conquista de nuevos mercados para la exportación, nuevas inversiones en el exterior, centralidad de sus productos y servicios en las compras estatales, y proyección del mercado interno.

Así, coincidimos con la tesis de Berringer, respecto de que la política exterior brasileira estuvo volcada a la expansión de una burguesía interna. Esta involucró a distintas fracciones de clase, entendiendo por ello a determinados actores y sectores que se observan en el cruce entre los planos económico, lo político, lo ideológico, y estratégico. Entonces en determinadas situaciones algunas fracciones pueden ser hegemónicas sin por ello ejercer una dominación en el plano ideológico. De esto se desprende que, entre los países de la UNASUR, Brasil era quien presentaba las empresas más consolidadas tanto en su mercado interno como en la región y el mundo. Entre las empresas que gozaban del status de “transnacionalizadas” podemos mencionar entre las ligadas al sector de la construcción el caso de Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez y Votorantim (CABRIA J., 2015). Así, estas compartían intereses en relación al mercado mundial, independientemente de su país de origen. Con lo cual, su acumulación tanto económica como financiera se posibilitó por las políticas promovidas desde el Estado brasileiro, cuyo impacto alcanzó las tres escalas.

Aquí cabe preguntarse si el consorcio generado entre el gobierno, el BNDES y las empresas privadas compartía una visión integracionista bajo una misma estrategia. Las grandes empresas brasileras tenían como objetivo casi obvio ampliar su presencia en los mercados para obtener mayores rentas. El BNDES fue un vehículo para esta estrategia, en articulación con el gobierno lulista, con lo cual, las articulaciones entre estos actores se sostuvieron mientras que el contexto resultó ser favorable a dichas estrategias. En cuanto el contexto fue variando, las posiciones de los actores también fueron transformándose. Así, las posturas de los sectores empresariales fueron ambiguas a lo largo del período, en función de qué estaba en juego (BERRINGER, 2015: 68). Con esto nos referimos a la relación directa entre sus posiciones como actores –vistos no sólo desde su rol en la estructura productiva y económica-, y la dinámica de la coyuntura brasilerá en la que se encontraban. Por último, el debilitamiento del peso específico de los EE.UU. en la región dio un espacio relativo para el avance de una estrategia que permitía a Brasil y a sus empresas posicionarse como actores regionales e internacionales, algo que -podemos afirmar- fue tanto buscado como alcanzado.

#### **4 LA INFRAESTRUCTURA: COSIPLAN- IIRSA.**

Desde una dimensión específica, analizamos el COSIPLAN como un ejemplo del potencial desarrollo del bloque suramericano para la integración económica, comercial y física. Si bien la insistencia de los corredores continentales marca una situación de histórica dependencia para nuestra región, en el período de regionalismo postliberal, existió la posibilidad de disputar otros sentidos para los corredores de infraestructura y poner a los recursos propios en función del crecimiento y desarrollo de la región. Lejos de ser lineal, se trató de un intento por dinamizar, desde el Estado brasileró, la industria, el comercio, la producción y el consumo, con el uso de instrumentos públicos como el BNDES.

Los mega proyectos de infraestructura impulsados cobran relevancia estratégica cuando se trata de la integración, puesto que recorren obras hidroeléctricas, corredores bioceánicos, aeropuertos, conexiones viales, interconexiones y corredores ferroviarios, transporte multimodal, construcción de túneles y puentes binacionales, pasos de frontera, gasoductos, rutas, conectividad, etc. Con la búsqueda del aumento del comercio intrarregional, la integración de las cadenas productivas, la inserción en el mercado internacional más competitiva y la contribución al desarrollo sostenible como horizontes (Documento

Presentación Sec. Pro Témptore COSIPLAN, 2012; CEPAL, 2011) se puso en funcionamiento todo un andamiaje institucional que, en el marco de la UNASUR buscó llevar a cabo la integración física de la región. Tal como afirma Schutte (2016), hacia el mes de abril de 2015, de un total de 579 proyectos, 169 se encontraban en ejecución y 107 ya finalizados. De este número, un 73% era financiado con fondos públicos, un 8% por consorcios público- privados y un 19% por el sector privado<sup>8</sup>. Una vez más, Brasil se destaca por haber desarrollado más que ninguno de los otros países un proceso de industrialización por sustitución de importaciones, y, por ende, de inyección de recursos e instrumentos estatales en pos de la integración y la inversión en infraestructura. De aquí, surgen debates profundos y una nueva polémica; dados los rasgos que los procesos de integración asumen en este contexto, donde resultaron en datos clave, por un lado, la fuerte presencia estatal en dichas políticas, y, para el caso brasileiro, la utilización de instrumentos públicos como el BNDES y empresas locales, a la hora del financiamiento. Por ende, si indagamos en las alianzas que el Estado y empresarios establecieron en la región, desde una dimensión territorial de la integración suramericana, surge la pregunta por el cauce que tomarían los proyectos de infraestructura regional impulsados desde el COSIPLAN. Ubicamos esta pregunta en el nuevo período de regionalismo postliberal, y con la presencia de nuevos actores siendo parte de las tramas de la integración. En este sentido, existen visiones críticas que reafirman en este período una continuidad entre las políticas de IIRSA y COSIPLAN, sin detenerse en los matices y las contradicciones que el período de regionalismo postliberal presenta.

En este sentido, Navarro (2015) y Giacalone (2006), vinculan las políticas del Estado brasileiro con las empresas que impulsaban estos grandes proyectos de infraestructura, enfatizando su rol de líder regional de cara al mercado global. Estos se refieren a las empresas brasileiras encargadas de desarrollar las obras de infraestructura que resultaron beneficiadas<sup>9</sup>, mostrando la articulación entre sectores corporativos y política exterior brasileña. Además, resaltan la injerencia de nuevos actores como China, y las dinámicas de integración en infraestructura comandadas también -y sobretodo- por actores privados. Esta dimensión territorial de la integración suramericana cobra relevancia particular, dada la disputa por los

---

<sup>8</sup>Citado de la página oficial de COSIPLAN IIRSA. Para más información ver: [http://www.iirsa.org/admin\\_iirsa\\_web/Uploads/Documents/cartera\\_montevideo15\\_Presentacion\\_CARTERA\\_D\\_E\\_PROYECTOS\\_CONCLUIDOS\\_v13-04\\_anexo7.pdf](http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/cartera_montevideo15_Presentacion_CARTERA_D_E_PROYECTOS_CONCLUIDOS_v13-04_anexo7.pdf).

<sup>9</sup>Giacolone (2006) menciona a la empresa Odebrecht, constructora de la carretera bioceánica que vincula a Brasil con los puertos del Pacífico peruano. La autora también trabaja acerca de los proyectos de IIRSA y la gobernabilidad en el MERCOSUR (GIACOLONE, 2014).

recursos naturales, de carácter estratégico en términos geopolíticos (BRUCKMANN M., 2015). A su vez, otros trabajos más críticos retoman esta especie de paradoja que se da; ya que mientras se echaba por tierra el ALCA y se daba paso a la UNASUR, el proyecto IIRSA era duramente cuestionado por su impronta neoliberal. Unos años después, el COSIPLAN iba a retomar a la IIRSA en un nuevo escenario de la integración suramericana.

No obstante, si encuadramos estas dimensiones en una escala más general, podemos observar que, con sus limitaciones, los acuerdos político institucionales forjados en el COSIPLAN y en el marco de la UNASUR, impactaron de manera favorable en las estructuras productivas, aumentando el comercio intrarregional y promoviendo una mayor autonomía relativa para la región, derivada de esto. Esto se dio en un contexto de aumento de los vínculos intrarregionales, dados por la autonomía relativa que la nueva situación transitada por EE.UU. planteaba.

Ante la falta del financiamiento de la infraestructura como un problema histórico, se agregaba la situación de endeudamiento de la gran mayoría de los países de la UNASUR, como corolario de los años de regionalismo abierto. Como contrapartida, y ante las cifras extraordinarias del financiamiento público destinado a la infraestructura, notamos la centralidad que por parte del Estado brasileiro se le otorgó a esta. Coincidimos con Wegner (2018) en marcar como distinción central entre la IIRSA y el COSIPLAN, la concepción sobre la integración económica regional en la que se circunscribió, y el rol que el Estado brasileiro tuvo allí. Distinguiendo la integración comercialista del período de regionalismo abierto, con el BID como mayor financiador; y el COSIPLAN en un nuevo contexto emergente, junto a la reconstitución de los Estados nacionales en la planificación de la infraestructura regional (Padula, 2010; Wegner, 2018). El COSIPLAN se correspondió, al menos desde sectores de los gobiernos brasileiros, con una estrategia de tipo neodesarrollista.

Así, ante las dificultades en el acceso a créditos para obras de infraestructura, emergió como estrategia llevada a cabo desde las políticas estatales, junto con el BNDES, las empresas y otros instrumentos y programas públicos (PAC, PROEX, APEX, PDP, PITCE). Para los países de la región, esto generó posibilidades de financiamiento para la ejecución de obras de infraestructura, que aportaron a su desarrollo y crecimiento. También significó, para ciertos sectores económicos y empresas, vinculadas con las actividades de los circuitos productivos del Corredor, oportunidades de expansión extraordinaria. Las divisas que estos emprendimientos

generaban permitieron el sostenimiento de la estrategia de expansión de los gobiernos del PT, y al crecimiento de la actividad económica dentro del mercado de América del Sur.

De esta manera, hubo correlación entre los intereses estratégicos de ampliación de infraestructura y la presencia en los mercados regionales y globales. No obstante, para algunos países, se reforzaron las asimetrías entre Brasil y el resto de los países suramericanos, dada la diferencia de agregado de valor en los productos comercializados. Entre los años 2003-2009, la balanza comercial fue superavitaria para Brasil, lo cual supuso una división del trabajo a nivel intrarregional, que asignó roles específicos. De esto se desprende que, la región suramericana fue una plataforma fundamental a los fines de la estrategia brasilera.

## **5 LAS PIEZAS CONFLICTIVAS EN LA INTEGRACIÓN SURAMERICANA.**

A la hora de pensar estos procesos, recuperamos algunos aspectos del escenario más actual para comprender algunas claves de ese período tan reciente. Esto nos invita a reactualizar nuestros instrumentos analíticos para indagar en torno a cómo se proyectan los Estados Nación en un marco en el cual las empresas transnacionales operan con mucho mayor peso y escala, quitando cada vez mayores márgenes de soberanía. Si bien los Estados-nacionales no han desaparecido, nos encontramos con la limitación que presenta un enfoque acotado únicamente a estos, en un mundo el que las grandes empresas transnacionales y las redes financieras globales que las articulan y coordinan, los superan ampliamente en escala, poderío y desarrollo de sus estrategias. Enfocarnos sólo en lo 'nacional' como unidad analítica nos resulta acotado a la hora de preguntarnos por las relaciones de poder y dominación en el presente. Ahora bien, lejos de ser lineal, consideramos que este proceso contiene diversas tramas y complejidades que aquí mencionaremos.

Visto desde el caso brasilero, las relaciones comerciales y las inversiones chinas con América Latina y África son, junto con el avance de la iniciativa BRICS, un dato de suma relevancia. Nos preguntamos entonces cómo algunas de las dimensiones aquí planteadas están en juego y reconfiguran el escenario de la integración física suramericana. Algunas importantes a mencionar son la búsqueda de acceso a recursos naturales y estratégicos que la región contiene en abundancia, así como el intercambio global de mercancías por la vía del Pacífico en dirección a China. Esto se observa con claridad a la hora de analizar proyectos de gran envergadura, que



impulsan una serie de actores que empiezan a exceder la región suramericana. Pero también y en otro nivel, la reconfiguración del orden mundial y sus esquemas de poder unipolares, más asociados a la hegemonía norteamericana, y multipolares, vinculados a los nuevos bloques de poder, desde una perspectiva geopolítica más amplia.

Desde una dimensión física, recuperamos los impactos de la nueva lógica imperante a nivel mundial en términos de nuestros territorios, entendiéndolo por ello, como afirman Arroyo M. y Zusman P. (2010) la nueva realidad que asumen en tanto soportes para estrategias de distintos actores que se conjugan de manera conflictiva. Los gobiernos de Lula buscaron desde Brasil impulsar un proceso de integración que pudiera ser más integral y completo, es decir, que superara los márgenes comerciales. No obstante, un resultado tal vez no buscado fue que bajo su estrategia de internacionalización de las empresas brasileras generaron déficit comercial en otros países de la UNASUR a la hora de establecer los contratos y ofrecer el financiamiento del BNDES. Al haber una relación directa entre la contratación de empresas brasileras como Odebrecht, el uso de productos e insumos del mismo país, y el pago del préstamo en dólares, Brasil acumulaba reservas, mientras que los otros Estados acumulaban deuda. Esto fue un problema claro para economías más pequeñas como Paraguay y Uruguay y generó también una brecha insalvable entre el tamaño de Brasil y el del resto de los países de la UNASUR, no necesariamente dispuestos a asumir su liderazgo regional. Basta mencionar los conflictos que hubo entre Ecuador y Odebrecht, y Bolivia y OAS; ambas empresas brasileras expulsadas de las obras que iban a realizar en dichos territorios (Diario Página 12, 2016).

De esta manera, no alcanzaron los acuerdos de concertación política, ni la retórica bolivariana, para ilustrar algunos de los obstáculos estructurales para convertir algunas iniciativas de integración en cambios estructurales. En los entramados de la integración suramericana, algunas de estas contradicciones que ponen de manifiesto cierta fragmentación entre los países de la UNASUR, fueron elementos importantes a considerar en un análisis crítico del período. A esto podemos agregar también un factor mayormente vinculado a las correlaciones de fuerza en la región. Con el fallecimiento de Néstor Kirchner primero, de Hugo Chávez después, podemos coincidir con Schutte (2016) en torno a indicar los límites al período en el cual UNASUR era impulsada fuertemente por Brasil, Argentina y Venezuela. Las situaciones al interior de dichos Estados colaboraron en cierta desaceleración del impulso inicial del bloque. Sumadas las coyunturas de conflictividad social dentro de los propios Estados hacia



el año 2015-2016. En este sentido, mencionamos particularmente la destitución a Dilma Rousseff, en el marco de un escenario de alta conflictividad social en Brasil.

Por otro lado, la estrategia del gobierno brasileiro de internacionalización de empresas genera hasta el día de hoy muchas críticas y debates, ante los cuales podemos marcar una diferencia en la opción por un banco público como el BNDES en tanto instrumento de dicha estrategia, en lugar de uno privado. Esto nos traslada a pensar en la coyuntura en la cual las estrategias en relación a las empresas fueron llevadas a cabo, distinguiendo las decisiones de integración que se tomaron durante el período de regionalismo abierto, y aquellas suscitadas en un nuevo contexto de regionalismo post neoliberal. En este, aparece como un elemento clave en el caso brasileiro la reconstitución del Estado a la hora de promover políticas de desarrollo, desde instrumentos públicos.

En todo caso, podemos preguntarnos si el acercamiento entre la estrategia de los gobiernos del PT a este tipo de empresas y sectores tuvo que ver con una consideración de que, por ser beneficiarias de la política económica de impulso a determinadas industrias, iban a apoyar la continuidad política del proyecto estratégico del PT, y no sólo su continuidad electoral e institucional, sino fundamentalmente sus pretensiones hegemónicas en Brasil. Situación que fue interrumpida en un proceso, pero que podemos señalar con el golpe parlamentario a Dilma Rousseff, y que en la actualidad queda más claro con lo ocurrido en los años siguientes. Ahora bien, en el caso puntual de las empresas, la Operación Lava Jato<sup>10</sup> puso al descubierto una trama de corrupción que existía en Brasil desde años, y a la vez, el importante rol que estas empresas tenían en la economía nacional, dado que se diversificaron y expandieron a tal punto que no es posible identificarlas solamente con el sector de la construcción civil del cual provinieron desde sus comienzos.

En cuanto al escenario internacional, podemos afirmar que, su participación en los BRICS, dio muestras de un nuevo momento de transición internacional, apoyando iniciativas de cuestionamiento al poder hegemónico norteamericano. También contribuyó en la visibilidad internacional de Brasil como actor de peso, participando también en ámbitos como el G7 y el G20.

---

<sup>10</sup> Si bien no es objeto de este artículo, la Operación Lava Jato, puede resultar en un recurso que nos permite ver cómo se desarticuló la estrategia brasileira desde actores nacionales que contaban con el apoyo de instrumentos provenientes de actores internacionales como EE.UU. El nombre Lava Jato alude al Lavado de Autos, primer lugar donde se realizaron allanamientos para las investigaciones por lavado de dinero impulsadas por la Policía Federal Brasileira.

Por último, respecto de los vínculos con China, se inauguran debates profundos sobre las implicancias y el carácter de esta relación. Siguiendo Bruckmann y Dos Santos (2015), si entendemos a China como productor y consumidor de recursos naturales a los fines de su proyecto de desarrollo productivo industrial, la región suramericana está en el centro de la escena desde una perspectiva no sólo económica y comercial sino también y sobre todo estratégica. Esto implica la presencia de un actor de gran peso. Según la autora, con este actor emerge la oportunidad de desenvolver un vínculo de largo plazo que cambie los términos de dependencia histórica en los cuales nuestra región se inserta en el sistema mundo. Las posibilidades reales de esto deben ser analizadas con detalle, en circunstancias de giro en el regionalismo postliberal, o retorno de las políticas neoliberales en países como Brasil.

Cabe preguntarse también, cómo continuarán los vínculos con actores de peso como China, dada la actual parálisis de la UNASUR, que logró, mientras se sostuvo, ser un ámbito de concertación política, de freno a procesos desestabilizadores, y de unidad entre Estados divergentes. Ante el avance del peso de los BRICS, de la Iniciativa de la Ruta de la Seda y otras iniciativas geopolíticas, cómo podrán sostenerse los principios de soberanía y defensa sin una perspectiva conjunta que coloque a la región suramericana y latinoamericana en un lugar de importancia. El giro neoliberal que transitamos en el presente nos muestra una UNASUR completamente desarticulada. Hacia 2017 ya quedaba materializada su parálisis, sin nombramiento de un nuevo Secretario General, sin cumbres presidenciales. En 2019, Brasil recibía la presidencia pro t mpore cedida por Bolivia, para inmediatamente salir del bloque, junto con Ecuador, que además reclam  el edificio sede ubicado en su país. Este giro se observó también con la activa participación de dichos países en la Alianza del Pacífico, y el Foro para el Progreso de América del Sur (Prosur), con la presencia de Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Perú, Paraguay, Guyana y Ecuador (BARRENENGOA, 2019; SANAHUJA, 2019: 109).

De seguir funcionando la UNASUR en tanto órgano de concertación política, junto con Consejos Ministeriales como el COSIPLAN, toda una cartera de proyectos y actividades previstas podrían haberse continuado, más allá de los gobiernos de turno. La oposición de cierta “ideologización” de la UNASUR muestra hoy críticas infundadas, dado que el propio Prosur muestra en el presente, en principio, una unidad que toma como punto de partida la afinidad ideológica de los gobiernos. Las instancias paralelas que se plantean, como el Grupo de Lima y Prosur, tampoco dan signos de ser instrumentos desideologizados, sino más bien, se

corresponden con los nuevos rumbos que los Estados han tomado, en línea con sus políticas exteriores redirigidas a EE.UU., y sus programas de gobierno neoliberales. Así, el Prosur se nos presenta en tanto recurso para observar lo que viene aconteciendo en el último tiempo con las políticas de integración regional. Podemos pensarlo en términos de una pausa pronunciada, o un decidido freno al giro postliberal que surgió en la primer década y media del siglo. En el sentido de cambio abrupto en los liderazgos que habían impulsado la UNASUR; también en cuanto a las condiciones internacionales que resultaban favorables.

Además de esta suerte de balcanización, las situaciones políticas, institucionales y en algunos casos puntuales democráticas, se han encontrado con graves dificultades. Tal es el caso de la crisis en Venezuela, el proceso de golpe parlamentario en Brasil, y la posterior encarcelación de Lula. Estos distintos giros que vienen impulsando la profundización de las políticas de ajuste neoliberal sobre la base del aumento de la precarización de la fuerza de trabajo, se han combinado con un conservadurismo político, con matices, cuyos exponentes centrales son Bolsonaro al sur y Trump hacia el norte, en un extremo diferente, y con sustanciales diferencias en el terreno económico hacia dentro de los márgenes nacionales.

## **6 REFLEXIONES FINALES**

En este artículo nos hemos acercado al fenómeno de la integración física regional desde el caso brasileiro, para dar cuenta de algunas piezas relevantes que son parte de un complejo rompecabezas que reúne actores sociales diversos, con intereses y estrategias visiblemente disímiles, en un escenario de dimensión mundial. Hemos abordado la relación entre la estrategia de política exterior impulsada por los gobiernos de Lula y su proyección en los procesos de integración física que se dieron en la región suramericana. En este proceso hemos identificado un conjunto heterogéneo de actores sociales de las clases dominantes, que coexistieron conflictivamente en Brasil en el período 2008-2011.

A su vez, hemos considerado las actuaciones por parte del Estado brasileiro en el escenario regional e internacional como resultante de estas conflictivas y contradictorias dinámicas. Es decir, como materialización de complejas relaciones. Esto implica en primer lugar, tener en cuenta al contexto histórico, político y social como elemento explicativo que encuadra otras condiciones. En el caso abordado, comprender los elementos que inauguró la

transición entre el regionalismo abierto hacia un regionalismo postliberal, como dinámicas que impactaron no sólo al nivel de los procesos de integración, sino también en los Estados que las promovieron. En este sentido, si bien no podemos afirmar de manera tajante que primó una visión decididamente opuesta y en resistencia a una perspectiva comercialista y aperturista de la integración, sí podemos afirmar que hubo otras. Lo cual nos introduce la idea de disputa entre visiones, perspectivas y proyectos de integración en dicho período. El caso brasileiro elegido aquí, viene a mostrar estos matices y diferencias.

En segundo lugar, desde una perspectiva de la dimensión de la infraestructura física, el caso del COSIPLAN, se trató, junto con el Consejo de Defensa, de uno de los Consejos Ministeriales que mayores avances podría haber mostrado, si no hubiese existido la parálisis de la UNASUR, que puso sobre el tapete la fragilidad institucional del bloque. En este sentido, la estrategia se vertebró en el plano regional, optando por la región suramericana como terreno posible para el despliegue de políticas que fueran en el sentido de una mayor integración en los márgenes de la UNASUR.

En este sentido, cabe pensar si, al igual que la continuidad de los proyectos de la IIRSA, el COSIPLAN puede plantear un escenario de continuidad independientemente de la situación actual de la UNASUR. En mi opinión, dada la parálisis de esta, no veo posible su funcionamiento más allá de cierta inercia institucional. En todo caso, dados los intereses en las obras de infraestructura, será una cuestión de los Estados, los organismos de financiamiento y otros actores interesados en la finalización de las obras la consecución o no de objetivos trazados con anterioridad. Ejemplo de ello es el Corredor Ferroviario Bioceánico Central, que integra los puertos de Brasil y Perú, que fue de sumo interés para el COSIPLAN, así como para los Estados vecinos, y, en particular, el Estado chino como principal financiador. El corredor ferroviario, de unos 3.755 kilómetros uniría el Puerto de Santos de Brasil, en el océano Atlántico, con el puerto de Ilo, en Perú, y así conectar el centro de Sudamérica con los puertos marítimos y facilitar las exportaciones a Asia, acortando hasta 25 días el transporte comercial entre Brasil y China. Desde el gobierno de Temer, hasta el presente bolsonarista, no ha habido avances concretos.

Así, el nudo problemático recorrido desde las escalas nacional, regional e internacional, nos invita a seguir reflexionando en torno a las dificultades y complejidades que estos fenómenos presentan.

## 7 REFERENCIAS

- Álvarez Alvaro (2017). Los corredores del extractivismo. En “El Neodesarrollo en debate: crisis, transición y alternativas”. Mariano Félix. 1ª ed. pp. 53-76. Buenos Aires, El Colectivo, 2017.
- Amin, S. (2001). “Capitalismo, imperialismo, mundialización” en Resistencias mundiales (De Seattle a Porto Alegre) Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor. En <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100726091549/2amin.pdf>
- Arroyo M., Zusman P. (2010). Argentina e Brasil: possibilidades e obstáculos no processo de integração regional (organizadoras). Sao Paulo: Humanitas; Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras.
- Barrenengoa A. (2019). “La presencia china en Latinoamérica: paradojas ante el nuevo escenario de integración”. En Boletín Integración Regional. Una Mirada Crítica. Grupo de Trabajo CLACSO. Integración y Unidad Latinoamericana, Núms. 4 y 5, mayo, pp. 19-20.
- Bernal Meza, R. (2013). Modelos o esquemas de integración y cooperación en curso en América Latina (UNASUR, Alianza del Pacífico, ALBA, CELAC): una mirada panorámica. pp. 1-22. Instituto Ibero-Americano Fundación Patrimonio Cultural Prusiano. <http://www.iberonline.de>
- Bernal Meza, R. (2008) “Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión)”. Revista Brasileira de Política Internacional 51, pp. 154- 178.
- Berringer T. (2015) A burguesía brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula. 1ed. Curitiba, Appris.
- Briceño Ruiz, J. (2014) “Del Regionalismo Abierto al Regionalismo Poshegemónico en América Latina”. En Política Internacional e Integración Regional Comparada en América Latina. San José (Costa Rica): Willy Soto Acosta Editor-FLACSO, pp. 23-34.
- Bruckmann M. (2015). Recursos naturales y la geopolítica de la integración sudamericana. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Luxemburg. Imago Mundi.
- Bruckmann M., Dos Santos T. (2015). “Por una agenda estratégica de América Latina” En Alainet, 26/05/2015. <https://www.alainet.org/es/articulo/169906>
- Cabria, J. V. B. (2015). Multilatinas y estrategias de desarrollo. El papel del Estado en la internacionalización de los grupos empresariales en Brasil y México. Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas, 2(2), 343-363.
- Cerqueira Franci D. (2014). Brasil en el proceso de integración con América del sur: una política destinada a consolidar la lógica de acumulación del capital. XIV Jornadas de Economía Crítica Perspectivas económicas alternativas. Valladolid, 4 y 5 de septiembre de 2014.

- Clemente, D. (2016) El liderazgo regional de Brasil y la estrategia de creación de empresas "Campeones Nacionales": retos y dilemas (En línea). Trabajo presentado en IX Jornadas de Sociología de la UNLP, 5 al 7 de diciembre de 2016, Ensenada, Argentina. Disponible en:[http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.8843/ev.8843.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.8843/ev.8843.pdf)
- Formento W., Merino G. (2011) "La crisis financiera global". Ed. Peña Lilo Continente.
- Giacalone R. (2006) "¿Una alianza entre izquierda y empresarios? En Revista Nueva Sociedad, 202, Marzo- Abril de 2006.
- Kan, Julián (2009). De la apertura comercial y la soberanía y autonomía regional. Un análisis de las tendencias de la integración latinoamericanas de las últimas décadas. El caso de UNASUR. En Ideação, Revista de Educação y Letras da Unioeste do Paraná, Volumen Nº 12, Nº 1, pp. 79-100.
- Kan J., Pascal R. (2013b) "Integrados (?). Debates sobre las relaciones internacionales y la integración regional latinoamericana y europea". 1ra. Edición Imago Mundi. Buenos Aires.
- Kan, J. (2015). "La integración desde arriba. Los empresarios argentinos frente al MERCOSUR y el ALCA. 1a Ediciones Imago Mundi. Buenos Aires.
- Katz, C. (2006). "El rediseño de América Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA". 1a Ed. Buenos Aires, Luxemburg.
- Kliass, Paulo (2017). Aspectos da política fiscal. En Maringoni Gilberto, Medeiros Juliano. "Cinco mil días: o Brasil na era do Lulismo". 1ed. São Paulo: Boitempo. Fundação Lauro Campos, 2017.
- Merino Gabriel (2016). "Tensiones mundiales, multipolaridad relativa y bloques de poder en una nueva fase de la crisis del orden mundial. Perspectivas para América Latina". En Geopolítica(s) Revista de estudios sobre espacio y poder, 7(2) 2016, pp. 201-225.
- Merino, Gabriel (2018). "Del apogeo "lulista" a la destitución de Dilma. El devenir popular neodesarrollista en Brasil", en Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos, Nº66, UNAM, México, enero 2018.
- Navarro Rocha L. (2015). Acumulación por despojo en América Latina: los casos de IIRSA y COSIPLAN. XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.
- Novoa Luis Fernando (2009). O Brasil e seu "desbordamento": o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. En "Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. Instituto Rosa Luxemburg Stifung. 1 ed. (Cap. 5 Crédito e integração Regional, p. 187-204. São Paulo Expressão Popular, 2009.
- Padula R. (2010). *Integração regional de infra-estrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica*. Tesis de Doctorado. COPPE/UFRJ, 2010. 311p.
- Poulantzas N. (1977). Poder político e classes sociais. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.
- Sanahuja, J. (2011). Multilateralismo y Regionalismo en clave suramericana: el caso de UNASUR. En "Pensamiento propio: Los desafíos del multilateralismo en América Latina".

Edición Especial: CRIES- Universidad de Guadalajara- Universidad Iberoamericana, año 16. Bs. As. Argentina, pp. 117- 158.

-Sanahuja (2019). Ascenso del nacionalismo y el autoritarismo en el sistema internacional. Anuario CEIPAZ 2018-2019, pp.107-127.

-Schutte G. R. (2016). A integração latino-americana: Entre a retórica e a prática. P57 | A política externa brasileira e a América do Sul. Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) 3º Seminário de Relações Internacionais Graduação e Pós-Graduação Repensando interesses e desafios para a inserção internacional do Brasil no século XXI. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

-Soares de Lima, Milani y Etchart Muñoz (2016). Cooperación Sur-Sur, política exterior y modelos de desarrollo en América Latina - 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO. Libro digital, PDF

-Wegner Rubia C. (2018). Integração e desenvolvimento econômico: estratégias de financiamento do investimento de infraestrutura sul-americana. Economía y Sociedad, Campinas, vol. 27 n° 3 (64), p. 909-938. Setembro-dezembro 2018.

-Zahluth Bastos Pedro Paulo (2017). Que horas ela volta?- Economia política e política econômica de Lula a Dilma. En Maringoni Gilberto, Medeiros Juliano. “Cinco mil días: o Brasil na era do Lulismo”. 1ed. São Paulo: Boitempo. Fundação Lauro Campos, 2017.

-Zibechi, R. (2012). Brasil potencia: entre a integração regional e um novo imperialismo. Tradução Carlos Walter Porto- Gonçalves. Rio de Janeiro: Consequencia.

#### **Documentos utilizados:**

-CEPAL (2011) Infraestructura para la integración regional. Alicia Bárcena, Antonio Prado, Hugo Altomonte, Ricardo Pérez. Chile.

-COSIPLAN (2012). Documento de Presentación Secretaría Pro Tempore COSIPLAN, 2012.

-Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE) (2011). “Balanço de Política Externa 2003/2010”

Recebido em: 21/06/2018

Aprovado em: 12/06/2019

Publicado em: 09/10/2019



**PERSPECTIVAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL LABORAL NO MERCOSUL  
ANTE OS REVESES NA PROTEÇÃO AO TRABALHO DIGNO**

*PERSPECTIVES OF REGIONAL LABOR INTEGRATION IN MERCOSUR TOWARDS  
REVISIONS IN PROTECTING DECENT LABOR*

*Juliane Caravieri Martins*<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia

**Resumo:** a integração regional no MERCOSUL não pode mais se limitar a questões comerciais, devendo incluir temas laborais no intuito de reduzir as assimetrias do desenvolvimento econômico. O objetivo desta pesquisa é demonstrar que o retorno da direita conservadora em países mercosulistas está impulsionando o desmonte dos direitos laborais, impossibilitando a continuidade da agenda social no bloco que foi impulsionada pelo regionalismo pós-liberal. São complexos os fatores que envolvem a questão do trabalho assalariado na América Latina, sendo necessário o “transbordamento” do desenvolvimento econômico para as áreas sociais, principalmente envolvendo o labor humano e a migração de trabalhadores. Se o MERCOSUL não priorizar as relações de trabalho, o projeto integracionista não se efetivará em sua plenitude, podendo esvanecer nas próximas décadas.

**Palavras-chave:** América Latina; integração regional; trabalho digno; MERCOSUL.

**Abstract:** Regional integration in MERCOSUR can no longer be limited to trade issues, but must include labor issues in order to reduce the asymmetries of economic development. The aim of this research is to demonstrate that the return of the conservative right in mercosurist countries is driving the dismantling of labor rights, making it impossible to continue the social agenda in the bloc that was driven by postliberal regionalism. The factors that involve the issue of wage labor in Latin America are complex, requiring the “spillover” of economic development to social areas, especially involving human labor and worker migration. If MERCOSUR does not prioritize labor relations, the integrationist project will not be fully implemented and may fade in the coming decades.

**Keywords:** Latin America; regional integration; decent labor; MERCOSUR.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta na Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Doutora em Ciências da Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo e Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8784-7914>. E-mail: [jcaravieri@ufu.br](mailto:jcaravieri@ufu.br).



## 1 INTRODUÇÃO

Na América Latina, grande parte dos trabalhadores está submetida a intenso processo de exploração de sua mão de obra, usufruindo de péssimas condições de trabalho. Todavia, esta situação não é nova, pois a condição atual do trabalho assalariado na América Latina também é reflexo de seu passado de colônias de exploração econômica quando, a partir do século XV, Espanha e Portugal ocuparam as terras americanas. Fixados a oeste do marco imaginário do *Tratado de Tordesilhas*, os espanhóis se dedicaram à extração de metais preciosos. Já os portugueses implantaram nas terras a leste a produção açucareira em latifúndios financiados pelos capitais holandeses e com o uso de mão de obra escrava africana.

Em fins do século XIX, o trabalho escravo na Europa já não era mais utilizado em razão do liberalismo econômico e do capitalismo industrial que passaram a fazer uso do trabalho “livre” assalariado e necessitavam da ampliação de mercados consumidores para os produtos manufaturados. Logo, o assalariamento do trabalho “livre” nos países latino-americanos ganhou preponderância com a transição do *capitalismo escravista-mercantil e agrário-exportador* diretamente para o *capitalismo urbano-industrial periférico* em fins do século XIX e início do século XX (PIRES; COSTA, 2010).

Sobretudo a partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial, a América Latina passou a abastecer o comércio internacional com suas matérias-primas e mão de obra baratas, inserindo-se na “nova” divisão internacional do trabalho<sup>2</sup> que lhe era prejudicial e favorável apenas às economias dos países industrializados, sendo denunciada em estudos da *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL)<sup>3</sup>.

No pensamento cepalino da década de 1950, destacou-se o estudo “*O Mercado Comum Latino-Americano*” (1959) de Raúl Prebisch que, ciente das limitações da industrialização substitutiva de importações (ISI), apontou a necessidade de se desenvolver um mercado comum

---

<sup>2</sup> A divisão internacional do trabalho passou por diferentes etapas acompanhando o desenvolvimento histórico do capitalismo, iniciando com relações mercantilistas que marcaram o comércio entre metrópoles europeias e colônias de exploração, latino-americanas principalmente, até a configuração de relações entre países, chamados desenvolvidos, e outros considerados subdesenvolvidos ou periféricos no âmbito do capitalismo global.

<sup>3</sup> Tendo como expoentes Raúl Prebisch e Celso Furtado em seus primeiros tempos, o pensamento cepalino fundamentou-se numa teoria histórico-estruturalista que analisou o subdesenvolvimento dos países latino-americanos a partir da ideia do estabelecimento de relações entre países centrais e periféricos no comércio mundial. Tal pensamento se alicerçou, basicamente, nas seguintes diretrizes analíticas: enfoque histórico-estruturalista baseado na ideia de relação centro-periferia; análise da inserção internacional, principalmente no comércio, da América Latina; análise das condicionantes estruturais internas de cada país e estudo das necessidades e possibilidades de ação estatal em cada país para superar o subdesenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 18-19).

latino-americano no intuito de dinamizar o desenvolvimento econômico da região (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 358-359). Assim, foram lançadas as bases do *velho regionalismo* que influenciou a criação, em 1960, da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) que foi sucedida, em 1980, pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Sob o marco jurídico da ALADI, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) assumiu a condição de *acordo de alcance parcial*, sendo oriundo do *Acordo de Complementação Econômica (ACE) n° 18* a fim de estabelecer condições para a criação de mercado comum nos termos do Tratado de Assunção (1991). Entretanto, é imperiosa a ampliação da agenda integracionista para além dos aspectos meramente comerciais a fim de incluir outras temáticas, principalmente os aspectos sociais e laborais. Ocorre que, atualmente, o MERCOSUL está passando por grave crise institucional decorrente de diversos acontecimentos, ameaçando a integração regional laboral.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) enfatizou, na *Declaração de Filadélfia* (1944), que o trabalho não é uma mercadoria (art. I) (USP, 2019). Como Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela são Estados-membros da OIT, logo, comprometerem-se com suas normas em prol do direito humano ao trabalho digno. Porém, na América Latina, o desmonte dos direitos laborais vem se agravando nas últimas décadas em razão de governos alinhados com a globalização neoliberal.

Os governos de “esquerda” nos países latino-americanos se perderam numa série de escândalos de corrupção, possibilitando o retorno da direita conservadora no continente que está impulsionando o desmonte dos direitos sociais laborais, impossibilitando a continuidade da agenda social no bloco mercosulista impulsionada pelo regionalismo pós-liberal. Então, questiona-se se os preceitos e diretrizes da OIT para o trabalho digno estão sendo efetivamente implementados no MERCOSUL. Como metodologia científica, a pesquisa utilizou o método dialético e, quanto à técnica de pesquisa, utilizou-se a bibliográfica-exploratória.

Assim, o presente estudo dividiu-se em duas partes. Primeiramente, buscou-se analisar a concepção de trabalho digno no sistema internacional de proteção aos direitos humanos. A seguir, centrou-se no MERCOSUL e na integração regional nas relações de trabalho, enfocando as principais normativas do bloco, bem como questões pontuais no Brasil, na Argentina e na Venezuela que ameaçam a integração regional laboral.

Enfim, o presente artigo almejou contribuir para o enriquecimento das discussões sobre o trabalho digno em tempos obscuros de globalização e seus reflexos no processo de integração regional do MERCOSUL em face do possível esgotamento do regionalismo pós-liberal no século XXI.

## 2 A CONCEPÇÃO DE TRABALHO DIGNO E SUA PROTEÇÃO JURÍDICA

O trabalho do homem não se confunde com a atividade exercida pelos animais de modo instintivo para sobreviver, pois ao final do processo do labor, surge um resultado que já estava arquitetado idealmente na mente humana. Logo, “o trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como conhecemos” (BRAVERMAN, 1980, p. 53).

O trabalho não deve ser considerado como mercadoria e o trabalhador visto apenas como instrumento integrante do sistema capitalista de produção, embora seja esta a concepção dominante ancorada numa visão economicista da sociedade. Então, o valor do trabalho humano deve ser considerado além dos aspectos puramente econômicos, com um bem jurídico necessário para a existência digna do trabalhador; deve ser visto à luz da matriz filosófica que o considera sob um prisma ÉTICO.

Battaglia (1958, p. 22-23) considera que todo trabalho para ser ético deve estar em consonância com os limites impostos pela própria dignidade humana. O trabalho humano é realidade poliédrica captada parcialmente pelas diferentes Ciências (Física, Biologia, Economia etc.), mas a Filosofia os unifica numa noção integral. Portanto, o trabalho digno está ancorado na ideia de dignidade humana do trabalhador, sendo compreendido sob dois aspectos (MARTINS, 2017, p. 41-42):

- a) o **intrínseco (subjetivo)**: como atributo pessoal e psíquico inerente ao ser humano, por exemplo, a satisfação pessoal do trabalhador em realizar determinada atividade; a sensação de ser útil para a comunidade em que vive; ser merecedor de respeito e consideração por parte do Estado e dos particulares; ser realmente livre para escolher o seu trabalho etc.;
- b) o **extrínseco (objetivo)**: representando as condições materiais previstas nas normas em geral reguladoras do ato de trabalhar, tais como: remuneração adequada e justa, sem discriminação de qualquer natureza; limite máximo e mínimo de duração da jornada de trabalho (diária e semanal); normas de higiene e segurança relacionadas ao meio ambiente do trabalho e à proteção da maternidade; concessão de férias, repouso semanal e feriados remunerados; licenças médicas em geral; normas proibitivas do trabalho infantil e do trabalho escravo etc.

Assim, o trabalho digno inclui, as condições materiais objetivas (extrínsecas) em que o trabalho é realizado **concomitantemente** com as condições subjetivas (intrínsecas), pois ambas atendem ao princípio e valor da dignidade humana, integrando a própria condição humana do trabalhador. O *trabalho digno* é o gênero e o *trabalho decente* seria a espécie<sup>4</sup>.

Na condição de bem jurídico, o trabalho digno está tutelado no *sistema global* ONU, destacando-se a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) que estabeleceu o direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego (art. XXIII); direito a uma remuneração justa e satisfatória compatível com a dignidade humana (art. XXIV); direito a organizar sindicatos e a neles ingressar; direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas etc. (art. XXV) (USP, 2019). O *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (1966) nos arts. 6º a 9º reconheceu à pessoa humana o direito de usufruir condições dignas, equânimes e favoráveis de trabalho, individual e coletivamente (USP, 2019).

Por sua vez, o *sistema da OIT* possui regras e princípios que tutelam *em específico* os direitos laborais, buscando o aperfeiçoamento das relações entre trabalho e capital. A partir de 1998, com a aprovação da *Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho*, a OIT estabeleceu quatro áreas prioritárias de atuação para a concretização dos direitos humanos trabalhistas, a saber: liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação (USP, 2019). Logo, a OIT propõe a implementação do trabalho decente entendido como o “trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna” (USP, 2019).

A ratificação das convenções da OIT pelos Estados mercosulistas ou mesmo de outros tratados e pactos internacionais de direitos humanos ***não significa*** que está ocorrendo a efetiva implementação de melhores condições de trabalho seja de forma individualizada por país, seja conjuntamente no âmbito da integração regional.

---

<sup>4</sup> Embora a OIT e alguns juristas utilizem como sinônimo ‘trabalho decente’ e ‘trabalho digno’, entende-se que não o são. Segundo Brito Filho (2004, p. 61-62), “trabalho decente, então, é um conjunto mínimo de direitos do trabalhador que corresponde: à existência de trabalho; à liberdade de trabalho; à igualdade no trabalho; ao trabalho com condições justas, incluindo a remuneração, e que preservem sua saúde e segurança; à proibição do trabalho infantil; à liberdade sindical; e à proteção contra os riscos sociais”.

Então, apesar da ampla tutela jurídica do trabalho digno e dos direitos humanos trabalhistas, há notória dificuldade na sua concretização nos Estados mercosulistas, consoante problemática atinente aos direitos humanos que Bobbio (2004, p. 43, grifo do autor) já anteviu, pois “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de *justificá-los*, mas o de *protegê-los*. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”. Segundo a OIT, “muitos países das Américas enfrentam sérios problemas com relação ao respeito e à aplicação efetiva dos princípios e direitos fundamentais no trabalho e da legislação trabalhista em geral” (OIT, 2019).

Portanto, o aprofundamento da integração social no MERCOSUL se mostra urgente mediante a adoção de políticas públicas comuns e articuladas entre os Estados-partes, mas há problemas internos profundos que são graves empecilhos para o avanço do projeto integracionista na seara laboral, como será pontuado a seguir.

### **3 A INTEGRAÇÃO REGIONAL NO MERCOSUL E OS REVESES NA TUTELA LABORAL – REFLEXÕES ATUAIS SOBRE ARGENTINA, BRASIL E VENEZUELA**

À luz do regionalismo aberto, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)<sup>5</sup> assumiu, desde sua criação pelo *Tratado de Assunção* (1991), a condição de aliança comercial com vistas a dinamizar a economia regional, tendo o desafio de sua conversão, em longo prazo, em mercado comum com a implantação da livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais. Atualmente, este bloco é uma *União Aduaneira*<sup>6</sup> imperfeita, contemplando uma Tarifa Externa Comum (TEC).

A integração regional essencialmente direcionada para os aspectos comerciais negligenciou as assimetrias estruturais e o *déficit* social que se acentuou nos países da América Latina ao longo da década de 1990. As crises econômicas mundiais que se seguiram a partir de 2000, em especial nos países emergentes, também acentuaram os efeitos perversos da

---

<sup>5</sup> Em 04/07/2006, a República Bolivariana da Venezuela assinou o Protocolo de Adesão ao MERCOSUL, integrando o bloco em 12/08/2012. Em 07/12/2012, o Estado Plurinacional da Bolívia também assinou protocolo de adesão, estando em curso o processo para adquirir a condição de Estado-parte.

<sup>6</sup> Segundo Balassa (1961, p. 13), a União Aduaneira “[...] implica, além da supressão das discriminações no que se refere aos movimentos de mercadorias no interior da união, a igualização dos direitos em relação ao comércio com países não membros”. Haveria o estabelecimento de uma política comercial comum, juntamente com uma tarifa externa comum (TEC), seriam mantidas as instituições de cunho intergovernamental, mas se buscaria o aprofundamento das relações comunitárias.

globalização econômica excludente e neoliberal, aprofundando as desigualdades sociais e regionais nos países latino-americanos.

Nesse diapasão, iniciou-se na América Latina um “giro à esquerda no âmbito político ou *Onda Rosa*” (MENDONÇA JÚNIOR, 2014, p. 20) a partir da ascensão ao poder de governos mais alinhados com a esquerda, tais como: Venezuela (1998), Brasil (2002 e 2006), Argentina (2003, 2008 e 2011), Uruguai (2004), Bolívia (2005), Equador (2006), Paraguai (2008) e Peru (2011) os quais rejeitaram as medidas de ajuste propostas pelo Consenso de *Washington*. Assim, tais governos buscaram maior inserção social dos povos, notadamente com o reposicionamento de indígenas e camponeses, almejando a redefinição das ações e políticas estatais. Esta fase do regionalismo latino-americano, cunhada de *regionalismo pós-liberal*, ganhou impulso após a *V Cúpula das Américas* na Colômbia, em Cartagena, em abril de 2012, possuindo especificidades:

*A diferencia de la década precedente, signada por la narrativa neoliberal asociada al llamado “Consenso de Washington”, junto con la reducción del rol del Estado a favor de un protagonismo de los actores del mercado, la década actual se ha caracterizado, de acuerdo a algunos análisis, por tres “retornos” distintivos, el “retorno” a un fortalecimiento del Estado; el “retorno” a la politización de las relaciones regionales, y el “retorno” a una agenda desarrollista marcadamente asociada a un nuevo impulso de una agenda social y de una serie de políticas consecuentes por parte del Estado, tanto en el ámbito específicamente social como en las esferas económica y política. [...] (SERBIN; MARTÍNEZ; RAMANZINI JÚNIOR, 2012, p. 11-12, grifo nosso).*

A ampliação da agenda integracionista é necessária além dos aspectos comerciais, em especial nas questões sociais e laborais. No tocante a integração regional nas relações de trabalho no MERCOSUL, foi aprovada, em 1998, a *Declaração Sociolaboral do MERCOSUL* que previu vários direitos, destacando-se (MERCOSUL, 2019): não discriminação (art. 1º); promoção da igualdade (arts. 2º e 3º); proteção aos trabalhadores migrantes e fronteiriços (art. 4º); eliminação do trabalho forçado (art. 5º); tutela do trabalho infantil e de menores (art. 6º); seguridade social (art. 19) etc. Esta declaração não é um tratado internacional e nem foi incorporada às ordens jurídicas internas dos Estados-Partes, não possuindo força normativa vinculante e coercitiva para os Estados mercosulistas, logo, não se incluiu entre as fontes jurídicas do bloco (art. 41 do *Protocolo de Ouro Preto - POP*<sup>7</sup>).

---

<sup>7</sup> Art. 41 As fontes jurídicas do MERCOSUL são: I - o Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares; II - os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos; III - as Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão do MERCOSUL, adotadas deste a entrada em vigor do Tratado de Assunção (MERCOSUL, 2019).

Em 17 de julho de 2015, na 48ª Cúpula Social do MERCOSUL, houve a aprovação de *Nova Declaração Sociolaboral* (MERCOSUL, 2019), “atualizando” a de 1998. Apesar do significativo avanço que esta “nova” declaração poderia imprimir às relações de trabalho firmadas no bloco, ela também não possui força coercitiva e vinculante de tratado internacional, mantendo a mesma condição jurídica da Declaração de 1998 e, até o momento, apresentou os mesmos efeitos inócuos de sua predecessora.

Para o avanço da integração regional trabalhista no MERCOSUL, houve a aprovação do *Acordo Multilateral de Seguridade Social e seu Regulamento Administrativo* pela Decisão nº 19/1997 do Conselho do Mercado Comum (CMC) que busca assegurar os mesmos direitos e obrigações perante a Previdência Social aos trabalhadores que tenham prestado serviços nos Estados-partes do MERCOSUL. As contribuições previdenciárias vertidas ao sistema de seguridade social pelo trabalhador, em qualquer dos Estados-partes, acumulam-se como se tivessem sido realizadas no mesmo país, havendo *a totalização dos períodos de seguro ou de contribuição* (art. 7º da Decisão nº 19/1997, CMC) (MERCOSUL, 2019). Logo, os períodos de seguro ou contribuição cumpridos em quaisquer dos Estados-partes serão considerados para efeito de concessão dos benefícios previdenciários (velhice, invalidez, morte etc.).

A Decisão nº 28/2002 do CMC aprovou o *Acordo sobre Residência de Nacionais dos Estados-partes do MERCOSUL, da República da Bolívia e da República do Chile*<sup>8</sup>. Este acordo permitiu que o nacional de um dos Estados-partes do MERCOSUL, que deseje residir noutro Estado-parte, obtenha residência legal temporária de até dois anos mediante a comprovação de sua nacionalidade e a apresentação de documentos às autoridades migratórias, tais como: passaporte válido, cédula de identidade, certidão negativa de antecedentes judiciais etc. (MERCOSUL, 2019). Assim, a *nacionalidade de um dos países do bloco* seria o critério primordial para a concessão da residência legal que permitiria a pessoa trabalhar e estudar. Este pacto permitiria que o migrante, obtendo a residência temporária, estivesse habilitado ao trabalho em igualdade de condições com os nacionais daquele país onde tenha obtido a residência, cumprindo as disposições específicas da legislação do trabalho do local.

Em 2014, foi firmado o *Acordo de Complementação ao “Acordo de Recife” em Matéria Migratória* aprovado pela Decisão nº 18/2014 do CMC. A fim de facilitar o comércio na região e o fluxo migratório foram estabelecidas outras modalidades de controle integrado migratório

---

<sup>8</sup> Houve a adesão posterior do Peru (Decisão nº 04/2011 do CMC), do Equador (Decisão nº 21/2011 do CMC) e da Colômbia (Decisão nº 20/2012 do CMC).

como o *controle integrado simultâneo* e o *controle integrado por reconhecimento recíproco de competências* (art. 5º). O art. 10 estabeleceu a cooperação entre os Estados-partes para a implementação desses controles integrados, de modo que as autoridades migratórias prestarão mutuamente a colaboração necessária para o exercício de suas funções (MERCOSUL, 2019). Porém, tais medidas se direcionam a facilitação do comércio sub-regional mercosulista ao invés da proteção aos trabalhadores migrantes, demonstrando o descaso com a questão social envolvida na migração de pessoas no bloco em busca de condições de labor mais dignas.

Ademais, sob a influência do regionalismo pós-liberal, o bloco mercosulista buscou a *ampliação de sua agenda social* com a criação, em 2005, do **Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)** a fim de financiar projetos para melhorar a infraestrutura da região, impulsionando a produtividade econômica dos Estados-Partes e o desenvolvimento social. Em 2007, foi criado o **Instituto Social do MERCOSUL – ISM** (Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 03/07) com sede em Assunção no Paraguai, Em 2009, criou-se o **Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL - IPPDH** (Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 14/09) com sede em Buenos Aires na Argentina e, no intuito de fortalecer a democracia e a participação política na região, criou-se, em 2005, o **Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL)** (MERCOSUL, 2019).

Entretanto, quando se analisa a *integração regional nas relações de trabalho*, não se vislumbram significativos avanços no MERCOSUL, pois **inexiste até o presente momento** políticas públicas comuns e articuladas entre os Estados-partes orientadas para o fomento ao trabalho, a proteção ao desemprego e aos trabalhadores migrantes. O direito originário do MERCOSUL – *constituído pelo Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo de Olivos* - não tutela os direitos sociais dos trabalhadores e nem a solução de controvérsias na seara laboral. Não há **nenhum regulamento ou normativa comunitária sobre os direitos sociais trabalhistas** e os mecanismos para sua concretização conjunta no bloco, havendo apenas a tomada de ações e decisões de modo individual por cada Estado-parte, sobretudo na implementação da *Agenda de Trabalho Decente* proposta pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) aos seus membros, incluindo o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela.

O MERCOSUL possui caráter intergovernamental na medida em que as decisões só podem ser tomadas através do consenso de todos os Estados-partes, o que dificulta os avanços institucionais, inclusive para a adoção de ações e políticas públicas comuns em especial na seara



laboral. Esta falta de independência nas tomadas de decisões também impede a consolidação no bloco do direito comunitário, havendo, apenas, normas incipientes que se aproximam do direito de integração. Segundo o art. 2º do Protocolo de Ouro Preto (MERCOSUL, 2019), são órgãos com capacidade decisória no MERCOSUL, *de natureza intergovernamental*, o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio (CCM).

A fim de incorporar esses atos normativos (resoluções, decisões e diretrizes/propostas) ao direito interno dos Estados-partes do MERCOSUL, o art. 40 do POP dispõe sobre o **procedimento** a ser realizado (MERCOSUL, 2019): a) uma vez aprovada a norma, os Estados-partes adotarão as medidas necessárias para a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional e comunicarão as mesmas à Secretaria Administrativa do MERCOSUL; b) quando todos os Estados-partes tiverem informado sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos, a Secretaria Administrativa do MERCOSUL comunicará o fato a cada Estado-parte e c) as normas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados-partes trinta dias após a data da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do MERCOSUL, logo, dentro deste prazo, eles darão publicidade do início da vigência das referidas normas por intermédio de seus respectivos diários oficiais.

O art. 42 do POP estabelece que as normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL - Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio previstos no art. 2º - terão caráter obrigatório e deverão **quando necessário**, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país (MERCOSUL, 2019). Esta disposição normativa concede significativa **margem de discricionariedade** aos Estados-partes na incorporação das normas oriundas do MERCOSUL e, ainda, conflita com as previsões normativas dos *artigos 9º, 15, 20, 40 e 41 do POP* (MERCOSUL, 2019), enfraquecendo o processo de integração regional ao não impor aos Estados mercosulistas a obrigatoriedade absoluta de transposição das normas do bloco para o seu direito interno.

Portanto, a concessão pelo próprio Protocolo de Ouro Preto de discricionariedade aos Estados-partes para a incorporação total ou parcial do direito produzido no âmbito do MERCOSUL ao seu direito interno concomitantemente com o sistema intergovernamental de tomada de decisões, cerceia o pleno desenvolvimento da integração regional mercosulista, inclusive para a adoção de ações e políticas públicas na seara laboral, impedindo a construção

de normas comunitárias e instituições supranacionais no bloco e, assim, favorecendo a predominância de interesses nacionais e locais dos Estados em detrimento do processo integracionista.

Somado a isso, o MERCOSUL está passando por grave crise institucional decorrente de acontecimentos de diversas ordens. Sob os ditames da globalização neoliberal, a ascensão de governos mais alinhados à direita nos Estados-Partes do bloco está cerceando o seguimento das ações e políticas sociais que haviam se iniciado sob a influência do regionalismo pós-liberal que, aparentemente, se esgotou.

No âmbito dos Estados-Partes, houve as eleições presidenciais com a vitória da direita conservadora no Paraguai com Horacio Cartes (2013) e seu sucessor Mario Abdo Benítez (2018); de Mauricio Macri na Argentina (2015), estando previsto para 27 de outubro de 2019 novas eleições presidenciais e, ainda, a vitória da oposição ao chavismo nas eleições para o Poder Legislativo venezuelano (2015). Além disso, ocorreu a suspensão da Venezuela do MERCOSUL, em agosto de 2017, por “ruptura da ordem democrática” pelo governo de Nicolas Maduro com fundamento nos arts. 4º a 6º do *Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático* (MERCOSUL, 2019), aprofundando as instabilidades no bloco.

Ademais, a partir de 2014, as turbulências no cenário político brasileiro culminaram com a chegada ao poder, em 2016, do Presidente Michel Temer cujo governo (2016-2018) careceu de legitimidade jurídico-política culminando com a vitória da direita conservadora ao eleger Jair Bolsonaro para a Presidência da República (2019-2022). Em poucos meses no poder, este governo já demonstrou que foi eleito para atender aos anseios do capital global mediante a adoção de medidas de cunho neoliberal e restritivas aos direitos sociais como, por exemplo, cortes orçamentários nas verbas da educação pública, liberalização do uso de armas mediante decreto de natureza inconstitucional, proposta de reforma previdenciária semelhante ao caso chileno etc.

Então, o desmonte dos direitos laborais, ocorrido nas últimas décadas sob a influência do Consenso de Washington, agora se agrava pelo fortalecimento de governos latino-americanos mais alinhados com a globalização neoliberal. Os governos de “esquerda” se perderam numa série de escândalos de corrupção, possibilitando “[...] *la elección de Mauricio Macri en Argentina, los golpes de Estado en Paraguay y en Brasil, y la elección de Donald Trump en los Estados Unidos, para citar solamente algunos ejemplos [...]*” (DUDIUK;

PRADO, 2018, p. 14), sendo o ‘giro’ à direita conservadora no continente latino-americano que impulsiona atualmente a desconstrução dos direitos sociais e laborais.

É necessário evidenciar que a institucionalização do Direito do Trabalho no Brasil teve início em 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, mas foi se aperfeiçoando até 1945, havendo a maior tutela jurídica dos direitos sociais e laborais. Recentemente, atendendo aos anseios do capitalismo financeiro global, houve a “reforma” trabalhista (Lei nº 13.467/2017) que alterou vários artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452/1943) no intuito de esvaziar os direitos sociais laborais conquistados pelos cidadãos trabalhadores nos últimos séculos.

À título exemplificativo, no Direito Individual do Trabalho, destaca-se o contrato de trabalho intermitente (art. 443, §3º da CLT) que possui jornada de trabalho e salário variáveis (BRASIL, 2019), compreendendo períodos de atividades e inatividades não previamente estabelecidos entre o empregado e o empregador - independentemente do ramo da atividade econômica -, causando total incerteza aos obreiros se o seu trabalho será requisitado ou, ainda, o valor efetivo da remuneração recebida ao final do mês, violando o princípio *tutelar* da proteção laboral.

Outra modificação decorrente da “reforma” foi o termo anual de quitação do contrato de trabalho (art. 507-B da CLT) que facultou aos empregados e empregadores, na vigência ou não do contrato de trabalho, dar quitação anual das obrigações trabalhistas devidas (BRASIL, 2019). É notório que os empregados, na condição de parte hipossuficiente da relação empregatícia, serão compelidos à assinatura anual deste termo de quitação das verbas trabalhistas a fim de manterem seus postos de trabalho, principalmente em razão do número expressivo de desempregados atualmente existente no país, ainda que discordem dos valores a serem quitados ou na pendência de obrigações trabalhistas não pagas. Logo, caberá ao empregado hipossuficiente a prova da ocorrência de possível erro, dolo ou coação na assinatura deste termo de quitação, estimulando a proliferação de abusos e práticas ilícitas por parte daqueles empregadores que agem de má-fé.

No campo do Direito Coletivo do Trabalho, a “reforma” promoveu o enfraquecimento dos sindicatos, muito ao contrário do que foi alardeado, pois tornou facultativa a cobrança da contribuição sindical sem outra contrapartida financeira (art. 579, CLT); permitiu a realização de banco de horas, prorrogação e compensação de jornada (art. 59, CLT) e jornada de trabalho

12x36 (art. 59-A, CLT) por acordo individual, esvaziamento a atuação sindical; extinguiu a homologação sindical das rescisões contratuais de empregados com mais de um ano de vigência de contrato de trabalho pela revogação do §1º do art. 477, CLT; dispensou a autorização prévia do sindicato para as dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas (art. 477-A, CLT), dentre outras situações (BRASIL, 2019).

Em síntese, vivencia-se no Brasil etapa sombria de desmonte da estrutura de bem-estar social e de direitos sociais, principalmente no trabalho, que vem sendo empreendida sob os auspícios da globalização econômica neoliberal que está esvaziando e anulando a dignidade da pessoa humana em prol de interesses das elites econômicas e políticas que estão no poder.

Na Argentina a situação de desmonte dos direitos laborais também está presente. O Direito do Trabalho consolidou-se no início século XX sob a influência das lutas operárias por condições de trabalho mais dignas. Segundo Antunes (2011, p. 23), em 1943, Juan Domingo Perón assumiu a Secretaria de Trabalho, sendo:

[...] linha divisória na relação entre o Estado e o movimento operário, por meio de um complexo processo de apoio e cooptação que tinha como contrapartida a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, bem como a institucionalização dos direitos sociais do trabalho.

A legislação laboral protetiva dos trabalhadores na Argentina foi sufocada com o golpe militar de 1976, retomando sua evolução com as eleições democráticas do Presidente Raúl Alfonsín, em 1983, com a ajuda da Confederação Geral do Trabalho (CGT) que manteve relacionamento com os governos seguintes, inclusive o de Carlos Menem (TOPET, 2019).

Atualmente, a legislação laboral argentina é esparsa e fragmentada, destacando-se principalmente a Lei de Contrato de Trabalho (LCT): Lei nº 20.744/1974 que previu as modalidades de contratação. Há também a Lei nº 11.544/1929 de Jornada de Trabalho, a Lei nº 24.557/1995 de Riscos do Trabalho, a Lei nº 24.013/91 sobre Emprego, a Lei nº 25.013/1998 de Reforma Laboral, a Lei nº 25.877/2004 de Regime Laboral etc. (ARGENTINA, 2019). De acordo com Villarino (2012, p. 17):

A regra geral no Direito Trabalhista argentino é que o contrato de trabalho é celebrado por tempo indeterminado. Nesse sentido, o ônus da prova de que o contrato não foi celebrado por tempo indeterminado cai sobre o empregador. O contrato de trabalho por tempo indeterminado não exige formalidade de celebração alguma, podendo ser celebrado, ainda, sem contrato por escrito e ficando configurado pelo mero cumprimento de tarefas.

Desde a década de 1990, o direito laboral argentino também está sofrendo reformas flexibilizadoras para a redução de direitos trabalhistas como a Lei nº 25.877/2004 que introduziu aspectos flexibilizadores na legislação trabalhista argentina, precarizando o contrato de trabalho e reduzindo a proteção do trabalhador como, por exemplo, ao estabelecer período de prova de três meses para os contratos por prazo indeterminado (art. 92 bis da LCT). Qualquer das partes poderá extinguir a relação de trabalho durante esse lapso temporal sem justificar a causa, sem direito a indenização pela extinção contratual, porém com obrigação de pré avisar a parte contrária (arts. 231 e 232 da LCT) (ARGENTINA, 2019).

Além dos contratos por prazo indeterminado (mais benéficos aos trabalhadores), a legislação laboral argentina permitiu a realização de contratos a tempo parcial (art. 92 ter da LCT), contratos por prazo determinado ou prazo fixo (arts. 93 a 95 da LCT), contratos de trabalho de temporada (arts. 96 a 98 da LCT), contratos de trabalho eventuais (arts. 99 a 100 da LCT) e contratos de trabalho de grupo ou por equipes (arts. 101 a 102 da LCT) (ARGENTINA, 2019).

Tais modalidades contratuais possuem como características gerais a contratação dos trabalhadores por períodos mais curtos de tempo, apresentam situações de imprevisibilidade extremamente desfavoráveis aos obreiros, que assumem os riscos das atividades econômicas ao invés de seus empregadores, consubstanciando-se em contratos precários. Sobre o trabalho eventual, a Lei nº 24.013/1991 substituiu o art. 99 da LCT pelos arts. 68 a 74 (ARGENTINA, 2019), trazendo maior flexibilidade à contratação por esta modalidade. Segundo Barros (2011, p. 153), esta lei:

[...] exige o redimensionamento do Ministério do Trabalho e da Seguridade Social, e a diminuição que autoriza as contribuições patronais em relação a certas modalidades contratuais, exacerba a crise da Seguridade Social, acelerando o esgotamento do sistema [...]. O autor Slavin<sup>9</sup>, nas duras críticas à lei em causa, acentua que a ideia central de criar novos empregos não pode ser alcançada por meio de leis, mas sim pela formulação e desenvolvimento de uma adequada política de estímulo ao emprego, buscando a máxima utilização dos recursos humanos e econômicos e não pelas vias escolhidas, que mais provavelmente levarão o empregador a substituir seus empregados permanentes por trabalhadores precários, de custo trabalhista mais baixo, desconhecendo o princípio tutelar da legislação do trabalho.

Desse modo, a regulação contratual do trabalho na Lei de Contrato de Trabalho argentina e suas posteriores alterações objetivaram a redução dos direitos sociais laborais,

---

<sup>9</sup> SLAVIN, Luis Pablo. *Análisis crítico de la ley nacional de empleo*. Buenos Aires: Depalma, 1992, p. 112-113 [nota do autor].

diminuindo a intervenção do Estado e concedendo maior autonomia e liberdade aos empregadores para contratar os trabalhadores por períodos mais exíguos sem a correspondente garantia de manutenção do emprego, de salário e de previsibilidade no exercício da jornada de trabalho.

Ademais, há perspectivas de aprovação de uma “reforma” trabalhista na Argentina – inspirada no modelo brasileiro – pelo Presidente Mauricio Macri<sup>10</sup> que já vem adotando medidas em favor exclusivamente do empresariado como a redução do valor de multas de empresas que contratem trabalhadores de forma irregular, dificultando o desenvolvimento de agendas social e laboral para o MERCOSUL.

Tal situação certamente se coaduna com os ataques impostos ao Direito do Trabalho pelo capitalismo financeiro global, pois, em desconformidade à promoção e garantia do trabalho digno, foram adotados “[...] *contratos de arrendamiento de servicios en lugar de contratos de trabajo, la supuesta contratación de trabajadores constituidos en ‘empresas unipersonales’ y diversas formas de subcontratación y tercerización [...]*” (URIARTE, 2006, p. 08), expulsando o trabalhador da proteção das normas laborais.

Por seu turno, a Venezuela passa por profunda crise política com a vitória da oposição ao chavismo nas eleições legislativas, em 2015, que se agravou, a partir de janeiro de 2019, pela declaração de Juan Guaidó, então Presidente da Assembleia Nacional, como Presidente Interino do país, alegando que Nicolás Maduro fraudou as eleições para se manter no poder até 2025. A crise econômica também é grave porque se originou, inicialmente, da queda dos preços do petróleo a partir de 2014 no mercado internacional, pois era o principal produto que sustentava a economia venezuelana a qual se “desindustrializou” ao longo dos anos, ficando dependente da venda desta *commodity* no mercado internacional. O país também enfrenta inflação galopante e desabastecimento de produtos e alimentos para a população.

Tais situações agravaram a pobreza, a fome e o desemprego no país, impulsionando a migração de venezuelanos para outros países do Continente Latino-americano, principalmente

---

<sup>10</sup> Segundo Borón (2019), “com o governo de Mauricio Macri, a Argentina passou por uma dupla involução. Por um lado, a transição de uma democracia capitalista limitada para um regime semi-autoritário, uma ‘democradura’. Macrismo é um híbrido que, em diferentes proporções, dependendo do caso, combina certas características de uma ditadura com as formalidades de uma democracia puramente eleitoral. Por outro lado, uma segunda transição de um estado soberano para um semicolonial, pronto a obedecer aos mandatos emanados de Washington, alinhando-se incondicionalmente com a política externa dos Estados Unidos e, recentemente, estabelecendo um aberrante co-governo entre a Casa Rosada e o FMI”.

o Brasil em razão de a Venezuela integrar o MERCOSUL desde 2012. Não se pode olvidar que a migração internacional representa o “tendão de Aquiles” no contexto da integração regional ao envolver diretamente a circulação de pessoas no bloco, sobretudo por razões econômicas, pois sempre ocorre o “deslocamento de contingentes humanos para áreas em que o sistema produtivo concentra maiores ou melhores oportunidades de emprego” (VESENTINI, 1997, p. 220). Quando se analisa a circulação de pessoas no MERCOSUL, verifica-se que há o predomínio da *migração de trabalhadores* que buscam melhores condições de vida e de trabalho do que possuem em seu país de origem, sobretudo por influência de facilidades advindas do processo de integração regional.

Segundo pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIG, 2018), os migrantes venezuelanos são majoritariamente jovens (72% do total entre 20 e 39 anos), homens (63%) e solteiros (54%), sendo a crise econômica e política o principal motivo para emigrar, segundo 77% dos entrevistados. Os imigrantes venezuelanos apresentam bom nível de escolaridade, pois 78% possuem nível médio completo e 32% superior completo ou pós-graduação, mas apresentam pouco conhecimento da Língua Portuguesa e muitos não estudam o idioma (CNIG, 2018).

Com relação ao emprego, a pesquisa evidenciou que 60% dos migrantes venezuelanos possui alguma atividade remunerada, sendo 28% formalmente empregados. Eles atuam principalmente nos seguintes ramos de atividades: comércio (37%), serviço de alimentação (21%) e construção civil (13%). Além disso, 51% dos trabalhadores migrantes recebem menos de um salário mínimo, 44% recebem entre um e dois salários mínimos e apenas 5% indicaram receber mais de dois salários mínimos. Mais da metade dos migrantes entrevistados (54,2%) utilizam seus rendimentos para enviar remessas monetárias (de R\$ 100,00 a R\$ 500,00) para cônjuge e filhos na Venezuela com a finalidade de ajudar no sustento de seus familiares (CNIG, 2018).

Em face do caos social em que se encontram os migrantes venezuelanos no Estado de Roraima, o governo federal brasileiro estabeleceu medidas de assistência emergencial para o acolhimento dessas pessoas, alegando fluxo migratório provocado por crise humanitária. Porém, entende-se que tal situação não decorre simplesmente de uma crise humanitária localizada na Venezuela, mas tem origens mais profundas, sobretudo em razão da *ausência de ações e políticas coordenadas e harmônicas* entre os Estados-membros do MERCOSUL, desde as origens do bloco, para a implementação, de paulatina e efetiva, integração social e trabalhista.

Em razão das assimetrias apontadas no âmbito do MERCOSUL e de seus Estados-Partes – principalmente Argentina, Brasil e Venezuela ora analisados -, há sérios entraves para avanço da integração regional das relações de trabalho, em especial para a concretização do trabalho digno.

#### 4 CONCLUSÃO

A integração regional no MERCOSUL está inserida num contexto mais amplo de mudanças jurídicas, políticas e econômicas e nas relações internacionais ocorridas no cenário mundial a partir do século XX. Tal conjuntura concorreu para a progressiva inserção dos direitos humanos nas ordens jurídicas contemporâneas a fim de resguardar a pessoa humana e sua dignidade. A partir de 2012, o regionalismo pós-liberal influenciou os países latino-americanos e o MERCOSUL no avanço da agenda social.

À luz do regionalismo pós-liberal, o MERCOSUL efetivou algumas ações para a ampliação de sua agenda social (criação do FOCEM, do ISM, do IPPDH, da UPS, do PARLASUL etc.), porém, a *integração regional nas relações de trabalho* não avançou no bloco. Na atualidade esta situação se agrava em razão do giro à direita adotado na maioria dos Estados-Partes do MERCOSUL com a implementação de reformas flexibilizadoras para a redução de direitos sociais e trabalhistas, em especial no Brasil e na Argentina.

A Venezuela está em profunda crise democrática e social impulsionando as pessoas a deixarem o país na condição de migrantes. Não se trata de *crise humanitária*, mas de crise com origens mais profundas no próprio processo de integração regional do MERCOSUL que não implementou *ações e políticas coordenadas e harmônicas* entre os Estados-membros para o avanço efetivo da integração social e trabalhista. Inexistem, até o momento, políticas públicas comuns e articuladas entre os Estados-Partes orientadas para o fomento ao trabalho, a proteção ao desemprego e aos trabalhadores migrantes associadas ao desenvolvimento econômico com equidade.

Não há **nenhum regulamento ou normativa comunitária sobre os direitos sociais trabalhistas** e os mecanismos para sua concretização conjunta no bloco, havendo apenas a tomada de ações e decisões de modo individual por cada Estado-parte em busca da concretização do *trabalho digno* e da *Agenda de Trabalho Decente* proposta pela OIT aos seus membros, o que inclui o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela. Há também



assimetrias na legislação trabalhista interna dos Estados-Partes do MERCOSUL (MARTINS, 2017, p. 147-175), inviabilizando a harmonização dessas normas para a regulamentação dos direitos sociais laborais, inclusive dos migrantes, dificultando a integração regional nas relações de trabalho.

Tais entraves são em parte explicados porque se conformou no MERCOSUL o sistema intergovernamental de tomada de decisões exigindo o consenso e a presença de todos os Estados-Partes, dificultando os avanços institucionais e impedindo a consolidação do direito comunitário fundamentado na supranacionalidade. Os Estados-Partes também não são obrigados a incorporarem as normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL - *Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio* -, havendo discricionariedade de cada Estado na transposição dessas normas ao seu direito interno.

O trabalho digno – enquanto direito humano - é indissociável do respeito à dignidade humana do trabalhador, devendo concretizado pelos Estados mercosulistas em políticas públicas de trabalho comuns e articuladas, inclusive com o auxílio dos particulares e da sociedade civil o fomento ao trabalho e a proteção do desemprego no bloco. Porém, esse trabalho digno expresso no sistema jurídico não consegue se efetivar no processo de integração regional do MERCOSUL.

Então, em razão das assimetrias apontadas no bloco mercosulista e entre seus Estados-Partes – principalmente Argentina, Brasil e Venezuela ora analisados -, há sérios entraves para avanço da integração regional das relações de trabalho. Tal situação vem se repetindo com frequência no contexto de outros processos de integração regional em função da globalização econômica neoliberal e da retomada de um “giro à direita” nos governos de vários países, inviabilizando a concretização do trabalho digno.

Enfim, são complexos os fatores que envolvem a questão do trabalho assalariado nas diversas partes do globo terrestre, mas, no intuito de enfrentar a globalização neoliberal que avança na América Latina, é imperioso o “transbordamento” do desenvolvimento econômico para as áreas sociais, principalmente envolvendo o trabalho humano e a migração de trabalhadores, no intuito de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais rumo a uma integração regional mais solidária pautada, senão todo o processo se esvanecerá.

## 5 REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Información legislativa y documental**. Disponível em: <http://www.infoleg.gob.ar/>. Acesso em: 19 abr. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**, 3. ed., trad. Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira, Livraria Clássica Editora: Lisboa, 1961.

BARROS, Cassio Mesquita. **Perspectivas do direito do trabalho no MERCOSUL**. São Paulo: LTr, 2011.

BATTAGLIA, Felice. **Filosofia do trabalho**. Tradução de Luís Washington Vita e Antônio D'Elia, São Paulo: Saraiva, 1958.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**: uma resenha, *in*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, v. 1, Rio de Janeiro: COFECON/Record, 2000, p. 13-68.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm). Acesso em: 11 set. 2019.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX, trad. Nathanael C. Caixeiro, 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Trabalho decente**, São Paulo: LTr, 2004.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Celso Lafer, nova ed., 5. reimpr., Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004.

BORON, Atílio. **As involuções da Argentina de Macri**. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/317235-1>. Acesso em: 19 abr. 2019.

DUDIUK, Pedro e PRADO, Silvio. **Introdução**, *in*: AMARAL, Fernanda Pattaro [et. al.]. (Comp.). **El desangramiento latinoamericano**: un panorama político contemporáneo sobre la

reorganización y la reconfiguración del estado neoliberal. Barranquilla: Corporación Universitaria Americana, 2018.

MARTINS, Juliane Caravieri. **Trabalho digno e direitos humanos em tempos de globalização**: perspectivas para a América Latina. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

MENDONÇA JÚNIOR, Wilson. O regionalismo pós-liberal na América do Sul, **Revista Conjuntura Internacional**, v. 11, n. 1, Belo Horizonte, 2014, p. 18-24.

MERCOSUL. **Documentos e normativa**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/>. Acesso em: 08 jul. 2019.

OIT. **Trabalho decente nas Américas**: uma agenda hemisférica (2006-2015). Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS\\_226226/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_226226/lang--pt/index.htm). Acesso em: 17 jun. 2019.

PIRES, Julio Manuel e COSTA, Iraci del Nero da (Orgs.). **O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas**, São Paulo: EDUC: FAPESP, 2010.

SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi e RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo (Coords.). El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos, **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**, CRIES, Buenos Aires: Argentina, 2012.

USP. **Biblioteca virtual de direitos humanos**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

TOPET, Pablo Arnaldo. **Breve historia del derecho del trabajo en la República Argentina**. Disponível em: <http://www.fundacion.uocra.org/documentos/recursos/articulos/Topet-Breve-historia-del-derecho-del-trabajo-en-la-Republica-Argentina.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.

URIARTE, Oscar Ermida. La nueva legislación laboral uruguaya, **IUSLabor**, University Pompeu Fabra, Barcelona, n. 4, 2006, p. 01-09.

VILLARINO, Frederico. **O direito do trabalho individual na Argentina**, in: ZIMMERMANN, Lucia Vidigal (Org.). **O direito do trabalho individual**: Argentina, Brasil, Uruguai. São Paulo: LTr, 2012.

VESENTINI, José Willian. **Brasil**: sociedade e espaço, São Paulo: Ática, 1997.

Recebido em: 23/11/2018

Aprovado em: 08/08/2019

Publicado em: 09/10/2019

## A TRÍPLICE FRONTEIRA COMO REGIÃO: DIMENSÕES INTERNACIONAIS

### *THE TRIPLE BORDER AS REGION: INTERNATIONAL DIMENSIONS*

Heloisa M. Gimenez<sup>1</sup>  
Marcelino T. Lisboa<sup>2</sup>  
Micael A. Silva<sup>3</sup>  
Mamadou A. Diallo<sup>4</sup>

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil

**Resumo:** este artigo propõe a compreensão da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai (TF) como região internacional, em duas dimensões: local e global. A primeira diz respeito à articulação do território fronteiro compartilhado pelos três Estados por meio de infraestrutura e fluxos de pessoas e mercadorias, criando uma dinâmica local de característica internacional. A segunda refere-se à contemporânea menção da TF como região relacionada aos novos temas da agenda internacional, devido aos desdobramentos dos fluxos de pessoas e mercadorias. O artigo vale-se de uma reflexão conceitual, de dados históricos e de uma contextualização do caráter dos fluxos verificados em consonância com a agenda internacional.

**Palavras-chave:** Tríplice Fronteira; Região Internacional; Argentina; Brasil; Paraguai.

**Abstract:** This article proposes the comprehension of the Triple Frontier Argentina-Brazil-Paraguay (TF) as an international region, in two dimensions: local and global. The first one concerns the articulation of the border territory shared by the three States through infrastructure and flows of people and goods, which creates a local dynamic of international character. The second one refers to the contemporary mention of the Triple Frontier as a region related to the new themes of the international agenda, due to the unfolding of the flows of people and goods. The article uses a conceptual reflection, historical data and a contextualization of the character of the verified flows in consonance with the international agenda.

**Keywords:** Triple Frontier; international region; Argentina; Brazil; Paraguay.

---

<sup>1</sup> Doutora em Relações Internacionais (UnB), docente da Unila e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Tríplice Fronteira (GTF/Unila).

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política (UFRGS), docente da Unila e pesquisador do Grupo de Pesquisa Tríplice Fronteira (GTF/Unila).

<sup>3</sup> Doutor em História (USP), docente da Unila e líder do Grupo de Pesquisa Tríplice Fronteira (GTF/Unila).

<sup>4</sup> Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS), docente da Unila e pesquisador do Grupo de Pesquisa Tríplice Fronteira (GTF/Unila).

*Aqui vai o Rio Iguaçu  
E aqui vem o Paraná [...]  
Argentina, Paraguai, e aqui é Brasil  
Essa divisão aconteceu depois que o branco veio, quando houve a guerra [...]  
Pra brigar com o Paraguai passavam o rio, aí começou a divisa  
Aí começaram a registrar como três fronteiras [...]  
Fazer documento, fazer levantamento pra registrar que existem três fronteiras  
Pra eles [...]  
Pra nós não, não tem fronteira, aonde a gente vai a terra é uma só (GUATAHA, 2014)<sup>5</sup>*

## 1 INTRODUÇÃO

As sociedades e Estados que *fazem a fronteira* hoje, o fazem sobre solo que nem sempre as conheceram. Ainda que os limites, a separação, a definição do ‘outro’ e do diferente, tenham sido temas importantes no contato entre diferentes povos ao longo dos tempos e componham a gênese do Estado-nação moderno, a fronteira ora em questão diz respeito a um território caracterizado pelas relações de poder que dele se revelam, e por uma história recente, mais jovem que os três países desta intersecção.

O objetivo deste artigo é propor a compreensão da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai (TF) como uma região internacional em duas dimensões. Na dimensão local, trata-se de uma região internacional articulada sobre a qual atuam fluxos de pessoas e mercadorias em larga escala. Na dimensão global, trata-se de uma região periférica para a geopolítica mundial, mas inserida na agenda de segurança internacional por conta dos desdobramentos dos fluxos de pessoas e mercadorias.

Essa argumentação está distribuída em quatro seções do artigo. A primeira delas aborda as questões conceituais relativas à fronteira para construir a concepção da região internacional de fronteira; em um debate sobre espacialidade, a partir de uma revisão bibliográfica, explana-se sobre limite, área de interação, níveis local, regional e internacional, papel do Estado e procedimentos por ele desenvolvidos para a compreensão do papel das

---

<sup>5</sup> Trecho de depoimento de indígena Guarani – desalojado da aldeia Jacutinga em razão do enchimento do reservatório de Itaipu – sobre a história da Tríplice Fronteira, em entrevista ao documentário Guataha (2014), aos 23-26 min.

fronteiras ao longo do tempo. A seção seguinte ocupa-se de descrever a conformação da TF no que se compreende ser seu segundo momento de conformação; a partir da década de 1950 até os dias de hoje, recupera-se as ações e investimentos na infraestrutura da região por parte de cada um dos três países, bem como os acordos internacionais ali presentes. A seção que se ocupa da inserção da TF na agenda internacional partirá da sua inserção em um debate emergente sobre as fronteiras nas Américas ao final da Guerra Fria, quando os fluxos de pessoas e mercadorias ascendem o debate sobre a globalização e o papel do Estado naquele contexto. Na sequência, dedica-se uma seção à TF no século XXI, quando esta se destaca com relação aos temas de segurança, criminalidade internacional e terrorismo.

Ao resgatar e reunir informações que caracterizam a interseção de Argentina, Brasil e Paraguai em uma região de fronteira internacional, mobilizando perspectivas teóricas acerca de região de fronteira, *borderland*, fronteira manejada, etc., busca-se contribuir para um arcabouço teórico específico sobre a TF, ainda incipiente.

## **2 QUESTÕES CONCEITUAIS: REGIÃO INTERNACIONAL DE FRONTEIRA**

As fronteiras podem ser entendidas como linhas que marcam limites entre um território e outro, ou então como regiões mais amplas, que compreendem o território contíguo onde se localizam tais limites territoriais. A ideia de fronteira e limite, na visão do geógrafo Jacques Ancel, está presente desde a existência das sociedades primitivas, grupos isolados que ao se encontrarem estabeleciam uma fronteira instável e imprecisa, como limite de suas competências (CARVALHO, 1939). Mais tarde, essa noção de limite se traduziria nas fronteiras estabelecidas com a consolidação do Estado-nação moderno.

O senso político que as fronteiras assumiram ao longo da história é fruto do período de formação do Estado-nação moderno (FERRARI, 2014), quando não eram mais suficientes as mais ou menos largas faixas de fronteira como forma de demarcar o limite da soberania de cada unidade do sistema internacional. Após a formação do sistema de Estados, as fronteiras passaram a ser a moldura do ‘container de poder’ (GIDDENS, 1981) formado pelos Estados-nação, sendo que o seu estabelecimento ou a sua modificação tornaram-se um

processo no interior das sociedades, considerando as relações de vizinhança (MARTIN, 1998). Esta é uma discussão concernente à definição de fronteira como o limite da soberania de um Estado.

Flores (2014) aponta que, mais que início e fim de territórios contíguos, as fronteiras são espaços ambíguos, tanto de interação quanto de contato. Ao abordar o que denomina de “*fronteira manejada*”, ressalta que para compreender as dinâmicas das fronteiras, é necessário reduzir a escala de análise, mas sem perder a noção macro dimensional, como as ações do Estado ou os contextos históricos mais amplos. Além disso, aponta que o limite nacional pré-estabelecido é reconhecido pelos habitantes e cumpre uma função concreta em suas vidas, mantendo sempre presente a ideia do outro ou do estrangeiro. Apesar disso, a presença da burocracia do Estado não constitui um obstáculo intransponível para as relações transfronteiriças, pois a fronteira não é um dado fixo, estando sempre sujeita a alterações e ressignificações que incidem na variação das relações constituídas nesse espaço.

A região de fronteira, nesse mesmo sentido, refere-se à zona próxima das fronteiras nacionais (GIELIS e VAN HOUTUM, 2012) ou a zona geográfica de contato e integração da população fronteiriça, caracterizando uma área de interação (FERRARI, 2014). A formação de tal região é o resultado de processos que operam em diferentes níveis e envolvem uma relação dialética entre as sociedades locais e os espaços territoriais definidos pelas linhas limite. Para Kossolov e Scott (2013), trata-se de um processo regional, que envolve a cooperação transfronteiriça, projetos políticos de construção desses lugares, práticas econômicas, dinâmicas sociais e culturais.

Para Chris Rumford, a ideia de *borderland*, que se aproxima de região de fronteira, é um elemento importante ao se teorizar as fronteiras, porque sinaliza a espacialidade concernente às fronteiras, que têm seu próprio espaço, caracterizando-se por serem zonas de trocas, conectividade e segurança (RUMFORD, 2006). Adicionalmente, entende-se que o conceito de *borderland* além da questão espacial apontada por Rumford, incorpora também as atividades humanas que ocorrem nesse espaço e os processos sociais mais amplos que enquadram as ações dos indivíduos, como as forças de mercado, as atividades de governo e a cultura política da região (BRUNET-JAILLY e DUPEYRON,



2007). Assim, o conceito de *borderland* apontado pelo elemento espacial somado ao elemento dinâmico (Rumford, 2006; Brunet-Jailly e Dupeyron, 2007) aproximam-se consideravelmente da ideia de região de fronteira como zona de interação próxima aos limites nacionais, resultado das relações locais entre diferentes níveis (Gielis e Van Houtum, 2012; Kossolov e Scott, 2013; Ferrari, 2014; Flores, 2014).

Bouzas reforça essa ideia, apontando que as regiões de fronteiras têm a função de espaço de trocas e cooperação, com atividades econômicas, políticas e culturais, realizadas em nível local, regional ou nacional, dependendo sempre da influência do Estado sobre a região e do controle sobre as suas fronteiras (BOUZAS, 2012). A confluência de diferentes regras, procedimentos e taxas em cada Estado, cria oportunidades de mercado, legal e ilegal, nas regiões de fronteira. Quando os Estados definem que uma atividade é ilegal, criam um prêmio a quem decide correr o risco de realizar a atividade, levando atores interessados em obter tal lucro a realizarem a atividade ilícita (JASKOSKI, SOTOMAYOR e TRINKUNAS, 2015). Dessa forma, a ação do Estado está presente tanto na fronteira como linha limítrofe, como na dinâmica política, social e econômica da região de fronteira.

Com a globalização, caracterizada pelo aprofundamento da integração entre os Estados, em diversos temas e em diversos níveis, o papel dos Estados nas relações internacionais alterou-se e as fronteiras foram afetadas por esse fenômeno. Conforme Parker e Adler-Nissen (2012), abordagens mais radicais chegaram a apontar que, com a globalização, estavam contados os dias da existência do Estado, rumo a um mundo sem as fronteiras. O fenômeno da globalização, nessa visão, estava tornando as fronteiras crescentemente obsoletas (BOUZAS, 2012). Outras abordagens apontaram que o papel do Estado seria diversificado e alterado, considerando as novas circunstâncias impostas pela globalização, o mesmo valendo para as fronteiras, tanto como linhas divisórias, como na condição de região de interação. A segunda abordagem foi a que prevaleceu, visto que as características das fronteiras e o papel dos Estados alteraram-se, mas os Estados permaneceram como principais atores do cenário internacional e as fronteiras seguiram existindo (PARKER e ADLER-NISSEN, 2012).

A ideia de que as fronteiras estavam desaparecendo ou tornando-se obsoletas,

por conta da necessidade de redução das barreiras à circulação de bens, pessoas, capitais e informações, deve ser contrastada com o constante fenômeno das questões de poder, segurança e identidade, que intermediam ou reforçam o papel das fronteiras como barreiras (BOUZAS, 2012). Atitudes como o aumento do controle em regiões de fronteira e a deportação de migrantes ilegais são fenômenos presentes na dinâmica das regiões de fronteira no século XXI, em parte por influência da chamada guerra ao terror. Isso ocorre porque, a despeito da abertura das fronteiras pela liberalização econômica, existem estrutura regulatórias para prevenir e monitorar atividades ilegais (JASKOSKI, SOTOMAYOR e TRINKUNAS, 2015), notadamente aquelas ligadas às questões de segurança.

As ligações entre abertura de fronteiras, comércio, segurança e atividades ilegais são difíceis de resolver. Quando a paz internacional e o aumento do comércio ocorrem juntos, emergem vários tipos de conflitos, incluindo desafios à segurança, impostos pelo comércio ilícito e pelo terrorismo transnacional. Nessa perspectiva, a utilização de fronteiras abertas por atores ilícitos depende da paz nas fronteiras, como meio para assegurar uma tranquila transação econômica (JASKOSKI, SOTOMAYOR e TRINKUNAS, 2015). Muitas regiões de fronteira no mundo tornaram-se porosas (BOUZAS, 2012) e passaram a ser espaço de uma variedade de atores, públicos e privados, que podem ser legítimos, ilegais ou criminosos. Com essa permeabilidade das fronteiras, novos desafios foram colocados, tais como os fluxos terroristas transnacionais (KACOWICZ, 2015).

A partir dessa reflexão conceitual, entende-se aqui a fronteira em sentido ampliado à noção de limite, detentora de inúmeras possibilidades de interações sociais e Estatais, locais e globais, em fluxo permanente. Assim, considera-se importante a caracterização da fronteira como região internacional, noção que pode ser valiosa para ações internas aos Estados e para se pensar e fazer política internacional. A seguir, essa compreensão será aplicada na exposição e análise da Tríplice Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai.

### 3 CONFORMAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Nesse texto a Tríplice Fronteira é tratada partindo do período posterior à definição das fronteiras através de tratados internacionais<sup>6</sup>. Identifica-se cronologicamente duas etapas históricas que se considera que foram os marcos de formação da região da Tríplice Fronteira. A primeira etapa, da parte final do século XIX a meados dos anos 1950, refere-se à ocupação do espaço pelos Estados, com a fundação das primeiras cidades e com a construção de vias terrestres de acesso. A segunda etapa, do final dos anos 1950 até os anos 1990, refere-se ao investimento na infraestrutura, que levou a região ao desenvolvimento e à inserção no mundo pós-Guerra Fria como uma região de fronteira, presente na agenda internacional. Este trabalho tem como foco a segunda etapa.

No limiar dos anos 1960, as três partes da Tríplice Fronteira contavam com rodovias de acesso e cidades estabelecidas. Ainda que tais rodovias carecessem de pavimentação e que o povoamento e urbanização da região estivessem em processo inicial, o final dos anos 1950 marca o ponto histórico de inflexão que assinala o fim de uma fase de ocupação do espaço geográfico. Embora houvesse, obviamente, uma dinâmica social, econômica e política nesse espaço territorial, foi a partir dos anos 1960, com investimentos em infraestrutura, que passou a se formar a ‘região de fronteira’ cujos traços moldaram a realidade da Tríplice Fronteira do século XXI.

Cabe destacar que nesse período houve também importantes movimentos migratórios ligados às questões agrárias no Paraguai. Nogueira e Clemente (2011) argumentam que na década de 1960, os fluxos migratórios tiveram motivações econômicas, por conta da redução do preço das terras no Paraguai, atraindo trabalhadores rurais brasileiros e argentinos para o país. Além desse movimento, houve também migrações internas de tipo

---

<sup>6</sup> Referente ao histórico da definição de limites entre os três países, a fronteira entre Brasil e Paraguai foi determinada em 1872, pelo Tratado Cotegipe-Loizaga. Os limites entre Argentina e Paraguai – apesar de terem sido objeto de um tratado entre os países em 1876 – foram definidos pelo Laudo Arbitral de 1878, que resolveu as disputas territoriais de Formosa, Misiones e do Chaco Central, remanescentes da Guerra da Tríplice Aliança. A fronteira Argentina Brasil foi definida após a resolução da Questão de Palmas, pelo Laudo Arbitral de 1895, ratificado pelo Protocolo de 1898 e por ajustes realizados nas convenções complementares de 1910 e 1927 (VARGAS, 2017).

rural-rural no Paraguai (RIQUELME, 2005), em grande parte motivadas por legislações que fomentavam processos de intensificação da atividade rural e de colonização dos eixos norte e leste do país<sup>7</sup>. No entanto, não era somente a questão agrária que se apresentava em mudança com as políticas paraguaias, pois o crescimento da fronteira agrícola produziu alterações em toda a estrutura populacional das regiões afetadas, entre elas a Tríplice Fronteira.

Foi nesse contexto que desde o final dos anos 1950 marcou-se a colocação em marcha de acordos internacionais entre o Brasil e o Paraguai, que catalisaram as possibilidades de desenvolvimento da região. Em 1956 – após a chegada da *Ruta 7* (1955) e antes da fundação da principal cidade paraguaia da região, atualmente Cidade do Leste (1957) – os presidentes do Brasil e do Paraguai firmaram acordos para o estabelecimento, em Paranaguá, de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas e importadas pelo Paraguai (BRASIL, 1957) e um acordo para Cooperação do Estudo do Aproveitamento da Energia Hidráulica dos rios Acarai e Mondai. Em outubro de 1956, os presidentes dos dois países inauguraram, em solenidade realizada em Foz do Iguaçu, os trabalhos de construção da Ponte da Amizade (DORATIOTO, 2015), levando adiante o acordo anteriormente firmado e posteriormente homologado, no qual constava que os Governos do Brasil e Paraguai estavam empenhados em concretizar de uma ligação rodoviária efetiva entre os países (BRASIL, 1956).

A série de acordos internacionais, logo após a fase de ocupação da região, indica que a região estava na agenda de política externa dos países, principalmente do Brasil e do Paraguai. Os acordos foram efetivados, com a Ponte da Amizade sendo inaugurada em 1965, consolidando o eixo rodoviário entre Paranaguá e Assunção. Uma primeira e importante mudança nas relações entre os três países, foi que após a construção do acesso rodoviário entre Brasil e Paraguai, o comércio exterior entre os países aumentou e Brasil passou a ser o principal parceiro comercial paraguaio, em detrimento da Argentina (DORATIOTO, 2015). Certamente, este não é o único fator que explica o aumento das relações comerciais entre os dois países, mas obviamente é uma variável consideravelmente

---

<sup>7</sup> Destacam-se as leis 852 e 854 de 1963, que criaram o Instituto de Bemestar Social e estabeleceram o Estatuto Agrário, que através da legalização de terras ocupadas, para a produção rural, fizeram com que o número de propriedades rurais legalizadas no Paraguai saltasse de pouco mais de 130 mil em 1960 para mais de 258 mil em 1980 (RIQUELME, 2005).

importante na explicação de tal fenômeno.

Como marco da integração territorial da região na parte brasileira, a década de 1970 iniciou-se com a BR277, ligação de Paranaguá a Foz do Iguazu, totalmente pavimentada. Em 1972, a Argentina inaugurou o Aeroporto Cataratas, em Puerto Iguazú e em 1974 o aeroporto brasileiro mudou de local e de tamanho, saindo de uma região próxima ao centro da cidade para um local mais retirado. A necessidade de mudança do aeroporto brasileiro reflete as mudanças ocorridas na dinâmica da região nas três décadas anteriores, pois quando o antigo aeroporto foi inaugurado, estava longe o suficiente da aglomeração urbana existente e, em pouco mais de 30 anos, estava sendo cercado pela cidade, além de estar se tornando obsoleto em relação à sua capacidade.

Contudo, a grande mudança que ocorreu na década de 1970 e a obra que mais influenciou e gerou alterações na região foi a construção da usina hidrelétrica Itaipu Binacional. Um importante fator relativo à discussão sobre concepção de fronteiras vem à tona quando se trata da Itaipu. Trata-se das consequências das ações de um Estado, quando geram fatores não aceitáveis para outros Estados, o que é exemplificado no contencioso Itaipu-Corpus.

O caso Itaipu-Corpus refere-se ao posicionamento argentino, contrário à construção da Itaipu na fronteira entre Brasil e Paraguai, alegando que isso acarretaria uma alteração do regime hídrico do rio Paraná, à jusante da barragem, causando prejuízos à Argentina. Desde a assinatura do acordo entre Brasil e Paraguai, em 1957, o Estado argentino demonstrou preocupação com a questão, tendo sido um tema de discussão em reuniões presidências entre Argentina e Brasil desde 1961. Em 1965, a Argentina mobilizou os países do cone sul para realizarem, em conjunto, o aproveitamento dos recursos naturais da região, mas nenhuma ação concreta foi realizada (FERRES, 2004). A questão fundamental era que a construção da Itaipu, nos moldes planejados, inviabilizaria a operação da Hidrelétrica Corpus, que a Argentina tinha planos de construir futuramente.

A despeito dos embates que prosseguiram entre os três países, sem um entendimento final, foi formada em 1974 a entidade Itaipu, empresa internacional com a

incumbência de gerenciar a construção da usina (IPARDES, 1977). Nesse mesmo ano, as primeiras máquinas começaram a chegar à região e os trabalhos de construção iniciaram-se.

Em setembro de 1977, foram realizadas duas reuniões de caráter técnico, em Assunção, com representantes dos três países e em 1978 foram realizadas duas reuniões diplomáticas. De tais encontros, o resultado foi uma proposta para a resolução da questão, que culminou na celebração de um acordo em outubro de 1979. O acordo determinou especificações sob as quais Itaipu poderia operar, de maneira que o regime hídrico asseguraria a viabilidade operacional do reservatório da barragem da usina de Corpus, que o Paraguai e a Argentina tinham intenção de construir. Além disso, garantia que seriam mantidas as condições de navegabilidade do rio Paraná, bem como a condição aluvional para operação dos portos (BRASIL, 1979). A resolução da questão de Itaipu significou também um importante ponto de mudança na política externa, tanto brasileira quanto argentina, reduzindo as disputas conflituosas e inaugurando uma fase de maior cooperação (FERRES, 2004).

A Itaipu foi inaugurada em 1985, durante sua construção houve uma explosão demográfica que alterou as condições da Tríplice Fronteira, em parte pelo influxo demográfico atraído para a região, diretamente ligado à construção da obra, em parte pela chegada de um contingente proveniente do deslocamento por conta da inundação da barragem. Além disso, o contingente de trabalhadores no período da construção foi maior que 40 mil pessoas, enquanto na fase pós-construção não seriam necessárias mais que 5 mil pessoas para as atividades de operação (IPARDES, 1977). Assim, o crescimento induzido causado pela construção da Itaipu era um fenômeno com prazo de validade, pois ao fim da construção a força econômica motriz daquele período deixou de existir.

Para finalizar o conjunto de alterações, principalmente de infraestrutura, que ocorreram na região, em 1985 foi inaugurada a Ponte da Fraternidade, ligando Foz do Iguaçu à Porto Iguaçu, permitindo assim o acesso por via terrestre entre os três países e em 1993 foi inaugurado o Aeroporto Guaraní, no município de Mínga Guazú. Assim, no início da última década do século XX, a Tríplice Fronteira já se caracterizava por ser uma região de fronteira com cidades estabelecidas, formando uma conurbação internacional, contando com acesso por via terrestre pelos três países e com três aeroportos internacionais em um raio de cerca de 50

quilômetros.

Com essas características, a região chegou à fase final do século XX, quando a globalização, a redução das barreiras aos fluxos de bens, pessoas, capitais e informações passou a ser um fenômeno a ser considerado ao se analisar as fronteiras. No final do século XIX, a Tríplice Fronteira passou pela fase de definição de limites e, desde os anos 1890 até o início dos anos 1960, passou pela fase de apropriação e ocupação da região pelos Estados que legalmente tinham direito à sua posse. Entre os anos 1960 e início dos anos 1990, houve a consolidação do desenvolvimento da região, impulsionado pelas obras de infraestrutura, que trouxeram crescimento e urbanização, bem como as problemáticas deles decorrentes. Ao final do século XX, o próprio significado da fronteira passou a ser desafiado pelo fenômeno da globalização e as questões relativas ao comércio internacional e à defesa nacional passaram a ter o seu significado alterado, com o surgimento de novas ameaças características das regiões fronteiriças.

#### **4 INSERÇÃO NA AGENDA INTERNACIONAL**

Um recente estudo sobre as fronteiras nas Américas sugeriu que os maiores espaços em termos de circulação de bens e pessoas no continente possuem certas similitudes. Quer seja na fronteira do México com os Estados Unidos, na fronteira da Venezuela com a Colômbia ou na Tríplice Fronteira entre a Argentina, Brasil e Paraguai, o final da década de 1980 apresenta-se como um divisor de águas (JASKOSKI; SOTOMAIOR; TRINKUNAS, 2015). O recorte proposto coincide com o término da Guerra Fria e o consequente reajuste das relações econômicas e políticas mundiais que impactaram em uma nova agenda global para as relações internacionais. Naquele contexto, a região internacional de convergência entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai tornou-se ‘a Tríplice Fronteira’ especialmente por conta de questões associadas à nova agenda internacional emergida de um cenário de globalização da economia.

Em uma definição geral, globalização é sinônimo da diminuição de barreiras e de maior aproximação e comunicação das pessoas e dos Estados em escala global. Como

fenômeno, pode ser associado a diversos períodos da história. O final do século XX e início do século XXI caracterizam-se pelo aumento vertiginoso do fluxo de pessoas e de mercadorias em escala mundial e em velocidade muito mais acelerada que em períodos anteriores.

Se o aumento da circulação de pessoas e mercadorias fosse um fenômeno localizado na Europa, poder-se-ia buscar uma explicação mais simples ao associar tal condição ao fim do socialismo e a abertura de mercado do Leste Europeu para o capitalismo vitorioso da Guerra Fria. Ocorre que a abertura de mercados não foi uma exclusividade daquela região afetada diretamente pelo fim do conflito bipolar. Em todo o mundo, “*os avanços nos meios de transporte tornaram as migrações mais fáceis, mais rápidas e mais baratas*” enquanto que “*os avanços nas comunicações aumentaram os incentivos para buscar oportunidades econômicas*” (HUNTINGTON, 1997, p. 248).

Portanto, o adjetivo econômico é fundamental para caracterizar o período mais recente da globalização. Afetou as diversas regiões do globo justamente porque foi um processo que não iniciou com término da Guerra Fria. Desde a década de 1960, as instituições internacionais e a ideologia do livre mercado abriam terreno para a globalização da economia. A maior participação de todos os Estados na fatia do comércio internacional não foi acompanhada de ampliações para a participação nos campos das decisões políticas ou militares (HOBSBAWM, 2007).

Foi neste contexto de globalização econômica que se formou na parte paraguaia da Tríplice Fronteira, em Cidade do Leste, um centro comercial alimentado com mercadorias importadas dos Estados Unidos e da China com a finalidade de suprir a demanda do mercado brasileiro. Autorizado sob protestos da diplomacia brasileira no final dos anos 1960 (CERVO, 2001), o comércio tornou-se efetivo somente a partir da década de 1990. É sempre cabível lembrar que o Paraguai é um país mediterrâneo e seu acesso às vias de transporte fluvial ocorre pela Bacia do Prata, através dos rios Paraná e Paraguai, que até os anos 1950 eram as principais vias de acesso do país às grandes rotas globais do comércio. No período entre a formação legal da região de comércio de fronteira, nos anos 1960, e sua consolidação, nos anos 1990, as vias terrestres foram também estruturadas, juntamente com o



transporte aéreo.

Na última década do século XX, mesmo após iniciativas liberais do governo brasileiro para a abertura econômica nacional, as barreiras para importação e a baixa produção nacional possibilitavam alta competitividade dos produtos nos preços de venda em Cidade do Leste. Consequentemente, comerciantes do Oriente Médio e da China foram atraídos e os negócios prosperaram muito rapidamente. Árabes e muçulmanos tornaram-se donos de grandes importadoras de produtos como *whiskies*, perfume, informática e eletrônicos. Estabeleceram-se na região e no início dos anos 2000 havia uma população de aproximadamente 30 mil pessoas entre imigrantes e descendentes (RABOSSO, 2007).

Os imigrantes asiáticos, principalmente os chineses, igualmente buscavam oportunidades econômicas na região. No momento da expansão da capacidade industrial chinesa, o mercado brasileiro não dispunha de mecanismos eficientes de importação direta. As ‘bugigangas’ (produtos diversos fabricados na China) e as piratarías dominaram as importações paraguaias e chegavam aos camelôs nas grandes cidades brasileiras. Cerca de 10 mil chineses viviam na região no início dos anos 2000 (PINHEIRO-MACHADO, 2011).

A facilidade das migrações e as oportunidades econômicas que atraíram os comerciantes para Cidade do Leste tornaram a cidade e a região um alvo de críticas sobre a função de triangulação<sup>8</sup> exercida pelo Paraguai que inundava o mercado brasileiro com mercadorias contrabandeadas. As críticas poderiam advir de certos setores da sociedade, mas certamente a população paraguaia e brasileira da localidade, em geral, não se preocupava muito com a natureza da questão. A população paraguaia, que participava pouco do processo, podia apoiar-se no argumento de que para as leis de seu país não havia nenhuma irregularidade em vender produtos importados aos brasileiros.

A construção da faraônica Itaipu Binacional chegou a empregar 40 mil pessoas, em geral operários, vindos de todo o país e que somaram às estatísticas que indicam o surpreendente crescimento demográfico dos anos 1980. Na década seguinte, a esmagadora

---

<sup>8</sup> As importações do Paraguai em 2006 foram de 2,9 US\$ bilhões e em 2016 foram de 7,2 US\$ bilhões. As exportações em 2006 foram de 1,8 US\$ bilhões e em 2016 foram de 6,4 US\$ bilhões. No entanto, para entender a lógica da triangulação, é necessário considerar os dados sobre as reexportações. Para acessar tais dados, consultar Silva, Dolzan e Barros (2019).

maioria estava desempregada e sem ter outra obra no Brasil que os absorvesse como mão de obra. Consequentemente, o número de desocupados na parte brasileira da Tríplice Fronteira era muito grande.

Comércio em ascensão e logística que envolvia muitas pessoas naturalmente atrairiam boa parcela dos desocupados que seriam, na maior parte dos casos, muito melhor remunerados que as poucas oportunidades formais. Este foi o período da ‘era dos comboios’, no qual centenas de ônibus carregados de contrabando diariamente partiam da Tríplice Fronteira para os grandes centros do Brasil (SILVA; COSTA, 2018). A expressão ‘ilegal, mas não imoral’ justificou um processo mais amplo associado a outra característica do pós-Guerra Fria: o enfraquecimento do Estado, especificamente a diminuição de sua legitimidade.

Poucos analistas apostariam no fim do Estado como principal ator das relações internacionais mesmo após a bipolaridade. No entanto, é praticamente um consenso o fato de que o Estado perdeu força especialmente na gestão da sociedade e teve de enfrentar certas crises que ainda não foram superadas. Destacamos duas destas crises: a crise de legitimidade e a crise de segurança nas fronteiras.

A legitimidade do Estado somente pode ser mantida enquanto seus cidadãos estão dispostos a respeitar as leis. O desrespeito às leis pode levar os cidadãos a cometer crimes. Seus crimes podem ser tipificados como de prejuízo direto (assassinatos, por exemplo) ou de prejuízo difuso (contrabando, por exemplo). As oportunidades econômicas que vieram com a globalização levaram os cidadãos de certas regiões fronteiriças a conviver com normalidade em relação a certas práticas ilegais. Em outras palavras, no início do século XXI os cidadãos, em geral, estão menos propensos a respeitar a lei de modo que se alguém consegue “*trazer para casa algum contrabando, ninguém vai pensar mal*” (HOBSBAWM, 2007, p. 144).

## **5 A TRÍPLICE FRONTEIRA NO SÉCULO XXI**

No início dos anos 2000, o Estado brasileiro logrou êxito em pôr fim à ‘era dos comboios’. Contudo, não foi o fim do centro comercial em Cidade do Leste e muito menos o

fim do contrabando. A simbiose entre o legal e o ilegal torna a região da Tríplice Fronteira muito tolerante com a atividade ilícita. Especializada na prática criminosa, inaugurou-se a ‘era do crime organizado’ ainda que a imagem da região não seja mais associada aos contrabandistas e seus ônibus (SILVA; COSTA, 2018). Neste caso, o problema é maior e está ligado a crise da segurança das fronteiras.

Em termos de segurança, sem exageros e de modo geral, pode-se afirmar que o Estado não consegue controlar o fluxo de pessoas e mercadorias. Em meados dos anos 2000, 60 milhões de pessoas entravam anualmente nos Estados Unidos nos mais de 657 mil voos; somavam-se a 370 milhões que entravam por terra nos 116 milhões de veículos que atravessavam a fronteira; 90 mil embarcações desembarcavam nos portos transportando mais de 400 milhões de toneladas em cargas. Portanto, mesmo que um governo invista enormes quantias em segurança, é impossível controlar fronteiras com fluxos semelhantes (NAIM, 2006).

Na Tríplice Fronteira, mais de 82 mil pessoas circulam pela Ponte da Amizade (Brasil-Paraguai) e mais de 19 mil pessoas circulam pela Ponte Tancredo Neves (Argentina-Brasil), totalizando mais de 102 mil nos dois sentidos diariamente. A maior parte destas pessoas trafegam nos mais de 39 mil veículos que cruzam as três fronteiras todos os dias (CENTRO UNIVERSITÁRIO DINÂMICA DAS CATARATAS, 2016). Neste cenário, manter a ordem pública tornou-se um desafio por conta da potencialização de problemas antigos (tráfico, contrabando, crime organizado, por exemplo) que foram elevados a escala global.

Na área da segurança internacional, é importante destacar o acréscimo de importância do regionalismo na nova ordem da política mundial em construção a partir da década de 1990. Na leitura de Samuel Huntington, os conflitos em escala global foram substituídos pelos conflitos em escala regional (HUNTINGTON, 1997).

A inserção de determinada região na agenda de segurança global notadamente tem a ver com sua importância geopolítica para a política internacional. A este respeito, ressalta-se que não é possível buscar equivalência de importância entre o Leste Europeu, o

Oriente Médio e a Tríplice Fronteira. O que as três regiões apresentam em comum é o fato de que cada qual pode ser enquadrada dentro dos então chamados novos temas da agenda internacional. No Leste Europeu e no Oriente Médio, sob os auspícios da ONU e refletindo as tensões com a Rússia e a China, os Estados Unidos levaram ao uso da OTAN em Kosovo (1999) sob o argumento de violação dos direitos humanos e à invasão do Iraque (2003) sob a acusação de posse de armas de destruição em massa (FREDERKING, 2003, p. 376).

A escala regional, portanto, está associada à nova ordem mundial e à agenda de segurança aos mencionados novos temas das relações internacionais. Direitos humanos e armas de destruição em massa, mesmo sem entrar no mérito, são tanto motivos para ações militares em nome da segurança quanto o terrorismo. A este respeito, a Tríplice Fronteira foi acusada de contribuir para o financiamento do terrorismo (KACOWICZ, 2015). Ainda que não tenha suscitado intervenção militar, a Tríplice Fronteira se inseriu nas relações internacionais no contexto do deslocamento da política internacional para as regiões e na boa condição da região para o comércio internacional proporcionada pela globalização econômica. O que reservou seu lugar nas relações internacionais foram o comércio ilícito e o terrorismo, ambos associados ao enfraquecimento do Estado e a impossibilidade de controle dos fluxos, pelo menos empregando as técnicas tradicionais de controle.

O comércio ilícito na Tríplice Fronteira foi alvo de debates no cenário internacional por conta, principalmente, da pirataria. No ano de 2006, o Brasil e o Paraguai foram denunciados pela União Europeia em função do descumprimento do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. Passaram a compor uma espécie de 'lista negra' da pirataria (UCHOA, 2006). Naquele contexto, o *lobby* comercial da indústria de CDs, de *software* e de brinquedos predominava. Atualmente, a pirataria não é mais um problema internacional latente, mas a categoria comércio ilícito segue motivando a pauta agora da indústria do tabaco – o principal produto de contrabando do Paraguai para o Brasil (SILVA; COSTA, 2018).

Já o terrorismo despertou a atenção do governo, de estrategistas e de acadêmicos norte-americanos. Os atentados terroristas em Buenos Aires na década de 1990 levaram à conclusão de que a fácil mobilidade de pessoas, o pouco controle do Estado e a

grande população árabe da região fizeram com que os terroristas se organizassem a partir da Tríplice Fronteira rumo à execução do crime transnacional na Argentina. No entanto, foi após 2001 que a Tríplice Fronteira ocupou lugar definitivo na agenda de segurança internacional. Desde então, não faltaram análises que destacam o potencial de financiamento ao terrorismo internacional principalmente por meio de remessas financeiras ao Oriente Médio (KACOWICZ, 2015; FERREIRA, 2016).

No fim da segunda década do século XXI, a região da Tríplice Fronteira é a fronteira mais movimentada da América Latina. O fluxo de capitais e o grande número de imigrantes e descendentes de origem do Oriente Médio somaram-se à incapacidade de qualquer um dos três Estados controlarem suas fronteiras utilizando as técnicas atualmente empregadas. Tal situação levou a região a ocupar permanentemente um lugar na agenda de segurança internacional e demanda outro tipo de resposta por parte dos Estados envolvidos. Mais desenvolvimento econômico, tecnologia e ações de inteligência podem ser mais úteis que o mero incremento do contingente de agentes de segurança pública.

## **6 CONCLUSÃO**

Ao pretender contribuir com o debate acadêmico acerca das fronteiras, o objetivo deste artigo foi o de compreender a Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai como região internacional em duas dimensões, local e global. A primeira ocorre na medida em que as suas dinâmicas sociais, econômicas e políticas são observáveis de forma integrada ao longo do tempo. A segunda, pela presença da Tríplice Fronteira na agenda internacional do pós-Guerra Fria como região passível de influenciar temas globais.

Conceitualmente, entendeu-se região de fronteira como zona de interação e integração social, política e econômica entre diferentes Estados, como um espaço de trocas locais, regionais, nacionais e internacionais. Esse processo regional pode transbordar para projetos e programas de cooperação transfronteiriça e de construção ativa dos lugares, o que se observa na Tríplice Fronteira. Dessa forma, o Estado passou a se fazer presente tanto na

afirmação do limite do seu território, como na indução de políticas específicas ou manejo de problemas relacionados às fronteiras. Essa condição contestou a máxima da globalização de um mundo ausente de fronteiras; quando mais fluidas, mais se tornam necessárias reflexão e ação sobre elas. As fronteiras já não são barreiras, mas também não deixaram de existir. Inclusive, contemporaneamente, temas como migrações e desigualdade socioeconômica têm resgatado o antigo valor da fronteira enquanto separação.

A fronteira e a Tríplice Fronteira são, portanto, palco da interação entre variados atores, públicos, privados, nacionais e internacionais, legítimos, ilegais ou criminosos, nos marcos do Estado-nação moderno. A dinâmica internacional da região, em sua interação local, é histórica: verifica-se desde os acordos de cooperação para aproveitamento energético dos rios, até a preocupação em conectar os três principais municípios por infraestrutura viária, hoje traduzidas nas pontes da Amizade e da Fraternidade, e que são um marco de consolidação desta integração.

Contemporaneamente, no nível global, a globalização da economia e o aumento da circulação de pessoas e mercadorias não aumentou somente na Europa, continente próximo e envolvido diretamente aos mercados que se abriam a leste com a dissolução das repúblicas socialistas soviéticas. Esse processo de liberalização, que começara, na verdade, na década de 1960, consolidou-se no Paraguai nos anos 1990 como receptor de mercadorias dos EUA e da China a fim de abastecer o mercado brasileiro, ainda desprovido de mecanismos amplos de importação direta. Com a grande obra de Itaipu, o mercado local na Tríplice Fronteira cresceu, e o mercado brasileiro também seguiu demandando. O Estado passou então a gerir, de forma geral, os mecanismos de abertura do mercado, por um lado, e os efeitos colaterais do fluxo cotidiano de pessoas e mercadorias na esfera ilegal: o contrabando, o descaminho, a segurança e a criminalidade internacional. Mudam-se os desafios, mas o Estado não desaparece. A sua legitimidade e capacidade de gestão desses efeitos, no entanto, é questionada; argumento conveniente aos defensores da desregulamentação do mercado e propagadores da ideia da obsolescência do Estado.

Ao mesmo tempo, tanto no que se refere à fluidez econômica e de pessoas, quanto em relação a temas de segurança internacional – cara à existência do Estado-nação

moderno e às relações internacionais já experientes de duas Guerras Mundiais e da Guerra Fria, os fenômenos passam a ser observados em escala regional. Essa escala regional está associada à nova ordem mundial e os novos temas da agenda em questão abarcam a segurança sob a perspectiva do terrorismo. É no aspecto regional da agenda pós-Guerra Fria que se coloca a dimensão global da Tríplice Fronteira como região internacional: o enorme fluxo de pessoas, mercadorias, capital, a ilegalidade e a presença maciça de migração do Oriente Média na Tríplice Fronteira inserem a região na mira do combate ao terrorismo.

As duas dimensões internacionais da Tríplice Fronteira aqui identificadas apontam ferramentas para sua análise e também desafios a serem considerados pelos três Estados na gestão das políticas para essa porção de seus territórios, bem como em sua inserção internacional. Acredita-se que a abordagem da Tríplice Fronteira como região internacional tem latente um alcance analítico para subsidiar e qualificar diretrizes e ações concretas para esta realidade particular e contemporânea.

## 7 REFERÊNCIAS

BOUZAS, A. M. Mixed Legacies in Contested Borderlands: Skardu and the Kashmir Dispute. **Geopolitics**, n. 17, 2012. 867-886.

BRASIL. **Decreto n. 40350 de 14 de novembro de 1956**. Rio de Janeiro: Senado Federal - Secretaria de Informação Legislativa, 1956.

BRASIL. **Decreto n. 42.920 de 30 de dezembro de 1957**. Rio de Janeiro: MRE, 1957.

BRASIL. **Notas Reversais**. Brasília: Divisão de Atos Internacionais, 1979. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=DPREG&pasta=EG%20dpr%201979.10.19>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

BRUNET-JAILLY, ; DUPEYRON, B. Borders, borderlands and porosity. In: BRUNET-JAILLY, E. **Borderlands: comparing border security in North America and**

Europe. Ottawa: University of Ottawa, 2007. p. 1-18.

CARVALHO, C. M. D. D. Geografia das Fronteiras: obra de Jacques Ancel comentada. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 3, jul 1939. 95-110.

DORATIOTO, F. Paraguai: mediterraneidade e política externa até 1989. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, 4, n. 7, jan/jun 2015. 191-210.

FERRARI, M. As noções de fronteira em Geografia. **Perspectiva Geográfica**, Foz do Iguaçu, 9, n. 10, 2014.

FERRES, V. P. A solução do conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80. **Proj. História**, São Paulo, tomo 2, n. 29, 2004. 661-672.

FLORES, M. F. C. T. **Crimes de fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

GIDDENS, A. **The Nation State and Violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GIELIS, R.; VAN HOUTUM, H. Sloterdijk in the House! Dwelling in the Borderscape of Germany and The Netherlands. **Geopolitics**, n. 17, 2012. 797-817.

IPARDES. **Estudo dos efeitos econômicos e sociais da Hidrelétrica de Itaipu sobre a região oeste do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento, 1977.

IPHAN. Parque Nacional do Iguaçu (PR), 2014. Disponível em: <<https://www.parquesnacionales.gob.ar/institucional/historia-institucional/>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

JASKOSKI, M.; SOTOMAYOR, A. C.; TRINKUNAS, H. A. Borders in the Americas: theories and realities. In: JASKOSKI, M.; SOTOMAYOR, A. C.; TRINKUNAS, H. A. **American Crossings: Border Politics in the Western Hemisphere**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2015.



KACOWICZ, A. M. Regional peace and unintended consequences. In: JASKOSKI, M.; SOTOMAYOR, A. C.; TRINKUNAS, H. A. **American Crossings: Border Politics in the Western Hemisphere**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2015. p. 89-108.

KOSSOLOV, V.; SCOTT, J. Selected conceptual issues in border studies. **Belgeo**, n. 1, 2013.

LENZ, M. H. Crise e negociações externas na Argentina no final do século XIX: o início da insustentabilidade do modelo aberto. **Economia e Sociedade**, Campinas, 15, n. 2 (27), ago 2006. 375-399.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1998.

NOGUEIRA, B. F. R.; CLEMENTE, C. C. Etnografia da Triplice Fronteira: primeiras aproximações. **Horizonte Científico**, 5, n. 1, dezembro 2011. 1-21.

PARANÁ. Lei n.1383 de 14 de março de 1914. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 613, 18 março 1914.

PARKER, N.; ADLER-NISSEN, R. Picking and Choosing the ‘Sovereign’ Border: a Theory of Changing State Bordering Practices. **Geopolitics**, n. 17, 2012. 773-796.

RIQUELME, Q. **Los sin tierra en Paraguay. Conflictos agrarios y movimiento campesino**. Buenos Aires: CLACSO - Libronauta Argentina, 2005.

RUMFORD, C. Theorizing borders. **European Journal of Social Theory**, Londres, 9, n. 2, 2006. 155-169.

SBARDELOTTO, D. K. Descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da colônia militar (Book Review). **Educere et Educare**, Cascavel, 5, n. 9, jan/jun 2010. 293-297.

SILVA, M. A. **Breve história de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014.

SILVA, M. A.; DOLZAN, R. R.; COSTA, A. B. O custo triangular: reexportação e descaminho nas relações Brasil-Paraguai. In: LUDWIG, F. J.; BARROS, L. S. **(Re)Definições das Fronteiras: desafios para o século XXI**. Foz do Iguaçu: IDESF, 2019. p. 49-64.

Heloisa M. Gimenez  
Marcelino T. Lisboa  
Micael A. Silva  
Mamadou A. Diallo

Cadernos Prolam/USP, v. 17, n. 33, p.148-167, jul./dez. 2018  
DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2018.157693

VARGAS, F. A. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: FUNAG, 2017.

Recebido em: 10/12/2018

Aprovado em: 24/08/2019

Publicado em: 09/10/2019

## **RESPONSABILIDAD SOCIAL CORPORATIVA EN LAS PÉRDIDAS Y DESPERDICIOS DE ALIMENTOS EN MÉXICO**

### *CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY IN FOOD LOSSES AND FOOD WASTE IN MEXICO*

Prof. Dr. Genaro Aguilar Gutiérrez<sup>1</sup>  
Instituto Politécnico Nacional (IPN México)

**Resumen:** El objetivo de esta investigación es desarrollar un índice de pérdidas y desperdicios de alimentos e investigar el grado de compromiso de las empresas mexicanas para disminuir los desechos de alimentos. El índice muestra que al menos 35.3% de los alimentos se pierden o desperdician anualmente en México, un país con más de 19 millones de personas en condiciones de pobreza e inseguridad alimentaria. Se aplicó una encuesta a 3 grupos de empresarios, los resultados muestran que 23% de las grandes empresas mexicanas desarrolla cotidianamente actividades contra el desperdicio de alimentos, pero 79% de las medianas empresas y 96% de las pequeñas y micro empresas no tienen ningún plan ni realizan actividades cotidianas contra las pérdidas y desperdicios de alimentos. Proponemos la tarea de reducir desechos de alimentos como una gran área de oportunidad para la Responsabilidad Social Corporativa en México.

**Palabras clave:** Pérdidas y desperdicios de alimentos; Seguridad alimentaria y pobreza, Responsabilidad Social Corporativa; México.

**Abstract:** The objective of this research is to develop an index of food losses and food wastes and to investigate the degree of commitment of Mexican companies to reduce food waste. The index shows that at least 35.3 percent of food is lost or wasted annually in Mexico, a country with more than 19 million people living in poverty and food insecurity. A survey was applied to 3 groups of entrepreneurs, the results show that 23% of large Mexican companies develop daily activities against food waste, but 79% of medium-sized enterprises and 96% of small and micro-enterprises have no plans or daily activities against food losses and food waste. We propose the task of reducing food waste as a great area of opportunity for the Corporate Social Responsibility in Mexico.

**Keywords:** Loss and waste of food; Food Security and Poverty, Corporate Social Responsibility; Mexico.

---

<sup>1</sup> Profesor titular del Instituto Politécnico Nacional (México). Tiene experiencia en Economía, con énfasis en Desarrollo Económico. Trabaja con los siguientes temas: Pobreza en México, Desarrollo económico, Federalismo fiscal, Evasión fiscal y Política social. *E-mail:* genaroaguilargtz@gmail.com

## 1 INTRODUCCIÓN

Cada año, aproximadamente un tercio de la comida producida mundialmente para consumo humano –aproximadamente 1,300 millones de toneladas- es desechada (FAO, 2011).<sup>2</sup> Los consumidores de los países ricos desperdician casi la misma cantidad de alimentos (222 millones de toneladas) que la producción total de África Subsahariana (230 millones de toneladas).

De acuerdo con el estudio clásico de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO, 2012), la cantidad de comida desperdiciada anualmente en el mundo equivale a más de la mitad de la cosecha anual de cereales. La pérdida de comida también significa un gran desperdicio de otros recursos, como agua, tierra, energía, mano de obra y capital, además de la emisión de gases de efecto invernadero que contribuyen al calentamiento global y al cambio climático.

En países menos desarrollados, las pérdidas de alimentos ocurren especialmente en las etapas de producción y distribución de alimentos, normalmente por problemas logísticos, restricciones financieras, técnicas inadecuadas de administración de las cosechas y por infraestructura inadecuada para almacenamiento. En países de ingresos per cápita altos, los alimentos son desperdiciados principalmente en etapas más avanzadas de la cadena alimentaria. A diferencia de lo que ocurre en países menos desarrollados, el comportamiento de los consumidores tiene un papel enorme en los países industrializados (FAO, 2012).

Gunders (2012) calculó que, en los Estados Unidos, alrededor de 40% de toda la comida es desperdiciada todos los años. Para un hogar promedio, esto significa un costo de

---

<sup>2</sup> Las definiciones de pérdidas y desperdicios de alimentos varían. La pérdida de alimentos se refiere a una disminución de la masa o la calidad nutricional de los alimentos originalmente destinados al consumo humano. Los desperdicios son los desechos de alimentos, los alimentos aptos para el consumo humano que son descartados o estropeados en el comercio minorista, el servicio de alimentos y el consumo (REICH & FOLEY, 2014).

US\$2,275 dólares anuales. Aproximadamente la mitad de agua usada en la producción de comida también es desperdiciada.

Un estudio reciente muestra que en Europa se pierden o se desperdician 720 kilocalorías per cápita al día, lo que equivale a 29% de los alimentos disponibles en toda la Unión Europea (KUMMU *et al*, 2012). Ese estudio muestra, también, que para el conjunto de Norteamérica y Oceanía las pérdidas diarias por habitante son de 1,334 kilocalorías, equivalentes al 32% de la oferta de alimentos; en tanto que en América Latina el total de pérdidas y desperdicios de alimentos es de 693 kilocalorías per cápita al día, que corresponden al 25% de la producción de alimentos para consumo humano (KUMMU *et al*, 2012)

La FAO (2012, p. 1) señala que “*La cuestión de las pérdidas de alimentos es muy importante en los esfuerzos para combatir el hambre, aumentar los ingresos y mejorar la seguridad alimentaria en los países más pobres del mundo*”. Investigaciones de todo el mundo han mostrado que la producción mundial diaria de alimentos es suficiente en cantidad para alimentar a toda la población del planeta (FAO, 2015; FAO, 2013; LIU, 2013; KUMMU *et al.*, 2012; FAO, 2011; GOOCH *et al.*, 2010). Sin embargo, muchos sufren hambre, evidenciando que el principal problema es la falta de acceso a los alimentos.

En el caso de México, el problema de la pobreza extrema y de su manifestación más dramática, el hambre, se genera en gran medida por la enorme desigualdad social que provoca un difícil acceso de los más pobres a los alimentos y les impide tener seguridad alimentaria (AGUILAR, 2000). Cálculos oficiales del Grupo Técnico de Pérdidas y Mermas de alimentos de la Cruzada Nacional contra el Hambre muestran que México tira a la basura el equivalente a 8,000 millones de dólares anuales; cantidad que podría servir para alimentar a cerca de 12 millones de personas o tres millones de familias, cada año.

## **2 MARCO TEÓRICO: EVOLUCIÓN DEL CONCEPTO DE RESPONSABILIDAD SOCIAL EMPRESARIAL**

Existe vasta literatura discutiendo el origen, los beneficios y las limitaciones de la Responsabilidad Social Corporativa (ZHAO, 2015; ORLITZKY, 2015; CALABRESE, MECHINI; ROSATI, 2013). Una de las conclusiones de esa discusión es que en los principios de la Sociedad Industrial y a pesar de que el concepto era bastante limitado, ya había responsabilidad social de la empresa, pero se resumía a la generación de ganancias y empleos para la sociedad. Al principio, criterios más amplios como medio ambiente y desarrollo humano no eran cuestiones relevantes; en el pensamiento gerencial de ese momento, las acciones sociales deberían ser ejercidas por el Estado, mientras que las empresas deberían buscar únicamente la maximización de las ganancias, la generación de empleos y el pago de impuestos al Gobierno. Esa visión se prolongó hasta las décadas de 70 y 80 del siglo XX.

Una famosa cita de Milton Friedman, Premio Nobel de Economía 1976, confirma lo anterior:

Últimamente un punto de vista específico ha obtenido cada vez más aceptación: el de que los altos ejecutivos de las grandes empresas y los líderes laborales tienen una responsabilidad social más allá de los servicios que deben prestar a los intereses de sus accionistas o de sus miembros. Ese punto de vista muestra una concepción fundamentalmente equivocada del carácter y de la naturaleza de una economía libre. En tal economía solo hay una responsabilidad social del capital: usar sus recursos y dedicarse a actividades destinadas a aumentar sus ganancias hasta donde permanezca dentro de las reglas del juego, lo que significa participar en una competencia libre y abierta, sin engaños o fraude” (FRIEDMAN, 1962, p. 133).

Así, las empresas debían producir con eficiencia bienes y servicios y dejar la solución de las cuestiones sociales a los órganos gubernamentales competentes, ya que los gerentes de las empresas no tienen forma de determinar la urgencia de los problemas sociales ni la cantidad de recursos que debe ser empleada en la solución de tales cuestiones

(ORLITZKY, 2015). En esa época, se pensaba que los recursos naturales serían infinitos, sin imponer restricciones a la producción y que el libre mercado sería capaz de maximizar el bienestar social. Como la teoría convencional trataba sólo de distribución eficiente de los recursos, variables como el medio ambiente no eran incorporadas a los modelos económicos (ZHAO, 2015; HULT, 2011; FERRELL *et al*, 2010). No obstante, la transformación del proceso productivo derivada de la revolución tecnológica y de la aplicación de la ciencia en la organización y gestión empresarial, contribuyó a la ampliación de la discusión del concepto de responsabilidad social corporativa debido a las externalidades negativas generadas por la actividad industrial (ZHAO, 2015; CARROLL; SHABANA, 2010; GARDBERG; FOMBRUN, 2006).

En una primera fase, las grandes empresas cobraron conciencia de la necesidad de tener una contribución más efectiva para la solución de los efectos secundarios indeseados de la industrialización. De esta forma, además de generar empleos, maximizar las ganancias y pagar impuestos, las empresas empezaron a cumplir con algunas exigencias legales en lo que se refiere al cuidado del medio ambiente y a las relaciones laborales. Así, el concepto de responsabilidad social corporativa incorporó algunos anhelos de la sociedad y empezó a ser comprendido en una forma más amplia (DAVIS, 1960).

En una segunda fase, las empresas buscaron integrar la función de control ambiental a sus funciones gerenciales para que todo el proceso productivo pudiera ser supervisado; así surgió la Gestión Ambiental Empresarial. De acuerdo con Barbieri (2011, p. 110), *“muchos inversionistas hoy consideran las cuestiones ambientales en sus decisiones, pues saben que los pasivos ambientales están entre los principales factores que pueden corroer la rentabilidad y el patrimonio de las empresas”*.

Más recientemente la creciente valoración de prácticas socialmente responsables, especialmente por parte de los consumidores, provocó el tratamiento diferenciado de las inversiones sociales desde empresarios y accionistas (ZHAO, 2015). En lugar de filantropía, empezaron a practicar Responsabilidad Social Corporativa (RSC). Bajo este

concepto, la empresa no pierde su finalidad de generar ganancias. Hoy se comprende, cada vez más, que las inversiones sociales actúan favorablemente en la medida en que la posición socialmente responsable es valorada y la socialmente irresponsable, penalizada. Las inversiones sociales atraen consumidores más atentos y más fieles, promueven trabajadores más comprometidos y vuelven la relación con el gobierno más afable. Todo esto conjuntamente se traduce en mayor productividad y mayores ganancias.

De esta forma, la práctica de la RSC se combina con políticas dirigidas a la ganancia, traduciéndose en un diferencial en términos de competitividad. Es entonces una innovación que trae posibilidades de gerenciamiento de los recursos de la empresa buscando incrementos de productividad. Si los valores dados por la cultura de la responsabilidad social pueden ser una suma de motivaciones para inversiones empresariales socialmente responsables, no podemos dejar de condicionar este comportamiento a la búsqueda de ganancias. Todo indica que el papel de la empresa no se agota, como imaginaba Friedman, con el pago de impuestos y la generación de empleos. En función de las diversas transformaciones de las prácticas sociales de las empresas, los públicos que están alrededor de ellas no lo entienden de esa forma y, en consecuencia, las empresas han debido cambiar su punto de vista.

Así, el concepto de Responsabilidad Social Corporativa (RSC) ha evolucionado. A partir de la valorización de las prácticas socialmente responsables por parte de los *stakeholders* (especialmente los consumidores), las prácticas de RSC hacen la diferencia en la competencia empresarial, siendo vistas como inversiones.

En el caso de América Latina, un interesante estudio muestra que la Responsabilidad Social Empresarial asume diferentes áreas de influencia y significado, a comparación de lo que pasa en Europa. Pero, en especial, la competencia y los motivadores para lograr una RSE son más fuertes y están más consolidados en Europa en comparación con América Latina. Por ejemplo, la aplicación de las leyes, la exposición a la competencia y a la globalización, los mercados financieros desarrollados, una sociedad civil más activa y



compradores y consumidores “educados”, han llevado a otro nivel la RSE en Europa y no así en América Latina (VIVES, 2014). De igual forma, Lázaro & Gremaud (2016) argumentan que tanto las cuestiones regulatorias como el grado de avance en cuestiones sociales clave (como educación, desigualdad y pobreza) contribuyen a que tanto en Brasil como en México la Responsabilidad Social Corporativa está aún en una etapa emergente. A pesar de ello, en Brasil la RSC en relación a cuestiones de medio ambiente ha avanzado más que en México.

En general, una empresa socialmente responsable está interesada en conducir sus procesos de producción y todo lo que a ellas está directa o indirectamente relacionado de forma sustentable, minimizando agresiones al medio ambiente, favoreciendo el bienestar de la comunidad y valorizando sus recursos humanos (ZHAO, 2015). Además de la adopción de estas prácticas, una empresa socialmente responsable debe exigir el mismo compromiso de los otros individuos o instituciones con los que se relaciona, estén ligados o no a su actividad económica principal. En la práctica, en la medida en que este comportamiento es implementado, se traduce en mayores mercados, consumo, ganancias e inversiones.

Sin embargo, no podemos decir que el desarrollo de las acciones socialmente responsables deriva exclusivamente de la reestructuración de las estrategias de competencia. La incorporación de la cultura de responsabilidad social en las empresas tiene importancia como componente ideológico de las inversiones privadas. Las firmas, como estructuras celulares del proceso productivo, al incorporar la cultura de la responsabilidad social entienden que su papel social debe exceder sus actividades productivas y el pago de impuestos, más aún en la medida en que se vuelven extremadamente poderosas. De esta forma, las grandes empresas, especialmente en los países desarrollados, han venido buscando una responsabilidad acerca de los *stakeholders* mayor que aquella que históricamente les pertenece.

En el campo de la protección al medio ambiente, el surgimiento de diversas iniciativas ayudó a consolidar la visión de la responsabilidad social empresarial a partir de

la década de 1990. Entre ellas podemos mencionar la realización de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente, Río 1992, el desarrollo del GRI (Global Reporting Initiative) y las Metas de Desarrollo del Milenio. Todas estas iniciativas reflejaron un cambio cultural en el comportamiento de la sociedad y de las empresas y contribuyeron a la diseminación de la práctica de la Responsabilidad Ambiental y Social Corporativa. Sin embargo, la agenda está inconclusa.

## **2.1 PÉRDIDAS Y DESPERDICIOS DE ALIMENTOS**

FAO (2012) define pérdidas pos-cosecha como cualquier reducción en la disponibilidad de alimentos para el consumo, mismas que se presentan durante la manipulación, transporte, almacenamiento, industrialización o comercialización de los productos agropecuarios. Esas pérdidas son un problema antiguo para el hombre, que necesitó desarrollar tecnologías para la preservación de alimentos, principalmente en las regiones del mundo condiciones climatológicas extremosas.

La minimización de pérdidas o desperdicios de alimentos tiene varias ventajas, tales como un aumento significativo de la oferta de alimentos sin aumentar las áreas de cultivo, ahorros de energía invertida para producir y comercializar los alimentos perdidos, reducción de la contaminación debido a la disminución de la materia orgánica en descomposición y una mejor satisfacción de las necesidades de los consumidores así como una mejor nutrición con la misma cantidad de energía, tierra, agua y trabajo.

Un exhaustivo estudio desarrollado en el año 2011 y publicado en 2012 por la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) indica que un tercio de los alimentos producidos para el consumo humano se pierde o se desperdicia

a nivel mundial, y equivale aproximadamente a 1,300 millones de toneladas por año.

El estudio de la FAO (2012) también muestra que en términos per cápita, se desperdicia mucho más comida en el mundo industrializado que en los países de menor desarrollo. Las estimaciones de dicho estudio sugieren que los desperdicios per cápita de alimentos de los consumidores en Europa y América del Norte es de 95 a 115 kg por año, mientras que esta cifra en el África subsahariana y el sur/sudeste asiático sólo es de 6.11 kg por año. Sin embargo, los desperdicios son muy grandes también en los países de América Latina y el Caribe y llegan a 65kg per cápita.

Las causas de las pérdidas y desperdicios de alimentos en los países de bajos ingresos están conectadas principalmente a problemas financieros, de cultura empresarial y a las limitaciones técnicas en las fases de cosecha y almacenamiento (especialmente por falta de inversión en instalaciones y transporte con refrigeración en zonas con climas tropicales o semi-tropicales), a la falta de infraestructura de envasado y de sistemas modernos de comercialización.

Así, el estudio de la FAO arguye que, teniendo en cuenta que muchos de los pequeños agricultores en los países de menor desarrollo viven en los márgenes de la inseguridad alimentaria, la reducción de las pérdidas de alimentos podría tener un impacto inmediato y significativo sobre sus niveles de vida.

Las pérdidas pos-cosecha de alimentos ocurren en función de la depreciación de la calidad de los productos, debido al deterioro causado principalmente por manipulación inadecuada de los alimentos y por la acción de agentes externos como plagas y enfermedades. Los principales factores que determinan esas depreciaciones son incorrecta manipulación de los alimentos y malas prácticas de transporte y almacenamiento (FAO, 2012).

Las causas primarias de pérdidas de alimentos, aquellas que afectan directamente el alimento, son clasificadas en los siguientes grupos: a) biológicas, b) microbiológicas, c) químicas, d) reacciones bioquímicas, e) mecánicas, f) físicas, g) fisiológicas y h)

psicológicas. Los daños mecánicos, determinados por diferentes tipos de lesiones (cortes, rupturas, caídas y deformaciones) son el principal motivo de pérdidas pos-cosecha para muchos frutos y hortalizas y se presentan, principalmente, por manipulación inadecuada del producto, en cualquier etapa de su período de vida, desde la cosecha hasta su comercialización. Por tanto, prácticas empresariales dirigidas a la preparación de mano de obra especializada tendrían efectos remediales en el problema.

Un gran número de productos hortícolas presenta problemas de daños mecánicos. Algunas frutas y hortalizas, por tener un elevado contenido de agua y estructura muy delicada, como la pera y la papaya, por ejemplo, acaban siendo altamente susceptibles a todo tipo de daños. Otros productos son más resistentes, pero por el hecho de ser sometidos al transporte y al almacenamiento por largos períodos de tiempo, afecta la preservación de su integridad física (SOUZA; HENZ; PEIXOTO, 2003). Los daños causados en los tejidos modifican la actividad fisiológica de los alimentos. Dichos daños provocan, frecuentemente, el rompimiento de las células de la epidermis, causando el desencadenamiento de reacciones enzimáticas que promueven el surgimiento de compuestos de coloración marrón, responsables de la depreciación de los alimentos (DURIGAN, 2001; RADI *et al.*, 1997; SAMIM; BANKS, 1993). Tales daños provocan también el aumento de enfermedades pos-cosecha, el aumento en la tasa de respiración y en la síntesis de etileno, además de alteraciones en el color, aroma, sabor y textura; todo lo cual vuelve a los productos más perecederos.

## **2.2 RESPONSABILIDAD SOCIAL CORPORATIVA Y DESPERDICIOS DE ALIMENTOS**

Algunos autores afirman que las pérdidas y desperdicios de alimentos pueden ser reducidas a un nivel aceptable si todo el sistema de manipulación es modificado desde la cosecha hasta el consumidor (HERTOG, 2007). Sin embargo, lo que se observa es que desde el punto de vista empresarial esas pérdidas son frecuentemente descuidadas (HARTMAN, 2011). Además de ello, otros factores técnicos que deben ser resueltos tecnológicamente por las empresas; deben ser considerados. Las hortalizas, por ejemplo, presentan una elevada tasa de transpiración con un consecuente y rápido deterioro fisiológico, principalmente en ambientes con temperatura elevada (HERTOG, 2007). Esa característica normalmente es ignorada por los comercializadores de alimentos frescos, dado que tales productos son vendidos directamente del productor al minorista sin ningún proceso de congelación u otro tratamiento que tenga como objetivo aumentar el tiempo de vida de los alimentos. Así, por la deficiencia en la manipulación y la ausencia de condiciones adecuadas de almacenamiento, las pérdidas de alimentos son muy grandes (DURIGAN, 2001).

En los países con menos desarrollo, la elaboración de planes para la reducción de pérdidas y desperdicio de productos alimenticios no siempre es apropiada y su aplicación raramente es exitosa, ya que el producto fresco o perecedero es frecuentemente manipulado de la misma forma que el duradero. Eso ocurre debido a que las soluciones para muchos problemas de manipulación, embalaje y almacenamiento están relacionadas a factores educativos y sociológicos. Así, cualquier plan para reducción de pérdidas de alimentos debe ser fundamentado en cambios culturales y estructurales a lo largo de la cadena de comercialización de los alimentos. En este proceso donde debe jugar un papel fundamental la responsabilidad social corporativa.

Las pérdidas y desperdicios de alimentos generan graves consecuencias económicas y sociales, provocan una gran variación en el comportamiento del mercado, induciendo cambios en importantes parámetros económicos. La existencia de pérdidas de alimentos hace que la cantidad de equilibrio del mercado disminuya y el precio aumente. Cuando el precio de equilibrio de mercado crece, se reduce el excedente del consumidor. En este caso, el consumidor paga el costo de las pérdidas y de los desperdicios que es incluido en el precio final del producto. De forma general, cualquier nivel de pérdidas perjudica a los consumidores (CAIXETA, 2009).

En términos económicos, la reducción de las pérdidas de alimentos causa un aumento de los ingresos totales del distribuidor minorista (*retail seller*), quien de esa forma puede ofrecer un mayor volumen de alimentos. Ese incremento provoca, a su vez, un aumento en el consumo proporcionalmente mayor que la reducción en la cantidad ofertada debido a las pérdidas. En ese sentido, la diferencia entre las elasticidades-precio de la oferta y de la demanda mide los beneficios de la reducción de las pérdidas para la sociedad (COSTA; CAIXETA, 2013).

Las pérdidas de alimentos tan indeseadas socialmente pueden ser reducidas simplemente mediante el combate a los factores que las provocan. De esta forma, entre los factores responsables de las pérdidas de alimentos están, por ejemplo, embalajes inadecuados. Pero las pérdidas causadas a la sociedad por las pérdidas y desperdicios de alimentos pueden ser, en su mayor parte, debidos a las formas de gestión y manipulación de los productos en la red minorista (COSTA; CAIXETA, 2013). Para que las pérdidas y desperdicios se reduzcan es necesario entonces una amplia gama de tareas, tanto desde las empresas como desde los consumidores.

Así, la responsabilidad social de los empresarios del sector de alimentos debe ser comprendida como una forma más amplia de *accountability* hacia la sociedad. La responsabilidad de las empresas está relacionada con un conjunto de factores: a) consumo, desde la empresa, de los recursos naturales propiedad de la humanidad; b) consumo, desde

la empresa, de los capitales financieros y tecnológicos debido al uso de la capacidad de trabajo y producción que pertenece a personas físicas, integrantes de la sociedad; y c) apoyo que reciben las empresas por los Estados nacionales, en sus actividades cotidianas (COSTA; PEIXOTO, 2013).

En la medida en que las empresas del sector de alimentos (producción y distribución) están empleando cuantiosos recursos naturales y humanos, y parte importante de dichos recursos está siendo desperdiciada por medio del desecho cotidiano de alimentos, esta situación debería llamar la atención de las empresas y transformarse en un eje de la Responsabilidad Social Corporativa.

### 3 MÉTODO

Fueron usados dos instrumentos. Por un lado se construyó un índice de desperdicio de alimentos y también se aplicó una encuesta para medir responsabilidad social en materia de pérdidas de alimentos, en una muestra de 278 empresas que sí respondieron al cuestionario. La encuesta fue aplicada a partir de un muestreo estratificado aleatorio, se aplicó un cuestionario y la tasa de respuesta fue de 92% (302 empresas era el universo inicial). Los cuestionarios fueron aplicados durante los meses de agosto y noviembre del año 2015 y el cuestionario se aplicaba siempre que se tuviera como entrevistado al tomador de decisiones en responsabilidad social de la empresa.

#### 3.1 EL ÍNDICE DE DESPERDICIO DE ALIMENTOS

Definimos el Consumo Nacional Aparente de cualquier alimento de la siguiente manera:

$$ADC_{i,t} = Y_{i,t} - X_{i,t} + M_{i,t} \quad (1)$$

Donde:

$ADC_{i,t}$  = es el consumo nacional aparente del producto  $i$ , en el período  $t$ ;

$Y_{i,t}$  = es la producción nacional del producto  $i$  en el período  $t$ ;

$X_{i,t}$  = Es la exportación nacional del producto  $i$  en el período  $t$ ;

$M_{i,t}$  = son las importaciones nacionales del producto  $i$  en el período  $t$

Para cualquier producto  $i$  (tomate, huevo, carne, frijol, arroz, etc) se obtendrá, mediante esta fórmula, el Consumo Nacional Aparente en el año  $t$ .

Sin embargo, a esa cantidad debemos restar el producto desperdiciado en la cadena productor-consumidor, para obtener el consumo real y el desperdicio:

$$W_{i,t} = ADC_{i,t} - RC_{i,t} \quad (2)$$

Donde:

$W_{i,t}$  = es el desperdicio nacional del producto  $i$  en el período  $t$ ;

$RC_{i,t}$  = es el consumo real del producto  $i$ , en el período  $t$

Podemos obtener una aproximación al Consumo real de cada producto:

$$RC_{i,t} = c_{i,t}^1 + c_{i,t}^2 + c_{i,t}^3 + \dots + c_{i,t}^4 \quad (3)$$

Es decir la cantidad consumida de un producto es la suma de las cantidades consumidas dentro de los hogares, restaurantes, hoteles, escuelas, hospitales, empresas, etc.

$$RC_{i,t} = \sum_{i=1}^n c_{i,t} \quad (4)$$

Sustituyendo (4) en (2) tenemos:

$$W_{i,t} = ADC_{i,t} - \sum_{i=1}^n c_{i,t} \quad (5)$$

***Esta fórmula es el índice de desperdicio del alimento  $i$  en el período  $t$ .*** Para derivar la fórmula del cálculo del desperdicio de alimentos en un país, se debe seleccionar un grupo de productos representativos de la Canasta Básica de Alimentos de ese país.



Adicionalmente, se debe calcular el peso que cada uno de esos alimentos tiene en la dieta de las personas. La fórmula del *Índice General de Desperdicio de Alimentos* es:

$$WI = \frac{W_{1,t}}{TC} \frac{\pi_{1,t}}{1} + \frac{W_{2,t}}{TC} \frac{\pi_{2,t}}{1} + \frac{W_{3,t}}{TC} \frac{\pi_{3,t}}{1} + \frac{W_{4,t}}{TC} \frac{\pi_{4,t}}{1} + \dots + \frac{W_{k,t}}{TC} \frac{\pi_{k,t}}{1} \quad (6)$$

Donde  $TC$  es el consumo total de alimentos de la población

Es decir, el Desperdicio de alimentos ( $WI$ ) en un país es una *suma ponderada* de los desperdicios de cada alimento, el factor de ponderación es la participación ( $\pi$ ) de cada alimento en la dieta de la población de ese país.

### 3.2 ENCUESTA A EMPRESAS

Con la finalidad de observar el grado de compromiso que las empresas tienen para contribuir a la disminución de las pérdidas y desperdicios de alimentos en México, se aplicó un *survey*, entre los meses de agosto y noviembre del año 2015. Esta encuesta fue aplicada a 278 empresarios o ejecutivos mexicanos, agrupados en tres grandes niveles: a) grandes empresas (35 empresas); b) medianas empresas (65 empresas); c) micro y pequeñas empresas (178 empresas).

Los cuestionarios fueron aplicados a ejecutivos en la muestra de las 278 empresas, buscando mantener el análisis solo con responsables de decidir sobre las acciones de responsabilidad social. La investigación utilizó cuestionarios cerrados y analizó datos sin la interferencia del entrevistador, tratando de identificar la visión de los administradores de esas empresas que forman parte del sector agroalimentario mexicano sobre las prácticas de responsabilidad social empresarial. A través del análisis cuantitativo se obtuvieron las conclusiones.

El cuestionario se basó en el modelo propuesto por Carrol (2003) y contenía las siguientes partes: I) caracterización de la empresa y perfil de los trabajadores; II) aspectos relevantes de la empresa en relación a su actitud frente a la responsabilidad social empresarial; III) caracterización de las prácticas de responsabilidad social empresarial que la empresa ha implementado; IV) opinión sobre el desempeño de la empresa en función de los competidores y; V) opinión sobre el desempeño, relaciones y estrategias de la empresa con los diferentes *stakeholders*.

El cuestionario tenía 12 preguntas realizadas cara a cara. El objetivo fue evaluar la inversión social privada en México y trató de cumplir con lo siguiente:

1. Identificar cuáles empresas de México desarrollaron actividades de responsabilidad social y cómo tales empresas definen responsabilidad social;
2. Identificar si las empresas vislumbran el crecimiento o fortalecimiento de los negocios a través de actividades de responsabilidad social;
3. Identificar cuáles son el tipo de empresas que más invierten en la responsabilidad social contra las pérdidas y desperdicios de alimentos en México;
4. Mapear el tipo de actividad de responsabilidad social que cada empresa desarrolla y cuál es la segmentación más utilizada (salud, educación, inclusión social, etc.).
5. Identificar y evaluar como tales actividades influyen en la imagen institucional y en la percepción de sus *stakeholders*.

Para evaluar la fortaleza del instrumento de captación de información se aplicó el coeficiente alfa de Cronbach. De acuerdo con Cortina (1993), el coeficiente alfa es una de las herramientas estadísticas más importantes en investigaciones que prueban la confiabilidad de cuestionarios aplicados. Una revisión del Social Sciences Citations Index para la literatura publicada entre 1960 y 2015 muestra que el artículo de Cronbach (1951) fue citado aproximadamente 60 ocasiones por año en un total de 398 revistas científicas diferentes.

El coeficiente alfa fue descrito en 1951 por Lee J. Cronbach (CRONBACH, 1951). Es un índice utilizado para medir la confiabilidad del tipo consistencia interna de una escala; es decir, para evaluar la magnitud en que los ítems de un cuestionario están correlacionados (CORTINA,1993). En otras palabras, el alfa de Cronbach es el promedio

de las correlaciones entre los ítems que forman parte de un instrumento (STREINER, 2003). También se puede conceptualizar este coeficiente como la medida por medio de la cual algún elemento medido está presente en cada ítem. Generalmente, un grupo de ítems que explora un factor común muestra un elevado valor alfa de Cronbach (ROGERS, SHMITI; MULLINS, 2002).

Para estimar el alfa, se considera  $\mathbf{X}$  como una matriz  $n \times k$  que corresponde a las respuestas cuantificadas de un cuestionario. Cada línea de  $\mathbf{X}$  representa un sujeto y cada columna representa una pregunta. Las respuestas cuantificadas pueden estar en cualquier escala (LEONTITSIS; PAGGE, 2007).

Así, de acuerdo con Leontitsis y Pagge (2007), el coeficiente alfa de Cronbach es medido de acuerdo con la ecuación 7:

$$\alpha = \frac{k}{k-1} \left[ \frac{\sigma_{\tau}^2 - \sum_{i=1}^k \sigma_i^2}{\sigma_{\tau}^2} \right] \quad (7)$$

Donde  $\sigma_i^2$  es la varianza de cada columna de  $\mathbf{X}$ , es decir, la varianza relacionada a cada pregunta de  $\mathbf{X}$ , y  $\sigma_{\tau}^2$  es la varianza de la suma de cada línea de  $\mathbf{X}$ , es decir, es la varianza de la suma de las respuestas de cada sujeto. También se debe observar que  $k$  debe ser mayor que 1 (para evitar cero en el denominador) y  $n$  debe ser mayor que 1 para que no haya cero en el denominador en el cálculo de  $\sigma_i^2$  y de  $\sigma_{\tau}^2$ .

En la ecuación anterior,  $k$  es un factor de corrección. Si hay consistencia en las respuestas captadas por un cuestionario, entonces  $\sigma_{\tau}^2$  será relativamente grande; haciendo que el alfa  $\alpha$  tienda a 1.

De acuerdo con Christmann y Van Aelst (2006), el alfa de Cronbach también puede ser calculado tomando en cuenta la covarianza entre los ítems del cuestionario, con la siguiente ecuación:

$$\alpha = \frac{p}{p-1} \frac{\sum_{j \neq k} \sigma_{jk}}{\sum_{j,k} \sigma_{jk}} \quad (8)$$

Donde  $\sigma_{jk}$  es la covarianza del par  $(Y_j, Y_k)$ .

Interpretación de resultados. El coeficiente alfa de Cronbach es una propiedad inherente del patrón de respuesta de la población estudiada, no una característica de la escala por sí sola; es decir, el valor alfa sufre cambios de acuerdo con la población en la cual se aplica una escala (STREINER, 2003).

El valor mínimo aceptable para alfa es de 0.70; debajo de ese valor la consistencia interna de la escala utilizada es considerada bajo. En contrapartida, el valor máximo esperado es de 0.90; arriba de este valor, se puede considerar que hay redundancia o duplicación; es decir, varios ítems están midiendo exactamente el mismo elemento y por lo tanto los ítems redundantes deben ser eliminados. Usualmente, son preferidos valores alfa entre 0.80 y 0.90 (STREINER, 2003).

#### 4 RESULTADOS: DESPERDICIO DE ALIMENTOS

Para el cálculo del índice de desperdicio de alimentos de México se utilizaron un conjunto de informaciones relevantes, todas del año 2014: a) producción nacional de alimentos de la Secretaría de Agricultura de México (240 conceptos genéricos); b) exportaciones e importaciones de esos alimentos; c) micro datos del consumo de alimentos en los hogares de México, contenidos en la Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares<sup>3</sup>; y c) datos nacionales de consumo de alimentos fuera del hogar (realizados en

---

<sup>3</sup> Nota metodológica: La “Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares” (ENIGH) de México es realizada cada dos años (desde 1990) por el Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) de México. Las bases de micro datos originales de las Encuestas Nacionales de Ingresos y Gastos de los Hogares de México contienen información de gastos y características de los hogares en archivos separados. En los archivos de gasto de las personas los datos estaban presentados de tal forma que cada tipo de gasto ocupaba un registro; de esa manera, para cada individuo había tantos registros como tipos de gastos tuviera: una persona podría tener 3 ó 4 registros en caso de que tuviera, respectivamente, 3 ó 4 gastos. Los archivos de características de las viviendas presentaban información relevante de las familias, como el número de

empresas, restaurantes, hoteles y escuelas), contenidos en la Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares de México.

El cuadro 1 muestra que en México se desperdiciaron, en el año 2014, alrededor de 11.1 millones de toneladas de alimentos, en un grupo de 34 productos de la canasta básica de alimentos. El índice (ponderado) de desperdicio es de 35.32%.

Si estos alimentos se distribuyeran entre la población que vive con carencia de alimentos en México, podrían ser entregados, cada semana, a cada familia pobre de México: 14.6 libras de tortilla; 5.5 libras de arroz; 8.9 libras de carne de res; 7.8 libras de carne de puerco; 16.06 libras de carne de pollo; 0.4 libras de atun; 2.8 libras de pescado; 0.5 libras de camarón; 17 litros de leche y 11.9 libras de huevo; 7.6 libras de papa; 4.6 libras de aguacate; 10.5 libras de jitomate; 5 libras de frijol; 6.6 libras de mango; 7.7 libras de plátano; 4.4 libras de manzana; 1.4 libras de guayaba; etc. Eso significa que la carencia de alimentos entre la población más pobre de México podría acabar.

---

integrantes, *el factor de expansión* y características socio-económicas del hogar. Todos los archivos distinguían a las personas y familias por folios o códigos clave. La forma de proceder para preparar los archivos necesarios para analizar los gastos de los hogares fue, *grosso modo*, la siguiente. A) A partir de los archivos de gastos se calculó el gasto de todos los individuos de cada familia, generando un nuevo archivo que contenía la información de gasto total de cada familia; B) se empató (match) este archivo (a través del folio) con el de las características de las hogares para obtener, asociado a cada registro de gasto familiar, el número de integrantes de la familia; C) en seguida, se calculó el gasto total familiar; D) A partir de este último tipo de archivos (para cada año) se calcularon los gastos, por alimento, a que nos referimos en esta investigación.

Cuadro 1. Desperdicio de alimentos en México, por producto; año 2014.

<b>Alimento</b>	<b>Desperdicio (%)</b>	<b>Toneladas</b>
<b>Tortilla</b>	10.52	699,748.30
<b>Pan (productos de trigo)</b>	50.75	1,728,533.65
<b>Arroz</b>	52.49	264,670.86
<b>Carne de Res</b>	39.05	427,451.97
<b>Carne de Puerco</b>	45.82	374,684.05
<b>Carne de Pollo</b>	44.08	766,405.73
<b>Atún</b>	26.24	19,863.71
<b>Pescados y sardinas</b>	60.56	134,728.08
<b>Camarón</b>	42.30	26,024.38
<b>Leche de vaca</b>	41.60	1,700,766.37
<b>Huevo blanco y rojo</b>	42.18	571,830.37
<b>Papa</b>	41.56	361,780.48
<b>Aguacate</b>	60.45	220,053.58
<b>Ajo</b>	23.91	11,080.19
<b>Calabacita y calabaza</b>	16.41	41,532.40
<b>Cebolla</b>	35.93	265,373.77
<b>Chile</b>	49.44	436,781.05
<b>Jitomate</b>	32.32	502,428.79
<b>Nopal</b>	70.85	88,811.63
<b>Pepino</b>	50.92	54,900.91
<b>Tomate verde</b>	19.91	80,925.91
<b>Zanahoria</b>	21.29	51,137.48
<b>Frijol</b>	27.96	238,854.24
<b>Guayaba</b>	56.58	67,542.53
<b>Limón</b>	32.71	84,741.23
<b>Mango</b>	53.45	315,724.25
<b>Manzana y perón</b>	48.09	207,537.93
<b>Melón</b>	40.00	52,373.79
<b>Naranja</b>	22.52	668,028.17
<b>Papaya</b>	22.12	75,736.29
<b>Piña</b>	31.80	51,738.14
<b>Plátano verde y tabasco</b>	52.15	368,943.36
<b>Sandía</b>	18.86	42,051.37
<b>Uva</b>	44.16	54,915.50
<b>Desperdicio Nacional</b>	35.32	11,057,700.47

FUENTE: CÁLCULOS REALIZADOS CON EL ÍNDICE DE DESPERDICIOS DE ALIMENTOS.

#### 4.1 RESULTADOS: VISIÓN EMPRESARIAL

De acuerdo con los resultados globales de la encuesta aplicada a empresarios del sector en México, 23% de las grandes empresas mexicanas desarrolla cotidianamente actividades contra el desperdicio de alimentos, pero 79% de las medianas empresas y 96% de las pequeñas y micro empresas no tienen ningún plan ni realizan actividades cotidianas contra el desperdicio de alimentos. Al evaluar los resultados obtenidos en la investigación, se observa que la mayoría de los gerentes y directores de las empresas son del sexo masculino (88%). En cuanto a la edad, la mayor frecuencia es arriba de los 30 años (96%). El grado de escolaridad muestra que el 53% posee estudios de licenciatura y 24% tiene estudios de posgrado.

En cuanto a la política de la empresa frente a la responsabilidad social empresarial, en la segunda parte fueron evaluadas las preferencias de las empresas estudiadas de acuerdo con su grado de importancia. La suma de sus preferencias era de 10 puntos, por lo que cada una de las prácticas empresariales fue mutuamente excluyente.

Los resultados muestran que, entre las diversas opciones, la práctica de “cumplimiento de las normas de la sociedad y de las normas éticas” obtuvo la mayor frecuencia, con un valor promedio de 3.0. La segunda práctica más importante de las empresas, con un promedio de 2.8, fue la de “cumplir con la legislación vigente”. Este ítem obtuvo un alfa de Cronbach de 0.88, lo que sugiere una muy buena formulación de las preguntas.

Al cuestionar sobre la finalidad de buscar nuevas oportunidades de negocio, “mejorar resultados financieros” (con valor de 4.1) fue el objetivo más recurrente, seguido de “mejorar la imagen de la empresa desde el punto de vista ético y moral”. El alfa de Cronbach en este caso fue de 0.83.

Cuadro 2. La fortaleza en la administración de una empresa debe ser evaluada en función de....

Alternativas	Empresas			Promedio
	Grandes	Medianas	Micro y Pequeñas	
<b>La maximización de las ganancias de la empresa</b>	2.7	1.8	3.1	2.5
<b>El cumplimiento de las leyes</b>	2.3	3.2	2.9	2.8
<b>La realización de acciones filantrópicas</b>	1.1	2.1	1.9	1.7
<b>El cumplimiento de las normas de la sociedad y de las normas éticas</b>	3.9	2.9	2.1	3.0

FUENTE: ENCUESTA A EMPRESARIOS DEL SECTOR AGROALIMENTARIO DE MÉXICO.

Cuadro 3. Es importante para la empresa buscar nuevas oportunidades de negocios para:

Alternativas	Empresas			Promedio
	Grandes	Medianas	Micro y Pequeñas	
<b>Mejorar la imagen de la empresa desde el punto de vista moral y ético</b>	3.8	2.9	1.9	2.9
<b>Garantizar el cumplimiento de las leyes</b>	1.2	0.8	1.8	1.3
<b>Mejorar los resultados financieros</b>	3.8	4.4	4.2	4.1
<b>Demostrar capacidad para resolver problemas sociales</b>	1.2	1.9	2.1	1.7

FUENTE: ENCUESTA A EMPRESARIOS DEL SECTOR AGROALIMENTARIO DE MÉXICO.

Como se puede observar en la tabla 6, en la percepción de los entrevistados, la mejor forma de definir la responsabilidad social corporativa es “actuar en función de reglas éticas y morales” (3.5 en promedio) y “realizar acciones de voluntariado en la comunidad” (2.9). Este grupo de opciones tuvo un alfa de Cronbach de 0.82.



Cuadro 4. La responsabilidad social empresarial debe ser definida como:

Alternativas	Empresas			
	Grandes	Medianas	Micro y Pequeñas	Promedio
<b>Hacer aquello que las leyes y la comunitaria exige</b>	0.8	2.1	1.9	1.6
<b>Realizar acciones de voluntariado en la comunidad</b>	2.1	3.2	3.3	2.9
<b>Actuar en función de las reglas éticas y morales</b>	4.4	2.9	3.1	3.5
<b>Garantizar la mayor rentabilidad de la empresa</b>	2.7	1.8	1.7	2.1

FUENTE: ENCUESTA A EMPRESARIOS DEL SECTOR AGROALIMENTARIO DE MÉXICO.

El cuadro 5 muestra los resultados del origen de la responsabilidad social empresarial, de acuerdo con los entrevistados. Este ítem tuvo un alfa de Cronbach de 0.88.

Así, al cuestionar sobre la razón de la responsabilidad social empresarial, los entrevistados indicaron que era importante ya que “garantiza que la empresa cumple desde el punto de vista social y empresarial” (3.6 en promedio).

El cuadro 6 muestra los resultados al analizar a detalle lo que en la práctica significa la RSC, los ejecutivos respondieron que la misma significa “promover comportamientos morales y éticos” (3.3). La prueba de confiabilidad de las respuestas muestra un alfa de Cronbach de 0.89 para este ítem.

Cuadro 5. La responsabilidad social empresarial es importante ya que permite:

Alternativas	Empresas			
	Grandes	Medianas	Micro y Pequeñas	Promedio
<b>Dar un apoyo a instituciones educativas públicas o privadas</b>	1.4	1.9	1.6	1.6
<b>Lograr un buen nivel de eficiencia operativa</b>	0.0	2.6	1.8	1.5
<b>Garantizar que la empresa cumple desde el punto de vista social y empresarial</b>	4.4	2.7	3.7	3.6
<b>Reconocer y respetar las normas éticas y morales adoptadas por la sociedad</b>	4.2	2.8	2.9	3.3

FUENTE: ENCUESTA A EMPRESARIOS DEL SECTOR AGROALIMENTARIO DE MÉXICO.

Cuadro 6. Una actitud comprometida de responsabilidad social empresarial:

Alternativas	Empresas			
	Grandes	Medianas	Micro y Pequeñas	Promedio
<b>Trae beneficios financieros...</b>	0.2	1.7	2.3	1.4
<b>Promueve actividades de voluntariado en la comunidad</b>	2.9	3.1	2.9	3.0
<b>Garantiza el cumplimiento de las leyes</b>	2.6	2.1	2.2	2.3
<b>Promueve comportamientos morales y éticos</b>	4.3	3.1	2.6	3.3

FUENTE: ENCUESTA A EMPRESARIOS DEL SECTOR AGROALIMENTARIO DE MÉXICO.

Y para estos gestores de empresas la RSC es importante ya que “permite reconocer que no todos los medios justifican los fines”. Al aplicar la prueba de consistencia del coeficiente alfa de Cronbach, se obtuvieron resultados consistentes con la hipótesis de consistencia entre las primeras 5 respuestas, en los tres grupos empresariales.

Cuadro 7. La responsabilidad social empresarial es importante ya que:

Empresas			
----------	--	--	--

<b>Alternativas</b>	<b>Grandes</b>	<b>Medianas</b>	<b>Micro y Pequeñas</b>	<b>Promedio</b>
<b>Permite reconocer que no todos los medios justifican los fines</b>	3.7	2.8	3.9	3.5
<b>Garantiza el cumplimiento de las leyes</b>	2.4	2.1	1.4	2.0
<b>Ayuda a la empresa en la definición de acciones de voluntariado</b>	2.1	1.7	1.7	1.8
<b>Permite tener una posición competitiva fuerte</b>	1.8	3.4	3.0	2.7

FUENTE: ENCUESTA A EMPRESARIOS DEL SECTOR AGROALIMENTARIO DE MÉXICO.

Sin embargo, al analizar el tema de la responsabilidad social en relación a los desperdicios de alimentos, la mayoría de los entrevistados dijo que la responsabilidad era una medida de desempeño social por medio de “comportamientos filantrópicos” (cuadro 8). Es decir, los resultados muestran la poca o nula asociación que invariablemente los tomadores de decisiones lograron establecer entre desempeño de la empresa y la tarea de reducir los desechos de productos. El alfa de Cronbach de 0.89 muestra la gran coincidencia que, en este sentido, tuvieron los entrevistados.

A pesar de ello, los resultados de la siguiente pregunta (presentados en el cuadro 9) muestran que la conciencia ambiental está presente en la mayoría de los entrevistados, quienes dijeron que es importante medir las pérdidas de alimentos que genera la empresa, ya que “pueden provocar daños al medio ambiente” (3.7) y “podría ayudar a la comunidad” (2.9). La consistencia en las respuestas arrojó un valor de 0.86 en el alfa de Cronbach.

Cuadro 8. La responsabilidad social empresarial, en materia de desperdicios de alimentos, es una medida del desempeño social por medio de:

Alternativas	Empresas			
	Grandes	Medianas	Micro y Pequeñas	Promedio
<b>Comportamientos filantrópicos</b>	3.9	3.3	3.5	3.6
<b>Rentabilidad</b>	1.4	3.2	3.2	2.6
<b>Respeto a las leyes</b>	2.9	1.7	1.3	2.0
<b>Respeto a las costumbres y leyes informales</b>	1.8	1.8	2.0	1.9

FUENTE: ENCUESTA A EMPRESARIOS DEL SECTOR AGROALIMENTARIO DE MÉXICO.

Cuadro 9. Es importante medir las pérdidas de alimentos que genera mi empresa ya que:

Alternativas	Empresas			
	Grandes	Medianas	Micro y Pequeñas	Promedio
<b>Quizás tengo costos que no he observado</b>	0.3	1.6	1.5	1.1
<b>Quizás puedo contratar menos trabajadores</b>	1.7	2.1	2.0	1.9
<b>Pueden provocar daño al medio ambiente</b>	4.2	3.1	3.7	3.7
<b>Podría ayudar a la comunidad</b>	3.8	3.2	1.8	2.9

FUENTE: ENCUESTA A EMPRESARIOS DEL SECTOR AGROALIMENTARIO DE MÉXICO.

Al cuestionar la razón para disminuir las pérdidas de alimentos en México, los empresarios entrevistados dijeron que “son signos de ineficiencia” (3.1) y “son pérdidas económicas” (3.0) (Cuadro 10); alfa de Cronbach de 0.88.

Cuadro 10. Las pérdidas y desperdicios de alimentos son indeseables ya que:

Alternativas	Empresas			
	Grandes	Medianas	Micro y Pequeñas	Promedio
<b>Son pérdidas económicas</b>	3.3	2.8	2.9	3.0
<b>Son signo de ineficiencia</b>	3.4	3.1	2.7	3.1
<b>Hay gente pobre</b>	2.2	2.2	1.3	1.9
<b>Nadie quiere más basura</b>	1.1	1.9	3.1	2.0

FUENTE: ENCUESTA A EMPRESARIOS DEL SECTOR AGROALIMENTARIO DE MÉXICO.

Sin embargo, a pesar de que no parecía un objetivo estrictamente económico, cuando se les cuestionó sobre la razón de emprender acciones para disminuir pérdidas de alimentos, la mayoría respondió que era para “disminuir costos” (3.2) y “permitiría precios más bajos (2.6), mientras que “cuidaría el medio ambiente” apenas obtuvo una graduación de 2.4 (Ver cuadro 11). La pregunta tuvo gran consistencia con un alfa de Cronbach de 0.87.

Cuadro 11. Es importante para mi empresa disminuir las pérdidas de alimentos ya que:

Alternativas	Empresas			Promedio
	Grandes	Medianas	Micro y Pequeñas	
<b>Disminuye mis costos</b>	3.5	2.8	3.2	3.2
<b>Permitiría precios más bajos</b>	1.7	2.8	3.3	2.6
<b>Ayudaría a la comunidad</b>	1.4	2.3	1.7	1.8
<b>Cuidaría el medio ambiente</b>	3.4	2.1	1.8	2.4

FUENTE: ENCUESTA A EMPRESARIOS DEL SECTOR AGROALIMENTARIO DE MÉXICO.

De igual forma, al cuestionar sobre si era necesario crear un departamento especial para atacar el problema, la mayoría dijo que lo haría ya que “lograría medir el impacto sobre los costos” (3.1) y “ayudaría a la sociedad” (2.9) (Cuadro 12).

Cuadro 12. Es importante crear un departamento contra las pérdidas de alimentos en la empresa ya que:

Alternativas	Empresas			Promedio
	Grandes	Medianas	Micro y Pequeñas	
<b>Lograría medir el impacto sobre mis costos</b>	4.0	2.1	3.1	3.1
<b>Ayudaría a la sociedad</b>	3.2	2.8	2.6	2.9
<b>Disminuiría el impacto ambiental</b>	2.1	3.4	2.0	2.5
<b>Aumentaría mis ganancias</b>	0.7	1.7	2.3	1.6

FUENTE: ENCUESTA A EMPRESARIOS DEL SECTOR AGROALIMENTARIO DE MÉXICO.

Los resultados de todas las preguntas del cuestionario tienen representatividad al nivel de 95% de confianza. Finalmente, al cuestionar sobre la razón por la cual muchas empresas no realizan cotidianamente acciones para disminuir las pérdidas y desperdicios de alimentos, la mayoría dijo que “la empresa no es responsable” (2.5) y “no afecta los costos” (2.4). Muchos de los entrevistados dijeron que ellos no podían apreciar ningún costo, ya que “los precios de los productos ya consideraban esas pérdidas” (Cuadro 13). Nuevamente, al aplicar la prueba del coeficiente alfa de Cronbach, se obtienen resultados consistentes (alfa superior a 0.82) tanto en el segundo grupo de preguntas, como en el ejercicio total (12 preguntas) y para los tres sectores empresariales. Así, los resultados de este cuestionario se consideran confiables.

Cuadro 13. Disminuir las pérdidas de alimentos no son mi objetivo ya que:

Alternativas	Empresas			Promedio
	Grandes	Medianas	Micro y Pequeñas	
<b>El gobierno debe resolverlo</b>	0.8	2.1	3.4	2.1
<b>La empresa no es responsable</b>	2.2	2.8	2.6	2.5
<b>No afectan mis costos</b>	2.1	3.4	1.7	2.4
<b>Ninguna de las anteriores</b>	4.9	1.7	2.3	3.0

FUENTE: ENCUESTA A EMPRESARIOS DEL SECTOR AGROALIMENTARIO DE MÉXICO.

## 5 CONCLUSIONES

Esta investigación aporta dos innovaciones. Por una parte desarrolla un índice de pérdidas y desperdicios de alimentos que se aplica al caso de México pero que puede ser calculado desde bases de datos adecuadas, a cualquier país del mundo. Con una metodología novedosa y con bases de datos, se construye un indicador robusto del grado de pérdidas para un grupo de 34 alimentos, obteniendo un índice de pérdidas globales de

alrededor de 35%. Estas pérdidas de alimentos en México representan, a precios de mercado, alrededor de 10 mil millones de dólares anuales.

Por otro lado, los resultados muestran también el insuficiente desarrollo de acciones empresariales para disminuir las pérdidas y desperdicios de alimentos. Se aplicó un instrumento de medición del compromiso social de las pequeñas, medianas y grandes empresas. En particular, el cuestionario aplicado a empresas permitió captar, por primera vez en México, el grado en que los empresarios están comprometidos con tareas y acciones cotidianas para atender uno de los problemas sociales clave del país: la pérdida de alimentos que podrían ser aprovechados para atender una de las manifestaciones más dramáticas de la pobreza extrema: el hambre. Destaca el hecho de que una gran proporción (96%) de las micro y pequeñas empresas de México no desarrollan, cotidianamente, acciones de responsabilidad social corporativa que impliquen el logro del objetivo de minimizar pérdidas de alimentos.

Proponemos, entonces, la tarea de reducir desechos de alimentos como una gran área de oportunidad para la Responsabilidad Social Corporativa en México. Se sugiere, no obstante, el desarrollo de otros instrumentos de captación de información. El acceso a los tomadores de decisiones en materia de responsabilidad social empresarial es complicado en México, solo facilitado por el acceso a funcionarios de la administración pública.

## 6 REFERENCIAS

AGUILAR, Gutiérrez Genaro. **Desigualdad y Pobreza en México, ¿Son inevitables?** UNAM, IPN y Miguel Angel Porrúa, 2000.

BARBIERI, JOSE C. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos.** 3ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

BENHUR MATTIUZ, JF DURIGAN. **Effect of mechanical injuries on firmness and color of 'Paluma' and 'Pedro sato' guavas.** Revista Brasileira de Fruticultura, 2001.

CAIXETA FILHO, J.V. **Losses in the transportation of fruits and vegetables: A Brazilian case study.** International Journal of logistics: Research and applications, v. 12, n. 3, 2009.

CALABRESE A; COSTA R; MENICHINI T; ROSATI, F. **Does corporate social responsibility hit the mark? A stakeholder oriented methodology for CSR assessment.** Knowledge and Process Management, 20(2), 77–89, 2013.

CARROLL, A. B.; SHABANA, K. M. **The business case for corporate social responsibility: a review of concepts, research and practice.** International Journal of Management Reviews, 12(1), 85-105, 2010.

CHITARRA, M. I.; CHITARRA, A. B. **Pós-colheita de frutos e hortaliças: fisiologia e manuseio.** 2. ed. Lavras: UFLA, 2005.

DAVIS, K. **Can business afford to ignore social responsibilities?** California Management Review, 2(3), 70-76, 1960.

FAO. **Food Losses and Waste in Latin America and the Caribbean.** Bulletin N° 2; FAO Regional Office for Latin America and the Caribbean, 2015.

FAO. **Food wastage footprint. Impacts on natural resources.** Rome, 2013.

FAO. **Pérdidas y Desperdicio de Alimentos en el Mundo. Alcance, causas y prevención.** Roma, 2012.

FERRELL, O. C.; GONZALEZ-PADRON, T. L.; HULT, G. T. M.; MAIGNAN, I. **From market orientation to stakeholder orientation.** Journal of Public Policy & Marketing, 29(1), 93-96, 2010.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom.** The University of Chicago Press: Chicago, 1962.

GARDBERG, N. A.; FOMBRUN, C. J. **Corporate citizenship: Creating intangible assets across institutional environments.** Academy of management Review, 31(2), 329-346, 2006.



GENIER, C., STAMP, M. & PFITZER, M. **Corporate social responsibility for agro-industries development**. In: C. Da Silva, D. Baker, A. Shepherd, C. Jenane and S. Miranda-da-Cruz (eds), *Agro-industries for Development*. Oxfordshire, UK: CABI, 2009.

GOOCH, Martin; FELFEL Abdel; MARENICK, Nic. **Food waste in Canada: Opportunities to increase the competitiveness fo Canada's agri-food sector, while simultaneously improving the environment**. Value Chain Management Centre: Canada, 2010.

GUNDERS, Dana. **Wasted: How America Is Losing Up to 40 Percent of Its Food to Fork to Landfill**. Natural Resources Defense Council; Issue Paper, August 2012; IP: 12-06-B, 2012.

HARTMANN, Momika. **Corporate social responsibility in the food sector**. *European Review of Agricultural Economics* Vol 38 (3), pp. 297–324, 2011.

HERTOG, M. L. A.T. M. *et al.* **The impact of biological variation on postharvest behaviour: The case of dynamic temperature conditions**. *Postharvest Biology and Technology*, v. 43, p. 183–192, 2007.

HULT, G. T. M. **Market-focused sustainability: “Market orientation plus!”**. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 39(1), 1-6, 2011.

KUMMU, M.; de MOEL, H.; PORKKA, M. *et al.* **Lost food, Wasted Resources: Global Food Supply Chain Losses and Their Impacts on Freshwater, Cropland, and Fertiliser Use**. *Science of the Total Environment*, 438, pp.477-489, 2012.

LÁZARO, L.; GREMAUD, A. **A responsabilidade social empresarial e sustentabilidade na América Latina: Brasil e México**. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 2016

LIU, Gang. **Food Losses and food waste in China: a first estimate**. Discussion paper, june; Industrial Ecology Programme; Norwegian University of Science and Technology (NTNU), Norway, 2013.

MATTIUZ, B.; DURIGAN, J. F. **Efeito de injúrias mecânicas na firmeza e coloração de goiabas das cultivares paluma e pedro sato**. *Revista Brasileira de Fruticultura*, v. 23, n. 2, p. 277–281, 2001.

ORLITZKY, Marc. **The politics of corporate social responsibility or: why Milton Friedman has been right all along.** Annals in Social Responsibility, Vol. 1 Issue:1, pp.5-29, 2015.

RADI, M.; MAHROUZ, M.; JAOUAD, A. **Phenolic composition, browning susceptibility, and carotenoid content of several apricot cultivars at maturity.** HortScience, Alexandria, v. 32, n. 6, p. 1087-1091. 1997.

REICH, Alexander H.; FOLEY, Jonathan A. **Food Loss and Waste in the US: The Science Behind the Supply Chain.** Working paper 1239, Food Policy Research Center, University of Minnesota, 2014.

SAMIM, W.; BANKS, N.H. **Colour changes in bruised apple fruit tissue.** New Zealand Journal of Crop and Horticultural Science, Wellington, v. 21, n. 4, p. 367-72, 1993.

SOUZA, R. M.; HENZ, G. P.; PEIXOTO, J. R. **Incidência de injúrias mecânicas em raízes de mandioquinha-salsa na cadeia de pós-colheita.** Hortic. Bras.,v.21, n.4, 2003.

STONER J. A. F.; FREEMAN, R. E. **ADMINISTRAÇÃO.** 5a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira.** 2ª Edição, São Paulo: Editora Atlas, 2004.

VIVES, A. **El papel de la RSE en América Latina: Diferente al de Europa?** 2008.

ZHAO, WEN. **Corporate Social Responsibility in the Energy Industry: A Content Analysis of Leading Energy Companies' Websites.** Electronic Theses, Treatises and Dissertations. Paper 9505, 2015.

Recebido em: 14/10/2018  
Aprovado em: 15/06/2019  
Publicado em: 09/10/2019

## DE LABORATÓRIO DO NEOLIBERALISMO À RESISTÊNCIA ANTICAPITALISTA: A PROPOSTA DE SOCIALISMO NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI

Gabriel Dib Daud De Vuono<sup>1</sup>  
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil  
Suzana Maria Loureiro Silveira<sup>2</sup>  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil

A autora Marta Harnecker é nascida no Chile e atualmente é considerada umas das principais teóricas marxistas da América Latina. Autora de diversos livros, construiu sua carreira unindo investigação científica e prática militante por meio da difusão de estudos sobre a atuação da esquerda latino-americana e sobre experiências alternativas à sociabilidade capitalista desde e para a América Latina. Na década de 1960, em Paris, desenvolveu trabalho sob a orientação de Louis Althusser, quando passa a consolidar seu pensamento sob a lente da teoria marxista.<sup>3</sup> Ativa participante em atividades políticas, seu trabalho e militância envolveram a aproximação com o governo chileno de Salvador Allende entre 1970 e 1973 e posteriormente entre 2002 e 2006 com o líder venezuelano Hugo Chavez, exercendo cargo de conselheira. Para além da atuação política institucional, Harnecker também desenvolveu atividades junto a movimentos sociais/populares latino-americanos por décadas.

A proposta deste texto é apresentar uma resenha acerca do livro de Marta Harnecker *Um mundo a construir: novos caminhos*. Publicado originalmente em 2013, na Venezuela, premiado com o *Prêmio Libertador de Pensamento Crítico* em 2014, tendo sido publicado no Brasil pela Editora *Expressão Popular* em 2018. Nesta obra, a autora apresenta o debate acerca dos desafios da construção do socialismo na América Latina no século XXI.

A obra está organizada em três partes, cada parágrafo é numerado de forma cardinal formando um conjunto de 765 pontos. A primeira denominada *América Latina em Marcha* discorre sobre o protagonismo dos movimentos sociais na resistência ao neoliberalismo no

---

<sup>1</sup>Mestrando do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). *E-mail*: gabriel.devuono@usp.br.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). *E-mail*: suzana.mls@puccampinas.edu.br.

<sup>3</sup> A esse respeito cf. HARNECKER, Marta. *Los conceptos elementales del materialismo histórico*. ISBN: 84-323-0101-1976. México: Siglo XXI Editores, 1ª ed. 1969.

subcontinente no final do século XX. A segunda parte intitulada *Até onde avançar: o socialismo do século XXI* apresenta a análise sobre os obstáculos enfrentados na consolidação de sociabilidades alternativas ao capitalismo na América Latina a partir da ascensão dos governos populares na região. Por fim, na terceira parte *Um novo instrumento político para construir uma nova hegemonia*, a autora avança na proposta de consolidação do socialismo no século XXI a partir da criação de instrumento popular .

Em *América Latina em Marcha* (primeira parte da obra), Harnecker (2018) observa que a constante presença do imperialismo norte-americano na região fez com que a América Latina se tornasse o “primeiro laboratório” do neoliberalismo da história, sendo o Chile a primeira experiência concreta. Segundo a autora, sob o signo neoliberal, as políticas implementadas na região desencadearam processos de crescimento da pobreza, aprofundamento das desigualdades sociais, deterioração ambiental e enfraquecimento dos movimentos populares e das organizações dos trabalhadores (HARNECKER, p. 27). Por outro lado, no contexto de crise de legitimidade do neoliberalismo nos anos 1990, a América Latina assumiu a dianteira no combate a suas propostas. Neste contexto, a atuação irredutível dos movimentos sociais foi essencial na rejeição às políticas propagadas pelo Consenso de Washington.

Nessa parte da obra, Harnecker (2018) apresenta as principais iniciativas de resistência ao neoliberalismo promovidas pelos movimentos sociais da região, destacando o *Caracaço* (1989), manifestações populares de repúdio ao neoliberalismo ocorridas na capital venezuelana, como o primeiro movimento a irromper. Nos anos seguintes, seguidos pela resistência dos povos indígenas no Equador e no Chile (1990), diversos movimentos populares de rejeição ao neoliberalismo despontam na América Latina, entre os quais, o Exército Zapatista de Libertação Nacional no México (1994) no combate à constituição da zona de livre comércio da América do Norte (NAFTA) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil (criado oficialmente em 1985, e já com destacada atuação nacional em 1995) na luta contra o pagamento da dívida externa e na oposição ao projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

De acordo com Harnecker (2018), a incapacidade das políticas neoliberais em atenderem às necessidades da população, associada ao desprestígio da democracia burguesa e dos partidos políticos tradicionais, colaborou para a ascensão de governos de “esquerda” e “centro-esquerda” na América Latina no início do século XXI, o que gerou uma alteração da correlação de forças no continente americano, em que o imperialismo norte-americano

encontrou maiores obstáculos para concretizar suas intervenções no subcontinente.<sup>4</sup> No cenário político regional de avanço das forças progressistas, Harnecker (2018) destaca o desenvolvimento de agendas políticas voltadas à salvaguarda da soberania nacional, ao desenvolvimento dos projetos de integração regional,<sup>5</sup> à busca da redução das desigualdades sociais e do aprofundamento democrático.

Segundo Harnecker (2018), importa destacar que, dentro da organização das políticas estatais da América Latina no século XXI, houve a conformação de projetos políticos de refundação e ruptura com relação ao modelo neoliberal.<sup>6</sup> Se, por um lado, há governos que realizam um movimento de refundação do neoliberalismo a partir da instauração de reformas voltadas a “aprofundar” a ideia de transnacionalização desnacionalizadora das economias de estado, por outro lado, há posicionamento dissonante a respeito da disputa das agendas políticas alternativas ao neoliberalismo. Esse segundo grupo de países se divide a partir do movimento de (i) não ruptura com as políticas neoliberais, mas com uma “nova abordagem” enfatizando o quesito social; e, (ii) ruptura com as políticas neoliberais a partir da conscientização e mobilização popular.

Com enfoque nos modelos políticos de ruptura neoliberal, na segunda parte da obra *Até onde avançar: o socialismo do século XXI*, Harnecker (2018, p. 219) afirma que há necessidade de entender por que devemos retomar as discussões sobre o socialismo e o caráter negativo carregado por essa expressão no cenário de queda da União Soviética. Harnecker (2018, p. 87) afirma que a construção do debate em torno do termo socialismo parte de fatores compreendidos como postos na América Latina, a autora fala sobre a práxis de participação social dos governos locais; práticas indígenas de “espírito socialista” e experiências concretas impulsionadas por governos locais cujas pautas se mostraram em certa medida anticapitalistas.

No sentido empregado por Harnecker (2018) de compreender os movimentos populares da história da América Latina, a pontuação acerca de o governo de Hugo Chávez ter sido

---

<sup>4</sup>No entanto, adverte a autora, as ingerências norte-americanas não deixaram de existir no século XXI. As tentativas (por vezes, exitosas) de impor os interesses norte-americanos à agenda política dos países latino-americanos persistiram.

<sup>5</sup>Neste contexto, consolidou-se a derrocada do projeto de formação da ALCA e promoveu-se a criação de “espaços políticos regionais sem a presença dos Estados Unidos da América”, tais como a Alternativa Bolivariana para a América (ALBA) em 2004 e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) em 2011.

<sup>6</sup>A esse respeito, Harnecker em 2011 publicou um artigo com uma abordagem semelhante ao livro posteriormente publicado na Venezuela, objeto desta resenha, ver: HARNECKER, Marta. Hacia la construcción de una nueva hegemonía anticapitalista. Tareas de nuestros gobiernos y de la organización popular, Revista Realidad, 2011, p. 644.

concebido na Venezuela como uma iniciativa de alteração às alternativas neoliberais (2018, p. 72) é apresentada a partir da afirmação do então presidente venezuelano de recriar o socialismo sob o enfoque dos anseios contemporâneos, calcado na democracia participativa e nos valores de igualdade e solidariedade (2018, p. 88 a 92). Esse é o sentido em que Chávez emprega a adjetivação “século XXI” ao socialismo, visando diferenciá-lo do padrão de socialismo que se fundou durante o século XX aos moldes soviéticos.

É importante ressaltar que, com a experiência de quem manteve o cargo de conselheira do governo de Hugo Chávez, Harnecker (2018, p. 89) argumenta que apesar de à época haver um forte anseio para a ruptura ao modelo liberal, fatores elementares e circunstanciais impediam que transformações sociais mais concretas fossem consolidadas sem que isso significasse uma maior intervenção na sociabilidade cristalizada. Se por um lado o fortalecimento do governo se deu com o apoio popular, doutro lado, havia toda conjuntura oligárquica totalmente desinteressada em qualquer alteração do *status quo* (obviamente).

A partir da afirmação sobre a concepção de se construir na região latino-americana um socialismo que não seja “imitação nem cópia” do modelo soviético, Harnercker (2018, p. 91) aponta considerações formuladas por Chávez ao buscar elencar elementos essenciais ao caráter socialista que esteja enraizado na história da região e, particularmente, de cada país. Os elementos são apresentados como valores sociais pautados em um projeto político de ampla participação democrática e protagonismo popular, além de transformações econômicas estruturais<sup>7</sup>.

Contudo, nessa tarefa de resgate da ideia de socialismo, algumas ideias foram pontuadas por HARNECKER (2018, p. 95-103) no sentido de buscar nos referenciais teóricos<sup>8</sup> da construção dessa sociabilidade a essência da necessidade de alteração do modo de construção de um modelo de sociedade. As características principais do resgate histórico proposto seriam i) o pleno desenvolvimento humano; ii) o ser humano como ser social; iii) a propriedade comum; iv) suprimir a divisão entre o trabalho manual e intelectual; v) regular racionalmente o metabolismo entre o ser humano e a natureza; e vi) a sociedade, e não o Estado, deve tomar em suas mãos o desenvolvimento econômico.

---

<sup>7</sup> Hugo Chávez Frías. *Discurso de la unidad*, Caracas, 15 de dezembro de 2006, Ediciones Socialismo del siglo XXI, n. 1, Caracas, janeiro de 2007, p. 41.

<sup>8</sup> A autora se vale da produção teórica do Karl Marx e Friedrich Engels ao abordar alguns dos estudos produzidos por esses referenciais e posteriormente por seus comentadores. A respeito desse segundo grupo, a autora pontua os estudos de Michael Lebowitz, Henri Lefebvre, Miodrag Zecevic

Ao tratar sobre a expressão “socialismo do século XXI”, HARNECKER (2018, p. 108) passará a explicar como as abstrações das ideias se apresentarão de modo concreto como impulsionadores de transformação da sociabilidade capitalista. Algo que é posto ao longo de toda obra é a necessidade de participação popular e de efetivo fortalecimento de espaços em que a participação popular seja protagonista das tomadas de decisões de qualquer sociedade que se apresente com um grau de preocupação em termos de organização de forças locais (de baixo para cima, por e para os grupos sociais que protagonizem cada um dos anseios sociais).

Na obra de Harnecker (2018, p. 105), em especial nessa segunda parte, as pontuações formuladas permitem que concebamos as “*características fundamentais da sociedade que queremos construir*”. A autora afirma que o protagonismo popular é um elemento essencial do socialismo do século XXI, como uma nova abordagem ao modelo de socialismo do século XX, o qual afirmou ser altamente burocratizado e autoritário (HARNECKER, 2018, p.117 a 119), de modo que é preciso criar espaços de participação social (a exemplo das comunas, dos conselhos populares), a partir da descentralização na tomada de decisões seja na esfera local ou em âmbito nacional por meio do modelo de delegação.

A transição ao socialismo é apresentada por Harnecker (2018, p. 143) a partir da concretização das características fundamentais de um novo modelo societário, a construção do socialismo do século XXI. A transição, a partir de um modelo institucional e pacífico, depende da conjuntura e da formação da correlação de forças para ser instrumentalizada. Importa salientar que Harnecker (2018, p. 143-153) estabelece tipologias de transição a partir dos seguintes critérios de condições históricas, políticas, econômicas que são herdadas e estão postas no contexto particular de cada país.

Na terceira parte da obra denominada por *Um novo instrumento político para construir uma nova hegemonia*, Harnecker (2018) se preocupa em apresentar como operacionalizar o que teorizou até o momento, ou seja, como reunir tal correlação de forças necessárias que permita a construção de uma nova sociabilidade voltada às particularidades da região e construídas a partir do efetivo protagonismo popular e da participação dos grupos sociais.

Por meio de uma nova compreensão na abordagem da expressão hegemonia, Harnecker (2018, p. 220), diferenciando-a o do termo “dominação”, parte dos estudos de Gramsci<sup>9</sup> pelos quais se concebe a hegemonia como implementação de certas representações gerais na medida

---

<sup>9</sup> Cf. LIGUORI E VOZA, em Dicionário gramsciano (1926-1937), Boitempo: São Paulo 2018, p. 722

em que se abarque todas as classes e grupos sociais em uma determinada formação social. A formação de uma “*hegemonia popular*” como categoria capaz de romper a reprodução dos valores da burguesia, nas pontuações de Harnecker (2018, p. 222), apenas se torna viável a partir da criação de um instrumento político e organização política que impulsionem tal construção.

A ideia de Harnecker no tocante à criação de uma nova hegemonia se orienta no sentido de garantir “*coesão organizativa*” (HARNECKER, 2018, p. 223) a partir da renovação da cultura política da esquerda (que envolve a alteração da própria visão da esquerda a respeito da política), um modelo pautado na construção da política a partir da compreensão da realidade social e de seus protagonistas, de modo a considerar as pautas dos movimentos populares, em um projeto de aglutinação dos diversos setores da sociedade (luta de classes em todas as suas composições e vulnerabilidades).

A concretização do instrumento político surge como “*estratégia política para a atual conjuntura*”. Para tanto, Harnecker (2018, p. 225) defende a formação de uma “*frente ampla*” enquanto plataforma política para concretizar a criação deste instrumento político. A forma como se constitui o bloco/frente ampla parte da elaboração de um programa conjuntural de modo a que sirva à aglutinação dos marginalizados do modelo neoliberal, com a finalidade de frear o desenvolvimento do projeto neoliberal. Para a autora a consolidação do programa de instrumento político está diretamente associada ao alcance da “*hegemonia sobre a sociedade*”, ou seja, a formação de uma “*nova hegemonia popular*” (HARNECKER, 2018, p. 222).

Dentre os pontos desenvolvidos por Harnecker (2018), há algo de central em sua obra no tocante às contradições envolvendo o movimento de construção do socialismo na América Latina. A ordem dos eventos tendentes às rupturas, bem como dos fatores históricos e políticos perpetuadores da sociabilidade capitalista apresentados pela autora, implicam diretamente a necessidade de uma análise transversal da realidade latino-americana.

A partir da leitura da obra de Harnecker, compreende-se que a transição para um novo modelo de sociedade de matriz socialista, que signifique uma substancial transformação de nossa região, exige o avanço dos movimentos de ruptura e resistência ao capitalismo tendentes a criação de uma “*nova cultura de esquerda*”, baseada na solidariedade, humanismo e proteção da natureza, e na consolidação de uma “*hegemonia popular*”, que se sobreponha aos valores burgueses da sociedade capitalista.



### **Referências bibliográficas**

HARNECKER, Marta. **Um mundo a construir: novos caminhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARNECKER, Marta. Hacia la construcción de una nueva hegemonía anticapitalista. Tareas de nuestros gobiernos y de la organización popular. **Revista Realidad**, 130, 2001, p. 640-675.

LIGUORI Guido e VOZA, Pasquale (orgs). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**, São Paulo: Boitempo, 2018.

Recebido em: 28/12/2018  
Aprovado em: 22/08/2019  
Publicado em: 09/10/2019